

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICOLOGIA POLÍTICA

Revista

Psicologia Política

ISSN 1519-549X

VOL. 3 – Nº 5 – JANEIRO/JUNHO DE 2003

Sociedade Brasileira de Psicologia Política

Presidente

Salvador Antonio Mireles Sandoval (PUCSP/Unicamp-Brasil)

Vice-Presidentes

Centro Oeste

Ana Raquel Rosas Torres (UCG-Brasil)

Sudeste

Cornelis van Stralen (UFMG-Brasil)

Norte

Enock Pessoa (UFAC-Brasil)

Nordeste

Leoncio Camino (UFPb-Brasil)

Sul

Louise Lhullier (UFSC-Brasil)

Secretário Geral

Marco Aurélio Máximo Prado (UFMG-Brasil)

Conselho Fiscal

Karin von Smigay (UFMG-Brasil)

Maria Palmira da Silva (ESP-Brasil)

Cícero Pereira (UCG-Brasil)

Alessandro Soares da Silva (PUCSP-Brasil)

Comitê Editorial da RPP

Editores

Marco Aurélio M. Prado
(UFMG-Brasil)

Salvador Antonio Mireles Sandoval
(PUCSP/UNICAMP-Brasil)

Editores Executivos

Alessandro Soares da Silva (PUCSP-Brasil)

Márcia Prezotti Palassi (PUCSP-Brasil)

Soraia Ansara (PUCSP-Brasil)

Bruno da Graça Leite Padilha (PUCSP-Brasil)

Nadir Lara Junior (UNIMARCO-Brasil)

Frederico Viana Machado (UFMG-Brasil)

Conselho Editorial

Ana Raquel Rosas Torres (UCG – Brasil), Bert Klandermans (Free Univ. of Amsterdam – Holanda), Cecília Coimbra (UFF – Brasil), Celso Pereira de Sá (UERJ – Brasil), Celso Zonta (UNESP – Brasil), Cornelis van Stralen (UFMG – Brasil), Elísio Estanque (Univ. de Coimbra – Portugal), Iray Carone (USP – Brasil), John Hammond (CUNY – EUA), Jorge Valla (Univ. de Lisboa – Portugal), Jose Sabucedo (Univ. de Santiago de Compostela – Espanha), Karin von Smigay (UFMG – Brasil), Louise Lhullier (UFSC – Brasil), Lucília Reboredo (UNIMEP – Brasil), Márcia Regina de Oliveira Andrade (ITESP – Brasil), Maria da Graça Correa Jacques (UFRGS), Maria de Fátima Quintal de Freitas (UFPR – Brasil), Maria Aparecida Morgado (UFMT – Brasil), Maritza Montero (UCV – Venezuela), Odair Sass (PUC/SP – Brasil), Osvaldo Yamamoto (UFRN – Brasil), Pedrinho Guareschi (PUC/RS – Brasil), Telma Regina de Paula Souza (UNIMEP/PUCCAMP – Brasil)

Os artigos da RPP são de responsabilidade dos autores.

Endereço para correspondência

Núcleo de Psicologia e Movimentos Sociais Programa de Estudos Pós Graduated em
Psicologia Social Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP

Rua Monte Alegre, 984 Perdizes

CEP 05014-001 - São Paulo - São Paulo - Brasil - E-mail: revistapsipol@uol.com.br

www.fafich.ufmg.br/~psicopol

Revisão técnica de língua inglesa

Salvador Sandoval - PUC/SP

Diagramação e editoração eletrônica

YM Studio Gráfico e Fotolito Ltda.

Edison Brito da Silva e Lina Maeda – Fone: (11) 3283-5040

Tiragem

500 exemplares/Impresso em 2003

Indexações

INDEX PSI (Conselho Federal de Psicologia)
Geodados (Universidade Estadual de Maringá)

Revista psicologia política / Sociedade Brasileira de Psicologia
Política – vol.3, nº5 - (Jan./Jun. 2003). – São Paulo: SBPP,
2002-

Semestral

ISSN 1519-549X

1. Psicologia política – Periódicos 2. Psicologia social – Periódicos
3. Psicologia e política – Periódicos.

CDD-320.019

Biblioteca: Rosângela Ap. Marciale CRB 8/5846

Volume 3 – Número 5 – Jan./Jun. 2003

Mensagem da Diretoria da Sociedade Brasileira de Psicologia Política-SBPP ...	6
Linha Editorial	9
Editorial	11
Bases Psicossociais da (In)tolerância: Reflexões Políticas	
José Luis Álvaro Estramiana - Universidad Complutense de Madrid	
Maria de Fátima Vieira Severiano - Universidade Federal do Ceará	15
Políticas Compensatórias e Cotas no Brasil: Onde Realmente Estão os Problemas?	
Céli Regina Jardim Pinto - Universidade Federal do Rio Grande do Sul	39
Consciência Política, Identidade Coletiva, Família e MST nos Estudos Psicossociais	
Alessandro Soares da Silva - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	55
Juventude e Movimento Estudantil: Discutindo as Práticas Militantes	
Marcos Ribeiro Mesquita - Universidade Federal de Santa Catarina	89
Reflexões & Ensaios: Análises e Debates	121
Entra Mãe e Sai mulher? As Possibilidades de Redefinição do Papel Feminino com Base em Experiências Públicas na escola	
Antônio Carlos Vaz - Universidade Cruzeiro do Sul	123
O Sujeito Social entre o Indivíduo e o Ator em Alain Touraine	
Paulo Henrique de Queiroz Nogueira - Universidade Federal de Minas Gerais	141
Graduação & Pesquisa: Em Formação	157
Reflexões sobre o Conselho Regional de Estudantes de Psicologia (COREP-SP) e o Movimento Estudantil (ME): Uma análise a partir de 1960	
Domenico Uhnig Hur - Universidade de São Paulo	159
Publicando na RPP	177

Volume 3 – Número 5 – Jan./Jun. 2003

Message from Brazilian Society of Political Psychology - BSPP	6
Editorial Line	9
Editorial	11
Psycho-social Basis of (In)tolerance: A Political Reflection	
José Luis Álvaro Estramiana Universidad Complutense de Madrid	
Maria de Fátima Vieira Severiano Universidade Federal do Ceará	15
Affirmative Action Policies and Quotas in Brazil: Where are the Problems?	
Céli Regina Jardim Pinto - Universidade Federal do Rio Grande do Sul	39
Political Conscience, Collective Identity, Family and MST in the Social Psychological Studies	
Alessandro Soares da Silva - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	55
Youth and Student Movements: Talking about Militants Practices	
Marcos Ribeiro Mesquita - Universidade Federal de Santa Catarina	89
Essays & Reflections: Analyses and Debates	121
Enter as a Mother Leave as a Woman: The Possibilities of a Redefinition about the Female Role based on Public Experiences at School	
Antônio Carlos Vaz - Universidade Cruzeiro do Sul	123
The Social Subject between the Individual and the Actor in Alain Touraine	
Paulo Henrique de Queiroz Nogueira - Universidade Federal de Minas Gerais	141
Undergraduate & Research: In Progress	157
Reflexions on Psychology Regional Students Council/SP (COREP-SP) and Students Movement: Analysis from the sixties.	
Domenico Uhng Hur - Universidade de São Paulo	159
Submission guidelines	177

Sociedade Brasileira de Psicologia Política Mensagem da Diretoria da SBPP

Salvador A. M. Sandoval

Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da PUCSP
Presidente da Sociedade Brasileira de Psicologia Política

Durante o segundo semestre 2003, a **Sociedade Brasileira de Psicologia Política** e seus membros estarão participando em dois importantes eventos científicos. O primeiro será o **XII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social**. Ele é o evento mais importante da **ABRAPSO**, associação que desde sua fundação deu uma importância especial ao estudo da política na perspectiva da psicologia social. Como parte integral de sua trajetória de mais de duas décadas, a **Associação Brasileira de Psicologia Social** vem mantendo esse compromisso de aplicar os conhecimentos da psicologia e a psicologia social na construção de uma ciência comprometida com o desenvolvimento da democracia brasileira. Naturalmente, os primeiros passos em direção à emergência da Psicologia Política como campo próprio de pesquisa foram tomados por pesquisadores que ativamente participaram na formação e fortalecimento da **ABRAPSO** tornando o encontro nacional desta associação o mais importante evento para a pesquisa em Psicologia Social e o primeiro ponto de partida para um verdadeiro intercâmbio entre um ramo da psicologia e outras ciências sociais. Nos últimos 20 anos, ABRAPSO foi o berço de várias associações específicas de pesquisadores sendo que a **Sociedade Brasileira de Psicologia Política** foi uma das primeiras a emergir da ABRAPSO. Neste sentido, a história da pesquisa em Psicologia Política no Brasil, desde seu início, esteve imbricada com a trajetória da ABRAPSO. Sendo assim, os membros da **Sociedade Brasileira de Psicologia Política** continuam tendo uma

SBPP

grande presença nas atividades da ABRAPSO e, em especial, no que diz respeito ao congresso nacional, onde temas da política continuam sendo um dos eixos principais dos encontros nacionais.

O segundo evento relevante do qual a **SBPP** também participará no próximo semestre será o **VI Congresso Internacional de Psicologia Social da Libertação** que se realizará em Itaipu - SP. Neste evento, os temas da psicologia política são amplamente debatidos e neste ano conta com a participação de pesquisadores de psicologia política que representarão a **SBPP** durante as mesas que a **SBPP** patrocinará no evento. O encontro tem suas origens no trabalho de **Ignacio Martin Baró**, psicólogo social salvadorenho assassinado pelas forças de segurança daquele país durante os anos da repressão e que é homenagem no encontro desde seus primórdios.

O encontro da **Psicologia Social da Libertação** foi o primeiro exemplo de um esforço no plano Latino-Americano para discutir a relevância política da psicologia social face ao conservadorismo da maior parte da psicologia no continente. Neste sentido, os encontros da Psicologia Social da Libertação, em grande medida, tiveram sua contrapartida no Brasil com a Sociedade Brasileira de Psicologia Política e a Associação Brasileira de Psicologia Social. Ambas as organizações iniciaram no Brasil a virada do foco da psicologia tradicional, marcadamente conservador e alienado da realidade nacional, ao enfoque que privilegia a aplicação de nossos conhecimentos em psicologia social e política para procurar soluções aos grandes problemas nacionais. E uma dessas importantes contribuições da **SBPP** a esta guinada na psicologia brasileira é a **Revista Psicologia Política**.

Assim, com a publicação do Número 5 da **Revista Psicologia Política** comemoramos o terceiro ano de sucesso na luta para mantermos este periódico de difusão científica que já ganhou o reconhecimento de vários setores da academia brasileira, bem como da estrangeira. Alegra-nos o fato de que a **Revista Psicologia Política** tem se mostrado um importante veículo para a implantação no país de uma nova área nas ciências humanas. A **RPP** reflete, através de seus artigos, ensaios e resenhas, as características da área da Psicologia Política, as quais são eminentemente interdisciplinares. Para tanto, temos contado com a colaboração de pesquisadores vindos das diversas disciplinas tradicionais tais como a psicologia social, a sociologia, a ciência política, a antropologia social, a filosofia e a psicologia.

Por esses motivos, é importante agradecer aos colaboradores, que durante estes primeiros três anos de vida da **Revista Psicologia Política**, apoiaram nossos esforços para superarmos os obstáculos encontrados numa academia brasileira cristalizada em seus redutos mono-disciplinares e que muitas vezes apresenta

grande resistência à inovação intelectual e à interdisciplinaridade científica representada por este periódico. Enfrentando desafios, num esforço coletivo, os membros do conselho editorial, do Comitê Editorial, assim como os pareceristas e articulistas da Revista, prestaram sua colaboração, apoio e contribuição valiosas para garantir a continuidade da **RPP**. Aproveitamos esta oportunidade para expressarmos nosso agradecimento especial aos pesquisadores e estudantes de pós-graduação que juntos foram responsáveis pela realização das atividades para publicação da Revista, sacrificando seu tempo de lazer, estudo e pesquisa para dedicar horas nas tarefas necessárias para levar ao público leitor uma revista que já é um reconhecido marco histórico no desenvolvimento das ciências sociais no Brasil. Esperamos que nos próximos anos a **Revista Psicologia Política** continue sendo elaborada com o mesmo carinho, dedicação e seriedade presentes nos esforços desses poucos responsáveis pela Revista, a qual é hoje um importante instrumento para a consolidação da Psicologia Política no Brasil.

A *Revista Psicologia Política* é um periódico semestral vinculado a Sociedade Brasileira de Psicologia Política (SBPP). A *Revista* é uma publicação dirigida ao campo de estudos interdisciplinar da Psicologia Política. Constitui-se, portanto, em um periódico de estudos das problemáticas no campo da Psicologia Política que tem como epicentro a reflexão sobre o comportamento político nas sociedades contemporâneas. O ponto de intersecção entre estas duas áreas científicas – Psicologia e Política – tem sido a preocupação com a construção de um universo de debate no qual nem as condições objetivas nem as subjetivas estejam ausentes, pelo contrário, estão sendo compreendidas, por diferentes abordagens teóricas, como co-determinantes, portanto, constituintes dos comportamentos coletivos, dos discursos, das ações sociais e das representações que constituem antagonismos políticos no campo social. A *Revista* preocupa-se com o desenvolvimento deste campo interdisciplinar de reflexão e prática investigativa, no qual os principais debates têm sido reunidos em torno de questões como o preconceito social, diferentes formas de racismos e xenofobias, ações coletivas e movimentos sociais, violência coletiva e social, socialização política, comportamento eleitoral, relações de poder, valores democráticos e autoritarismos, participação social e políticas públicas, bem como os estudos sobre opinião pública e meios de comunicação de massa. Reunem-se, ainda, nestas preocupações, os estudos sobre análise de discursos e ideologias, de universos simbólicos e de práticas institucionais. As questões referentes aos debates teóricos e metodológicos neste campo são bem recebidas por este conselho editorial que tem a preocupação de debater cientificamente o aprofundamento das temáticas constituintes da interface entre os aspectos políticos e os psicológicos.

Psicologia Política e Produção Científica

A Revista Psicologia Política (RPP) tem sido um veículo privilegiado no cenário nacional de produção acadêmica. Este privilégio tem se dado não somente pela qualidade das produções que através deste periódico tem sido publicizadas, mas também pela diversidade dos leitores que a RPP tem conquistado nestes quase três anos de existência.

A evidência destes privilégios pode ser notada pelos textos publicados que chegam para processo editorial de diferentes regiões do Brasil e de outros países, especialmente, Espanha, Estados Unidos da América, Austrália e Venezuela. E ainda nota-se a quantidade de pedidos de solicitação de aquisição da RPP por diversas instituições acadêmicas, profissionais e políticas. O amplo espectro de leitores, ainda que não se reverta em capital financeiro para a Revista, nos agrada muito pois dá sentido ao trabalho de editoração que temos buscado aperfeiçoar ao longo destes três anos.

Neste número apresentamos vários artigos que buscam tratar temas específicos do campo da Psicologia Política, especialmente as temáticas envolvidas em torno do estudo sobre formas de participação social, seja através dos movimentos sociais ou mesmo das políticas públicas institucionais vigentes em alguns casos brasileiros.

Desta forma, seis artigos neste número representam os estudos de participação social e ainda publicamos mais um sobre a questão da tolerância/intolerância, resultado de pesquisa conjunta entre os pro-

fessores *José Luis Alvaro* da Universidad Complutense de Madri e *Maria de Fátima Vieira Severiano* da Universidade Federal do Ceará. Na série de artigos sobre participação social, apresentamos três trabalhos diretamente relacionados ao estudo dos movimentos sociais. O primeiro é de *Alessandro Soares da Silva* que vem trabalhando esta temática através de um amplo estudo sobre acampamentos rurais vinculados ao Movimento dos Sem Terra. Neste artigo, o autor, através do estudo da consciência política, nos convida a compreender o processo de conscientização através das atividades grupais em acampamentos e assentamentos rurais. Dois outros artigos tratam da temática dos movimentos sociais através de estudo da população estudantil. Um deles, do autor *Marcos Ribeiro Mesquita*, analisa as práticas militantes do movimento estudantil e sinaliza para as novas formas organizativas e de sociabilidade que os movimentos sociais enfrentaram a partir dos anos 80. Evidente marcar que para além do questionamento da existência ou importância do movimento estudantil, o autor nos apresenta um estudo sobre a dinâmica dos grupos que constituem este movimento na contemporaneidade. O segundo texto relacionado ao mesmo tema, apresentado aqui como resultado de pesquisa de iniciação científica do autor *Domenico Uhng Hur*, orientado pela Prof^a Maria Inês Assumpção Fernandes, trata do movimento institucional dos estudantes de Psicologia do estado de São Paulo e as vinculações destes participantes com o movimento estudantil desde os anos 60. Interessante notar que os dois artigos tratam de um debate polêmico sobre a institucionalidade dos movimentos sociais e das práticas múltiplas que estes movimentos têm inaugurado.

O artigo de *Paulo Henrique de Queiroz Nogueira* que trata da concepção de sujeito na teoria acionalista de Alain Touraine, traz uma reflexão crítica de uma das mais importantes teorias psicossociológicas de análise dos movimentos sociais. O texto de *Antonio Carlos Vaz* sobre a participação e a conscientização de mulheres donas de casa, reflete, a partir do pensamento Luckacsiano, a saída destas mulheres do espaço privado para a participação pública.

Ainda neste número, os leitores poderão entrar em contato com uma reflexão muito relevante tratada pela autora *Céli Regina Jardim Pinto* sobre a questão das políticas compensatórias de cotas para grupos específicos dentro dos processos de inclusão social. A autora, além de apresentar o estatuto político das políticas de inclusão, traz um riquíssimo debate sobre a questão da diferença e do reconhecimento social.

Diante da diversidade explorada neste número e da especificidade temática sobre a participação social, só nos resta desejar que o leitor qualificado e interessado navegue pela leitura buscando explorar a qualidade dos trabalhos, o

pensamento crítico e a complexidade de pensarmos a questão da participação nas sociedades contemporâneas, seja daquelas vinculadas aos processos institucionais ou mesmo daquelas ainda laboratoriais.

Marco Aurélio Máximo Prado

Salvador Antonio Mirelles Sandoval

Editores da Revista Psicologia Política

Bases psicossociais da (in)tolerância: Reflexões políticas

Psycho-social basis of (in)tolerance:
A political reflection

José Luis Álvaro Estramiana★

j.alvaro@ucmail.ucm.es

Maria de Fátima Vieira Severiano★★

fatis@baydenet.com.br

Resumo

Não é possível a compreensão da cultura política das sociedades contemporâneas sem uma referência ao conflito entre as declarações políticas baseadas na tolerância individual, grupal e nacional e o desenvolvimento de formas distintas de intolerância interindividual e intergrupal. Desde a da promulgação dos direitos humanos até a atualidade, a tolerância tem sido o valor, em torno do qual, se busca articular a ordem política e social da modernidade. As ciências sociais em geral, e a psicologia social em particular, têm abordado, a partir de uma reflexão teórica e uma análise empírica da realidade social, os mecanismos psicossociais que explicam os atos de intolerância característicos tanto do século passado, quanto do presente. Este artigo constitui uma reflexão teórica sobre os fundamentos históricos da tolerância como valor social, assim como sobre as bases psicossociais da intolerância como comportamento individual e coletivo.

Palavras chaves

Tolerância, Intolerância, Valores, Psicologia Social, Psicologia Política

Abstract

An understanding of the political culture of contemporary societies is impossible without reference to the conflict between political statements based on individual, group and national tolerance and the development of distinct forms of inter-individual and inter-group intolerance. From the promulgation of human rights to date, tolerance has been a value, around which, we seek to articulate political and social order in modernity. The

★ Psicólogo Social, professor titular da Universidad Complutense de Madrid, Doutor em Psicologia Social pela Universidad Complutense de Madrid, com estudos na Universidad de Cambridge - professor associado. Avd/ Reina Victoria 29, 2º C. CEP: 28003, Madrid, Espanha

★★ Psicóloga, professora adjunta da Universidade Federal do Ceará – UFC, Doutora em Ciências Sociais Aplicadas à Educação pela UNICAMP. Rua Ana Bilhar, 305, Aptº 601 – Meireles – CEP: 60. 160-110, Fortaleza-Ce, Brasil.

ÁLVARO, J. L. E. & SEVERIANO, M. F. V., (2003). Bases psicossociais da (in) tolerância: Reflexões políticas. *Psicologia Política*, 3(5), 15-38.

social sciences in general and social psychology specifically, have approached psycho-social mechanisms which explain acts of intolerance, as characteristic in the last century as they are now, from a theoretical reflection and an empirical analysis of social reality. This article constitutes a theoretical reflection on the historical foundation of tolerance as a social value, as well as including the psycho-social basis of intolerance as individual and collective behavior.

Keywords

Tolerance, Intolerance, Values, Social Psychology, Political Psychology.

Tolerância e liberdade são dois valores básicos da convivência democrática, amplamente aceitos, de forma declarada, em nossos dias. O conceito de tolerância disseminou-se nas sociedades ocidentais modernas, nos mais amplos setores, fazendo parte, inclusive, da atual retórica utilizada pelo discurso clerical, em contraposição a suas origens ilustradas, quando a tolerância constituía-se no principal cavalo de batalha, justamente, contra a então intolerância e fanatismo religiosos deste setor ou, nas palavras de Locke, “(...) a tolerância nula”. Este exemplo é interessante porque se constitui num caso típico do que, parafraseando Marcuse, poderíamos denominar de *tolerância ex post*. Além disto, por outro lado, a aceitação da tolerância como valor universal nem sempre se manifestou no plano empírico, por mais que se houvesse proclamado no retórico. Inclusive nas sociedades mais paradigmaticamente liberais e supostamente pluralistas, onde a prática da tolerância se manifesta através de liberdade de expressão, a tolerância deixa de ser exercida, em ocasiões, na qual a palavra crítica deixa de ser mera ação discursiva para transformar-se em fatos.

A tolerância, portanto, constitui-se num produto cultural e histórico da Modernidade, cuja conceituação percorreu um longo caminho até seu uso atual, concebida, na prática, como concessão de poder político ou de poder social dos grupos dominantes, religiosos ou laicos, sejam ou não majoritários.

Enquanto produto da Modernidade é importante ressaltar que a tolerância é uma ferramenta intelectual e política do pensamento ilustrado, cuja dimensão crítica somente se realiza na luta efetiva contra a intolerância.

I - A tolerância como valor ilustrado

Em sua gênese histórica, a tolerância aparece como um valor fundamental dos ideais da Ilustração vinculada ao conceito de razão e explicitamente oposta à intolerância religiosa, especialmente expressa no fanatismo religioso, até chegar a sua constituição como direito individual de todo cidadão e base das liberdades civis do sistema democrático. Portanto, a defesa da tolerância supõe um ataque frontal às bases ideológicas do *Ancian Regimen*. Como exemplo da defesa da liberdade religiosa consideramos paradigmáticos dois textos clássicos: a *Carta sobre la Tolerância*, de John Locke (1689) e o *Ensayo sobre la Tolerância* de Voltaire (1763).

Em sua defesa a favor da separação entre Igreja e Estado, Locke declarou que “(...) la tolerância es la característica primordial de la verdadera Iglesia” (Locke, 1689:17) e considerou que, em última instância, a liberdade religiosa formava parte da liberdade individual:

“(...)deberás conceder que yo pueda unirne a la iglesia que crea más necesaria a mi salvación. De esta manera todos tendremos en una libertad religiosa el legislador que elegimos” (Locke, 1689: 24)

“(...)puesto que el hombre no viola derechos ajenos con su culto erróneo, ni ofende a otro al divergir en opiniones religiosas, el cuidado de su salvación le pertenece sólo al hombre particular” (Locke, 1689: 46)

Para além das concepções de Locke, o *Ensayo sobre la tolerância* de Voltaire (1763) supõe uma luta ativa contra o fanatismo, por ocasião do julgamento de Jean Calas, jansenista, acusado de um crime não cometido em um tribunal manipulado. Enquanto que nos escritos de Locke nos deparamos com uma concepção liberal de tolerância, vinculada à noção de indivíduo, em Voltaire a tolerância respalda-se sobre o princípio básico da igualdade entre os homens. Neste sentido, acreditamos oportuna a observação de Robert Paul Wolff (1969: 20-21), segundo a qual a grande tradição anglo-americana de liberdade religiosa surge como uma concepção oriunda da má vontade de uma heterodoxia de fato - não conformistas e anglicanos por um lado, católicos e protestantes por outro - e da devoção protestante frente à liberdade de consciência individual. Ensaaios sociológicos clássicos como *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* de Max Weber (1901) e *El burgués* de Werner Sombart (1913) continuam sendo referências obrigatórias para a análise da relação entre o liberalismo econômico e o surgimento da consciência liberal entre os países influenciados pela Reforma protestante - pioneiros nas revoluções burguesa e industrial. Situação esta, bastante diferente daquela dos países da velha Europa continental católica. Voltaire, ao partir da tradição racionalista da ilustração francesa, transcende às concepções empiristas de Locke, ao fazer do caso *Calas* um manifesto da tolerância como direito humano e valor universal:

“El derecho humano sólo puede basarse en el derecho de naturaleza, cuyo gran principio, su principio universal, tanto del uno como del otro, en el mundo entero es: ‘No hagas a los demás lo que no quieras que hagan contigo’. Siendo así, no es concebible cómo, siguiendo este principio, puede un hombre decirle a otro: ‘Cree en lo que yo creo y tú no puedes creer, o perecerás’”. (Voltaire, 1763: 51).

“(...) os digo que es preciso considerar a todos los hombres como hermanos. ¡Como! ¿El turco hermano mío?; ¿y el chino?; ¿y el judío?; ¿y el siamés? Si, indudablemente...” (Voltaire, 1763: 149).

Lamentavelmente, o pensamento de Voltaire, a este respeito, não foi suficientemente aceito e disseminado em sua época, assim como também não o foi em nossa era, apesar da história nos prover de exemplos como os de Erasmo frente a Lutero ou de Castellio contra Calvino, os quais foram concebidos pelo iluminista do século XX, o escritor Stefan Zweig (2001), como exemplares no combate contra a intolerância.

Ainda a respeito de Voltaire, antecipando-se ao seu tempo, este, nos revelou três novas dimensões da tolerância que passaram a fazer parte fundamental da concepção moderna, a saber: luta contra a intolerância, universalidade e reciprocidade. Obviamente, a tolerância supõe a erradicação da intolerância: a tolerância como valor somente se consegue através da supressão do fanatismo, da superstição, do dogmatismo, do abuso de poder, da imposição pela força das idéias. Em segundo lugar, supõe a existência de um *nós* distinto do *nós* tribal, grupal, nacional; supõe conceber o outro não enquanto membro do ‘meu’ grupo religioso, étnico ou nacional, mas em perceber-lhe como um *outro* igual a mim mesmo, reconhecendo-lhe como pessoa e não como membro intercambiável de um grupo social. Finalmente, Voltaire estabelece uma condição de tolerância, qual seja, a reciprocidade. A tolerância supõe por parte do outro não apenas a aceitação da defesa das minhas idéias, mas também a renúncia a impor-las mediante o uso de quaisquer formas de poder.

A esse respeito, Kant (1784) em sua célebre “Resposta a um pergunta: Que é iluminismo?” questiona a noção de tolerância de sua época, alertando para um certo uso inadequado deste conceito: aquela que exhibe uma faceta “arrogante” no que esta implica em “concessão” ou “graça” da parte daqueles que detêm o poder. Neste sentido, tolerância implicaria num consentimento, numa espécie de dádiva, de graça, proveniente sempre do alto do poder para aqueles supostamente inferiores, significando, em última instância, não uma verdadeira aceitação da diversidade do *outro* ou o reconhecimento de um direito universal, mas apenas uma “concessão” à manifestação ou presença da alteridade diversa. Tal crítica pode ser exemplificada quando de sua exaltação a Frederico, identificando-o com o século das luzes:

“Um príncipe que não acha indigno de si dizer que tem por dever nada prescrever aos homens em matéria de religião, mas deixar-lhes aí a plena liberdade que, por conseguinte, recusa o arrogante nome de tolerância, é efetivamente esclarecido e merece ser encomiado pelo mundo grato e pela posteridade como aquele que, pela primeira vez libertou o gênero humano da menoridade, pelo menos por parte do governo e deu a cada qual a liberdade de se servir da própria razão em tudo o que é assunto de consciência” (Kant, citado por Penna, 1995:p. 119)

A ênfase kantiana repousa, em seu ideal de razão, segundo o qual a menoridade deveria ser a todo custo combatida, com fins de emancipação e libertação do homem de todas as tutelas, por meio do uso de sua própria razão: *sapere aude* – atreve-te a saber.

Diante do exposto, o uso do termo “tolerância” será neste estudo concebido em sua acepção positiva, ilustrada, não enquanto uma concessão arrogante, mas no sentido que aponta mais para o dever ético e a promoção da igualdade entre os povos,

considerando-a como uma condição de possibilidade para a construção da democracia como sistema político e das liberdades civis enquanto sustentáculo da mesma, consubstanciada na frase de Voltaire, do já referido ensaio: “*Não concordo com uma só palavra do que dizeis, mas darei minha vida pelo direito que tendes de dizê-lo*”.

II – A tolerância e a crítica da Ilustração: A Escola de Frankfurt.

O presente campo de reflexão – a crítica da cultura empreendida pelos teóricos da Escola de Frankfurt – transcende a defesa da tolerância no campo religioso e a ampliação aos mais diversos âmbitos da vida cotidiana. As reflexões filosóficas destes teóricos suscitaram uma questão fundamental em sua época, na medida em que se perguntaram como havia sido possível que a humanidade não houvesse caminhado em direção à liberdade e à tolerância, mas em direção à barbárie nazista instalada em uma sociedade aparentemente esclarecida como a Alemanha da época. Uma sociedade democrática requer a tolerância não apenas axiologicamente, mas também como princípio normativo dos comportamentos de seus cidadãos.

Entretanto, ao analisar os ideais de racionalidade, universalidade, liberdade e igualdade vigentes nas sociedades industriais modernas, Horkheimer, Adorno, Marcuse e, mais tardiamente, Habermas se depararam com o domínio e o poder, herdeiros da eficiência técnica como valor predominante, levando-os a considerar que os ideais do Iluminismo resultaram num colossal fracasso. Vejamos isto nas palavras iniciais, proferidas por Adorno e Horkheimer, em sua obra mais paradigmática, escrita em 1944, significativamente intitulada de *Dialética do Esclarecimento*:

“No sentido mais amplo do progresso do pensamento, o esclarecimento tem perseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e de investi-los na posição de senhores. Mas a terra totalmente esclarecida resplandece sob o signo de uma calamidade triunfal. O programa do esclarecimento era o desencantamento do mundo. Sua meta era dissolver os mitos e substituir a imaginação pelo saber (...) Contudo, a credulidade, a aversão à dúvida, a temeridade no responder, o vangloriar-se com o saber, a timidez no contradizer, o agir por interesse, a preguiça nas investigações pessoais, o fetichismo verbal, (...) impediram um casamento feliz do entendimento humano com a natureza das coisas” (Adorno e Horkheimer, 1944: 19)

Nessa obra, Adorno e Horkheimer tematizaram os elementos de racionalidade do mundo moderno para denunciá-los como uma nova forma de dominação, caracterizada pela previsibilidade e uniformização das consciências. O “*esclarecimento*” se apresenta aqui, em sua face coercitiva, pois o homem, em sua tentativa de domínio

absoluto sobre a natureza, termina por desenvolver um domínio totalitário sobre os outros homens e sobre si próprio. Como resultado, desenvolveu-se um tipo de racionalidade formalizada e fatídica – uma razão instrumental – preocupada unicamente em promover a dimensão da calculabilidade e da utilidade como fim último, sem mais quaisquer preocupações valorativas no que concerne aos problemas centrais da humanidade: ética, justiça, liberdade, felicidade etc. Segundo os referidos autores, a Ciência, sob a égide da razão instrumental, no transcurso do processo civilizatório, finda por perder sua potencialidade crítica transformando-se num fim em si mesmo, gerando, desta forma, um novo mito: o mito da ciência positiva. Assim, uma nova racionalidade subjetiva e instrumental passa a impregnar todas as relações humanas, em contraposição a uma razão crítica, origem primordial dos grandes ideais do Iluminismo. Tal concepção instrumentalizada da razão possui profundas conseqüências para o estabelecimento da intolerância, como veremos adiante, pois na medida em que a razão se instrumentaliza, as relações entre os homens também seguem este mesmo caminho – homens e coisas passam a viver sob a égide de um “equivalente geral” – gerando, relacionamentos também instrumentalizados e desvinculados de princípios éticos. Técnica e Ciência transformam-se, no decorrer do desenvolvimento do capitalismo tardio, em ideologia, a serviço das ‘razões’ do mercado, instadas pelo *agir racional com respeito-a-fins* e provocando o que Habermas (1973) denominou de “*problemas de legitimação do capitalismo tardio*”. Voltaremos a Habermas posteriormente.

Também sob o referencial da Teoria Crítica, Adorno, Frenkel-Brunswick, Levinson e Sanford (1950) se propuseram a estudar a *Personalidade Autoritária*, incorporando a psicanálise ao estudo do preconceito e sua relação com a dinâmica da personalidade. Este estudo faz parte de uma série de investigações sobre o preconceito que, sob distintas perspectivas teóricas, foram subsidiadas pelo Departamento de Investigação Científica do Comitê Judeu americano, dirigido por Horkheimer em 1944. *A Personalidade Autoritária* (1950), apesar das críticas metodológicas a ela formulada, continua sendo uma referência importante, na medida em que nos informa, por meio de um variado conjunto de investigações empíricas e teóricas, sobre como diversos traços psicodinâmicos da personalidade (a frustração, o isolamento, a projeção, a paranóia e a rigidez cognitiva etc) dão lugar a manifestações de tipo ideológico como o etnocentrismo (contra judeus, negros e outras minorias) e o fascismo. A submissão acrítica à autoridade, característica da personalidade autoritária, é um dos traços principais da intolerância. Entretanto, apesar de existir uma correlação entre etnocentrismo, fascismo e rigidez mental, como indicam outros psicólogos sociais tais como Rokeach (1948), o dogmatismo – referido à organização cognitiva total de idéias e crenças em sistemas relativamente fechados (Rokeach, 1963) – pode ser

independente da ideologia que se adote. Outra frente de críticas à *Personalidade Autoritária* se centrou na inadequação do enfoque psicodinâmico da personalidade para explicar o preconceito racista, enfatizando a influência dos fatores socioculturais no desenvolvimento do preconceito, de alguns traços da *personalidade autoritária*, e do *conformismo* (Cf. Pettigrew, 1958). O que estes estudos nos indicam é que o autoritarismo e o dogmatismo possuem características em comum, tais como a rigidez e a inflexibilidade de pensamento, tendo como fundamento, a intolerância. O fanatismo, a discriminação, a distância social, o preconceito, as atitudes racistas e o etnocentrismo frente aos negros, aos judeus, ou aos estrangeiros revelam formas de intolerância características da *personalidade autoritária e dogmática*.

Entretanto, segundo Cohn (1986), um dos mais eminentes estudiosos de Adorno no Brasil, a pesquisa sobre a *personalidade autoritária* não foi concebida num registro psicológico, como compreenderam seus críticos mais acirrados. De acordo com este autor, apesar desta obra concentrar-se no estudo da personalidade, tais pesquisas são mais apropriadamente apreendidas em termos sociológicos, uma vez que seus autores visavam:

“(...) descobrir relações entre a personalidade e o conjunto de idéias e valores, com base na noção de que na personalidade se articulam fatores sociais e representações ideológicas. O objetivo prático da pesquisa, para seus autores, era compreender quais fatores sociológicos são cruciais na constituição da personalidade autoritária e como atingem seus efeitos.” (Cohn, 1986:17)

Por outro lado, alguns psicólogos sociais têm procedido ao estudo do que denominam, de forma mais ampla, de *personalidade democrática* ou *personalidade produtiva*. Neste sentido, e no contexto dos estudos sobre o preconceito, também encomendado pelo Comitê Judeu Americano, Gordon W. Allport (1954: 458ss) assinala que um nível educativo alto, capacidade empática, auto-compreensão ou conhecimento de si mesmo, capacidade de auto-culpabilidade e de simpatia pelos oprimidos, tolerância à ambigüidade e valores estéticos, sociais, religiosos e teóricos sobre os econômicos e políticos constituem-se em traços característicos do que ele tipifica como *personalidade tolerante*, em oposição à *personalidade autoritária*.

Retomando a perspectiva frankfurtiana no que concerne à noção de tolerância, consideramos imprescindível a referência a Herber Marcuse. Em suas análises das sociedades industriais modernas, Marcuse (1969) com seu conceito de *tolerância repressiva*, nos instrumentaliza para uma maior reflexão crítica sobre a temática por ele desenvolvida em *A Ideologia da Sociedade Industrial: O Homem Unidimensional* (Marcuse, 1964) e retomados posteriormente em outros ensaios. Este autor parte da idéia de que a tolerância continua conservando sua dimensão crítica adquirida em suas origens iluministas, e, em

consequência disto, continua sendo o objetivo perseguido por certos grupos que orientam suas ações para práticas libertadoras que lutam contra a intolerância. Entretanto, Marcuse (1969) é consciente da existência de uma retórica oficial da tolerância como valor universal (abstrato) cuja função última é ocultar a existência real da discriminação, e de uma *tolerância passiva*, com atitudes e idéias firmemente estabelecidas, porém de efeitos evidentemente prejudiciais à emancipação da humanidade. A universalidade da primeira é questionada pela prática, a qual se apresenta não mais em sua forma retórica *abstrata*, mas condicionada em seus fins por uma dupla limitação: o uso da violência legalizada e a posição privilegiada dos interesses dominantes (Marcuse, 1969: 79-80). Quando a tolerância não se exerce a partir de uma reflexão crítica, quando há um “bloqueo del disenso efectivo” e encontram-se anuladas as “condiciones de deliberar y escoger sobre la base de conocer” e o “acceso a información auténtica”, esta *tolerância passiva* se transforma em uma *falsa tolerância*, produto de uma *falsa consciência* (Marcuse, 1969), uma vez que a avaliação não é oriunda de um “pensamiento autónomo” (Ibid.: 87-88). Nesta perspectiva, Marcuse nos propõe o estabelecimento racional de uma distinção entre *verdadera y falsa tolerância* sobre critérios empíricos, inseparáveis da distinção entre progresso e regressão. Com o exemplo da tolerância democrática *passiva* ante os discursos dos dirigentes nazistas, este autor introduz o conceito de *tolerância libertadora* que implica necessariamente intolerância com os intolerantes:

“En cuanto al objetivo de esta tolerancia e intolerancia combinadas, se extendería tanto a la fase de acción lo mismo que de discusión y propaganda, de acción como de palabra. El tradicional criterio de peligro claro y actual ya no parece adecuado a una fase en la que la sociedad en conjunto se halla en la situación del público de un teatro cuando alguien grita: “fuego” (...) En pasadas y diversas circunstancias los discursos de los dirigentes nazis y fascistas fueron el prólogo inmediato de las matanzas. (...) Pero la difusión de la palabra podía haber sido contenida antes de que fuese demasiado tarde: si la tolerancia democrática hubiese sido suspendida cuando los futuros dirigentes iniciaron su campaña, la humanidad hubiera tenido la posibilidad de evitar Auschwitz y una guerra mundial”. (Marcuse, 1969: 98).

Herdeiro da Teoria Crítica, Habermas (1987), por sua vez, em sua *Teoría de la acción comunicativa*, intenta oferecer uma teoria da ação, normativamente fundamentada, a qual supõe uma alternativa à filosofia da história. Um de seus conceitos fundamentais é o de “ética comunicativa”, desenvolvido em *La reconstrucción del materialismo histórico*, como produto contraditório surgido da moral burguesa.

“(La ética comunicativa) asigna la universalidad de las normas admitidas y la autonomía de los sujetos actuantes por cuanto recurre exclusivamente a la corroboración discursiva de

las pretensiones de validez de las normas: sólo pueden reclamar validez aquellas normas en que todos los interesados se ponen de acuerdo (o podrían ponerse de acuerdo) sin coacción como participantes en un discurso donde entran (o podrían entrar) en una formación discursiva de la voluntad.” (Habermas, 1976: 111).

Em *Teoría de la acción comunicativa*, Habermas propõe que somente a razão dialógica é capaz de promover um sistema democrático e fazer da tolerância seu principal sustentáculo. A tolerância somente pode ser concebida, nesta concepção dialógica da verdade, aceitando o caráter lingüístico de todo debate, o que permite uma crítica reflexiva aos valores que permeiam todo o sistema da sociedade em questão. O conceito de *ação comunicativa*, referente a “(...) *la interacción de, al menos, dos sujetos capaces de lenguaje y de acción que entablan una relación interpersonal (...) [con el fin de] entenderse sobre una situación de acción para poder así coordinar de común acuerdo sus planes de acción y con ello sus acciones*” (Habermas, 1981: 124) é construído por este autor a partir de:

a) Uma reformulação da dimensão interpretativa da ação social de Weber, como processo de negociação das definições da situação susceptíveis de consenso. Neste ponto é importante assinalar que, para Habermas, o tipo de interação a que se refere o conceito de ação comunicativa, apesar de se coordenarem mediante atos de fala, não podem ser subsumidos a estes. Tampouco a ação comunicativa se esgota no ato de entendimento efetuado em termos de interpretação.

b) Uma incorporação dos conceitos de *ação racional com respeito-a-fins* de Weber, de *ação social* regulada por normas de Parsons e Durkheim e de *ação dramaturgica* de Goffman y Garfinkel, assim como do pressuposto wittgensteiniano de um *meio lingüístico* no qual se refletem *como tais* as relações do ator com o mundo. Este pressuposto implica a acessibilidade da problemática da racionalidade pelo próprio agente. (Habermas, 1981: 37-38)

Neste sentido, o pensamento de Habermas – da mesma forma que o de Adorno, Horkheimer e Marcuse – pode ser considerado como uma continuação da crítica ao Iluminismo a partir dos próprios princípios que guiaram este projeto, ou seja, para todos os frankfurtianos, a razão contém um elemento crítico, constituidor da história, e por nenhum momento deve ser negligenciada em favor de irracionalismos. As críticas destes teóricos dirigem-se à razão instrumental, positivista, mas não à totalidade da razão, a qual, segundo Marcuse (1978), representa a mais alta potencialidade da existência humana.

A proeminência da tolerância como princípio regulador entre os indivíduos e entre estes e as instituições tanto religiosas como do Estado constitui-se, pois, numa construção histórica e cultural. Uma construção que continua sendo extremamente necessária se considerarmos, como Hannah Arendt, que o Século XX foi o mais cruel na história da humanidade. A tolerância, como luta contra a intolerância, se converte,

desta forma, em um valor a superar a desolação ética de nossas sociedades nos últimos cem anos de história.

Nas páginas seguintes, buscaremos articular uma série de elementos que podem ajudar-nos a explicar os fundamentos psicossociais da intolerância.

III - As bases psicossociais da intolerância.

“Polônia, Julio de 1941. En la localidad de Jedwabne se produce el exterminio de la comunidad judía. La mitad de la población de esta pequeña población polaca acabó con la vida de la otra mitad de origen judío. Mil seiscientas personas entre hombres, mujeres y niños fueron apaleados, acuchillados, estrangulados o quemados por quienes hasta entonces habían sido sus vecinos, aquellos que hasta entonces habían asistido a la misma escuela, compartido la vida cotidiana sin mayores problemas”.

Esta história brutal, relatada pelo historiador Jan Bross (2002) retrata um fenômeno amplamente recorrente no século XX e em nosso recente século XXI: a hostilidade e crueldade de um grupo frente a outro grupo social devido a diferenças étnicas, culturais, raciais, religiosas e/ou políticas. Aqui, as vítimas podem ser palestinos de um campo de refugiados, civis vietnamitas de uma aldeia como a de My lai, tutsis de outra pequena cidade de Ruanda, bósnios de origem muçulmana na guerra dos Balcãs ou iraquianos na recente barbárie empreendida pelo chamado “eixo do bem”, do presidente G. W. Bush contra os então representantes do “eixo do mal”, levando à morte milhares de civis indefesos, além da destruição de um dos maiores acervos culturais da civilização. Tais fenômenos regressivos nos levam a buscar compreender a intolerância no contexto sócio-histórico em que esta acontece, procurando, ao mesmo tempo, analisar os fundamentos psicossociológicos que tornam possível explicar seus aspectos mais estruturais. O evento da guerra do Iraque, presenciado muito recentemente pelo mundo, assim como o referido, por Gross (2002) resumem, a partir de uma perspectiva ética, a desumanidade encarnada na própria face humana. Daí questionarmos: Que tipo de processos de caráter psicossocial nos levam a atos tão diferentes, nos quais se manifestam tamanha (in)tolerância? Quais são as forças situacionais que levam as pessoas a serem tolerantes ou intolerantes?

Submissão à autoridade

A descrição de dois experimentos psicossociais, bastante conhecidos: o experimento de Milgram (1974) e o de Zimbardo e seus colaboradores (1972), talvez nos forneça pistas para compreender o exemplo de Jedwabne, do Iraque e muitos outros episódios históricos de intolerância intergrupala .

Stanley Milgram realizou um experimento com participantes de distintas profissões, idades e gênero. Recrutadas por meio de um anúncio de jornal, as pessoas que participaram deste experimento (motivadas por uma recompensa) receberam uma instrução de repetir uma lista de palavras a um indivíduo, depois de haver memorizado a associação de cada uma das palavras da referida lista com suas palavras correspondentes. A pessoa que se passava por aprendiz, devia responder qual das palavras estava corretamente associada com a que dizia o sujeito que fazia o papel de mestre. Cada vez que o aprendiz respondia incorretamente lhe era administrada uma descarga elétrica que podia chegar até aos 450 volts, assinalada como de máximo perigo. O experimento de Milgram foi repetido em diferentes ocasiões até atingir uma amostra de mil pessoas. Como resultado, temos que aproximadamente 65% dos participantes administraram a descarga máxima. Quando foi perguntado a Milgram se alguma das pessoas que participaram do experimento haviam se levantado para ajudar a vítima, Milgram respondeu: “Ni uno solo”. Obviamente o suposto aprendiz não recebeu nenhuma descarga elétrica, apenas simulava recebê-las. Tratava-se de um sujeito previamente treinado pelo experimentador. Entretanto, sem dúvida, as pessoas que fizeram o papel de mestre acreditavam, todas elas, que as descargas eram reais.

No segundo dos experimentos mencionados, Zimbardo, Haney, Banks y Jaffe se propuseram a estudar os efeitos individuais e grupais em uma situação de prisão. Diante da não permissão das autoridades penitenciárias norte americanas para realização do referido experimento em uma prisão real, os pesquisadores reproduziram a referida situação, de forma simulada, nas instalações da Universidade de Stanford. Para tal, um amplo corredor se transformou em pátio, três salas de laboratório em celas com portas gradeadas, e vários gabinetes passaram a ser os quartos dos carcereiros, sala de visitas, dormitório do chefe dos carcereiros (papel desempenhado pelo Prof. Jaffe) e o gabinete do superintendente (o Prof. Zimbardo). Todas as interações foram controladas mediante câmeras e microfones ocultos, a exceção de um pequeno quarto, remodelado como cela de castigo, o qual recebeu a denominação de “el agujero”. Participaram deste experimento 21 sujeitos, remunerados, em sua maioria estudantes brancos de classe média, selecionados de uma amostra inicial de 75 voluntários, dentre os quais se buscavam pessoas fisicamente sãs, psicologicamente equilibradas, cultas e “ordeiras”. Dez dos participantes foram sorteados para comporem o grupo dos presos e os onze restantes o grupo dos carcereiros. A duração prevista do experimento era de 15 dias. Após uma tentativa frustrada de rebelião (motín), por parte dos presos, foi se consolidando, sem sombra de dúvidas, uma caricatura grotesca da dinâmica carcerária, na qual os que faziam o papel de carcereiros chegaram a cometer atos de arbitrariedade e crueldade inimagináveis, e os prisioneiros foram se entregando sem resistência ao

papel submisso que se esperava deles, até o ponto de esquecerem suas reais identidades como seres autônomos. Assustados com tais situações, as quais estavam claramente escapando de controle, dados que os limites entre a simulação e a realidade se dissolveram perigosamente, Zimbardo e sua equipe decidiram encerrar o experimento no sexto dia.

O primeiro mecanismo psicológico da intolerância que nos aponta estes dois experimentos descritos se refere à *obediência à autoridade*. A submissão acrítica à autoridade, a qual já nos referimos anteriormente como traço da *personalidade autoritária*, rompe com o valor da tolerância, responsável pelo respeito ao outro, levando a impingir danos ao outro sem quaisquer questionamentos. Apesar de tendermos a atribuir uma responsabilidade individual aos nossos atos, determinadas circunstâncias nos revelam diversos aspectos de nossa natureza humana.

Os sujeitos que administraram as máximas descargas no experimento de Milgran eram considerados cidadãos normais. Os carcereiros simulados do experimento de Stanford eram estudantes universitários pré-selecionados por sua normalidade. Também os vizinhos da aldeia polaca de Jedwadne, anteriormente descrita, eram tidos como cidadãos normais, assim como os jovens soldados norte-americanos dos bombardeios do Iraque são sujeitos considerados normais, caso contrário não seriam alistados nas forças militares norte-americanas.

Um exemplo paradigmático deste fenômeno foi citado por Hannah Arent, a propósito do julgamento de Eichmann em Israel em 1961, publicado dois anos mais tarde em *Eichmann em Jerusalém* (1963). Nesta obra Arendt manifesta que Eichmann não era nenhum monstro da natureza humana, mas uma pessoa normal. Este criminoso de guerra nazista escreveu em suas memórias:

“Yo no quería, pero las circunstancias y mis jefes me lo ordenaron y yo soy lo que soy, un funcionario obediente. Hubiera preferido otro destino cuyas consecuencias no me hubieran traído a juicio aquí. Pero la obediencia es sagrada”. (A. Eichmann. *Memorias* apud Tersch, 2000: 6)

Este tipo de argumento também podemos encontrar na trilogia de Primo Levi, fruto de sua reclusão nos campos de extermínio nazis (*Si esto es un hombre, La trégua, Los hundidos y los salvados*). Como nos disse Milgram (1974:19), a pessoa ‘normal’ que impingia uma descarga sobre a vítima, o fazia por um sentido de obrigação – por uma concepção de cumprir um dever enquanto sujeito de um experimento – e não por uma tendência particularmente agressiva. No caso dos prisioneiros simulados do experimento de Stanford, as agressões e as condutas humilhantes – reais – frente aos outros companheiros ‘presos’ ocorrem por submissão – real – a uns carcereiros

igualmente simulados, em uma situação experimental, na qual a participação era voluntária, e portanto a possibilidade de abandonar e desobedecer não encerrava maiores riscos.

Banalização do mal

A intolerância não é, necessariamente, um predicado de pessoas que têm certas características particulares. Convém, portanto, retirar do registro da psicopatologia as diferentes manifestações de intolerância, não assumindo que, necessariamente, quem realiza atos criminosos é um ser desviado, um doente mental, um monstro etc. A banalidade do mal a que se referia Hannah Arendt se encontrava nos diversos atos rotineiros que tornaram possível o holocausto – como manifestação máxima da intolerância frente aos judeus – se instalar na comunidade alemã. Ariel Dorfman nos fornece outra magistral descrição da banalidade do mal de que nos falava Arendt, desta feita para referir-se aos crimes cometidos durante a ditadura de Pinochet:

“(...) porque el Jefe Máximo no actuó sólo. Son muchos, innumerables, los que participaron y permitieron sus abusos. Están, por cierto, los centenares de militares y funcionarios de primera y cuarta categoría que llevaron a cabo las ordenes del general, los hombres que apretaron el gatillo o hundieron el bisturí en el ojo ajeno o agarrotaron el tornillo en los genitales de un hombre o una mujer inermes. Ni que hablar de quienes compraban los materiales con que tales horrores se perpetuaron, aquellos que arrendaban esos sótanos y los limpiaban, los que pagaban los sueldos de esos agentes y mecanografiaban los informes y servían el café y las galletas a la hora del reposo de los guerreros...los que cerraron los ojos para no ver...” (Dorfman, 2000: p.18)

O que mais nos surpreende e aterroriza é que sujeitos como Eichmann e tantos outros são ‘normais’. As conclusões de Zimbardo y sua equipe sobre o resultado do experimento da prisão de Stanford apontam nesta direção inquietante: a da facilidade com que se pode provocar uma conduta sádica em pessoas concebidas como normais:

“Fue después de este episodio (el del motín) cuando los carceleros empezaron de verdad a desplegar inventiva en la aplicación del poder arbitrario. Obligaban a los presos a obedecer reglas estúpidas y con frecuencia inconsistentes, a realizar trabajos tediosos e inútiles tales como trasladar cartones de un retrete a otro una y otra vez, o sacar espinas de sus mantas durante horas y horas. No sólo tenían los presos que cantar canciones o reír o dejar de reír cuando se les ordenaba, sino que también tenían que insultarse o humillarse entre sí durante los recuentos. También tenían que decir en vez alta sus números durante interminables

periodos de tiempo, y se les obligaba a tenderse en el suelo y a levantar a alguien que se ponía de pie o se sentaba encima de ellos” (Zimbardo y otros, 1972: 100-101)

Desvinculação entre o ato e suas conseqüências

Outro pressuposto psicossocial da intolerância é a tendência a ver-se absorvido pelos aspectos técnicos de um ato imoral ou anti-ético. A desvinculação entre meios e fins, entre o ato e suas conseqüências é um aspecto fundamental na inibição dos princípios morais e éticos que deveriam coibir o dano infligido à outra pessoa.

Eichmann relata a precisão da chegada dos trens às câmaras de gás como um aspecto técnico-burocrático independente do destino dos mesmos. Milgram ressalta como os sujeitos que participaram no experimento estavam tão imersos nos procedimentos do mesmo, em sua perfeita execução, que sua preocupação moral deixou de existir. No experimento de prisão de Stanford, o desempenho do papel de carcereiro levou os sujeitos participantes a empenharem-se a fundo, deixando de lado a situação experimental e os princípios morais prévios, em benefício das “razões de segurança”, que chegaram a considerar fora da incumbência dos investigadores. Algo muito similar relatam Kelman y Hamilton (1989) no seu livro *Crímenes de obediência*.

Os exemplos acima expostos apenas ilustram a eficácia com que a racionalidade instrumental, analisada pelos frankfurtianos, logrou êxito. A absoluta prevalência dos meios sobre os fins, do “progresso técnico” sobre o “progresso humanitário”, inaugura a ditadura da racionalidade tecnológica, em detrimento da razão crítica, em cujo seio reside a crença de que “tudo o que é real é racional” não se devendo perturbar o funcionamento da sociedade, mesmo que este implique numa irracionalidade de base, como nos alertou Marcuse (1964):

“(...) essa sociedade é irracional como um todo. Sua produtividade é destruidora do livre desenvolvimento das necessidades e faculdades humanas; sua paz, mantida pela constante ameaça de guerra; seu crescimento, dependente da repressão das possibilidades reais de amenizar a luta pela existência – individual, nacional e internacional”. (p.14)

Entretanto, prossegue Marcuse,

“(...) as pessoas são levadas a ver no aparato produtivo o agente eficaz de pensamento e ação ao qual se devem render seu pensamento e ação pessoais. E, nessa transferência, o aparato também assume o papel de agente moral. A consciência é absolvida por espoliação, pela necessidade geral de coisas”, afinal, “...o sistema estabelecido a despeito de tudo entrega as mercadorias” (p.88).

A delegação do pensamento a uma suposta racionalidade do sistema parece ser um fator decisivo na desculpabilização individual e no arrefecimento da consciência ética e moral, mesmo quando são perpetrados atos inumanos. A impessoalidade da técnica encobre o rosto humano, a incontestável obediência ao rigor científico e/ou à racionalidade do Estado – tornados um novo mito – produz os novos monstros ‘pós-modernos’, autômatos cumpridores de ordens, independente de seus fins. A culpa, usualmente um mecanismo psíquico de atribuição pessoal de responsabilidades, se dissipa ante a impessoalidade do aparato tecnológico, considerado *intrinsecamente* racional, tornando tudo abstrato e ‘amoral’. Como nos disse Marcuse (1964):

“Não há culpa alguma (...) Um homem pode dar o sinal que liquida centenas e milhares de criaturas, depois se declarar livre de qualquer dor na consciência e viver feliz daí por diante. As potências antifascistas que derrotaram o fascismo nos campos de batalha colheram os benefícios dos cientistas, generais e engenheiros nazistas; tiveram a vantagem histórica do retardatário. O que principia como o horror dos campos de concentração se torna a prática do treinamento de pessoas para condições anormais – uma existência humana subterrânea e a ingestão diária de nutrição radiativa. Um ministro cristão declara não constituir violação dos princípios cristãos uma pessoa impedir por todos os meios disponíveis a entrada de um vizinho em seu abrigo antiaéreo. Outro ministro cristão contradiz o seu colega. Quem está certo? Novamente, a neutralidade da racionalidade tecnológica se manifesta sobre a política e acima dela, e novamente se revela espúria, pois em ambos os casos serve à política da dominação.” (p. 88-89)

Portanto, a dissociação entre o ato e suas conseqüências está na raiz da “banalização do mal” referida por Hannah Arendt. A barbárie convive lado a lado com a civilização, quando o homem abdica do exercício do pensamento crítico.

“O mundo dos campos de concentração...não era uma sociedade excepcionalmente monstruosa. O que vimos nele era a imagem e, sob certo aspecto, a quintessência da sociedade infernal em que somos mergulhados diariamente”. (E. Ionesco, *Nouvelle Revue Française* citado por Marcuse, p.89)

Degradação da vítima

A degradação da vítima é outro dos processos psicossociais que explicam os crimes de intolerância: fazer da vítima alguém indesejável, alguém merecedor de seu destino e, em última instância, um sujeito não humano. Somente assim é possível explicar como a depreciação pelo outro pode conduzir ao seu aniquilamento.

Uma das teorias que buscam explicar este fenômeno é a do chamado “chivo expiatório” ou “bode expiatório”, que a partir da perspectiva psicodinâmica está vinculada aos mecanismos de projeção e frustração da *personalidad autoritária* (Adorno et al, 1950; Bettelheim y Janowitz, 1950), cuja obra articula os aspectos subjetivos da personalidade com a objetividade da cultura, a partir de uma reelaboração das categorias psicanalíticas em função de uma análise materialista da sociedade.

“A indagação básica para Adorno, nesse domínio, não é sobre a dinâmica intrapsíquica, mas sobre o caráter socialmente necessário de sua manifestação, em condições dadas.(...) A fraqueza do ego, associada ao investimento que o próprio processo ideológico exige dos que nele estão envolvidos, constitui a base subjetiva para a reprodução das condições sociais vigentes. Mas a sociedade impregnada de ideologia é um fenômeno objetivo, que requer análise dos seus níveis próprios de organização. Entre estes, o do processo cultural é decisivo na perspectiva de Adorno, e é onde ele se move mais à vontade.” (Cohn, 1986: 17-18)

Certamente, há que se levar em conta os determinantes internos e externos, ou seja, para além dos traços individuais de personalidade, é de suma importância a consideração a certos fatores sócio-culturais que nos levam a entender porque, por exemplo, determinados grupos têm sido, historicamente, objeto de maior hostilidade do que outros. Neste sentido, o exemplo dos judeus é paradigmático, uma vez que nele conflui uma mescla de elementos religiosos e étnicos de forte persistência e, com isto, uma legitimação histórica da intolerância.

Segundo Allport, (1954: pp 270-288) há discriminação somente quando negamos a outros indivíduos ou grupos de pessoas a igualdade de tratamento que eles podem desejar, com a condição específica de que esta desigualdade não está baseada em qualidades individuais, mas em categorias sociais. Esta desindividualização das vítimas da intolerância como meros membros de categorias sociais inferiores nega sua condição humana, e, com ela, seus direitos mais elementares.

Processos de influência social

Outro elemento importante na explicação dos fundamentos psicossociais que subjazem à intolerância são os processos de influência social. Valores como a tolerância são objetos de influência social, aprendidos no curso do processo de socialização. A aquiescência para com a influência de uma maioria é algo mais comum do que podemos imaginar, tal como nos demonstrou Asch (1951). A tendência à complacência com os julgamentos da maioria é um dos mecanismos psicossociais que explicam a submissão aos seus ditames. Dita complacência pode adotar três formas diferenciadas:

consentimento, identificação e internalização. Enquanto que muitos atos de intolerância somente requerem para sua realização o consentimento; a identificação e a internalização são processos que fazem com que a intolerância frente a certos grupos seja assumida como parte de um sistema de valores que guiam a conduta individual.

No que concerne aos estudos sobre os processos que explicam a influência majoritária, outro psicólogo social, Serge Moscovici, nos mostra como uma minoria consistente também pode provocar uma transformação profunda de nossas crenças – um processo de conversão – e, em conseqüência, uma mudança social. A *Teoria das minorias ativas* de Moscovici (1976) e seus posteriores desenvolvimentos na *Teoria da conversão* (Moscovici, 1980; Moscovici, Mugny e Pérez, 1981) surgem no contexto social dos movimentos de protesto de 1968 e no contexto intelectual da teoria dos movimentos sociais, assim como na sua ulterior reformulação como teoria dos novos movimentos sociais. Entretanto, as minorias enquanto motores de mudanças sociais podem promover tanto a tolerância como a intolerância.

O poder das seitas e dos processos de persuasão coercitiva empreendidas por estas, se constituem num dos maiores riscos atuais para o desenvolvimento de uma razão crítica e da tolerância como valor individual e social. Nestes grupos, a chamada 'lavagem cerebral' se realiza através de distintas estratégias, tais como: aumentar a dependência de seus membros, incrementar o isolamento destes frente a seus grupos de referência anteriores, diminuir suas capacidades cognitivas e racionais e fomentar um vínculo emocional com o líder da seita (Cf. Rodrigues, 1992).

Estes exemplos põem de manifesto o poder que o grupo possui na modificação da conduta individual, provocando comportamentos e reações distintas daquelas expressas quando estão separados. Os comportamentos grupais não somente propiciam às pessoas um sentimento de força, mas também diluem, diminuem ou erradicam os sentimentos de responsabilidade ao provocar um distanciamento psicológico entre nossos atos e suas conseqüências; ao fragmentar-se a responsabilidade, as inibições morais e o sentido ético, que limitam os comportamentos destrutivos e maléficos, desaparecem.

Outra evidência acerca dos processos que subjazem ao preconceito e à hostilidade frente a outros grupos distintos do nosso, nos é oferecida por psicólogos sociais como Sherif (1967) e Tajfel (1981). O primeiro demonstra como a pertença a um grupo com traços distintivos provoca uma identidade endogrupal e uma conseqüente coesão dos membros do referido grupo. A existência de competências, necessárias à consecução de metas, que encerram posteriores recompensas provoca, em geral, uma hostilidade intergrupala, acarretando a consideração dos membros do outro grupo, como inimigos. Pessoas que antes eram amigas acabam por não se tolerarem como conseqüência de sua adesão a grupos diferenciados. Tajfel, por sua vez, com seu *paradigma do grupo mínimo*,

demonstrou que não é necessário ter competência para que a pertença a um dado grupo provoque um favoritismo frente ao próprio grupo e discriminação – intolerância – com relação ao exo-grupo. Os grupos nos provêm de uma identidade social e contribuem para a manutenção de uma imagem positiva de nós mesmos. Esta imagem positiva de si mesmo é mantida pelos grupos através do estabelecimento de comparações seletivas com outros grupos sociais. Os processos de comparação social com outros grupos levam a favorecer a imagem que os membros do grupo têm de si mesmos e a discriminar aos membros de outros grupos com os quais se comparam, especialmente se a imagem do grupo está ameaçada. A intolerância em relação a membros de outros grupos, expressa em termos de preconceito étnico, racial ou de classe, têm sua explicação nos processos de categorização, identidade e comparação intergrupais antes descritos. Perceber o outro como membro de uma categoria estereotipada ou vê-lo como pessoa independente tem conseqüências claras sobre a (in)tolerância frente a esta pessoa.

Freud (1921) em sua obra *Psicologia de grupo e análise do Ego*, analisa, a partir da perspectiva da psicanálise, vários dos fenômenos acima expostos. Nesta obra, este autor sustenta a tese de que é somente através da identificação mútua entre os membros da massa e do controle da expansão narcísica que pode haver possibilidade de coesão social. Partindo de sua Teoria da libido, considera que a natureza dos vínculos entre os membros de um grupo e entre estes e seu líder é de natureza libidinal, fundados na “ilusão” dos membros sentirem-se igualmente amados pelo seu líder. Nesta obra, Freud vem nos falar de fenômenos tais como a “idealização” e o “narcisismo das pequenas diferenças”, dentre outros. A idealização diz respeito a um mecanismo psíquico, segundo o qual, o objeto (líder) é elevado à perfeição, sendo dotado de todas as qualidades ideais do ego, tornando-se, deste modo, isento de toda crítica. Tal poder de fascinação é o fundamento, segundo este autor, da adesão irrestrita observada nas seitas religiosas, já referidas anteriormente. Quanto ao “narcisismo das pequenas diferenças”, este se assemelha ao já mencionado fenômeno do “bode expiatório”, tendo por função a exacerbação das pequenas diferenças intergrupais, entre grupos próximos e semelhantes, com a finalidade de exorcizar do próprio grupo toda agressividade e/ou ambivalência de sentimentos, a qual passa a ser dirigida, irrefletidamente, para os demais grupos, como mecanismo de coesão interna. A este respeito, Freud tece uma instigante afirmação acerca da questão da (in)tolerância:

“Fundamentalmente, na verdade, toda religião é, dessa mesma maneira, uma religião de amor para todos aqueles a quem abrange, ao passo que a crueldade e a intolerância para com os que lhes pertencem, são naturais a todas as religiões. (...) As pessoas que são descrentes ou indiferentes estão psicologicamente em situação muito melhor nessa questão (da crueldade e da intolerância). Se hoje a intolerância não mais se apresenta tão violenta e cruel como em séculos

anteriores, dificilmente podemos concluir que ocorreu uma suavização nos costumes humanos. A causa deve ser antes achada no inegável enfraquecimento dos sentimentos religiosos e dos laços libidinais que deles dependem. Se outro laço grupal tomar o lugar do religioso – e o socialista parece estar obtendo sucesso em conseguir isso –, haverá então a mesma intolerância para com os profanos que ocorreu na época das Guerras de Religião, e, se diferenças entre opiniões científicas chegassem um dia a atingir uma significação semelhante para grupos, o mesmo resultado se repetiria mais uma vez com essa nova motivação.” (Freud, 1921: 125)

À referida afirmação cabem diversas interpretações. Colocando-nos do lado daqueles que consideram Freud um representante da Ilustração (Cf. Rouanet, 1993), sobretudo em sua “concepção da ciência como força a serviço do progresso da humanidade e em sua militância polêmica contra a superstição e a ilusão religiosa” (Rouanet, 1993:101), a afirmação acima referida traz em seu bojo uma crítica a toda formação grupal, que aos moldes do pensamento religioso, se fundamenta na crença, na fascinação e/ou no pensamento ortodoxo, em detrimento de uma racionalidade crítica.

Enfim, todos esses processos nos indicam que a tolerância e a intolerância são fenômenos intrinsecamente sujeitos à influência social, dependentes seja da influência de uma maioria ou de uma minoria para manifestar-se e profundamente ambivalentes, sob o ponto de vista de seus atores, como ocorria com o personagem principal da obra de Ítalo Calvino “El Vizconde Demediado” (1952). O Visconde Demediado simboliza a dualidade do ser humano: capaz de grandes atos de altruísmo – inclusive por em risco sua própria vida para salvar a de outro, independentemente de suas crenças, origem étnica, cultural ou racial – ou de atos criminais cuja descrição supera o próprio relato fantástico de Calvino: a dualidade do bem e do mal, representada no Visconde de Medardo de Torralba, partido em dois como resultado de uma certa bala de canhão na guerra austro-turca do século XVIII, supõe a metáfora literária perfeita dos eixos da natureza humana: O bem e o mal. A tolerância e a intolerância. As duas metades de Medardo, em sua tentativa de encontro, irão fazendo o mal e o bem até que unido novamente em uma só pessoa, Calvino nos dirá: “*Medardo volvió atrás y fue hombre entero, ni bueno ni malo, esto es aparentemente no diferente antes de ser demediado*” (Calvino, 1952: 158).

Privação, mudança social e intolerância

A partir de uma perspectiva mais estrutural, alguns estudos têm demonstrado que a intolerância frente a outras pessoas, por sua pertença a determinados grupos, pode estar relacionada com as expectativas de mudança social ascendente frustradas, no que concerne aos sujeitos intolerantes. Entre outros estudos, os trabalhos de Bettelheim y Janowitz (1950 y 1964) são uma referência obrigatória. Utilizando-se da análise de

entrevistas em profundidade realizadas em 150 veteranos de guerra norte-americanos, não oficiais, menores de 35 anos e anglo-brancos, Bettelheim e Janowitz encontraram uma relação entre privação relativa ou mobilidade social descendente e intolerância étnica, especialmente anti-judia e anti-negra.

De fato, os exemplos de intolerância frente a pessoas de outros grupos sociais são significativamente mais abundantes em períodos de crises econômicas ou de mudanças sociais por parte dos sujeitos pertencentes a grupos sociais que percebem a nova situação como uma ameaça para seu *status*. Nestes casos, os grupos que são objetos de atitudes e comportamentos intolerantes cumprem socialmente a função não somente psicológica como também normativa – e, como tal, conservadora da ordem estabelecida – de “bodes expiatórios”. Entretanto, de acordo com autores tão diferentes como Gurr (1970), Caddick (1982) e Tajfel (1982 e 1983), a privação relativa também poder dar lugar a percepções críticas das relações sociais e do sistema social, desembocando, no plano da ação, em um compromisso individual e grupal favorável à transformação da ordem social.

IV - Reflexões finais

Os vários estudos aqui apresentados, apesar de suas diversificadas abordagens e concepções teóricas distintas, nos apontam para uma natureza humana intrinsecamente maleável e dependente da cultura. Nenhuma essência humana, a priori, define a condição de bondade ou maldade do homem. Esta depende da relação inextrincável com a cultura e seus valores, de suas formas de interiorização, assim com das condições desta cultura para prover os homens a alcançarem, minimamente, os ideais por ela propagados. É somente a partir da complexidade destas relações que a tolerância – entendida como razão crítica, não como *tolerância passiva ou falsa tolerância* – pode ser compreendida, tornando-se um requisito fundamental para a promoção da paz entre os povos, neste mundo multiétnico e multicultural, no qual o outro deve ser concebido não como um membro intercambiável de um grupo social ou instrumentalizado para fins outros, mas considerado como indivíduo singular, como pessoa, tal como proferido no projeto incumprido de *individualidade*, idealizado pela Ilustração, e tão bem representados no relato de George Orwell em suas memórias sobre a guerra civil espanhola:

“Me abstuve de dispararle...No disparé en parte a causa de ese detalle de los pantalones. Yo había venido a disparar a ‘fascistas’, pero un hombre con sus pantalones en alto no es un fascista, sino, evidentemente, una criatura, como tú y como yo, y no te da placer dispararle”.
(Orwell, 1970: 291-292).

• Recebido em 06 de março de 2003.

• Aprovado em 27 de junho de 2003.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, T.W. & HORKHEIMER, M. (1991). *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho originalmente publicado em 1944).
- ADORNO, T.W.; FRENKEL-BRUNSWICK, E.; LEVINSON, D.J. y SANFORD, R.N. (1982). *The Authoritarian Personality*. Nueva York: Norton. (Trabalho originalmente publicado em 1950).
- ALLPORT, G.H. (1971). *La naturaleza del prejuicio*. Buenos Aires: Eudeba. (Trabalho originalmente publicado em 1954).
- ARENDT, A. (1963). *Eichmann in Jerusalem: A report on the banality of evil*. Nueva York: Viking Press.
- ASCH, S. (1982). Efectos de la presión del grupo sobre la modificación y distorsión de juicios. In: TORREGROSA, J.R. y CRESPO, E. (Eds.). *Estudios básicos de psicología social*. (pp. 351-364). Barcelona: Hora. (Trabalho originalmente publicado em 1951).
- BELL, D. (1982). *Las contradicciones culturales del capitalismo tardío*, 2ª ed.. Madrid: Alianza. (Trabalho originalmente publicado em 1976).
- BETTELHEIM, B. y JANOWITZ, M. (1950). "Dinámica del prejuicio". In: *Cambio social y prejuicio*. México: FCE. 1975, pp. 103-330.
- BETTELHEIM, B. y JANOWITZ, M. (1975). *Cambio social y prejuicio*. México: FCE. (Trabalho originalmente publicado em 1964).
- CADDICK, B. (1982). "Perceived Illegitimacy and Intergroup Relations". In: TAJFEL, H. (Ed.). *Social Identity and Intergroup Relations*. Cambridge: Cambridge University Press-Éds. de la Maison des Sciences de l'Homme, pp. 137-154.
- CALVINO, I. (1979). *El vizconde Demediado*. Barcelona: Bruguera. (Trabalho originalmente publicado em 1952).
- COHN, G. (1986). *Theodor Adorno: Sociología*. São Paulo: Ática.
- DORFMAN, A. (2000). "Esto recién comienza". *El País*, 4/03; p.8.
- EICHMANN (2000). "Memorias". Citado en Tertsch, H. *El relojero del Holocausto*. *El País*, 5/03; p. 6.
- FREUD, S. (1980). "Psicología de Grupo e Análise do Ego". In: *Além do Princípio do Prazer, Psicologia de Grupo e outros trabalhos*. (Obras completas de Sigmund Freud, v. 18). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho originalmente publicado em 1921).
- GROSS, J.T. (2002). *Vécinis*. Barcelona: Crítica.
- GURR, T.R. (1974). *El porqué de las rebeliones*. México: Editores Asociados. (Trabalho originalmente publicado em 1970).
- HABERMAS, J. (1975). *Problemas de legitimación del capitalismo tardío*. Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho originalmente publicado em 1973).

- _____. (1986). *La reproducción del materialismo histórico*. Madrid: Taurus. (Trabalho originalmente publicado em 1976).
- _____. (1987). *Teoría de la acción comunicativa*. 2 vol. Madrid: Taurus. (Trabalho originalmente publicado em 1981).
- KANT, I. (1790). O Que é o Iluminismo. In: *A Paz Perpétua e outros Crepúsculos*. Lisboa: Edições 70. (Trabalho originalmente publicado em 1984).
- KELMAN, H.C. y HAMILTON, V.L. (1990). Crímenes de obediencia: los límites de la autoridad y la responsabilidad. Buenos Aires: Planeta. (Trabalho originalmente publicado em 1989).
- LEVI, P. (1987). *Si esto es un hombre*. Barcelona: Mario Muchnick. (Trabalho originalmente publicado em 1958).
- _____. (1988). *La tregua*. Barcelona: Mario Muchnick. (Trabalho originalmente publicado em 1963).
- _____. (1989). *Los hundidos y los salvados*. Barcelona: Mario Muchnick. (Trabalho originalmente publicado em 1986).
- LOCKE, J. (1689). *Carta sobre la tolerancia y otros escritos*. México: Grijalbo. (Trabalho originalmente publicado em 1970).
- MARCUSE, H. (1982) *A Ideologia da Sociedade Industrial: O homem unidimensional*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho originalmente publicado em 1964).
- MARCUSE, H. (1969). "Tolerancia represiva". In: WOLFF, R.P., MOORE, B. y MARCUSE, H. *Crítica de la tolerancia pura*. Madrid: Editora Nacional. 1977, pp. 75-104.
- MARCUSE, H. (1978) *Razão e Revolução: Hegel e o advento da teoria social*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- MILGRAM, S. (1980). *Obediencia a la autoridad. Un punto de vista experimental*. Bilbao: Desclée de Brouwer. (Trabalho originalmente publicado em 1974).
- MOSCOVICI, S. (1981). *Psicología de las minorías activas*. Madrid: Morata. (Trabalho originalmente publicado em 1976).
- MOSCOVICI, S. (1980). "Toward a Theory of Conversion Behavior". In: BERKOWITZ, L. (Ed.). (1965-1988). *Advances in Experimental Social Psychology*. Vol. 13. Nueva York: Academic Press.
- MOSCOVICI, S., MUGNY, G. y PÉREZ, J.A. (1991). *La influencia social inconsciente. Estudios de psicología experimental*. Barcelona: Rol.
- ORWELL, G. (1970). "Looking back on the Spanish War". In: *The Collected essays*. Londres: Harmondsworth.
- PENNA, A.G. (1995). *Introdução à Psicologia Política*. Rio de Janeiro: Imago.
- PETTIGREW, T.F. (1958). "Personality and Sociocultural Factors in Intergroup Attitudes: A Cross-National Comparison". In: *Journal of Conflict Resolution*. 2, pp. 29-42.

- ROUANET, S. P. (1993). *O Mal-Estar na Modernidade*. São Paulo: Companhia das letras.
- RODRÍGUEZ, A. (1992). *El lavado de cerebro. Psicología de la persuasión coercitiva*. Barcelona: Editorial Boixareu Universitaria.
- ROKEACH, M. (1948). "Generalized Mental Rigidity as a Factor in Ethnocentrism". *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 43 (3), pp. 259-278.
- ROKEACH, M. (1963). "El dogmatismo". In: TORREGROSA, J.R. y CRESPO, E. (Eds.). *Estudios básicos de psicología social*. Barcelona: Hora, pp. 315-327.
- SHERIF, M. (1967). *Group conflict and cooperation. Their social psychology*. Londres: Routledge and Kegan Paul.
- SOMBART, W. (1972). *El burgués. Contribución a la historia espiritual del hombre económico moderno*. Madrid: Alianza. (Trabalho originalmente publicado em 1913).
- TAJFEL, H. (1981). *Human groups and social categories: Studies in the social social psychology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- TAJFEL, H. (Ed.) (1982). *Social Identity and Intergroup Relations*. Cambridge: Cambridge University Press-Éds. de la Maison des Sciences de l'Homme.
- TAJFEL, H. (1983). "Psicología social y proceso social". In: TORREGROSA, J.R. y SARABIA, B. (Dirs.). *Perspectivas y contextos de la psicología social*. Barcelona: Hispano-Europea, pp. 177-216.
- VOLTAIRE (1774). *Ensayo sobre la tolerancia*. Madrid: Ediciones del Centro. (Trabalho originalmente publicado em 1963).
- WEBER, M. (1977). *A ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. 12 ed. São Paulo: Pioneira. (Trabalho originalmente publicado em 1901).
- WOLFF, R.P. (1977). Más allá de la tolerancia. En WOLFF, R.P., MOORE, B. y MARCUSE, H. *Crítica de la tolerancia pura*. pp. 9-50. Madrid: Editora Nacional. (Trabalho originalmente publicado em 1969).
- ZIMBARDO, P.G.; HANEY, C.; BANKS, W.C. y JAFFE, D. (1972). "La psicología del encarcelamiento: privación, poder y patología". In: *Revista de Psicología Social*, v.1, pp. 95-105.
- ZWEIG, S. (2001). *Castellio contra Calvino*. Barcelona: El Acantilado.

Políticas Compensatórias e Cotas no Brasil: Onde Realmente Estão os Problemas?

Affirmative Action Policies and Quotas in Brazil:
Where are the Problems?

Céli Regina Jardim Pinto *

Resumo

O presente artigo tem como propósito discutir como democracia e direitos encontram-se pautadas por questões relacionadas à inclusão de grupos que, até então, estavam marginalizados por suas condições de gênero, raça, etnia, escolha sexual etc. Nesta discussão, aparecem, com muita força, os temas das políticas compensatórias, tais como cotas, bolsa escola, bônus alimentação e outras. O debate desta problemática se dará a partir de três enfoques: o primeiro deles diz respeito à localização do problema político da inclusão; o segundo enfoque é o do estatuto teórico da questão da inclusão, através do reconhecimento da diferença e suas consequências e, finalmente, o terceiro, refere-se às experiências de inclusão através de políticas compensatórias.

Palavras-chaves

Cotas, Políticas Compensatórias, Reconhecimento Social, Inclusão Social, Diferença

Abstract

The present article discusses how democracy and rights are punctuated by questions related to the inclusion of groups that, until then, were marginalized because of conditions of gender, race, ethnicity, sexual preference, etc. In this discussion there appears forcefully themes of affirmative action policies such as quotas, school scholarships, meal tickets, and others. The debate of this problematic will be based on three foci: the first with respect to the localization of the political problem of inclusion; the second focuses on the theoretical

** Professora do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul Doutora em Ciência Política pela Universidade de Essex - Inglaterra*

PINTO, C. R. J. (2003). Políticas Compensatórias e Cotas no Brasil: Onde Realmente Estão os Problemas? *Psicologia Política*, 3(5), 39-54.

status of the inclusion question through the acknowledgement of differences and their consequences and finally the third, refers to the inclusion experiences through affirmative action policies.

Keywords

Quotas, Affirmative Action, Social Acknowledge, Social Inclusion, Differences

Nunca como neste início de século a discussão sobre democracia e direitos esteve tão pautada por questões relacionadas à inclusão de grupos que, até então, estavam marginalizados por suas condições de gênero, raça, etnia, escolha sexual etc. Nesta discussão, aparecem, com muita força, os temas das políticas compensatórias, tais como cotas, bolsa escola, bônus alimentação e outras. O presente artigo tem como propósito discutir esta problemática a partir de três enfoques: o primeiro deles diz respeito à localização do problema político da inclusão; o segundo enfoque é o do estatuto teórico da questão da inclusão, através do reconhecimento da diferença e suas consequências e, finalmente, o terceiro, refere-se às experiências de inclusão através de políticas compensatórias.

O problema Político.

A democracia liberal, por natureza, tem enfrentado, desde suas primeiras manifestações, a tensão entre igualdade e liberdade. Ao mesmo tempo em que necessita, por definição, garantir um estatuto de igualdade para que o voto, de todos e de cada um, tenha rigorosamente o mesmo valor, deve assegurar a liberdade para que todos e cada um, obedecendo às leis que são de interesse geral, possam viver, trabalhar, pensar e se expressar sem nenhum tipo de empecilho. No que pese os princípios de igualdade e liberdade terem andado juntos nos lemas revolucionários e nos discursos dos líderes, a convivência entre os dois foi sempre altamente problemática, e a história tem dado exemplos de cenários em que a liberdade é sacrificada em nome da igualdade ou vice-versa¹.

Em países como o Brasil, onde os níveis de desigualdades sociais atingem proporções de escândalo, em qualquer projeto democrático o enfrentamento deste binômio tem contornos muito especiais. O cidadão brasileiro carece fundamentalmente de direitos, mas não todos os cidadãos, na medida em que aqueles que têm condições para fazerem valer a seu favor a lei, são relativamente protegidos de direitos políticos, econômicos e sociais. Não vivemos de forma alguma em uma ditadura sanguinolenta, ou sob o mando de famílias imperiais absolutistas, como é a experiência de outros povos do planeta. A questão, portanto, é outra: a igualdade entre todos os brasileiros, garantida por lei, está longe de assegurar realmente a igualdade, porque os brasileiros não são iguais no acesso aos direitos afiançados por esta mesma lei.

As desigualdades de acesso estão relacionadas a muitas, mas identificáveis, causas. Por

¹ Chantal Mouffe em seu livro *Paradox of Democracy* discute a questão da condição irreconciliável da liberdade com a igualdade, condição esta necessária para a existência do próprio regime: "It is (...) crucial to realize that, with modern democracy we are dealing with a new political form of society whose specificity comes from the articulation between two different traditions. On one side we have the liberal tradition constituted by the rule of law, the defence of human rights and the respect of individual liberty; on the other the democratic tradition whose main ideas are those of equality, identity between governing and governed and popular sovereignty." MOUFFE, Chantal. *Democratic Paradox*, (London: Verso, 2000) p.2.

serem tantas, é mais fácil relaciona-las não fazendo um longo rol, mas examinando as formas como se expressam no cotidiano do povo brasileiro. José Murilo de Carvalho, em um ensaio extremamente apropriado, conta uma experiência pessoal paradigmática: em uma estrada em direção a seu sítio, encontrou um pequeno grupo de pessoas que pediam socorro, pois uma senhora, depois de ter sua casa invadida pela polícia, passava mal. Carvalho (1988) deu carona à mulher e a levou até o posto policial, onde foi tratado automaticamente de doutor e recebeu a explicação de que a casa realmente tinha sido arrombada pelos policiais, mas a mulher tinha sido bem tratada, pois era crente. Entretanto, a ação se justificava porque seu filho era acusado de roubar galinha e o local era conhecido como ponto de macumba e drogas. Frente a esta paradigmática situação, Carvalho (1998: 276) conclui “(...) *doutor é o cidadão de primeira classe, titular dos direitos constitucionais, merecedor do respeito e da deferência dos agentes da lei. O crente vem em segundo lugar: pode ter alguns direitos violados, mas ainda merece algum respeito. Por fim, o macumbeiro: não tem direitos, nem pode ser considerado cidadão.*”²

A história de Carvalho está associada às múltiplas características de seus personagens, tais como educação, poder econômico, gênero e cor. O mais interessante de se observar é que a classificação que o policial fez não está relacionada a uma característica, mas a múltiplas, que vão se somando. Um homem branco, portador de um carro que revele riqueza, ou pelo menos pertencimento a uma classe média com poder aquisitivo alto, sempre tem mais possibilidade de ter seus direitos assegurados do que, mantendo as mesmas características, mudarmos apenas o gênero. Todos os atributos positivos que são associados imediatamente ao homem podem continuar sendo a ele atribuídos na presença de uma mulher com as mesmas características: a mulher estará apenas no lugar de quem tem os atributos, os possui por pertencer ao “clã”. Se for mudado a cor da personagem e ela for um homem negro bem vestido e com um automóvel de luxo, possivelmente será parado em todas as barreiras policiais que cruzarem por sua frente. Inúmeros relatos de homens negros, principalmente jovens, sobre a sensação de serem eternos suspeitos em seu ir e vir pela cidade, dão a medida da plêiade de formas desiguais como os cidadãos são tratados. Se for tirado o carro de nossa personagem, atribuímos uma religião menos prestigiada pelo senso comum, suprimirmos as melhores roupas ou a travestirmos em uma esquina, ou mesmo em um ambiente de luxo, restará nada da cidadania garantida em detalhes nas leis e na carta constitucional brasileira. É este, pois, o problema que temos de enfrentar: igualdade e liberdade são componentes sem os quais o regime democrático não se realiza. Na ausência de um deles, estamos na ausência do regime. O que estou querendo dizer é que, no Brasil, a democracia estará ameaçada se não for aumentado significativamente

² CARVALHO, José Murillo. Ponto e Bordados – Escritos de História Política (Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998) p.276.

o quantum de igualdade entre os brasileiros. Fundamentalmente estou falando de igualdade de acesso aos direitos.

Antes de continuar, torna-se necessário um breve, mas essencial, esclarecimento. Quando se fala em desigualdades no Brasil está se falando de profundas desigualdades econômicas e sociais, historicamente inscritas, que fizeram o país chegar ao século XXI com uma das piores distribuições de renda do mundo, com taxas altíssimas de analfabetismo, com baixa média de ano/escolaridade por habitante, com a questão da reforma agrária longe de ser resolvida. Soma-se a isto uma posição extremamente frágil frente à economia globalizada e às exigências dos mercados de capital e dos organismos internacionais de crédito e de controle. Este cenário, entretanto, não pode servir como justificativa para que se abra mão de discutir, tanto teórica, como politicamente, o estatuto de ações concretas no sentido de buscar formas de aumentar o quantum de igualdade entre cidadãos e cidadãs do país. Esta posição é defensável pelo menos por duas razões: em primeiro lugar, porque não se está frente a nenhum cenário que faça qualquer analista vislumbrar mudanças estruturais a curto prazo, capazes de mudar as condições que têm como consequência as características apontadas acima. Em segundo lugar, mesmo em um cenário de profundas mudanças estruturais, as desigualdades, até as de causa eminentemente econômica, têm formas diferenciadas de reprodução, que estão inscritas na cultura. As oportunidades geradas por reformas profundas serão apropriadas em condições diferentes, por diferentes parcelas dos desiguais. Daí uma primeira conclusão: os desiguais são diferentes entre si.

Portanto, estou querendo argumentar que se faz urgente pensar em políticas compensatórias nas áreas da educação, da renda, da saúde e tantas outras em que forem identificadas profundas desigualdades. Não se pode, sob o argumento fácil de que estas políticas sem reformas profundas são simples assistencialismo, ignorar a existência de uma geração em relação a qual ou se toma medidas urgentes, ou se aceita perdê-la em nome de princípios mais ou menos genéricos de defesa intransigente de reformas estruturais ou revoluções utópicas.

Evidentemente, pensar em políticas compensatórias não é menos problemático. Este texto é uma tentativa de enfrentar alguns destes problemas. O primeiro deles é a própria definição de políticas compensatórias. *Grosso modo*, são compensatórias todas aquelas políticas que propõem ações dirigidas a grupos específicos, no sentido de assegurar igualdade de acesso aos direitos, não contemplados devido a condições econômicas, preconceitos culturais, localização regional etc. Atualmente, estão estreitamente associadas a gênero, raça e etnia. Não há dúvida de que estas são as mais populares por causarem polêmicas, mas, de forma alguma, são as únicas: a democracia liberal, mais tradicional, se estruturou a partir de fundamentais políticas compensatórias. Talvez a mais tradicional e antiga seja a criação do Senado pelos *founding fathers* da democracia norte americana, uma

forma de compensar a representação das populações dos estados que privilegia os mais populosos. O Senado, ao ser composto com uma representação igual para todos os estados, independentemente da população de cada um, executa, claramente, uma política compensatória. No Brasil, além do senado, malgrado todos os problemas que contém, a desproporção de votos necessários para eleger um deputado em São Paulo e um deputado no Acre pode ser entendida também como uma forma de política compensatória, que impede que os estados mais ricos sejam detentores de todos os votos.

Nos últimos vinte anos, no Brasil, as políticas compensatórias estiveram mais relacionadas às políticas sociais, principalmente visando compensar renda, através de distribuição de alimentação, vales e pagamento de bolsas para retirar crianças do trabalho, entre outras. Em que pese haver uma profícua discussão sobre os resultados destas políticas em termos de melhoria real da vida das populações a que se dirigem, esta discussão ocorre em termos muito técnicos, não despertando paixões ou posições acerbadas a favor ou contra. As posições apaixonadas contra ou a favor aparecem sob forma de posições políticas ou posturas teóricas quando estão em questão políticas compensatórias dirigidas a dois grupos específicos na sociedade: mulheres e negros.

A pergunta que se impõe é: por que políticas que possibilitem o acesso aos direitos nas mesmas condições dos homens e dos brancos causa tanta espécie em uma sociedade como a brasileira? Deixarei de lado a explicação óbvia como o sexismo e o racismo e me deterei em uma questão mais geral, mas que reputo não menos importante: as políticas compensatórias dirigidas a populações de baixíssima renda não são percebidas pelos grupos sociais incluídos nas atividades econômicas e que vivem acima da linha de pobreza, como ameaçadoras às suas posições ou às de seus filhos. Apesar de ser possível afirmar que, sendo o montante de riqueza não variável, a distribuição de recursos às populações marginalizadas resulta de uma equação de soma zero, onde, para alguém ganhar, outro tem de perder, isto não é vivido assim. No entanto, as políticas compensatórias para as mulheres e negros têm uma dupla complicação. Primeiramente porque, sem dúvida, deslocam o outro de seu lugar privilegiado, na política, no caso das mulheres e, no sistema de ensino superior e nas vagas para trabalho, no caso dos negros, para ficarmos nas questões mais em pauta no momento. Em segundo lugar, estas políticas, ao contrário das dirigidas aos grupos vítimas de grande exclusão, são resultados das lutas organizadas de mulheres e negros, portanto de cidadãos ativos, que denunciam, ameaçam e buscam seus espaços. A implantação de políticas compensatórias por qualquer governo, direcionada para mulheres ou negros, supõe quase obrigatoriamente que tenham sido ouvidos os movimentos feministas e negros, mas é difícil pensar que os governos tenham buscado saber a opinião das populações alvo de programa de cesta básica ou renda mínima, sobre a forma como gostariam de receber este benefício.

O problema teórico

O primeiro passo da democracia ocidental moderna foi declarar todos os homens iguais, rompendo com a hierarquia estabelecida por nascimento das monarquias absolutistas. A igualdade entre todos foi fundamental para a chegada da burguesia ao poder, pois era na estrutura aristocrática o menos igual dos estamentos. Também, com base neste princípio de igualdade, foram declarados os direitos universais dos homens. A universalidade foi, e até hoje ainda é, uma das mais importantes garantias da humanidade contra desmandos de governos nacionais ou pseudo-impérios de plantão. E, por mais longínquas que estas informações possam parecer de políticas compensatórias, elas estão no cerne da discussão sobre adoção destes instrumentos de política, principalmente se não forem encaradas como decisões emergenciais de governos, mas como princípios articuladores de um novo pacto democrático. O estabelecimento do princípio da igualdade entre os homens é o suporte para a noção de indivíduo e, igualmente e por decorrência, o suporte da noção de cidadania.³ Se nada diferenciava um homem do outro, nada impedia que todos os homens chegassem ao poder político e ao sucesso econômico. Estava, portanto, estabelecida a base fundamental da democracia liberal.

O primeiro grande abalo sofrido neste esquema veio com a obra de Karl Marx, que minimizou o conceito de cidadão e apontou uma desigualdade fundamental: os homens não são iguais e não tem as mesmas oportunidades, pois pertencem a classes, e este pertencimento condiciona suas possibilidades na vida. Marx observava que o tratamento igual aos desiguais era uma farsa, que transformava a democracia em uma democracia burguesa constituindo um grande fosso entre as classes. A solução marxista era a da total eliminação da diferença através de uma revolução que eliminaria as classes. Ao proletariado caberia a hercúlea tarefa de se constituir enquanto tal e fazer uma revolução para eliminar as classes e portanto a si próprio como identidade. O marxismo teve grande presença como teoria libertária durante o século XX no mundo inteiro, influenciou partidos e movimentos. Na América Latina, especialmente mais próxima da *manu militari* norte americana e mais distante das notícias dos desmandos acontecidos na União Soviética e seus satélites, o marxismo como teoria libertária teve uma sobrevida admirável, sendo até hoje suporte para alguns partidos e movimentos de esquerda na região.

³ Aqui estou usando o substantivo "homem" como universal, não no sentido de incluir homens e mulheres, mas a partir de uma noção de universal que necessita de um "outsider" constitutivo, no caso a mulher. Para esta discussão veja LACLAU, Ernesto. *New Reflections of the Revolution of Our Time* (London: Versos, 1990). Exemplo claro do uso deste universal excludente é a primeira constituição republicana brasileira, promulgada em 1891 que mesmo assegurando a todos os cidadãos brasileiros o direito de votar, não assegurava nem de fato, nem de direito este direito às mulheres. A questão histórica brasileira foi desenvolvida por mim em artigo sob o título *Foucault e as Constituições Brasileiras: quando a lepra e a peste encontram nossos excluídos*. IN: Revista Educação e Realidade. (Porto Alegre, v.24 n.2 jul/dez 1999).

No cenário dominado, por um lado, pela democracia liberal da liberdade individual e, por outro, pelo projeto marxista da eliminação de todas as desigualdades, a segunda metade do século XX viu surgir uma nova onda de pensamento, que falava da multiplicidade de identidades, negava a positividade do princípio da igualdade e levantava a bandeira da diferença. Dois movimentos históricos fundamentais foram substratos para a presença da questão das diferenças na reflexão do período. O primeiro deles foi a grande migração de populações do chamado terceiro mundo para o mundo desenvolvido. Tanto os Estados Unidos e o Canadá, como os países da Europa Ocidental, receberam contingentes populacionais consideráveis, no período pós guerra, que trouxeram com eles, não somente braços, que se alugavam baratos para os serviços menos qualificados, que não encontrava mão de obra nativa, mas também novas línguas, novas religiões e novas culturas. Evidentemente, esta não foi a primeira onda migratória do mundo contemporâneo, mas foi sem dúvida a primeira que ameaçou as formas de vida e os valores dos velhos imigrantes e dos europeus. O segundo movimento foi o próprio surgimento dos novos movimentos sociais, a partir da década de 1960 e 1970, no mundo ocidental. Dois destes movimentos foram fundamentais: o feminista e o movimento negro. Eles não só foram importantes em si, mas também serviram de exemplo para muito outros movimentos de base étnica e cultural em diferentes regiões do mundo.

O movimento negro e o movimento feminista romperam com a noção de igualdade entre os explorados, pautada pelo marxismo, e reivindicaram qualidades próprias para a dominação vivenciada por mulheres e negros, pondo a nu uma impactante transversalidade na questão da dominação, que começava a ser pensada como não necessariamente perpassada pela classe: indivíduos da mesma classe poderiam estar em plena relação de dominados e dominantes. Tal condição era, e ainda é, particularmente forte quando se observa populações negras em relação ao conjunto dos setores populares onde os negros são os mais desempregados, os menos educados e os mais propensos a cair, ao longo da vida, no sistema prisional. Mas como a população negra, por decorrência de sua posição secular na estrutura econômica, tem maior presença nos setores mais pobres da população, havia, por parte da tradicional esquerda marxista, mais facilidade de reduzir a luta dos negros à luta do proletariado em geral.

O movimento feminista traz um complicador: a dominação do homem sobre a mulher ocorre ao longo de todo o espectro social, isto é, no interior de todas as classes, o que impede a associação com a dominação de classe mais facilmente feita no caso da discriminação racial. Mesmo assim, é mister enfatizar que, tanto as mulheres como os negros são mais pobres que os homens e os brancos, mas isto não reduz a questão à luta de classe. Portanto, há outras diferenças a serem consideradas, de natureza muito distinta daquelas identificadas por Marx: são diferenças que surgem dos movimentos sociais e não se constituem para serem superadas, mas, ao contrário, para ocupar espaço na vida

social e política. Exemplificando: pode-se entender facilmente a idéia do “orgulho gay”, mas difícil seria entender um “orgulho analfabeto” ou um “orgulho sem teto”. Estas duas constituições de diferenças têm consequências concretas muito distintas nas formas como políticas compensatórias são vivenciadas tanto pelos sujeitos das diferenças, como pelo conjunto dos cidadãos e pelos próprios agentes estatais.

As formas como identidades se constroem e diferenças são incorporadas ao discurso sobre cidadania e direitos trazem juntos uma problemática importante para ser enfrentada em relação à noção de universal: a não universalização do usufruto dos direitos universais põe em xeque a própria noção. Em resumo, a luta do feminismo e do movimento negro não é pelo apagamento das diferenças que lhes constituem como identidade, mas pelo apagamento das condições diferenciadas de acesso ao usufruto dos direitos e isto implica em repensar os conteúdos do universal.

Para avançar nesta discussão, é necessário levantar algumas questões de ordem teórica mais abstrata, que habilite a discutir o aspecto político da diferença. Três questões são importantes: o estatuto da diferença em relação ao universal; a essencialidade da diferença; a relativização da diferença. Em relação ao primeiro ponto, uma breve nota sobre a diferença como uma noção central entre os teóricos da chamada pós modernidade: diferença, multiplicidade, identidades, multiculturalismo aparecem como noções centrais e opostas ao universalismo que tinha dado sentido à modernidade e servido de substrato para políticas e declarações de direitos humanos. A implosão provocada pelos pensadores pós modernos, nas décadas de 80 e 90, foi fundamental para se pensar novos arranjos de poder e novas possibilidades de inclusão. Heller e Feher (1994), definindo a política da pós modernidade, afirmam: *“A Condição política da pós modernidade tem como premissa a aceitação da pluralidade de culturas e discursos. O pluralismo (de diversos tipos) está implícito na pós modernidade como projeto. A queda “da grande narrativa” é um convite direto à coabitação entre várias narrativas pequenas (locais, culturais, étnicas, religiosas, ideológicas). Sua coexistência pode, sem dúvida, adotar formas extremamente distintas. Pode aparecer como uma indiferença completamente relativista das culturas, respectivamente uma em relação à outra. Pode manifestar-se como uma adoração totalmente falsa da outra (o “terceiro mundismo” dos intelectuais do primeiro mundo).... O significado do rechaço total ao universalismo é auto-evidente”*⁴.

Se a pós-modernidade, por um lado, implodiu a grande narrativa e com ela os principais do universalismo, possibilitando a emergência de novas identidades, novos atores e, por via de consequência, novos direitos, ela caiu, por outro lado, no mesmo essencialismo da modernidade: se antes a universalidade era da essência da vida social, para os pós modernos o sinal apenas se inverteu, a essência está na fragmentação irresolúvel por natureza. Tal postura, muito apropriada pelos novos movimentos

⁴ HELLER, Agnes & FEHÉR, Ferenc. *Políticas de la posmodernidad* (Barcelona: Ediciones Península, 1994) p. 153 (tradução minha)

sociais, tem conseqüências políticas profundas, tanto na forma como as novas identidades entram na luta política, como na forma que se discute e desenha políticas compensatórias.

A segunda questão que propus abordar diz respeito ao estatuto do essencialismo e dá bons indícios para se avançar nesta problemática. Com base em que princípios pode-se afirmar que uma ou outra condição é essencial? Se rompermos com visões teológicas da humanidade, parece ser possível dotar uma ou outra condição de historicidade, rompendo com a pretensão ao essencial. Se o universal (ou também a totalidade) pode ser pensada como momento de hegemonia de algum princípio (sujeito) de organização, a fragmentação, os particularismos também podem ser assim pensados. Se uma lógica não exclui a outra, podemos pensar em tensões constituintes e, o que é fundamental para o entendimento do tema desenvolvido neste artigo, na contingência das diferenças inscritas em cada momento histórico.⁵

A questão do essencialismo/contingência ganha nuances muito particulares quando se trata de políticas compensatórias: não há dúvida de que seres humanos do sexo feminino são diferentes biologicamente de seres humanos do sexo masculino, entretanto, nada existe nesta diferença que implique que ela deve, obrigatoriamente, se constituir com significado na vida e na relação entre eles. De outra sorte, é bastante óbvio que estas diferenças foram significadas de forma tal, que provocaram relações de dominação, de assimetria e de exclusão. O mesmo pode ser dito em relação à cor da pele. O que é importante reter aqui é que não se deriva das diferenças biológicas suas condições nos cenários históricos, mas das formas como isto foi significado. Se entendermos todas as diferenças como contingenciais, também serão contingenciais os momentos de universalismo e os momentos de fragmentação.

Ainda uma última questão: assumindo que existem múltiplas identidades constituídas a partir da significação de diferenças e que não são naturais (essenciais), resta saber como elas se constituem. As diferenças são relacionais, alguém é diferente sempre em relação a outro, mas aqui há um complicador sério. A pode ser diferente de B e de C, simplesmente porque B é diferente de A e de C, e C é diferente de A e de B. Estaríamos aqui em um mundo relacional de diferenças, onde todos são diferentes. Entretanto, não é esta a realidade que enfrentamos. São diferentes as mulheres, os negros, os

⁵ Ernesto Laclau, discutindo a lógica da identidade, explica a contingência da seguinte forma: "in a politically managed society, whatever identity the political agent have can only result from precarious and transient forms of identification. It is easy to see why. If the relation between the ordering function and the actual order is going to be always an unstable one, this is only possible in so far as the identity of the political agent will change by means of successive acts of identification; acts that will sustain, modify, resist or reject that concrete order – an identification that will always ultimately fail to achieve a fully fledged identity." LACLAU. Ernesto. *Minding the Gap IN: LACLAU. E. (Ed) The Making of Political Identities.* (London: Versos, 1994) p.37. No mesmo volume Anne Marie Smith discutindo o movimento rastafari em Londres, chama a atenção para uma espécie de essencialismo estratégico próprio dos movimentos sociais. "One way to describe identity games is to speak in terms of essence-claim. From the original moment in which an essence-claim is made, the essence-claim is already being undone; there never was/never will be a pure 'blackness', 'woman-ness', and so on. These strategic claims to essence nevertheless do have important political effects, allowing for self-naming and other-naming in the mapping out of antagonisms. SMITH. A.M. *Rastafari as Resistance and the Ambiguities of essentialism in the 'New Social movements'* .op.cit. p. 173.

índios, os velhos, as crianças, os homossexuais, pessoas portadoras de necessidades especiais, hispanos nos Estados Unidos, turcos na Alemanha, tunisianos e marroquinos na França, indianos e paquistaneses na Inglaterra e assim por diante, mas certamente não apareceria nesta lista homem branco adulto de meia idade, de classe média ou burguesa. E aí reside uma questão central para discutir teorias e políticas da diferença: há, sem dúvida, dois grupos bem delimitados, os que são diferentes e os “normais”. Enquanto esta perspectiva estiver presente, a diferença só poderá ser passível de justiça se houver políticas compensatórias.

Ao defender esta posição, um cuidado deve ser tomado, pois não se está advogando aqui um mundo do puro relativismo, onde todas as diferenças se manifestem e tenham os mesmos direitos. A constituição de diferenças é resultado de lutas de poder e tem dinâmicas muito complexas. Pensar uma sociedade democrática onde as diferenças possam se manifestar é pensar também interdições a estas diferenças, na medida em que elas sejam diferenças que neguem a possibilidade da existência das outras: grupos neo fascistas e nazistas, grupos de fundamentalistas religiosos e tantos outros que não aceitam o diferente, não podem ter legitimidade em qualquer tipo de sociedade que se pense democrática.

Em relação à constituição das diferenças, deve-se ainda chamar a atenção para um processo de reversão no mundo contemporâneo. As diferenças na história têm sido nomeadas pelo opressor. É o opressor que desqualifica o outro a partir da significação de características sexuais ou étnicas para se colocar na posição de poder. Foi o homem branco e heterossexual que atribuiu características diferenciais às mulheres, aos negros, aos homossexuais. E assim o fez para dominar, a diferença era sempre uma forma de desqualificar. Os movimentos feministas, negros e gays promoveram a inversão, não anularam a diferença constituída pelo dominador, mas inverteram o sinal e fizeram delas armas para a sua luta. A libertação não é, nestes movimentos, a superação das condições de mulher, negro ou gay, mas a imposição de seus direitos e de suas especificidades.

O político e o teórico na política

Na última parte deste artigo, gostaria de retomar a problemática inicial e comentar dois grandes veios de políticas públicas compensatórias, muito presentes na atual discussão política no Brasil: as políticas dirigidas à distribuição de renda como a denominada Fome Zero, inaugurada com a posse do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, e a política de cotas para estudantes negros nas universidades públicas. Não é meu propósito analisar os desenhos destas políticas e suas características técnicas, mas discutí-las a partir dos temas desenvolvidos nas duas partes anteriores.

Estes dois grandes campos de políticas compensatórias estão demarcados por uma diferença fundamental que é a população a que se dirige. Daí decorre uma série de consequências muito definitivas, não só para os programas como para pensar o próprio projeto democrático brasileiro. As políticas relacionadas à Fome Zero dirigem-se a populações excluídas das possibilidades de usufruírem os direitos garantidos por lei e só marginalmente inseridas no mercado de trabalho. Estas populações vivem, em sua grande parte, em regiões muito pobres, são na maioria analfabetos, com graves problemas de desnutrição e não apresentam nenhum grau de organização. Não reivindicaram a política e esta não tem condições de mudar qualitativamente suas existências miseráveis. A diferença que estes grupos trazem inscritos nas suas histórias de vida e em seus corpos atestam o fracasso do projeto liberal, não pela complexificação da luta por direitos, mas pela sua incapacidade de garantir os direitos mínimos de dignidade ao seres humanos que formam uma comunidade nacional.

As diferenças que caracterizam estes grupos não foi enunciada por eles próprios, não é uma questão de identidade. Mesmo assim, ela não é inata, nem tão pouco auto explanada. Ela foi segmentada e constituída como diferença em relação aos demais pobres do país, que moram no sul ou que são empregados, que têm, algumas vezes, até carteira assinada. Estes tiveram suas identidades, operárias, proletárias, pequeno burguesas, apagadas. E isto se preenche de significado através do binômio excluídos – incluídos. Os primeiros são os excluídos, os segundos os incluídos, que perderam suas identidades de classe, para se tornarem equivalentes a todos os outros que trabalham, que comem e que mandam seus filhos para o colégio, malgrado o fosso social que separa os operários de executivos, de profissionais liberais, de empresários etc.

A distinção entre incluídos e excluídos não pode ser entendida simplesmente como um artifício, pois ela define a relação destas populações com a política e com o regime democrático. Talvez a mais definitiva distinção entre os excluídos e incluídos não seja suas capacidades de proverem a si próprios e as suas crianças de alimentos, mas de organizarem-se para reivindicar, participar e serem sujeitos das políticas a eles dirigidas.

Daí ser necessário redefinir o caráter assistencialista destas políticas. Elas não são assistencialistas porque distribuem alimentos, vales, etc, mas sim pela forma como as autoridades estatais se relacionam com estas populações. Por um lado, não há qualquer organização destas populações no sentido de terem uma postura reivindicatória, por outro, o próprio agente estatal não se relaciona com estas pessoas como cidadãos e cidadãs dotados de direitos iguais. Na medida em que necessitam do apoio do estado para sobreviverem, são apagadas desta relação as causas estruturais, que levaram estas pessoas e regiões à condição de quase indigência. Ao contrário, elas passam a ser tratadas como irresponsáveis e incapazes. Certamente não há estatística sobre o número de pessoas que não usam os recursos recebidos no

interior do sertão brasileiro para comprar produtos absolutamente necessários para a sua família. Mas há uma crença, bastante difundida, de que as pessoas pobres e os muito pobres em particular, não são responsáveis, a ponto de usarem estes recursos de forma apropriada, daí a necessidade de se criar instrumentos de controle. O que está imbuído neste tipo de postura é, em primeiro lugar, um grande preconceito, que tem como pressuposto a qualidade das classes médias e altas de gastar seus recursos de forma racional e moralmente justificável. Sem entrar em nenhum juízo de valor, que -devo enfatizar- não é o objetivo deste texto, parece razoável afirmar que não é possível atribuir a uma ou outra classe, um ou outro grupo, o monopólio do bom senso nos gastos familiares. Aqui estamos frente a um caso que vem a confirmar muito fortemente a história inicial deste artigo, narrada por Murilo de Carvalho.

Esta questão tem ainda outro complicador, que é a relação do Estado com a sociedade não organizada. Recentes dados apontam que, no Brasil, *“todos os estudos e estimativas deduzem que a sociedade brasileira organizada não representa mais de 15% da população do país. Ou seja, 85% da população brasileira é sociedade desorganizada (...) Na Europa, por exemplo, 80% ou mais da população está ligada a alguma forma de organização.”*⁶ (Santos, 2000).

A sociedade organizada só pode ser pensada como independente do estado, portanto organizada de forma autônoma. Se o estado organiza a sociedade, pode-se estar frente a experiências de tendência autoritárias ou até totalitárias. Se isto é verdade, e parece ser na maioria das vezes, existe aqui um problema de difícil solução, pois o estado age de forma assistencialista porque a sociedade é desorganizada, esta se mantém desorganizada porque não tem condições de superar sua condição de excluída. A solução de primeiro alimentar para depois tratar da participação já deu provas históricas, inequívocas, de sua fragilidade. Daí a questão: se os setores excluídos e marginais não têm força para se organizar, qual é o papel que o estado tem a desempenhar? Parece-me que a simples atuação como provedor está longe de responder às necessidades de superação das injustiças sociais.

A questão que se coloca, portanto, tem dois lados: um a necessidade de que os alvos das políticas compensatórias de renda e assemelhadas tenham voz na forma como estas políticas vão se realizar. O outro lado da história é a dificuldade de se pensar esta

⁶ SANTOS, Nelson Rodrigues. Implantação e Funcionamento dos Conselhos de Saúde no Brasil IN: *Pólis* n. 37. São Paulo:2000, p.20.

⁷ *As formas de organização da sociedade e principalmente de inclusão de populações marginalizadas é um tema fundamental nas democracias modernas, tanto as do mundo desenvolvido que enfrentam realidades multiculturais como em países tipo Brasil que tem de dar conta de um imenso contingente populacional marginalizado pela pobreza. A questão da deliberação envolvendo grupos com culturas e histórias diferenciadas tem sido central nas discussões tanto teóricas como sobre a prática democrática. Em meio a uma grande produção de qualidade a destacam pela sofisticação da abordagem: BENHABIB, Seyla (ed). Democracy and Difference – Contesting the Boundaries of the Political (New Jersey: Princeton University Press, 1996); BOHMAN, James. Public Deliberation-pluralism, Complexity and Democracy (Cambridge: MIT Press, 1996); YOUNG, Iris. Inclusion and Democracy (Oxford:Oxford University Press, 2000)*

organização. Partindo da premissa que esta organização não ocorrerá de forma espontânea e que não é lícito pensar que se deva deixar para o processo histórico fazer com que, com o tempo, tal aconteça, há necessidade da expressão de uma vontade política que, para ter força, tem de partir do estado, mas que, para não ser uma política meramente estatal, deve ter o contrapeso da sociedade civil e mesmo das expressões puramente políticas desta sociedade, como os partidos políticos.

A solução para esta questão não é simples, e a transformação das populações acostumadas há séculos com relações clientelistas, em cidadãos de direito não se faz de um dia para o outro nem depende apenas da vontade política. Esta situação entretanto só tem chances de se transformar, se houver projetos focados para esta transformação. Se os projetos, estatais ou não, repetirem o esquema clientelístico, suas ações nunca passarão de um assistencialismo ou de pura filantropia.

O segundo veio da política pública que indiquei acima é o das políticas compensatórias para negros nas universidades públicas. Para se abordar a questão, adequadamente, é necessário enfatizar as drásticas diferenças entre estas e as políticas nomeadas anteriormente. As políticas compensatórias, mais especificamente políticas de cotas para negros, assim como para as mulheres, como já enfatizei anteriormente, são no Brasil, assim como tem sido no resto do mundo, resultados de uma árdua e muitas vezes longa luta política levada a efeito por grupos muito bem organizados na sociedade, a saber os movimentos negro e feministas. São os casos mais claros de embate entre a sociedade civil organizada, os partidos políticos e o estado. Portanto, neste caso, há uma modificação qualitativa importante no espaço de inclusão ocupado por mulheres e negros a partir de sua organização.

Mas esta não é a única diferença entre os dois tipos de ações. As políticas de cotas são, em quaisquer circunstâncias, ações que rompem com unidades estabelecidas, desorganizam um “contrato” anterior, na maioria das vezes vivido pela sociedade como da natureza das coisas. Tal forma de intervenção envolve ganho e perda de poder. Tomando em consideração estas desorganizações, estas novas posições de poder, é possível entender de forma mais clara o grande desassossego que tais políticas trazem.

A proposta da entrada de estudantes em universidades públicas através de cotas para negros e também para estudantes de escolas públicas bate de frente com dois mitos da sociedade brasileira em relação à universidade: o primeiro é de que, no sistema dito universal, os mais bem preparados intelectualmente entram e, segundo, o da injustiça que se faz ao indivíduo jovem bem preparado que ficará fora porque um não tão bem preparado entrará através de uma política de cotas. Para enfrentar esta questão, deve-se, em primeiro lugar, estabelecer uma diferença clara entre os indivíduos mais bem preparados para entrar na universidade e os indivíduos mais bem preparados para passar no vestibular. Não há nenhuma coincidência obrigatória entre estes dois seres. O primeiro é um indivíduo que, ao longo de sua vida, adquiriu um conjunto de

conhecimentos e qualidades que lhe habilitam em tese a buscar uma vaga em um dos cursos oferecidos na universidade. O outro, é um indivíduo treinado por empresas privadas, algumas cobrando muito caro, para passar no vestibular, onde o importante não é ter lido a literatura brasileira e aprendido com ela a escrever e a pensar, mas saber, através de rápidos resumos o que cada livro contém. Os exemplos poderiam se multiplicar. O que diferencia este segundo candidato do não preparado é apenas a chance maior de entrar na universidade, mas não, obrigatoriamente, o preparo para entrar na universidade. Daí o problema não ter estes contornos de injustiça e de desorganização do ensino universitário visto em algumas críticas da classe média, sempre assustada, e mesmo de alguns acadêmicos. Evidentemente haverá sempre a injustiça, que virá a público, da linha de corte. Mas a linha de corte sempre tem como natureza a injustiça. Com ou sem políticas de cotas, a diferença entre o último que entra e o primeiro que fica fora é sempre muito pequena, mas tem muitas vezes, conseqüências definitivas e diametralmente opostas na vida de ambas as pessoas.

As questões que apresentei até aqui sobre as cotas na universidade têm o sentido de apontar que os problemas mais freqüentes que suscitam, não se relacionam com sua natureza, mas com a natureza da sociedade brasileira e sua profunda hierarquização social, que vai além da desigualdade e com uma cultura entranhada, mesmo entre elites políticas e intelectuais, de que se está frente a formas justas de recrutamento no sistema educacional, por mais que este seja criticado..

A tentativa que fiz de desmistificar algumas das críticas mais freqüentes à questão das cotas, não resolvem todas as questões que elas envolvem e, para concluir, gostaria de levantar um último tema para futuras discussões, que é o da associação deste tipo de políticas com a questão da construção de diferenças identitárias que tratei na segunda parte deste texto. As cotas têm, como as identidades, de possuir uma natureza provisória, e esta é a condição primeira para pensar qualquer política compensatória no interior da teoria e da prática democrática. A provisoriedade não implica necessariamente em data marcada para o fim, mas em políticas associadas e projetos constantes de crítica e revisão de metas. Para que tais procedimentos não se tornem mais uma estatística a ser manipulada de acordo com os interesses de plantão, é necessário que estas discussões ocorram em espaços públicos de decisão e que sejam inclusivas, no sentido de incorporarem o maior número possível de pessoas, grupos e instituições envolvidas. Só desta maneira parece possível pensar em uma democracia brasileira onde realmente possa haver uma salutar tensão entre a liberdade e a igualdade e não um cenário onde há o império da liberdade de poucos sobre a desigualdade de muitos.

• Recebido em 15 de março de 2003.

• Aprovado em 14 de julho de 2003.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENHABIB, S. (ed). (1996). *Democracy and Difference – Contesting the Boundaries of the Political*. New Jersey: Princeton University Press.
- BOHMAN, J. (1996). *Públic Deliberation-pluralism, Complexity and Democracy*. Cambridge: MIT Press.
- CARVALHO, J. M. (1998). *Ponto e Bordados – Escritos de História Política*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- HELLER, A. & FEHÉR, F. (1994). *Políticas de la posmodernidad*. Barcelona: Ediciones Península.
- LACLAU, E. (1990). *New Reflections of the Revolution of Our Time*. London: Versos.
- _____. (Ed) (2000). *The Making of Political Identities*. London: Versos. MOUFFE, C. *Democratic Paradox*. Loondon: Versos..
- PINTO, C. R. J. (1999). *Foucault e as Constituições Brasileiras: quando a lepra e a peste encontram nossos excluídos*. Revista Educação e Realidade..Porto Alegre,v.24 n.2 jul/dez
- SANTOS, N. R. (2000). *Implantação e Funcionamento dos Conselhos de Saúde no Brasil*. Pólis n. 37, p.20.
- SMITH. A.M. (1994). *Rastafari as Resistance and the Ambiguities of essentialis in the ‘New Social movements’* IN: LACLAU. E. (Ed). *The Making of Political Identities*. London: Versos.
- YOUNG, I. (2000). *Inclusion and Democracy* (Oxford:Oxford University Press.

Consciência política, identidade coletiva, família e MST nos estudos psicossociais *

Political conscience, collective identity, family and
MST in the social psychological studies

Alessandro Soares da Silva*

psicopol@ig.com.br

Resumo

O presente artigo constrói, a partir de uma revisão bibliográfica de estudos psicossociais a respeito do MST, uma análise das contradições vividas no interior do movimento e apresenta indicativos para a compreensão e possível superação de algumas dessas contradições mediante à apropriação de espaços psicossociais de socialização política presentes no movimento.

Palavras-chaves

MST, Movimentos Sociais Agrários, Ações Coletivas, Consciência Política, Identidade Coletiva

Abstract

Using bibliographical reviews of studies of Social Psychology regarding MST, the article presents an analysis of the contradictions lived inside the movement and presents indicators to understand and, possibly, overcome some of these contradictions through an appropriation of psycho-social spaces of political socialization within the movement.

Keywords

MST, Agrarian Social Movements, Collective Actions, Political Consciousness, Collective Identity

* Filósofo pela PUC - MINAS, Mestre em Psicologia Social pela PUCSP, doutorando em Psicologia Social pela PUCSP e pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Psicologia Política e Movimentos Sociais.
Endereço: Rua Augusta, 737/84
B. Consolação - São Paulo - SP
01305-100

SILVA, A. S. (2003). Consciência política, identidade coletiva, família e MST nos estudos psicossociais. *Psicologia Política*, 3(5), 39-55.

* Para Valdeni Terezinha Soares da Silva.

*“Quem já experimentou os cacetes democráticos
do governo Montoro, como a gente,
sabe qual é a democracia do governo...”*

(João Calixto, liderança do assentamento de Sumaré I,
em depoimento concedido a Tarelho. Tarelho, 1988:150)

Em recente pesquisa concluída por nós, foi-nos possível constatar que a Psicologia Social pouco tem se debruçado no estudo de movimentos sociais agrários. Quando este espectro é reduzido a estudos psicossociais que focam centro no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, esse número de trabalhos torna-se menor ainda. Assim, pensamos ser importante organizar e revisar a bibliografia baseada nas teorias psicossociais dedicada a essa temática.

Nessa revisão, centraremos a atenção em trabalhos referentes ao MST no Estado de São Paulo¹ e utilizando como contraponto dessa revisão, nossa pesquisa de mestrado (2002) intitulada *‘Acampados no Carlos Marighella: Um Estudo sobre a Formação da Consciência Política entre Famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra’*. Na ocasião, buscamos responder a diversas perguntas referentes às relações existentes entre Família e MST que, ao nosso ver, os outros estudos ainda não haviam tocado de forma mais profunda.

Para entender a relação estabelecida entre as famílias e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e qual o papel da família na organização do movimento, procuramos responder a essas questões a partir da análise do processo de formação da consciência política entre famílias do MST acampadas no Pontal do Paranapanema - SP.

Esta questão nos pareceu importante, pois, para que um movimento social possa ser um agente de mudança, transformação social, se faz necessária a adesão de seus integrantes às suas propostas e às suas bandeiras. Assim, importa que se indague sobre as razões que motivam sujeitos a adotarem ações coletivas como alternativa para a transformação social da realidade em que vivem. E no caso específico do MST, a adesão não constitui a simples decisão pessoal, ela implica na decisão negociada do conjunto familiar.

Para tanto, realizamos entrevistas semi-estruturadas com 6 famílias do acampamento *Carlos Marighella*, as quais foram analisadas à luz da *Teoria Social do Self*² e do *Modelo*

¹ No presente ensaio, revisaremos os trabalhos de Luis Carlos Tarelho (1988); Maria Antonia de Sousa (1996); Márcia Regina de Oliveira Andrade (1998) e Wilka Coronado Antunes Dias (1999). Sandra Freitas (1994), porém, estudou o MST na Paraíba e foi aqui incluída devido a relevância de seu trabalho.

² A *Teoria Social do Self* é um referencial teórico proposto por George Herbert Mead (1972) nas primeiras décadas do século XX e que constitui a base de sua *Psicologia Social*. A esse respeito Vide: Sass, O (1992) *Crítica da Razão Solitária: A psicologia Social de George Herbert Mead*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUCSP; Silva, A. S. (2001) *Consciência e Participação Política: Uma Abordagem Psicopolítica*. INTERAÇÕES 6 (12).

*Analítico para o Estudo da Consciência Política*³. Salvador Sandoval (2001) propõe um Modelo Analítico de Estudo dos Fenômenos da Consciência Política a partir de um conjunto de conceitos, aos quais ele chama de *Dimensões da Consciência Política*. Estas dimensões perfazem um total de sete, sendo elas: 1) *Crenças e Valores Societais*; 2) *Identidade Coletiva*; 3) *Interesses Antagônicos e Adversários*; 4) *Sentimentos de Eficácia Política*; 5) *Sentimentos de Justiça e Injustiça*; 6) *Metas de Ação Coletiva* e 7) *Vontade de Agir Coletivamente*. Vale salientar que todas elas articulam-se de modo dinâmico e com vistas à entender o que faz com que alguém participe ou não, de ações coletivas. Como o modelo é composto por sete dimensões distintas, as quais se articulam de modo dinâmico, dando origem às configurações diversas dessa consciência, nós adotamos na ocasião, essas dimensões como categorias de análise para podermos entender o processo de formação dessa consciência.

Por fim, face à análise das entrevistas dos acampados, pudemos discutir algumas das contradições internas do MST (como, por exemplo, a relação individual X coletivo) buscando propor algumas alternativas para o enfrentamento delas com a finalidade de repensarmos o espaço familiar como um lugar privilegiado na constituição das consciências e das relações com a liderança do MST. Feita esta breve apresentação de nossa pesquisa, passamos a analisar àquela realizada por Luis Carlos Tarelho (1988).

Consciência, Identidade e Participação Política no MST Nascente

Em sua pesquisa *Da Consciência dos Direitos à Identidade Social: Os Sem Terra de Sumaré*, Tarelho analisa questões relativas à decisão política de lutar pela posse da terra e ao motivos subjetivos que conduzem essa atitude do sujeito. Ingressar nessa luta indicaria um ato de consciência. Partindo dessa hipótese, o autor investigou quais seriam e como se desenvolvem as estruturas de consciência que possibilitam as ações políticas orientadas para a posse da terra (cf. Tarelho, 1988:8-9).

Para tanto, Tarelho articula as teorias habermasiana da *Ação Comunicativa* e a teoria Psicanalítica de Freud. Esta articulação está mediada pelos escritos de Paulo Sérgio Rouanet (1985; 1986) que estabelece um diálogo entre Habermas e Freud. De Habermas, Tarelho busca a idéia de que a evolução social não pode ser explicada com base apenas no desenvolvimento das estruturas produtivas, sem se considerar os processos de aprendizagem que ocorrem no âmbito do desenvolvimento das estruturas normativas, os quais ao apontarem novos parâmetros para a solução dos conflitos tornam-se possíveis novas relações de produção (cf. Habermas 1985:14) e de Freud, ele toma a categoria das *defesas psíquicas*.

³ *A esse vide: Sandoval, S. (2001) The Crise of the Brazil Labor Moviment and the Emergence of the Alternative Forms of Working-class in the 1990s. Revista Psicologia Política 1 (1).*

Partindo da premissa habermasiana, o autor entende o MST como sendo a “(...) *síntese produzida pela combinação desses elementos – questões econômicas e políticas agrárias – com os elementos “Subjetivos”, relacionados à vontade, ao saber prático-político, às imagens de Mundo, etc.*” (Tarelho, 1988:3). Outra postura habermasiana adotada foi a idéia da falsificação da consciência. A falsa consciência é a face interna de práticas autoritárias. Ela é gerada pela exclusão ou deformação do processo de diálogo⁴.

Utilizando-se da psicanálise, o autor procura demonstrar como a realidade falsifica a consciência, destrói a autonomia do eu e faz o sujeito submeter-se ao senso comum dominante. Para Tarelho, essa articulação “(...) *permite construir uma teoria materialista da falsa consciência sem dissolver a Psicologia na Sociologia*” (Tarelho, 1988:82). Portanto, a falsificação da consciência se dá no âmbito da linguagem e é provocada por práticas autoritárias. Tais práticas acabam por obrigar o sujeito a viver às custas de renúncias, visto que houvera supressões das interpretações nocivas ao sistema dominante e o inculcar de outras práticas de caráter despolitizador. Nesse contexto, é imposto à estrutura pulsional limites a sua satisfação, o que gera, mediante às defesas, interferências no trabalho da percepção, do pensamento e do imaginário, impedindo que os sujeitos identifiquem as razões de suas privações, que eles encontrem coragem para admitir e assumir seus desejos e que tomem consciência de seus direitos e adquiram a capacidade de defendê-los.

Para que se possa superar essa condição vivida pelo sujeito que possui uma falsa consciência, Tarelho propõe que apenas pelo exercício da liberdade, pela reinserção no espaço comunicativo, pelas práticas da confrontação política seja possível fazê-lo. O autor entende que

“(...) essas concepções a respeito do modo como se dá o processo de falsificação da consciência, e de como ela pode ser superada, são muito importantes para podermos compreender como foi que surgiu o movimento de luta pela posse da terra em questão. Elas autorizam a principal hipótese desse trabalho de que um dos principais fatores que contribuíram para a formação do movimento foi a existência de um espaço interativo, no interior do qual foi possível estabelecer um processo comunicativo/pedagógico e práticas políticas que permitiram o desenvolvimento de uma consciência social crítica e a transformação dos trabalhadores em sujeitos coletivos, com uma identidade política comum, aptos para lutarem por seus direitos” (Tarelho, 1988:94).

⁴ Isto é, “(...) ela é produzida sempre que, em nome da preservação da civilização ou em nome da preservação de alguns privilégios, as interpretações linguísticas, ligadas a motivações indesejadas, forem excluídas da comunicação pública, pela ação das defesas repressoras, ou deformadas, pela ação das defesas projetivas. (...) Enfim, excluído do espaço público e condenado, pela inibição do processo comunicativo, a viver no espaço privado das consciências monólogas, o sujeito se torna apolítico, e a capacidade de se perceber que se está sendo vítima de práticas autoritárias, fica cada vez menor” (Tarelho, 1988: 81-82).

O autor identifica como sendo um fator relevante para a constituição de sujeitos coletivos, de grupos de sem terra e para a superação da falsa consciência, a percepção da condição de excluídos, expropriados, como uma condição comum. A apropriação dessa condição de forma positiva desemboca na estruturação do grupo e na identidade social do grupo⁵. Além desse primeiro momento da socialização política, existiriam outros dois que estariam na seqüência. Após a formação do grupo e conscientização das privações comuns vivenciadas por eles e, da conseqüente recriação da identidade camponesa possibilitada pela rememoração do passado de cada um durante a formação do grupo, viria a fase da conscientização política dos membros do grupo nascente, o que implicaria em fazê-los compreender a estrutura classista da sociedade e o caráter político das leis e instituições vigentes. Por fim, viria a fase de preparação para a luta, a fase das ações coletivas desenvolvidas por estes trabalhadores, agora conscientizados de sua condição de excluídos e expropriados, conscientizados das estruturas sociais que propiciaram a situação de marginalidade vivida por eles. Esta fase está alicerçada na crença na mudança social e não na crença na mobilidade social.

O autor, ainda, analisa o papel que a Igreja, o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Estado teriam tido na construção da consciência política desses trabalhadores rurais ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Sumaré. A Igreja ao apresentar espaços de socialização política e reflexão, ao propor um ambiente em que as decisões são tomadas na e pela base, ao utilizar os textos bíblicos relacionados à vida destes trabalhadores, acaba por estabelecer um molde de ação do movimento, acaba por propor um tipo de liderança e de compreensão político-religiosa da realidade. O PT tem uma influência velada no movimento. Isso se dá pelo fato de o movimento querer enfatizar seu caráter apatidário. Mas com o passar do tempo, com a defesa aberta que o partido fazia da reforma agrária e com a candidatura de lideranças do MST nas eleições de 1982, a sua participação na construção do movimento ficou mais clara. Quanto ao Estado, sua participação mais efetiva se dá no momento em que o trabalhador vê cair por terra suas ilusões a respeito do real interesse de o Estado realizar a reforma agrária. Quando o trabalhador descobre a dificuldade de se contactar o Estado, percebe que este usa seu aparato de forma opressora, reprimindo veementemente as ações empreendidas por ele trabalhador. Os trabalhadores dão

⁵ Logo, o desenvolvimento de uma consciência política entre os trabalhadores rurais sem terra (e em contraposição falsa consciência) se daria em três momentos identificados por um dos sujeitos da pesquisa, da seguinte forma: "Para Ângelo, essa consciência começa a ganhar consistência desde as primeiras reuniões na medida em que os sujeitos vão se conhecendo e se percebendo como iguais. "As primeiras reuniões - diz ele - são organizadas com esse objetivo: para o pessoal se conhecer e constatar que possuem as mesmas necessidades. Ao se conhecerem, eles percebem que os seus problemas são semelhantes e, o que é mais importante, eles percebem que possuem a mesma origem camponesa e que os problemas comuns que eles enfrentam hoje estão diretamente ligados ao fato deles não terem acesso à terra." Isto é, essa consciência se desenvolve no jogo interativo que ocorre no interior do movimento, especialmente durante as reuniões" (Tarelho, 1988:104).

passos largos à tomada real de consciência, a despeito das relações sociais e das atividades do Estado frente a essas relações.

Quanto à Igreja e ao Estado, pensamos ser relevante comentarmos a sua ação após a conquista das terras pelos grupos de Sumaré. A Igreja que até aquele instante havia sido um dos pilares da formação da consciência política daqueles trabalhadores, defensora da atuação democrática entre eles, agora vê-se numa conduta autoritária para “garantir” a democracia. Tarelho nos mostra que ao tentar implementar um projeto comunitarista cristão em que a coletividade se inspirava nos testemunhos que ela guardava acerca da vida dos primeiros cristãos que “*repartiam tudo segundo a necessidade de cada um*”, que “*tinham tudo em comum*” e que “*não consideravam como propriedade sua algum bem seu*” (cf. At 2,44-45;4,32), acaba tomando uma postura autoritária levada pelo zelo de implementar o projeto cristão. Junto com a preocupação de reconstruir o programa cristão de vida, a Igreja trazia a preocupação de manter os trabalhadores mobilizados para a nova fase da luta que iniciava (cf. Tarelho, 1988:204-210).

O problema da proposta da Igreja estava no fato de que, para implementá-la, ela acabava, ainda que despercebidamente, rompendo com a ação democrática que concedia às bases o poder decisório. Para alcançar seu intento, ela verticaliza a decisão: impõe seu programa de cima para baixo, autoritariamente. Isso promove entre os assentados uma divisão, traz às claras os desejos pessoais de realização até este momento postos de lado em função de um bem maior: a posse da terra. A tentativa da Igreja acaba por ser reveladora. Forma-se dois grupos: os crentes na mobilidade social e que querem implementar seu projeto camponês/familiar de um lado e os crentes na mudança social e que querem ver implementado o projeto comunitário/coletivo apregoado pela Igreja. Individual e coletivo determinam a divisão do grupo e criam um mal-estar generalizado. Todavia, para a Igreja e para as lideranças dos trabalhadores não era suficiente reunir os adeptos de sua proposta. Fazê-lo era considerado “*(...) uma ameaça não só a capacidade de resistência do grupo, mas também aos ideais pregados pela Igreja*” (Tarelho, 1988:206).

Ao invés de abrir espaços comunicativos para promover o amadurecimento político e para o entendimento dos trabalhadores, a Igreja acabou bloqueando a comunicação e contribuindo para que o projeto individual de cada trabalhador fosse sufocado. Nesse sentido, pensamos que o trabalho de Tarelho aponta para o diálogo como uma das condições básicas para a manutenção da Vontade de Agir Coletivamente.

A ação do Estado não foi muito diferente. A diferença está na ênfase dada por cada um. Enquanto a Igreja enfatiza a proposta de Cristo, a solidariedade cristã; o Estado quer que haja solidariedade entre os trabalhadores para garantir a implementação entre eles de um projeto empresarial camponês (cf. Tarelho, 1988:210-222). Segundo o Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento:

“(...) só o associativismo garante o sucesso do empreendimento em termos de rentabilidade, por ser melhor e mais intensivo o aproveitamento dos fatores tecnológicos colocados a disposição da assistência técnica, o efeito de escala na produtividade do trabalho e na melhoria da produção, o poder de competitividade na comercialização dos produtos obtidos” (Ribeiro, 1987:139, citado por Tarelho, 1988:211).

Como podemos notar, a maior preocupação do Estado está na dimensão econômica. Espera-se que, em associando-se, os trabalhadores rurais assentados utilizem de modo mais eficaz seus recursos tecnológicos e financeiros; tornando-se, assim, mais competitivos e viáveis. *“No fundo espera-se que os trabalhadores substituam a mentalidade camponesa, do trabalho familiar e da produção da subsistência pela mentalidade empresarial” (Tarelho, 1988:213).*

Do mesmo jeito que a Igreja impôs seu modelo cristão de assentamento, o Estado impôs seu modelo empresarial. Não se abriu espaço para se discutir a possibilidade de desenvolvimento via modelo familiar. A única alternativa dada ao grupo era a coletiva. Estabeleceu-se uma relação automática – segundo o autor – entre coletivo e consciência política e entre individualismo e falsa consciência. Todavia, as iniciativas individuais não seriam necessariamente um sinal de falsa consciência. Da mesma forma, as iniciativas coletivas não significam a existência de uma consciência política desenvolvida. Esse tipo de olhar constituiria uma visão reificada da realidade e se apresenta como um forte empecilho à superação da falsa consciência.

No decorrer desse processo de superação da falsa consciência e de construção da consciência política mediante a recuperação do espaço público de comunicação, os trabalhadores rurais sem terra de Sumaré, que inicialmente viam sua situação de privação como o resultado descontextualizado de suas próprias vidas, como resultado de um destino pré-estabelecido, agora compreendem que em grande parte as suas situações de privação são as resultantes de um sistema distributivo injusto que os forçou a esta triste condição humana de espoliados, expropriados e excluídos⁶.

Ao discutir o papel da comunicação durante esse processo, Tarelho abriu-nos caminho para entendermos melhor o lugar do diálogo na participação política resultante da conscientização política dos sujeitos. As dificuldades encontradas por Tarelho nas relações estabelecidas pelos assentados de Sumaré I, que os dividiu em ‘coletivistas’ e ‘individualistas’, são tratadas com mais detalhes na pesquisa de Sandra Freitas (1994).

⁶ Fica evidente no trabalho de Tarelho que as experiências com a Igreja, que lhes mostrou a face política de seu próprio êxodo ao propor-lhes refletir o êxodo hebraico e a terra como bem comum, dádiva de Deus, com o PT, através da defesa da reforma agrária e da participação de membros do movimento entre os candidatos do partido nas eleições de 1982, acabou ampliando a concepção classista da sociedade e, por fim, com a experiência que os trabalhadores tiveram com o Estado que só os reconheceu e atendeu suas reivindicações a duras penas, foram imprescindíveis para a reelaboração dessa situação. Tarelho não desenvolve o conceito de consciência política em seu trabalho, mas lança pontos de reflexão importantes para a compreensão do processo de formação da consciência política que será estudado com mais afinco no trabalho de Andrade (1998) e no nosso.

Conflitos, Contradições e Antagonismos no MST e a Formação Identitária

Em *Análise Psicossocial da capacidade de mobilização e das contradições internas do MST em termos de Representações e Identidades Sociais*, Freitas nos oferece um estudo pautado nas teorias de Henri Tajfel (Identidade Social) e Serge Moscovici (Representação Social). A autora está preocupada em compreender o hiato existente entre as lideranças dos movimentos sociais e as suas bases. Os posicionamentos adotados pela base, muitas vezes, são opostos aos defendidos pelos líderes dos Movimentos a que estão filiados. Tal controvérsia é um grave problema vivido pelo MST e que necessita ser equacionado sob pena de trazer efeitos nefastos ao movimento.

Essa situação desestabilizadora pode ser vista quando o MST propõe as cooperativas de trabalho como “(...) *um estágio superior de conquista da terra*” (Freitas, 1994:1). Através desse sistema, o MST espera transformar as relações sociais de produção vigentes. Contudo, esse projeto coletivo do MST enfrenta resistências porque há entre os membros do movimento aqueles que possuem um outro projeto: o projeto camponês-familiar, individual. Assim, o objetivo central da pesquisa de Freitas é compreender “(...) *os diversos fenômenos que estão envolvidos nos processos de adesão e ruptura dos trabalhadores rurais sem terra no momento da efetivação da proposta do MST de implementar na terra a concepção de trabalho solidário*” (Freitas, 1994:2).

Utilizando-se de entrevistas semi-abertas, Freitas localiza três níveis de participação no MST, aos quais denominou participantes simples, ativistas informais e ativista formais. A análise dos dados coletados apontou uma clara polaridade e divergência entre os grupos participante simples e ativistas formais, polaridade essa já indicada por Tarelho. Dados semelhantes também foram encontrados em nossa pesquisa. Nela também estão presentes essas categorias, porém sob a nomenclatura de Líderes, Militantes e Base.

O grupo dos participantes simples é formado por agricultores de meia idade, sem instrução, nascidos e criados na terra. A terra para eles é bem mais do que um instrumental de trabalho, de sobrevivência. A terra é dádiva preciosa recebida por eles das mãos de Deus. Encontram-se arraigadas neles a idéia de que a terra deva ser trabalhada com a família, artesanalmente e, portanto, de forma individual e não coletiva. Freitas ressalta que a única possibilidade de se abrir mão dessa idéia se dá quando isso significa uma estratégia de ação para conquistar um pedaço de terra e/ou dos meios de produção. O momento da ocupação ou o da compra de sementes e equipamentos, ou o instante da comercialização da produção são exemplares típicos dessa postura. Note-se que, nesses momentos, o diálogo é necessário para a manutenção da vontade de agir coletivamente e para a superação de interesses antagônicos e de adversários⁷. Neles notamos

que há uma significativa superação do hiato existente entre base e liderança ou como chama Freitas, entre participantes simples e participantes formais.

O grupo dos ativistas formais é caracterizado por Freitas como sendo um grupo possuidor de *“(...) uma forma peculiar de vinculação com a terra que se dá, seja através da experiência familiar, seja através da própria luta”* (Freitas, 1994:54). Os ativistas formais são os organizadores da ação, possuem certo nível de instrução e, sobretudo, são jovens. Para eles a terra não se restringe a um instrumento de sobrevivência imediata, é vista com um instrumento de transformação social, um instrumento a ser usado para que se possa alcançar uma reforma social abrangente. Essa perspectiva idealista dos ativistas formais se concretiza na organização dos trabalhadores, na pressão do inimigo e na cooperação entre os iguais. Eles trazem consigo um projeto coletivo em oposição aos anseios dos participantes simples.

Ao grupo de ativistas informais a autora atribui um caráter de transitoriedade entre os dois grupos. Tal caráter tem sua origem na experiência de vida desses sujeitos que se encontra diluída entre o campo e a cidade. São jovens e já participaram de algum tipo de organização. Tendo essa realidade presente, normalmente os líderes acabam por *“recrutá-los”*, atribuindo-lhes funções específicas na estrutura do Movimento (acampamento, assentamento, etc.). E em razão de suas experiências pessoais desse recrutamento feito pelas lideranças⁸, os ativistas informais acabam por, de maneira crescente, aproximar-se dos ativistas formais até o ponto de compartilharem completamente de suas representações (cf. Freitas, 1994:53-54).

Em dado momento da pesquisa, verifica-se que a identidade existente entre os três grupos se dá devido a fatores eminentemente sociais. Ao adquirirem a consciência de que é apenas mediante a ação coletiva proposta pelo movimento - a ocupação da terra - é que se conseguirá transformar a injusta condição de privação, de sem terra, vivida por eles. A situação social vigente só pode ser mudada se eles estiverem unidos. Constitui-se uma identidade social baseada na crença da mudança social. Admite-se a impossibilidade de se tornar membro do grupo dos outros. Este outros são os latifundiários, é a UDR, são os aliados da concentração de terras que os afasta da terra perseguida. Individualmente, essa situação não pode ser superada. Freitas conclui que *“(...) os*

⁷ Em relação aos interesses antagônicos e aos adversários a serem enfrentados e superados pelo sujeito coletivo, importa dizer que eles constituem uma das dimensões da consciência política presente no modelo analítico proposto por Sandoval (1994; 2001) e que sustenta nosso estudo da consciência política entre famílias acampadas na região Paulista do Pontal do Paranapanema (cf. Silva, 2002).

⁸ Apesar de ser patente a existência de uma hierarquia, os dados de nossa pesquisa nos levaram a notar um fato contraditório no discurso dos acampados no Pontal. Segundo nossos entrevistados, líder é uma posição que não existe no movimento. Para eles, dentro do MST todos são iguais e possuem a mesma capacidade decisória e interventora. A existência de figuras como o Zé Rainha é explicada a partir da questão da escolaridade. Ter estudo é condição necessária para que os anseios da base sejam traduzidos e transmitidos a todos os membros do grupo e para aqueles que se relacionam com o grupo, sejam eles aliados ou adversários. Assim, é claro para nós a presença de uma visão de mundo um tanto quanto utópica, uma falsificação da realidade e até mesmo da consciência política como propõe Tarelho.

fatores sociais moldam as ações coletivas e portanto, o contexto social em que elas ocorrem é fundamental, pois é nesse contexto que as representações sociais são geradas e modificadas” (Freitas, 1994:56).

Essa afirmação nos leva a observar que toda a vez que o contexto for desfavorável à realização dos anseios do sujeito ele aderirá a mudança social. Do contrário, ele tentará construir de maneira individual a realidade; ele se filiara a mobilidade social. Esse é o caso do grupo dos participantes simples. Em relação aos ativistas informais e formais, observa-se um peso ideológico relevante em suas posturas e a conseqüente adesão à tese da mudança social, do coletivo.

A pesquisadora também observa que, apesar de o MST considerar em seu planejamento estratégico os interesses comuns existentes cotidianamente nas condições imediatas da vida e a identidade formada em torno a tais interesses, o movimento não tem logrado um resultado positivo suficiente. A autora se refere ao fato de o MST não conseguir manter a adesão conquistada no momento da ocupação quando tenta implementar seu projeto de trabalho coletivo. Nesse instante, o que se verifica é uma diminuição da adesão ao movimento e um conseqüente aumento de conflitos no interior do grupo, da dispersão do grupo e até mesmo da deserção a ele. Assim, parece que se estabelece uma permanente situação dicotômica no interior do movimento. Há um conflito permanente entre anseios de cunho individual e coletivo que acaba por gerar sérias limitações à implementação do programa do MST e ao alcance efetivo de seu ideal de transformação social. Mais do que uma problemática sociológica, a autora nos aponta para uma série de empecilhos psicossociais relevantes e que, sem superá-los, o programa do MST será sempre implementado de forma parcial e insatisfatória na medida em que não será capaz de garantir a coesão efetiva e afetiva do grupo.

Na tentativa de superar os empecilhos apontados por Tarelho e Freitas, nós propusemos a utilização de espaços grupais privilegiados existentes no interior do movimento e que no nosso entender encontram-se subutilizados. A frente de massa e o acampamento são identificados por nós como espaços privilegiados para serem trabalhadas as diferenças, os hiatos existentes entre o sujeito desejante e o movimento (Tarelho, 1988); entre os participantes simples e os participantes formais (Freitas, 1994); entre os líderes e a base (Silva, 2002). Apontamos esses momentos (e aqueles que se desdobram deles como reuniões de grupo por exemplo) porque neles o reconhecimento mútuo; a identificação das privações comuns a todos e o sentimento de solidariedade estão particularmente aflorados e impelem aos sujeitos, de modo geral, a participar de ações coletivas.

A Formação da Identidade Coletiva das Lideranças do MST

Outro trabalho relevante para a compreensão desses empecilhos psicossociais apontados por Tarelho e Freitas, é a pesquisa de Maria Antonia de Souza. Em A

formação da identidade coletiva: um estudo das lideranças de assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema, Souza busca “(...) compreender quais são os acontecimentos que perpassam a vida cotidiana de alguns indivíduos e que os faz tornarem-se lideranças de movimentos sociais” (Souza, 1994:17). Sua tentativa de compreensão desse fenômeno se dá a partir da análise da formação da identidade do sujeito coletivo.

Nesse sentido, Souza contribui, de maneira ímpar, para a compreensão das relações intra-grupo no MST, pois ao compreender quais são os acontecimentos que perpassam a vida cotidiana de alguns indivíduos e que os faz tornarem-se lideranças de movimentos sociais, a autora abre caminho para a elucidação dos hiatos existentes nas relações entre os grupos constituintes do MST e que já foram apontados anteriormente. Mas, de modo particular, ela desvenda-nos o processo de transição existente entre os participantes informais e formais; entre militantes e líderes, visto que, segundo Freitas, os ativistas informais constituem um grupo transitório e que tende tornar-se um participante formal.

Para desvendar as questões que a inquietam, ela enfatiza justamente as relações entre as lideranças e os demais trabalhadores dos assentamentos Gleba XV de Novembro, Santa Clara e União da Vitória⁹. É seu interesse analisar as lideranças enquanto motivadora/conduutora dos trabalhadores sem terra. Concomitante a isso, ela pensa “(...) os movimentos do indivíduo enquanto ser particular/ser genérico e vice-versa” (Souza, 1994:25).

Assim, Souza busca construir um referencial teórico capaz de auxiliá-la a compreender de que maneira acontecimentos cotidianos podem originar em cada sujeito novos valores, novas visões de mundo e novas atitudes: se antes esses sujeitos assumiam posicionamentos individualistas, agora suas posições adquirem um caráter coletivo. Para compreender o processo formador de lideranças, a autora utiliza como conceitos fundamentais: *Identidade*, *Espaço Comunicativo* e *Participação Política*. A hipótese básica que motivou a autora a escolher esses conceitos é a de que o:

“(...) indivíduo, através da participação política em diferentes espaços comunicativos e o enfrentamento com diversas condições objetivas muito difíceis, consolida um tipo de identidade onde há maior espaço para a dimensão coletiva. A partir de então, o agir no coletivo passa a ser a característica principal desses indivíduos que constroem espaços de agir coletivo” (Souza, 1994: 32).

⁹ Esses assentamentos surgem na região do Pontal do Paranapanema e refletem o processo de distribuição de terra naquela região do Estado de São Paulo. As análises construídas por Souza são resultantes da metodologia por ela adotada: a *História de Vida*. A partir daí, a autora buscou “(re)construir as categorias teóricas” por ela adotadas (cf. Souza, 1994:230).

Além desses conceitos, Souza se utiliza no trabalho das categorias de *Movimento Social*¹⁰ e *Liderança*¹¹ porque quer compreender a formação de líderes em assentamentos¹² rurais resultantes de movimentos sociais populares. Já, a categoria liderança é importante porque a figura do líder é central dentro de um movimento social. É o líder que cuida da organização do movimento, das tratativas políticas e da formação de novos quadros para o movimento.

A categoria Identidade é construída partindo das teses habermasianas (1985) e tendo como trabalho base a dissertação de Tarelho (1988). Souza considera a Identidade como sendo a “(...) identificação da própria pessoa no grupo, bem como a identificação feita pelo outro no mesmo grupo. Alter e ego se reconhecem” (Souza, 1994:34). Assim, Identidade Coletiva são as normas do grupo. Para embasar esse entendimento, Souza se utiliza da afirmação habermasiana de que a “(...) identidade coletiva regula a participação do indivíduo na sociedade, ou a sua exclusão da mesma”¹³ (Habermas, 1985:26).

Para que se possa pensar a concretização da identidade coletiva, Souza propõe a categoria Participação Política como “elemento auxiliador”, visto que o termo não deve

¹⁰ Para analisar o conceito de Movimento social, Souza faz menção às posições de Scherer-Warren (1993), Touraine (1989), Camacho (1987), Kerner (1987), Amena (1991) e Gohn (1993). A partir da análise dessas diferentes construções teóricas acerca do que seja Movimento Social, a autora propõe a sua concepção. Para ela Movimento Social é: “(...) sinônimo de Ação Coletiva, essas ações podem ou não, terem uma organização formal; ou a organização construirá apenas uma mediação do movimento social. (...) Portanto, Movimento Social é uma ação coletiva de determinado segmento social pertencente a uma classe, que possui continuidade, devido o caráter educativo do mesmo” (Souza, 1989:458-59). A autora entende Movimentos Sociais como sendo um movimento de pessoas que se organiza em torno de algum tipo de carência e utopia. Esse grupamento se articula internamente desenvolvendo espaços comunicativos nos quais se dará o reconhecimento recíproco desses sujeitos. Movimentos Sociais são ações coletivas de classe que encontram sua gênese na dinâmica da sociedade. Eles visam a transformação das relações sociais existentes. Discordamos desse tipo de conceituação proposta por Maria Antonia. Nós entendemos que Movimentos Sociais não seja simplesmente o sinônimo de ações coletivas. Para nós, as ações coletivas são a resultante da atividade do movimento social, sendo ele organizado ou não. Assim, as ações coletivas são a materialização das ações dos sujeitos coletivos reunidos em torno de suas demandas.

¹¹ Ao iniciar a discussão do conceito de liderança, a autora apresenta o trabalho de Eyerman & Jamison (1991). Esses autores entendem que: “(...) atores chaves em práticas cognitivas são aqueles que nós identificamos como intelectuais do movimento. Intelectuais do movimento são atores que articulam a identidade coletiva que é fundamental para a criação do movimento social. (...) Assim, nós usamos o termo intelectuais do movimento para referir àqueles indivíduos que durante suas atividades {utilizam} o conhecimento científico e identidade cognitiva do movimento social. Eles são intelectuais do movimento porque criaram seus caminhos individuais ao mesmo tempo que criaram o movimento, como novas identidades individuais e novas identidades coletivas formando um mesmo processo interativo” (Eyerman & Jamison, 1991, citado por, Souza, 1994: 51-52). Para Souza, tais intelectuais são as lideranças dos movimentos sociais que “(...) com o objetivo de impulsionar o processo de organização do movimento, normalmente comprometem-se com a luta e com as pessoas que participam da mesma. As lideranças são, portanto, as pessoas que possuem maior clareza dos acontecimentos políticos e do processo histórico das lutas no campo” (Souza, 1994:54). Portanto, para a autora Liderança refere-se ao indivíduo ou o conjunto de indivíduos comprometidos com um luta, e que se dedicam a organizar e desenvolver um movimento social. Líderes são pessoas que possuem uma consciência política desenvolvida, complexa, que os torna aptos a formular e analisar estratégias e conseqüências da luta.

¹² Nas palavras de Souza “o assentamento é um dos resultados concretos da organização e resistência dos trabalhadores na luta pela terra” (Souza, 1994:20).

¹³ Nessa perspectiva, a identidade é constituída em dois momentos: a formação da identidade do Eu, no grupo familiar e a posterior formação da identidade num grupo de iguais. Essa posição resulta em admitir diversas identidades forjadas no decorrer do processo histórico.

designar apenas a militância, mas, em seu sentido mais amplo, aquilo que seja a participação em si e do que produz no sujeito coletivo como tal¹⁴.

Ao discutir participação política e cultura política, Souza destaca três formas/níveis de participação política, a saber: *presença; ativação e participação*. Para ela, essas conceituações apontam para o fato de que o importante é participar, independente de qual seja o nível dessa participação. Importa participar porque somente participando é que os indivíduos adquirem um grande aprendizado político. Tal aprendizado está relacionado à cultura política, sendo que resulta dessa relação o fato de que “(...) a participação política se concretiza à luz de uma cultura política” (Souza, 1994:44).

Essa última afirmação da autora nos faz pensar que se a cultura política vigente for autoritária teremos uma participação política autoritária e assim por diante. Isso aponta para uma contradição vivida nos movimentos sociais e em especial no MST, objeto de estudos da autora e nosso, qual seja o fato de os movimentos buscarem construir uma cultura política libertadora, ainda que tenham certos posicionamentos autoritários. Outra questão referente à participação política e aos movimentos sociais, é o fato destes incentivarem aos sujeitos a exercer práticas de participação. Inicialmente, temos uma participação presencial, a qual vai se ampliando de acordo com as estratégias de ação político-pedagógicas, utilizadas pelas lideranças e de acordo com a capacidade de internalização de cada um dos sujeitos alvos dessas ações. Assim, um sujeito que inicialmente tinha a sua participação política no nível presencial pode chegar a um nível mais profundo, o da participação ativa, indicando uma configuração mais complexa da consciência política, mais consolidada¹⁵.

Como resultado de seu trabalho de pesquisa, a autora considera que na formação da identidade coletiva das lideranças, alguns aspectos são pontuais tanto para a formação destas como para que se possa determinar o tipo de liderança desenvolvida. Um primeiro aspecto são as condições nas quais o assentamento se originou. As lideranças dos assentamentos União da Vitória e Santa Clara são muito parecidas. Um aspecto que as aproxima é o fato de terem sido formadas num mesmo espaço político, elas surgem, assim como os acampamentos, mediante as discussões promovidas pelo MST. Esses

¹⁴ Segundo a autora, a “(...) simples participação em manifestações pode levar o indivíduo a repensar sua situação concreta - realidade - na sociedade em que vive, assim como a sua prática social” (Souza, 1994:41).

¹⁵ Com relação a isso, Souza destaca a contribuição de Sandoval (1989) no que se refere à análise de quais fatores poderiam motivar o indivíduo a participar ou não de um movimento social. Para Souza: “A Participação política não surge do nada, e é nesse sentido que enfatizamos os espaços grupais de discussão, pois acreditamos que grande parte dos participantes políticos/sociais passaram por espaços comunicativos, seja na Igreja, no partido político, no sindicato, nas fábricas, nos bares, etc. (...) Os espaços comunicativos (...) são decisivos no sentido de levar o indivíduo à participação efetiva nos movimentos sociais, e no sentido de contribuir para a formação da identidade coletiva, a partir do momento que, nesses espaços, há possibilidade de reconhecimento recíproco” (Souza, 1994:46).

assentamentos surgem da pressão que o MST fazia ao Estado no sentido de desapropriar áreas com posse ilegal ou improdutivas.

O caso da Gleba XV de novembro é diferente. Ela surge da necessidade de se apaziguar a região, surge com a clara intenção do governo de diminuir a tensão na região. Muitas das lideranças da Gleba participam da organização do MST. Contudo, as que não participam tem uma postura distinta daquelas que estão engajadas. Sua postura tem um caráter tradicional. Entendem as ocupações (visão do MST) como invasões; de conquista (visão do MST) com ganho da terra e ao invés de enfatizar a coletividade como faz o MST, elas dão ênfase a posições individuais. Como nos demais trabalhos até aqui relatados, o de Souza também acaba por demonstrar que a relação Coletividade X Individualidade; Objetividade X Subjetividade constituem contradições do Movimento e, portanto, os desafios a serem enfrentados por este.

As lideranças do MST que vivem na Gleba XV de Novembro têm dificuldade de articular questões coletivas em função de originalmente esse assentamento ter nascido da necessidade de se resolver questões como o desemprego, o problema dos desabrigados por enchentes e inundações, etc. As lideranças que efetivamente construíram as matrizes político-ideológicas da Gleba foram políticos do PMDB e não membros do MST. Isso explica porque muitas lideranças e a base desse assentamento vêm com gratidão a figura de políticos da região e do então governador do Estado de São Paulo Franco Montoro. Para esses, o assentamento é resultante da ação desses políticos e não das ações coletivas do movimento. Enquanto os dois primeiros assentamentos exercem atividades com o fim de alcançar conquistas para a coletividade, os assentados da Gleba XV de novembro estão habituados a geralmente receber as coisas prontas.

Para a autora, o processo formativo da identidade coletiva das lideranças do MST começa das mobilizações deflagradas pelo Movimento. É mediante o reconhecimento recíproco que se estabelece a identidade do grupo. Reconhecer-se reciprocamente é reconhecer-se como iguais, como detentores das mesmas carências. É em torno dessas carências que se reúne o grupo, que se mobiliza para a luta e para a permanência na mesma. Além disso, ela aponta para o fato de que junto com as carências objetivas – não ter terra, por exemplo – há o papel da imaginação: imagina-se soluções para a superação das carências.

A atividade imaginativa pode apresentar as características de um projeto político. Assim, as carências agregam os indivíduos que se reconhecem uns aos outros como iguais e ainda, impelem ao indivíduo a buscar, imaginar soluções para a superação das condições objetivas a que ele está submetido. Nesse sentido, “(...) a autonomia dos indivíduos deve ser preservada num Movimento Social, caso contrário teremos objetivos racionais fixados, em detrimento do emocional, das opiniões individuais dos participantes. Garantem-se as condições objetivas e as subjetivas são massacradas” (Souza, 1994:242).

Por fim, a autora aponta para algumas alterações que as lideranças sofreram em decorrência do processo de luta pela terra. Algumas dessas alterações apontadas por ela são a percepção da complexidade da luta pela terra; a necessidade de agir em defesa de uma coletividade e em grupo; a incorporação de discursos políticos e do próprio Movimento; a militância ativa no movimento. Um dos problemas que a internalização do discurso, a militância abnegada ao movimento pode causar é o fato de assimilarem certas posturas ideais a ponto de *“(...) não perceber problemas cotidianos, práticos que deveriam ser discutidos nos assentamentos. (...) Inclusive alguns trabalhadores não-líderanças comentam que “as lideranças têm muito discurso, mas na prática tudo vira em nada”* (Souza, 1994:239). Lideranças que se dedicam com afinco tendem a sacrificar sua individualidade em nome do coletivo, em nome do Movimento.

Consciência Política e Juventude Rural

A pesquisa realizada por Márcia Regina de Oliveira Andrade (1998) teve como objeto de estudo a *“Formação da Consciência Política dos Jovens no Contexto dos Assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”*. Ao pensar o jovem no campo, Andrade levanta duas questões importantes, a saber: *“(...) a presença do jovem nos espaços e canais de participação política e a permanência do jovem no campo”*¹⁶ (Andrade, 1998:1). Além disso, a autora pontua que para que o MST possa implementar seu projeto político-econômico, a participação do seguimento juvenil é fundamental.

Ao tratar do desenvolvimento da consciência política em jovens assentados, Andrade contribui para o melhor entendimento de um dos grandes desafios dos movimentos sociais, a saber: o processo de conscientização. Andrade destaca que compreender esse processo é importante dentro da dinâmica do movimento *“(...) uma vez que este encontra-se essencialmente vinculado à capacidade de mobilização para ações coletivas”* (Andrade, 1998:5).

Durante os anos em que pesquisou entre os sem terra de Sumaré, Andrade quis apreender o processo de construção e as maneiras diferenciadas da configuração da consciência política. Em seu trabalho, Andrade desenvolveu um estudo longitudinal com jovens assentados em Sumaré I no qual realizou atividades que tinham como objetivo apreender a dinâmica existente entre as representações individuais e coletivas desses jovens.

A autora contextualiza o assentamento onde vivem seus sujeitos como sendo *“(...)”*

¹⁶ Estudar a permanência do jovem no campo, resalta Andrade, implica diretamente na formação de uma nova geração de agricultores. Segundo Márcia, estão ocorrendo mudanças significativas no meio rural *“(...) não só com o envelhecimento, mas também com a “masculinização” decorrente do êxodo juvenil feminino da população de agricultores”* (Andrade, 1998:1). Assim, a autora aponta para os efeitos desagregadores provocados pelo êxodo rural que, ao atingir principalmente o jovem, põe em risco a integridade do tecido social do campo brasileiro. Para Andrade, entender quem são os agricultores e as agricultoras do futuro é essencial para que se possa pensar o jovem em assentamentos rurais.

espaços privilegiados para a ocorrência de práticas coletivas, nas quais os indivíduos, através das relações interpessoais, compartilham conhecimento e experiências” (Andrade, 1998:42). É neste espaço¹⁷ que os jovens estudados pela autora vem “(...) formando suas consciências políticas” (Andrade, 1998:42). Note-se que o assentamento estudado por Andrade é o mesmo que fora objeto de pesquisa de Tarelho dez anos antes.

Levando em consideração o contexto em que esses jovens são socializados, a autora considera ser pertinente supor que os jovens portariam uma consciência política relativamente homogênea sem, com isso, cair no equívoco de supor que a consciência política tem um desenvolvimento linear e/ou que seja o somatório das consciências individuais. Tendo esses pontos claros, a autora lança mão de procedimentos metodológicos que dêem conta de “(...) revelar, através da imagem fotográfica, as representações individuais e coletivas dos jovens sobre sua história de luta pela terra” (Andrade, 1998:42).

Num primeiro momento, a utilização do recurso fotográfico como mediador do processo de obtenção de seus dados possibilitou-lhe analisar as diversas versões da história da população assentada de Sumaré I. Andrade dividiu os jovens em duplas e deu a eles uma máquina fotográfica com a qual foram capazes de construir histórias contadas em dupla. A essas histórias contadas em dupla através dos referentes fotográficos, Andrade chamou de “*pequenas visões coletivas*”. E foi a partir dessas pequenas visões coletivas, baseadas nos referentes fotográficos escolhidos pela dupla, que a autora pôde analisar o processo de formação do consenso engendrado pelo trabalho grupal, o qual culminou na elaboração de um caderno de fotografias apresentado por ela em anexo ao trabalho.

O caderno de fotografias foi analisado pela autora sob duas perspectivas. Na primeira delas, Andrade analisa o material como: “(...) produto de uma ação grupal que deu visibilidade a uma representação coletiva da história” (Andrade, 1998:73). Na Segunda, ela observou o processo de formação da consciência política coletiva, evidenciado a partir do processo de montagem do caderno de fotografias pelas duplas. O caderno é elaborado pelos jovens a partir de suas “*pequenas visões coletivas*”. Nesse processo, é visível a centralidade do processo de luta e conquista da terra vivenciadas por suas famílias. Para contarem a sua história, esses jovens utilizam como roteiro a cronologia histórica do movimento dos sem terra de Sumaré I evidenciado em dois momentos distintos da luta: a luta pela terras em outras áreas e a luta pela terra já na região de Sumaré I.

Num segundo momento da pesquisa, Andrade passou a observar seus sujeitos pelo período de três anos, tendo por base de sua observação o primeiro trabalho feito a

¹⁷ Tal colocação da autora é importante porque mostra o assentamento como sendo propício à aquisição de práticas políticas, pois assentados possuem uma especificidade que os diferenciam dos demais trabalhadores no campo, visto possuírem: “(...) um saber social elaborado a partir das práticas políticas vividas no movimento de luta pela terra” (Andrade, 1998:2).

partir de referentes fotográficos e que lhe forneceu uma série de relatos orais. No centro de suas observações durante esses três anos, estava o desenvolvimento político de suas consciências. Nessa fase o interesse de Andrade era “(...) *verificar como o momento captado no trabalho fotográfico se alterava em termos políticos, se as mudanças ocorriam na direção de uma superação ou de uma reposição dos conteúdos da consciência, ou seja, no sentido de ampliar a visão de mundo ou de manter o já compreendido*” (Andrade, 1998:110). Para tanto, Andrade lançou mão do recurso das entrevistas realizadas individualmente e a cada ano, dos apontamentos etnográficos e da observação participante.

Mediante a análise dos referentes fotográficos e dos discursos que acompanhavam aquela história retratada, a autora pôde constatar a importância que os grupos de reflexão que os pais desses jovens freqüentavam tiveram na reelaboração da noção de direitos. Essa reelaboração fez com que seus pais abandonassem as periferias onde viviam em situação de extrema carência e se lançassem na “(...) *captura de uma vida digna, através da luta pela terra*” (Andrade, 1998:73). Era o início da construção de sujeitos coletivos. Andrade observa que os jovens têm presente e compreendem a relação existente entre o capitalismo e as desigualdades sociais. Para ela, o grupo identifica claramente nas atitudes dos pais uma “(...) *‘predisposição para a intervenção’, através de seus engajamentos no movimento, organizando-se para defender o direito do cidadão ao acesso à terra*”¹⁸ (Andrade, 1998:74).

Andrade vai realizando suas análises da consciência de maneira a, na nossa opinião informalmente, observar as sete dimensões da consciência que Sandoval viria propor em artigo publicado em 2001. Durante a análise tanto dos referentes fotográficos, quanto das transformações ocorridas, durante os três anos de observação desses jovens, em suas consciências políticas, Andrade analisa tanto a mudança dos conteúdos de cada dimensão, bem como as possibilidades com que elas podem se articular durante as diversas configurações da consciência política constatadas por ela. Em seu trabalho, pode-se verificar o dinamismo com que as diversas dimensões da consciência política se interrelacionam conduzindo o sujeito a participar de ações coletivas.

Na pesquisa de Andrade, é possível ainda encontrar alguns indicativos, ainda que parcos, a respeito da vida dos acampados e de suas famílias. Esses dados são obtidos

¹⁸ O percurso das fotografias do caderno move-se das desigualdades retratadas ao espaço das reuniões que são de fundamental importância para a compreensão do processo narrativo presente na história retratada no caderno. Retratar as reuniões é marcante porque permite-lhes aproximar-se de seu passado, da história da luta de seus pais e, hoje, sua também. Nesse sentido Andrade pontua que as reuniões retratadas por esses jovens: “(...) representa um espaço de comunicação e interação, no qual as pessoas voltam-se para si mesmas, comparam-se umas as outras, interiorizam e exteriorizam seus valores, crenças e, nesse movimento dialético, transformam a realidade a si mesmas. Os grupos de reflexão mencionados pelos jovens, constituíram espaços em que seus pais puderam se identificar, tomar consciência da injustiça, das privações coletivas e constituírem uma identidade coletiva, exigindo o atendimento de seus direitos. Os jovens trazem a representação de um tempo passado, vivido pelos seus pais, através da representação do tempo presente, vivido por eles mesmos” (Andrade, 1998:74). Márcia observa que tais representações, trazidas por esses jovens, parecem legitimar a idéia de que a luta pela terra traz em seu fundamento a crença de que as ações coletivas são formas eficazes de se promover a reestruturação fundiária no Brasil.

durante as reuniões que os jovens acampados fazem com a pesquisadora; nos processos de confecção do caderno de fotografias e de confecção dos textos que dão suporte à história contada de acordo com os referentes fotográficos. Os dados resultantes desse processo são analisados pela autora e refletem a *memória coletiva*¹⁹ desses sujeitos. Os jovens organizam seus referentes fotográficos nos quais aparece claramente a história das:

“(...) terras que devem ser ocupadas: terras improdutivas delimitadas por cercas e terras abandonadas (...) Os referentes fotográficos são do acampamento, mostrando um barraco amplo da cozinha comunitária construída pelos homens, e de pessoas num primeiro plano e ônibus ao fundo ilustrando a articulação das famílias com os grupos de apoio. Esses laços de solidariedade conquistados e acalentados pelas famílias, revelam para os jovens, além do apoio, a necessária articulação campo-cidade, através de vários setores da sociedade, para a realização da reforma agrária” (Andrade, 1998:77).

A observação de Andrade aponta para uma espécie de parceria que passa pela partilha no processo de formação da consciência. Essa partilha não se restringe apenas à partilha que os indivíduos estabelecem entre si, mas também àquela que os sujeitos coletivos estabelecem, a saber: família e família; família e MST; família e sociedade civil e MST e Sociedade civil. É mediante a essa partilha que os laços identitários são construídos e fortalecidos. É também por meio dessa partilha, que implica na ressignificação da história para qual cada sujeito tem uma versão, que se constrói a memória coletiva.

Em nosso entender, Andrade ao utilizar-se das reuniões grupais e da construção dos textos e do caderno de fotografia feitos coletivamente, acaba por desencadear, durante o resgate da história feito pelos sujeitos da pesquisa, uma reelaboração coletiva da história dos sem terra de Sumaré. Em outras palavras, ela propicia aos jovens um contato com a memória coletiva da história da luta da população de Sumaré I. Sendo assim, podemos inferir que ela acaba encontrando um importante subsídio para o estudo da consciência política dos jovens assentados em Sumaré I na memória coletiva que emerge da leitura das fotografias e textos que produzem a ressignificação dessa história.

É a partir da leitura dessa memória coletiva materializada nos textos e caderno de fotografia que Andrade compreende parte do processo que é objeto de seu estudo. Nesse sentido entendemos que, ainda que Andrade não faça esse tipo de leitura, ela abre espaço para uma releitura desse tipo. Um exemplo dessa possibilidade pode ser percebido

¹⁹ A esse respeito ver os trabalhos de Soraia Ansara, *Repressão e Lutas Operárias na Memória Coletiva da Classe Trabalhadora em São Paulo 2000 - Dissertação de Mestrado*; *Memória Coletiva: Um Estudo Psicopolítico de uma Luta Operária em São Paulo*, Revista Psicologia Política vol. 1, Nº 2, 2001.

quando a autora diz que: *“A história coletiva vai emergindo sob dois aspectos. De um lado, a história vivida norteia a escolha das fotografias como roteiro. Por outro lado, as imagens provocam, a partir da sua leitura, novas representações: “Olha, esse trabalho é que devia mostrar o trabalho braçal...” Na trama de significações, diferentes níveis de compreensão e de sentido vão se explicitando através da linguagem, nas interpretações dos jovens. Em vista disso, a própria situação coletiva impõe ao grupo a necessidade de reconhecimento comum da história vivida. (...) Retomam os fatos vividos na luta pela terra, organizam as seqüências fotográficas, verbalizam as suas opiniões, discutem sobre seus significados”* (Andrade, 1998:80)

Quando Andrade passa a avaliar a produção coletiva que resultou na ressignificação das pequenas visões coletivas, ela nos dá indicativos de que o processo de luta no qual as famílias se engajam é determinante na formação de sujeitos coletivo e no desenvolvimento de práticas sócio-políticas. As experiências vividas em cada família e as formas com que cada jovem se apropria delas, com que cada um desses jovens *“(...) viveram, guardando as especificidades das experiências”* (Andrade, 1998:108), conferem à subjetividade o papel diferenciador das configurações da consciência de cada um deles. A autora conclui que a construção coletiva da história dos sem terra de Sumaré I além de propiciar aos jovens uma melhor compreensão do que significa lutar pela terra e da importância de sua inserção nessa luta contínua, gerando neles um comprometimento maior com as questões coletivas do assentamento, possibilitou a ocorrência de um processo de conscientização mediado pela apreensão das subjetividades através do processo grupal e da reflexão da realidade social deles.

Após desvelar os conteúdos da consciência de seus sujeitos, estando eles inseridos em seus contextos singulares, a autora identifica três modalidades de consciência: 1) Consciência Fragmentada; 2) Consciência Possível e 3) Consciência Transformadora.

A consciência fragmentada é entendida pela autora como sendo aquela em que a reposição de conteúdos ocorre de forma a manter a realidade vivida, isto é, trata-se da *“(...) consciência apreendida no dia-a-dia, nas relações vividas”* (Andrade, 1998:132). Nesse contexto da consciência, Andrade observou que os sujeitos que nele se encontram *“(...) pouco ou nada fazem para mudar a realidade na qual transcorrem suas vidas cotidianas (...) Os desejos e os sonhos, a despeito das limitações objetivas, parecem estar completamente dissociados da realidade em que vivem, como se a consciência desses jovens fosse de que nada podem fazer para melhorar suas vidas, para influir no destino que vem se configurando, cotidianamente, como realidade posta, dada”* (Andrade, 1998:132). Assim, a consciência fragmentada caracteriza-se pelas percepções orientadas e configuradas pelo universo social, reduzidos à rotina cotidiana, a qual é tomada como evidente por si só, natural.

A consciência possível²⁰ diferencia-se da consciência fragmentada por ter seu

²⁰ Andrade adota os conceitos de espaço comunicativo e espaço interativo da teoria de Habermas (1985) para entender melhor os processos de conscientização social e política da segunda geração dos sem terra de Sumaré I. Para a análise da consciência possível, eles se revelam fundamentais, pois a aquisição de posturas críticas e o aumento da participação política desses jovens foi potencializada face à criação de espaços de interação e comunicação. Porém, mesmo que a tendência seja de ampliação da consciência política a partir da superação de certas visões de mundo naturalizada, ainda há a possibilidade de haver uma reposição desse tipo de visão o que significaria uma não-politização. Para a autora, a intervenção de um mediador poderia auxiliar nesse processo de ampliação da consciência política desses sujeitos. Ver Andrade, 1998:174.

espectro de relações ampliado. Nesta configuração da consciência, o sujeito busca referências em um outro que se encontra para além das fronteiras familiares. Além disso, há por parte dos sujeitos um certo nível de atividade crítica, de questionamento. Os caminhos a serem seguidos por eles não se encontram traçados à priori. Esse tracejar pode ser fruto de suas escolhas. Aqui, os sujeitos percebem que as demandas a serem supridas tanto no seu cotidiano, assim como no cotidiano da coletividade em que se apresentam inseridas podem ser questionadas e modificadas por suas intervenções. No caso dos jovens estudados por Andrade, escola é o espaço de socialização que permite transcender a fragmentação e adquirir a capacidade crítica.

Na configuração da consciência possível, os sonhos estão presentes. Os jovens que possuem esse tipo de configuração da consciência política traçam, sem pressa, seus planos para o futuro. A universidade é o objetivo maior a ser alcançado. Suas escolhas encontram-se marcadas por uma visão pragmática, de utilidade na sua vida cotidiana; sem, no entanto, deixar de ter presentes as dificuldades implicadas na luta por esse sonho. Andrade observa que nessa configuração da consciência existem noções de estratificação social sem que, no entanto, esses sujeitos consigam conceituar a dinâmica e a estrutural societal. Adversário ou não, são reconhecidos ou, quando o são, o são sem que a relação existente entre o seu grupo e os adversários seja compreendida em sua real dimensão. Apesar disso, seus sujeitos buscam romper com as visões naturalizadas e função de um certo desconforto com esse tipo de visão de mundo. Assim, Andrade aponta para o fato de que as consciências de seus sujeitos “(...) cada uma em seu nível, expressam a incorporação de conteúdos críticos, com indícios político ideológicos, revelando um processo de transformação no sentido da superação” (Andrade, 1998:172).

A consciência transformadora proposta por Andrade está marcada, no nosso entender, por uma delimitação clara dos conteúdos que compõe cada uma das dimensões da consciência política segundo o modelo de Sandoval (2001). Na consciência transformadora está presente a construção, por parte desses jovens, de projetos de vida permeados de uma visão de mundo desnaturalizada e com senso crítico. Tais projetos surgem sem que projetos pessoais se diluam nos projetos da coletividade. Antes o contrário: “É na confluência do projeto pessoal com o projeto coletivo do assentamento que estes jovens traçam seus projetos de vida” (Andrade, 1998:197). Os jovens que apresentam a configuração da consciência (política) transformadora são capazes de compreender a dimensão histórica de suas vidas, da luta e do mundo no qual estão inseridos. Eles trazem consigo a crença de que: “(...) a luta nunca pára”, eles sabem que o caráter histórico da luta pela terra “(...) ultrapassa o seu tempo histórico determinado” (Andrade, 1998: 198).

Andrade aponta para a transformação da realidade dos jovens que possuem essa configuração da consciência política. Essa transformação se dá a partir da mediação do MST que tem um caráter formativo. Segundo eles, o movimento não deve medir

esforços para propiciar essa formação a outros jovens. Tal formação que foi capaz de potencializar a consciência política nesses jovens aconteceu através dos cursos técnicos oferecidos pelo Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária ITERRA²¹.

A experiência vivida pelos jovens longe da família e de seu assentamento provoca uma ruptura em seu cotidiano, um rompimento com a territorialidade na qual estavam inscritos e com a qual estavam habituados. E é nessa condição que eles identificam-se de maneira concreta com o ser sem terra, o ser assentado, o ser parte da luta contra o latifúndio e pela reforma agrária. Se antes essas questões tangenciavam suas vidas mediante à rememoração da luta feita pelos pais; a participação política dos pais; a insistência dos pais para que se engajassem na luta; agora ela se faz cotidiana e eles se constituem os atores dessa luta pelos trabalhos e estudos realizados por eles no ITERRA. De outro modo, pensamos que seja correto analisar que há por parte dos jovens uma apropriação do 'nós' que se materializa no coletivo do MST. Assim, é patente a observação por parte da pesquisadora de que esses jovens se reconhecem pertencentes a uma classe social: "(...) *à classe trabalhadora do campo. Ambos falam na primeira pessoa do plural: a gente, nós*" (Andrade, 1998: 201). Os jovens que apresentam a consciência transformadora, diferentemente daqueles que denotam a consciência fragmentada e não demonstram ser capazes de sonhar ou identificar seus adversários ou ainda, daqueles que apresentam uma consciência possível e sonham de acordo com aquilo que lhes parece razoável possível e identificam de maneira confusa seus adversários; apresentam clareza em relação às questões político-ideológicas, à classe social e em relação aos adversários a serem enfrentados por eles durante a luta. Portanto, falar historicamente da luta pela terra travada pela classe trabalhadora do campo significa para esses jovens "(...) *dizer das injustiças, da violência, da impunidade e da convivência do governo*" (Andrade, 1998: 201).

Durante o processo de construção dessa consciência, esses jovens necessitam romper com crenças e valores sociais cristalizados, naturalizados; foi necessário que rompessem com um cotidiano que não lhes oferecia qualquer perspectiva positiva de melhoria de vida. Esse romper com a alienação cotidiana possibilitou-lhes constituir-se militantes do MST. Ao romperem com esse cotidiano, esses jovens passam a compartilhar com seus pais os ideais da luta, complementando e dando asas a novos sonhos.

²¹ ITERRA: Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária sediado no município de Veranópolis – RS e criado em 1995, pela Associação Nacional de Cooperação Agrícola – ANCA – e pela Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – CONCRAB – com o objetivo de desenvolver atividades de formação e pesquisa relacionadas à reforma agrária. O ITERRA realiza essas atividades através de cursos de formação e de escolarização baseados na pedagogia da alternância, o que resulta em uma proposta alternativa de escolarização disponível à juventude rural.

Ao olharmos para a totalidade dos trabalhos até aqui analisados, e sobre o nosso, vemos que caminham por trilhas semelhantes. Todos eles apontam para antagonismos vividos no interior do MST; apontam para a existência de dois grupos distintos que estão intermediados por um grupo de transição e apontam para a necessidade de se tratar das questões referentes ao coletivo sem que a dimensão individual acabe por ser negligenciada.

Caminho teórico e constatações distintas dos trabalhos anteriores é encontrada na pesquisa que se segue.

O Perigo do Psicologismo na análise de Fenômenos Sociais

Wilka Coronado Antunes Dias (1999), em *Vidas construídas na terra: O ir e vir dos trabalhadores rurais*, realiza o primeiro estudo que temos conhecimento acerca dos trabalhadores rurais acampados e integrantes do MST. Contudo, existem diversos problemas neste trabalho de ordem tanto teórica quanto metodológica. Entre estes problemas, encontra-se o de que os sujeitos de sua pesquisa não são devidamente apresentados. Deles nada sabemos, além de que eram trabalhadores volantes acampados da região do Pontal do Paranapanema. Estes trabalhadores volantes encontravam-se no acampamento Santa Rita, localizado no trevo do município paulista de Teodoro Sampaio, no ano de 1996, quando foram entrevistados pela pesquisadora. Vale dizer aqui, que grande parte das famílias acampada na região do Pontal até o ano de 2001, também tiveram seu barraco no acampamento Santa Rita.

Dias retoma o trabalho *Bóia-fria: Acumulação e Miséria* de Maria Conceição D’Incao (1975) por considerá-lo relevante e atual, mesmo depois de 20 anos. Para a autora, a realidade do trabalhador rural volante, mais conhecido como bóia-fria, continua inalterada. Ao retomar o trabalho de D’Incao, Dias lança mão dos depoimentos colhidos pela autora realizando uma nova análise dos dados por ela coletados há duas décadas. Para Wilka Dias, o trabalho de M. C. D’Incao desenvolve uma análise marxiana a partir da idéia de acumulação do capital, o que coloca as contribuições de D’Incao no campo da Sociologia. Esse fato é que faz com que retomar D’Incao seja importante, já que as questões da subjetividade ocupam o segundo plano. Assim, para Wilka “(...) *pode ser acoplada uma outra análise: a do olhar para a problemática incluindo o aspecto subjetivo que envolve esse tipo de trabalhador*” (Dias, 1999:6).

Entendendo que tanto o trabalhador rural pesquisado por D’Incao, como aqueles que Dias entrevista no Pontal do Paranapanema, permanecem movidos pelo desejo de possuir “(...) *algo que lhe restitua a identidade*”. Este algo é a posse da terra. Adquirir um pedaço de chão é, para a autora, uma oportunidade de evitar a dispersão familiar, de obter uma expectativa de futuro que, no caso daqueles que são mais

velhos, concretiza-se na realização dos filhos. Wilka em sua análise lança mão de conceitos psicanalíticos. Dejours e Freud serão seus referenciais no diálogo estabelecido entre o seu trabalho e o trabalho de D’Incao.

Um traço que o trabalho realizado por Dias tem em comum com os outros que apresentamos nesta revisão bibliográfica é a certeza de que os objetivos gerais do MST e os de cada trabalhador rural muitas vezes ocupam faces opostas de uma mesma moeda. Segundo Dias, *“A luta por uma mudança na estrutura agrária, uma transformação nas relações de produção na agricultura, através de ações de resistência e ocupação de terras, objetivo maior do MST, pode não estar no âmago do que os trabalhadores individualmente sentem, percebem e estabelecem como seus próprios objetivos”* (Dias, 1999:7).

Como em seu trabalho há uma releitura da obra de D’Incao, Dias busca encontrar, entre as famílias reunidas em acampamentos do MST, trabalhadores rurais volantes que vivenciaram os processos de transformação no meio rural, promovidos pelo avanço do capitalismo no campo. Para a autora, esses sujeitos poderiam ser os participantes de hoje do MST. D’Incao e Dias realizaram seus trabalhos com a mesma classe de sujeitos e na mesma região.

Na busca de produzir uma análise dos aspectos psicossociais referentes ao trabalhador rural volante, Dias recorre às seguintes categorias: *Sofrimento Psíquico no trabalho; Identidade; Precariedade no Mundo da Vida e Desenraizamento*.

A categoria *Sofrimento Psíquico no trabalho* proposta por Dias tem como base teórica o trabalho de Dejours, acerca do sofrimento psíquico em trabalhadores da indústria. Para ela, ainda que não hajam estudos acerca do sofrimento psíquico no campo, ele existe e se revela a partir da impossibilidade de alcançar uma vida mais estável. Na realidade dos trabalhadores volantes, essa dificuldade é mais constante, constata a autora. Wilka defende que: *“(...) o trabalho rural (...) também se revela como uma atividade onde a relação homem-trabalho é atingida, é afrontada pelo sofrimento psíquico; que é percebido na necessidade de deixar o passado para retomar um outro trabalho ou enfrentar a falta dele e dar início a uma longa e enigmática trajetória para o futuro”* (Dias, 1999:79).

Em nosso entender, a questão do sofrimento psíquico é tratada por Dias como algo que *rouba* a capacidade de reorganização do sujeito. É como se ele não fosse capaz de superar suas privações por não ter mais um sonho para viver. Daí, a perspectiva sombria retratada pela autora. Contudo, não nos pareceu suficientes os relatos por ela apresentados para justificar tal posicionamento. Além do mais, os estudos aqui apresentados e discutidos e os dados que nós coletamos de acampados, oriundos da mesma região e que também passaram pelo acampamento Santa Rita, mostram que o sofrimento psíquico no trabalho não os impediu de sonhar, antes o contrário, eles trabalharam duro na expectativa de verem alguns de seus sonhos e dos sonhos dos filhos concretizados. A filiação ao movimento social possibilita aos trabalhadores rurais um

resgate de uma identidade de trabalhador permeada por um sentimento de dignidade. Dias afirma que *“Compreender os processos psíquicos, especialmente os relativos ao sofrimento no trabalho, que para Dejours é ‘inevitável e ubíquo’, é preciso considerar que este sofrimento tem raízes na história singular de todo o sujeito sem exceção”* (Dias, 1999:90).

A compreensão da autora do que seja identidade está muito próxima de uma idéia de personalidade. Identidade e subjetividade parecem, em diversas ocasiões, ser sinônimas. Dias propõe que: *“(...) a identidade é a própria criação que a pessoa faz de si”* (Dias, 1999:96). O indivíduo é entendido pela autora: *“(...) como um conjunto de relações dentro de um contexto histórico. Na construção de sua identidade, o passado é referência de sua história”* (Dias, 1999:96). Ao identificar na fala de um sujeito da pesquisa de D’Incao que a: *“(...) tentativa de manter sua identidade contrapõe-se à necessidade de sobrevivência”* (Dias, 1999:99) revela que o entendimento da autora está distante de observar o sujeito coletivo e a identidade coletiva dos trabalhadores volantes.

Desse modo, nossa compreensão do que seja identidade social é significativamente diversa daquela apresentada por Dias. Vale lembrar que as inferências feitas pela autora, acerca do que seja a categoria identidade, estão ancoradas no trabalho de Antonio da Costa Ciampa (1987), encontrando-se pouco desenvolvidas no corpo do trabalho e por isso é, para nós, bastante frágil.

Em afirmações como:

“Não é preciso muito para perceber que suas determinações estão presentes de forma restrita aos padrões de escassez, de precariedade a que já se acostumaram, se adaptaram. No cotidiano, condições precárias de vida fazem parte de seu espaço psicológico, com origens na sua história pessoal e familiar e acabam determinando as expectativas para o futuro que não se distanciam daquela já vividas por seus pais, por eles próprios e provavelmente por seus filhos” (Dias, 1999:114).

fica visível nosso desacordo com Dias. Entendemos que a crença na mudança social observada entre os sem terra esteja sustentada também na expectativa de transformar a realidade social radicalmente. Em outras palavras, a perspectiva de um futuro melhor é um dos componentes que os mantém firmes na luta a despeito de toda a precariedade vivida por seus pais, por eles ou por seus filhos. A luta pela terra prometida é a tentativa de dar concretude ao sonho de uma vida melhor, é a possibilidade de romper esse ciclo, que no trabalho de Dias significa, ao nosso ver, *compulsão à repetição e renegação*. Em nosso entender, as vidas construídas na terra são vidas construídas na luta e cheias de esperança e de perspectivas melhores do que àquelas vividas no passado.

Não negamos que a vida de privações deixe marcas profundas que muitas vezes são repetidas em suas vidas. Porém, elas não são impeditivo à mudança. Terem ingressado

nessa luta é um sinal significativo dessa acertiva. Nesse aspecto, Dias caminha em sentido oposto ao demais trabalho aqui apresentados e ao nosso. Como Souza, nós entendemos que a “(...) *simples participação em manifestações pode levar o indivíduo a repensar sua situação concreta – realidade – na sociedade em que vive, assim como a sua prática social*”. Portanto, caso as expectativas para o futuro desses sujeitos “(...) *não se distanciam daquela já vividas por seus pais, por eles próprios e provavelmente por seus filhos*” (Dias, 1999:114), seu ingresso na luta e a sua possível participação de empreitadas coletivas não teriam sentido.

Baseando-se em Simone Weil (1996), Dias busca na categoria desenraizamento, discutir a vida dos acampados bóias-frias, a partir da idéia de que seu trabalho volante impede o enraizamento e mantém o desenraizamento iniciado com a migração desses sujeitos de suas terras natal. Dois são os aspectos apontados por Weil e que Dias entende serem relativo ao caso dos trabalhadores rurais. Dias refere-se ao desemprego e a instrução. Para a autora, a expulsão do campo:

“(...) provoca a desvinculação com o trabalho da terra, um dos caminhos para o desemprego, que funciona como: “um desenraizamento de segundo grau. Eles não estão em suas casas, nem nas fábricas, nem em seus alojamentos, nem nos partidos e sindicatos – que se dizem feitos para eles, nem nos lugares de prazer, nem na cultura intelectual, se tentarem assimilá-la” (Weil, 1996:413)”. Desta maneira, afastados dos vínculos com o cenário urbano, não conseguem encontrar um espaço que lhe permita sentir-se como trabalhador desse meio, um cidadão reconhecido como tal” (Dias, 1999:118).

Apoiada em Weil e D’Incao, Dias relaciona a ida do trabalhador rural para a cidade, em busca da estabilidade do emprego fixo, ao afastamento das possibilidades de enraizamento e, por conseguinte, considera a questão como desenraizamento. Assim, bóias-frias e acampados que não conseguem adaptar-se à ‘urbe’, encontrar o emprego fixo que lhes permita tornar-se ‘*cidadão urbano*’ e por isso, encontram-se distanciados de suas raízes, “(...) *buscam apoio nos movimentos sociais organizados, numa tentativa de se sentirem escorados, sustentados emocionalmente pelo grupo*” (Dias, 1999: 119).

Mas Dias, apesar de entender que os movimentos sociais atuam como uma espora psíquica, não faculta a possibilidade de esses movimentos sociais organizados atuarem na reorganização das complexidades das configurações das consciências políticas. Entendemos que o trabalho de Dias, graças à defesa que a pesquisadora faz da impossibilidade de o trabalhador transformar os determinantes sociais, comete o equívoco de congelar a dinâmica do processo social, tornando seus sujeitos imutáveis. Essa incapacidade de transformar a própria história aparece, por exemplo, no trabalho de Dias quando ela lê no discurso de seus sujeitos a crença de que o fato de serem pobres é um impeditivo *sine qua non* no processo de superação da condição humana a que seus indivíduos encontram-se presos.

Desse modo, ela propõe em nota de rodapé que quando seu sujeito de pesquisa diz que: *“trabalhador é gente fraca”*, essa referência *“(...) significa gente pobre, sem nenhum recurso financeiro ou preparação para avançar de um estágio de determinismo social claramente definido para outro”* (Dias, 1999: 120). Seguindo esse mesmo raciocínio, ela articula as falas de seus sujeitos propondo que elas mostram: *“(...) uma expectativa em relação ao futuro que continua presa ao seu universo, porque apesar de buscar essas raízes, não possui recursos suficientes para trilhar um caminho mais promissor. Assim, como não há outro meio, outra forma de trabalhar, sua história determina essa trajetória”* (Dias, 1999:120). Para nós, esse tipo de inferência implica na compreensão cíclica da existência humana, onde tudo acaba no mesmo ponto em que começou. Nisto, está nossa oposição: pobreza não é condição suficiente para justificar o imobilismo social presente no texto. Dias encerra a discussão dessa categoria de análise questionando, sem dar respostas, se realmente houve desenraizamento em algum momento. Para ela, certo é apenas o fato de que seus sujeitos estão em busca de raízes pessoais, familiares, geográficas e psicológicas pelas quais: *“(...) possam ser percebidos mais concretamente”* (Dias, 1999:123).

Segundo a autora, aparece nas entrevistas, realizadas no acampamento Santa Rita, *“A preocupação em manter a família no mesmo espaço (...), de manter o espaço familiar e de trabalho; ter um pedaço de terra que lhe pertença e que lhe dê certa autonomia”* (Dias, 1999:53). A visão da autora acerca da realidade dos acampados, que tem na origem a experiência no trabalho volante, se revela um tanto quanto pessimista. Ela vê em seus dados a presença de um: *“(...) sentimento de impotência de não conseguir agir e de não saber para onde ir”* (Dias, 1999:54). Para a autora, pais lutam em função do futuro dos filhos, vivem para lutar por um futuro melhor para eles. Desta maneira, a realização de sonhos pessoais são sublimados na expectativa de realização através das conquistas da prole.

Não estamos de acordo com essa visão, pois, ao contrário do que verificou Dias, encontramos em nossos acampados, que têm a mesma origem dos estudados por ela, um enorme desejo de acabar com o sofrimento de toda uma vida e de, mediante seu trabalho, ascender socialmente. A autora que vê esse sentimento de impotência nesses sujeitos, vê na projeção do desejo a resposta para o aparecimento da vontade de lutar, para a metamorfose que há aí: da impotência à vontade de lutar. Outra constatação feita pela pesquisadora, diz respeito a *“(...) necessidade de resgatar uma identidade de homem da terra”* (Dias, 1999:56). Dias pouco desenvolve suas constatações e traz poucas provas das evidências constatadas por ela.

Além do que já pontuamos, a pesquisa de Dias pretende-se um trabalho psicossocial. Contudo, entendemos que essa pretensão não se realiza. Para nós, a autora ensaia uma leitura psicossocial mas acaba fazendo uma espécie de *‘clínica do social’* ou no máximo uma leitura psicossocial altamente psicolisante. Além disso, as evidências, por nós encontradas no campo (cf. Silva, 2002), apontaram para considerações opostas àquelas obtidas

pela pesquisadora. Um último dado importante é o fato de que nossos trabalhos observavam acampados da mesma região, sendo que alguns de nossos sujeitos conviveram juntos, visto o tempo de acampados que eles tinham na ocasião. Ao concluir a análise do trabalho de Dias, pensamos por bem trazer um trecho da pesquisa de Andrade que, ao nosso ver, retrata com exatidão as divergências que temos com o trabalho da autora:

“A vitória que emerge nas imagens também possibilita o registro de que não há sucesso sem resistência, sem conflito. Assim, a seqüência evidencia uma trajetória de resistência diante das inúmeras dificuldades que vão se impondo ao longo do tempo. Viabilizar economicamente significa a permanência na terra. E permanecer na terra significa dialogar com as exigências do mercado, requer políticas governamentais que amparem o pequeno produtor. (...) As fotografias registram um tempo de avanços e conquistas, complementados pelo texto escrito, tradutor de um tempo histórico que ultrapassa as imagens e revela a continuidade da luta pela terra, através da emancipação econômica das famílias. Assim, é a história que continua. A fotografia da agrovila é a constatação da melhoria de vida das famílias. A história que se iniciou com a imagem de casebres de madeira, termina com as casas de alvenaria. É o resultado da reconstrução de vida dos sem terra (...) Do lugar da miséria, da precariedade e das desesperanças, ao “lugar gostoso de viver, cheio de vida “ (Andrade, 1998:79).

A citação que apresentamos e as considerações tecidas anteriormente explicitam as diferenças existentes entre nossas posturas. Com isso, não queremos dizer que Dias não tenha trazido contribuições. Apenas nos colocamos em um outro lugar que nos propicia um olhar bastante diverso sobre essas questões e esses sujeitos.

Por fim, os trabalhos, até aqui apresentados, nos mostram como que os aspectos contraditórios existentes no interior do MST impactam na construção das consciências políticas entre os trabalhadores rurais separadamente (sejam eles jovens, lideranças, etc.). Ao lançarmos um olhar sobre o processo de formação da identidade coletiva, que se dá entre lideranças, entre os assentados, entre os jovens, vamos entendendo melhor a dinâmica interna desse movimento social e enfrentando os perigos de se estabelecer idéias acerca das consciências políticas que sejam falazes.

Considerações Finais

Parece-nos importante fazemos aqui, ainda que no final desse trabalho, algumas considerações históricas acerca da família como unidade produtiva. Segundo Stolcke (1986), mesmo durante o período da escravidão no Brasil, os proprietários rurais que mexiam com café tinham preferência pela contratação de famílias para cuidar da produção. Essa preferência se dava pelo fato de que mulheres e crianças auxiliavam durante a colheita. Esses

contratos davam-se nos moldes da parceria. Após a abolição da escravidão, a preferência era por contratar homens livres que tivessem família, pois essa funcionava como reserva de mão-de-obra a preços menores que os praticados no mercado à época da colheita. Assim, com a mudança nas relações de produção, o trabalhador livre deixou o sistema de parceria e passou a ser remunerado. Esse fato ocasionou algumas alterações na divisão do trabalho familiar. Enquanto o homem continuava sendo líder da família, estabelecendo os contratos com os fazendeiros, mantendo o vínculo empregatício, recebendo e controlando todos os salários, a mulher, que antes era a dona de casa e a guardiã dos filhos, passa a realizar trabalhos sazonais. Lembramos que, ainda hoje, o trabalho da mulher é visto como sendo subsidiado ao do homem, que os salários pagos a ela no campo é muitas vezes menor que o pago ao homem. Porém, fato é que ainda que hajam inúmeras transformações no campo, a família ainda é a unidade produtiva que organiza essas relações. E no MST não é diferente.

Todavia, apesar disso, a família, unidade base da organização do MST, não é tomada em nenhum dos trabalhos aqui estudados. Essa é uma das mais importantes diferenças entre estes trabalhos e nossa pesquisa. Enquanto não aparece em nenhum deles a família como recorte da pesquisa, é esse o recorte dado por nós para o estudo da consciência política.

Estudando cada uma dessas dissertações e teses, pudemos confirmar a importância do tema que nos propusemos estudar: A formação da consciência política entre famílias acampadas. Neste sentido, uma das questões que nos afligia era saber o impacto da família na formação da consciência política dos sem terra, visto que o MST não se organiza da mesma forma que os sindicatos, por exemplo a CONTAG, que se estruturam a partir de indivíduos que se associam, mas a partir unidade familiar. E para que possamos compreender o porquê de o MST se sustentar organicamente em uma base familiar e não numa base individual, como fazem os sindicatos, é preciso que entendamos as bases da construção e consolidação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Como vimos no estudo de Tarelho (1988), durante o processo de construção e consolidação do MST, a presença da Igreja fora marcante e fundamental. Através da ação de agentes de pastoral e de membros da hierarquia da Igreja que apoiaram o movimento desde o seu início, foram criados espaços importantes de socialização (através das CEB's, da CPT e de outras linhas pastorais), os quais foram introduzidos como valores à família.

Entendemos que a ação dos agentes de pastoral e dos membros da hierarquia Católica se dava através do contato e da mobilização familiar. Podemos observar que a família, em diversos documentos da Igreja, ocupa um lugar relevante no pensamento e na estrutura religiosa²². Neles podemos notar que o Povo de Deus é a Família de Deus.

²² Exemplos disso são documentos como o Concílio Ecumênico Vaticano II; as Conferências Episcopais Latino-Americanas de Medellín e Puebla e documentos da CNBB como o nº 54 "Família: Igreja Doméstica".

Por conseguinte, é nesse contexto que muitas das lideranças que participariam do MST adquiririam uma formação político-religiosa. Ainda que isso possa não ser claro para essas lideranças, a importância da família está associada à postura mística e política que elas internalizam durante o período de formação e organização do movimento que se deu sob o signo da Igreja. Acompanhar famílias parece-nos constituir uma estratégia de manutenção e mobilização utilizada amplamente pela Igreja e assimilada pelos quadros do MST.

Outro fator importante para que as famílias fossem constituídas como o dado organizativo do MST pode ser identificado no processo histórico do mesmo. Se observarmos o Movimento nascente em 1977, no Rio Grande do Sul, o que veremos é um grupo de famílias arrendatária de uma área indígena e que são retiradas daquela reserva. Era toda uma comunidade que necessitava ser realocada, eram “as famílias dos Colonos de Nonoai”. Organizadas, como grupo, elas marcham rumo à conquista das áreas da Madeireira Carazinhense em Ronda Alta – RS. Da mesma forma, ocorre com outras mobilizações de dados grupos familiares vítimas de enchentes e de inundações de áreas para a construção de barragens, de famílias de posseiros e bóias-frias, etc.

Por último, apontamos como fator importante para a entendermos a família como a unidade básica do movimento, o fato de ela conter em seu meio dois grupos significativos: mulheres e crianças. Durante os momentos críticos de enfrentamento com a polícia, jagunços, e outras fontes de pressão contrária às ações coletivas, deflagradas pelo movimento, são as mulheres e as crianças que tomam a frente e não os homens, numa atitude estratégica de fragilização dos agentes de coerção. A descoberta dessa estratégia pode ser vista por exemplo nos relatos colhidos por Tarelho e Andrade. Assim, entendemos que o papel da família é central na estrutura e na vida do movimento.

Outro ponto que para nós é relevante, é o fato de os poucos trabalhos que aqui analisamos anunciarem as inúmeras realidades presente no interior do MST e apontarem a família como um dado constitutivo destas realidades, mesmo que nenhum deles a tenha focado. Graças a essas indicações é que fomos capazes de estudar a relação Família e MST no campo da Consciência Política, sendo este o primeiro trabalho dentro da psicologia social que lança esforços para entender questões ligadas ao MST, partindo da unidade familiar. Isso revelou-se de fundamental importância no estudo do MST porque é com base no grupamento família e não no indivíduo que o movimento está organizado. Logo, todas as decisões tomadas pelo movimento trazem em si o caráter coletivo, como vimos nos trabalhos de Freitas, Tarelho, Sousa e Andrade.

O voto nas assembléias e nas reuniões de grupo, por exemplo, pertencem à família do acampado tal e não à fulano de tal, o que obriga à família fazer, mesmo que mínimas, discussões sobre os temas a serem votados. O valor da coletividade é um

traço marcante na história dos trabalhadores rurais sem terra organizados no MST e, é mais visível nos acampamentos do que nos assentamentos da reforma agrária. É na realidade do acampamento que os sentimentos de solidariedade estão mais aflorados; é nele que as metas de ação coletiva proporcionam o fortalecimento dos vínculos da identidade coletiva; é no acampamento que a tomada de consciência das privações vividas por cada sujeito permite a ressignificação de crenças e valores desse sujeito e o mútuo reconhecimento, o reconhecimento do outro com um igual e dos adversários que eles têm em comum.

Como a posse da terra é a meta a ser alcançada por todos, os interesses individuais encontram-se relegados a um segundo plano da consciência, a espera de um momento para que possam vir à tona. Se durante o processo da luta impera a crença na mudança social, durante a fase posterior, de assentados, impera a crença na mobilidade social, na força familiar. Isso pode ser notado quando, como observou Freitas, ficam patentes as dificuldades que o movimento tem para organizar e manter as iniciativas coletivas em assentamentos da reforma agrária. Como vimos, muitas das iniciativas, que começam logo no início do assentamento, acabam sendo frustradas no decorrer do tempo. É por isso que nós entendemos o período de acampamento como sendo um instante privilegiado para se gestar os sonhos coletivos, para que se possa organizar melhor o grupo, para que possam obter sucesso em suas iniciativas coletivas quando forem assentados, em oposição ao que observou Dias. Em vista disso, o que percebemos é o acampamento como uma grande escola subutilizada pelo movimento.

Nesse sentido, temos encontrado tanto na bibliografia do campo da Psicologia Social e outros, como nas entrevistas e conversas informais durante nossa estada entre os acampados, falas que olham para o acampamento e para o MST como sendo uma grande escola em que velhos, adultos, jovens e crianças são alunos. Para os sem terra, de modo geral, escola e educação estão ligadas à disciplina e à transmissão de conhecimento. O papel formativo que deveria estar sob a tutela familiar é transferido ao MST, à “*grande família*”. Por conseguinte, entendemos que a família passa por um certo esvaziamento de suas funções. Na construção da consciência, ela divide o papel formador com o MST. É interessante notar que em muitos momentos há uma certa dubiedade na fala dos entrevistados de todos os trabalhos aqui revisitados. Particularmente, quando nossos entrevistados se referem à luta, eles se reconhecem como parte integrante do MST, como um ‘Nós’. Não obstante, quando se referem à formação e à disciplina é como se não estivessem incorporados ao movimento, fazendo com que o MST passe a ser um ‘Eles’ que tem influência em suas vidas.

Assim, esse ‘Eles’ assume, muitas vezes, a face do poder que pode agir de forma coercitiva na vida desses sujeitos. Portanto, entendemos que a forma com que as questões ligadas à coletividade são tratadas de modo a cair equivocadamente na negação da

individualidade. Para nós, é a negação da individualidade uma das grandes motivações do fracasso de estratégias coletivas desenvolvidas pelo MST. Por isso, fazemos coro com aqueles que, como Souza, entendem que: *“(...) a autonomia dos indivíduos deve ser preservada num Movimento Social, caso contrário teremos objetivos racionais fixados, em detrimento do emocional, das opiniões individuais dos participantes. Garante-se as condições objetivas e as subjetivas são massacradas”* (Souza, 1994:242). É preciso que o movimento trabalhe com mais cuidado da relação existente entre o coletivo e individual.

Como já apontamos anteriormente, as frentes de massa e os acampamentos são espaços privilegiados para essa empreitada e que encontram-se subutilizados. Por fim, concluímos este ensaio certos de que a pesquisa-referência deste artigo junta-se a estas aqui analisadas, no esforço de trazer para o âmbito psicossocial os movimentos sociais agrários. Ao trazermos nossa contribuição a esta linha de pesquisa - Movimentos Sociais sob a ótica dos referenciais da Psicologia Social -, destacando a família como unidade de análise para a compreensão do movimento, bem como da construção da consciência política, este estudo aponta para alguns caminhos possíveis para a superação das contradições vividas no interior deste movimento social, o MST.

• Recebido em 17 de abril de 2002.

• Aprovado em 26 de outubro de 2002.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. & CAMARANO, A. A. (1997). Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. In: Anais do XXI Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. São Paulo: USP.
- _____. (1997). Juventude e Agricultura Familiar In: Relatório de pesquisa/convenção FAO-INCRA. São Paulo: INCRA.
- ANDRADE, M. R. de O. (1998). *A Formação da Consciência dos Jovens no Contexto dos Assentamentos Rurais do Movimento Sem Terra*. Tese de Doutorado em Educação. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- ANSARA, S. (2001). Memória Coletiva: Um Estudo Psicopolítico de uma Luta Operária em São Paulo. *Revista Psicologia Política*. Vol. 1, Nº 2. São Paulo: SBPP.
- BERGER, P. e LUCKMANN, T. (1973). *Construção Social da Realidade*. Petrópolis: Vozes.
- CIAMPA, A. da C. (1987). *A Estória do Severino e a História da Severina: um ensaio em Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense.
- DIAS, W. C. A. (1999). *Vidas Construídas na Terra: O ir e vir dos trabalhadores rurais*. Tese de Doutorado em Psicologia Social. São Paulo: USP.
- D'INCAO, M. C. (1975). *O bóia-fria: acumulação e miséria*. Petrópolis: Vozes.
- EYERMAN & JAMISON. (1991). *Social Movements: A cognitive approach*. Pennsylvania: editora Pennsylvania State University Press.
- FREITAS S. M. de. (1994). *Análise Psicossocial da Capacidade de Mobilização e das Contradições Internas do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra em Termos de Representação Sociais*. Dissertação de mestrado em Psicologia Social. João Pessoa: UFPb.
- GOHN, M. G. (1993). *Movimentos, Organizações Populares e Cidadania: Perspectivas para os anos 90*. Campinas: Mimeo, UNICAMP.
- HABERMAS, J. (1982). *Conhecimento e Interesse*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. (1985). *Para a Reconstrução do Materialismo Histórico*. São Paulo: Brasiliense.
- _____. (1987). *Teoría de la Acción Comunicativa*. tomo II. Madrid: TAURUS.
- MOSCOVICI, S. (1961). *A Representação Social da Psicanálise*. São Paulo: Zahar.
- SANDOVAL, S. A. M. (1989). Considerações sobre Aspectos Microsociais na Análise dos Movimentos Sociais. *Revista Psicologia e Sociedade*; 7; Set.1989. São Paulo: ABRAPSO.
- _____. (1994). Algumas Reflexões sobre Cidadania e Formação de Consciência Política no Brasil, In: SPINK, Mary Jane (org.) *A Cidadania em Construção: Uma Reflexão Transdisciplinar*. São Paulo: Cortez.
- _____. (2001). The Crise of the Brazil Labor Moviment and the Emergence of the Alternative Forms of Working-class in the 1990s. *Revista Psicologia Política* 1(1).

- SILVA, A. S. da. (2001). *Consciência e Participação Política: Uma abordagem Psicopolítica* Revista *Interação* 6(12). São Paulo: UNIMARCO.
- _____. (2002). *Acampados no Pontal: A Formação da Consciência Política entre Famílias Acampadas no MST*. Dissertação de Mestrado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social.. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- SOUZA, M. A. de. (1994). *A Formação da Identidade Coletiva: Um Estudo das Lideranças de Assentamentos Rurais no Pontal do Paranapanema*. Tese de Mestrado em Educação. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- STOLCKE, V. (1986). *Caféicultura: Homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo: Braziliense.
- TAJFEL, H. (1982). *Grupos Humanos e categorias sociais: Estudos em Psicologia Social*. Vol. I. Lisboa: Horizontes. (Trabalho originalmente publicado em 1981).
- _____. (1983). *Grupos Humanos e categorias sociais: Estudos em Psicologia Social*. Vol. II. Lisboa: Horizontes. (Trabalho originalmente publicado em 1981).
- TARELHO, L. C. (1988) *Da consciência dos Direitos à Identidade Social: Os Sem Terra de Sumaré*. Dissertação de Mestrado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Juventude e movimento estudantil: discutindo as práticas militantes

Youth and student movements:
talking about militants practices

Marcos Ribeiro Mesquita★

marcosmesquita@hotmail.com

Resumo

Este artigo visa identificar conteúdos e formas organizativas que nos indiquem o surgimento de uma nova sociabilidade militante no interior do movimento estudantil. Para tanto, foi necessário analisar as relações entre os diversos grupos organizados do movimento estudantil, desde os mais institucionalizados, àqueles que empreendem outras formas de fazer política. A pluralidade de expressões estudantis, de novos formatos, metodologias e pautas parece apontar para esta sociabilidade, apesar do forte caráter tradicional que a política estudantil institucional ainda possui.

Palavras-chaves

Juventude, Participação Política, Estudantes, Sociabilidade Militante, Movimento Estudantil

Abstract

This paper aims at identifying new configurations of militant sociability in the structure and in the actuality of the student movement. In order to accomplish this, we researched the relationship among the various organizations that comprise the movement, ranging from the most institutionalised to those that prefer non-institutionalised ways to take part in politics. The plurality of student expressions, their new forms, new methods and new issues support the hypothesis that there really is such a new sociability, despite the strong traditional character the institutionalised student movements still reflects.

Keywords

Youth, Political Participation, Students, Militant Sociability, Student Movement

★ Psicólogo, Mestre em Sociologia Política pela UFSC.

MESQUITA, M. R. (2003). Juventude e movimento estudantil: discutindo as práticas militantes. *Psicologia Política*, 3(5), 89-120.

Introdução

O movimento estudantil em geral foi bastante ativo e marcou presença no cenário político latino-americano, desde o início do século. Sua trajetória de certa forma remonta aos grandes momentos da história do país e dos principais fóruns e debates acerca da universidade. Além disso, conseguiu, por algum tempo, ser o ator social de maior força, mobilização e organização no Brasil, atraindo inclusive outros grupos e movimentos sociais.

No Brasil sua ação reivindicatória e seu posicionamento político, perante o Estado durante a ditadura militar no país, foram cristalizados no imaginário social como o grande momento deste movimento, sendo eleito, porém, 1968 como ano marco que retrata com maior expressão sua importância.

Por isso, principalmente nas décadas de 70 e 80, foi objeto de pesquisa nas diversas áreas de conhecimento: sociologia, ciência política, psicologia, história, entre outras. No Brasil foram importantes os trabalhos de Foracchi (1972, 1977), Albuquerque (1977a, 1977b), Sanfelice (1986), Martins Filho (1987, 1996, 1998) e mais posteriormente Cardoso (1990, 1998).

Neste sentido, como uma das expressões do protagonismo juvenil – e por muito tempo, seu termômetro – continua apresentando-se, como uma das possibilidades de inserção e atuação política para uma parcela dos jovens. Para esta parcela de estudantes, o ingresso na universidade e a participação na vida universitária como escreveu Foracchi na década de 70,

“(...) representam uma situação nova (...). Abrem-se horizontes de participação que são novos pelas oportunidades que o jovem encontra de conviver com outros que compartilham dos seus problemas, envolvendo-se, na busca comum das alternativas desejadas, criando compromissos semelhantes com a condição que, no momento, define as suas vidas e que é a condição de jovem”. (Foracchi, 1972:74-75).

Porém, na atualidade – diferentemente de décadas anteriores, onde o movimento estudantil era o porta-voz da maioria dos jovens – a juventude conta com múltiplos e diferenciados canais de expressão política. Muitos deles sinalizam a emergência de

¹ Chantal Mouffe em seu livro *Paradox of Democracy* discute a questão da condição irreconciliável da liberdade com a igualdade, condição esta necessária para a existência do próprio regime: “It is (...) crucial to realize that, with modern democracy we are dealing with a new political form of society whose specificity comes from the articulation between two different traditions. On one side we have the liberal tradition constituted by the rule of law, the defence of human rights and the respect of individual liberty; on the other the democratic tradition whose main ideas are those of equality, identity between governing and governed and popular sovereignty.” MOUFFE, Chantal. *Democratic Paradox*, (London: Verso, 2000) p.2.

novos atores sociais juvenis que atuam em áreas das mais diversificadas, além de discutirem e criarem políticas públicas voltadas para esta categoria. As ong's, os movimentos juvenis de cunho cultural, os movimentos sociais em suas mais variadas temáticas, etc., são espaços outros de inserção dos jovens neste novo cenário que se apresenta.

Novos elementos começam a aparecer nos movimentos juvenis, através das **novas formas organizativas** que nos levam a repensar outros referenciais de análise. Atualmente, os movimentos juvenis *"(...) tomam a forma de uma rede de diferentes grupos, dispersos, fragmentados, imersos na vida diária. Eles são um laboratório no qual novos modelos culturais, formas de relacionamento, pontos de vista alternativos são testados e colocados em prática"* (Melucci, 1997:12-13).

Estas formas organizativas aparecem hoje não só de maneira diferenciada, mas também trazem consigo, uma heterogeneidade de conteúdos que nos faz pensar, até que ponto, a diversidade de redes juvenis existentes, vem influenciando a prática e as estratégias militantes dos próprios estudantes. Ou, de outra forma, queremos analisar, como as novas sociabilidades emergentes no meio juvenil colaboram na formação de uma **nova sociabilidade militante** no interior do movimento estudantil, e conseqüentemente, atua de maneira a criar outros espaços de militância, e uma nova cultura política.

O movimento estudantil parece articular elementos **de práticas políticas tradicionais e novas herdadas dos movimentos sociais**. Mantém-se, paradoxalmente, sobre uma estrutura sustentada ainda em organizações formais e centralizadoras (DCE's, CA's, UEE's, etc), mas também **incorpora novas formas** (como as Executivas de curso, Grupos de Cultura, etc.¹).

O objetivo de nosso trabalho é identificar na estrutura e organização do movimento estudantil, conteúdos e formas organizativas que nos indiquem o surgimento de uma nova sociabilidade militante.

Para tanto, realizamos uma pesquisa de campo contemplando dois momentos diferentes, a saber: a) a participação em dois encontros nacionais de estudantes; b) coleta de dados documentais das entidades estudantis.

Num primeiro momento, realizamos uma das fases desta pesquisa no 46º Congresso da UNE, ocorrido na cidade de Belo Horizonte (MG), em julho de 1999; e posteriormente, no Congresso Nacional dos Estudantes de Agronomia – CONEA – realizado na cidade de Pelotas (RS), em setembro deste mesmo ano.

Nesta etapa, foram entrevistados 17 estudantes de todo o país, divididos a partir da representatividade dos grupos e tendências do movimento estudantil geral, bem como da representação das Executivas de Curso, contemplando o movimento específico de

¹ Estas são entidades estudantis que nasceram da necessidade do movimento estudantil "cobrir" demandas mais pontuais. Por exemplo, as Executivas de Curso foram criadas com o fim de discutir questões específicas do próprio curso e de sua dinâmica.

área. Os entrevistados representavam a pluralidade de grupos e orientações políticas existentes naqueles congressos, sendo eles militantes independentes, libertários, dirigentes de entidades, e pertencente às diferentes tendências.

Num segundo momento, realizamos uma coleta de dados documentais (fotos, arquivos, textos sobre a história do movimento, atas de seminários e reuniões realizadas pelo mesmo, etc.). Neste texto, centraremos nosso foco nas entrevistas realizadas com os militantes nos respectivos encontros, e na medida em que for preciso, confrontaremos nossas reflexões com alguns dos dados de fonte secundária (dados documentais).

Na análise das entrevistas fizemos, inicialmente, um trabalho para identificar possíveis categorias implícitas nos variados discursos dos militantes. Posteriormente, confrontamos estas categorias que emergiram nos discursos com algumas outras já preestabelecidas por nós a partir dos objetivos desta pesquisa e das observações realizadas em campo. Neste exercício, demarcamos um eixo de análise e nos centramos em algumas categorias, das quais quatro delas estarão presentes neste artigo.

1. Analisando o movimento...

Analisar o movimento estudantil é antes de tudo, analisar um movimento plural, capaz de se manifestar através de vários grupos que se potencializam no cotidiano da condição estudantil. Poderíamos afirmar que este não se limita a suas organizações estudantis e formais, mas se manifesta na própria dinâmica de criação de interesses e pautas que – transformadas diariamente pela realidade estudantil, pelas relações universitárias e pela sociedade civil – pode ser capaz de mobilizar os estudantes.

Assim, acreditamos que não exista um movimento estudantil unitário. Neste sentido, seria mais correto falar em movimentos estudantis que se inter-relacionam e se inter-cruzam.

Nesta pluralidade existente, o movimento agrega um número infinito de tribos e grupos em seu interior, desde aqueles que se manifestam através de tendências orgânicas – geralmente ligados a um partido político –, até aqueles que expressam interesses temáticos e mais localizados – como o grupo de estudantes negros e as executivas de curso, por exemplo. Ainda existem aqueles que, apesar de pensar políticas globais e ter uma organização de grupo, não possuem vínculos partidários. É o caso dos independentes e dos anarquistas.

Por outro lado, a existência desta pluralidade muitas vezes é ofuscada dada a capacidade de articulação e de estratégias das entidades estudantis tradicionais, que imprimem um estilo, um modo de fazer política e militância que não contemplam, ou tem dificuldades de aceitar, novas maneiras de expressão estudantil, ficando estas últimas, muitas vezes marginalizadas.

Concordando com Foracchi (1977) entendemos que,

“(...) não se pode compreender sociologicamente o movimento estudantil apenas em função das posições defendidas pela sua vanguarda. É necessário investigar sob que condições se estabelece a comunicação entre a cúpula e a base e de que forma as decisões desta traduzem as reivindicações daquela”(p. 230).

Entender os processos pelos quais os estudantes se mobilizam para uma ou outra temática; quais os ideários construídos pelos grupos no interior do movimento estudantil (existem novas utopias?) e o seu alcance; qual a relação do movimento estudantil com os partidos e os próprios estudantes; que novas linguagens estão aparecendo neste campo político, capazes de catalisar, aglutinar e gerar novas práticas... são algumas das questões que tentaremos aprofundar neste momento.

1.1. O Movimento estudantil parte por parte...

O movimento estudantil, nos últimos anos, absorveu várias das tendências e temáticas dos novos movimentos sociais. Além do aparecimento das diversas expressões estudantis, surgem de maneira expressiva no movimento temas mais amplos como a discussão da cultura, do meio ambiente, da paz, dos movimentos de minoria, entre outros. Apesar disso, o movimento estudantil não consegue aglutinar boa parte dos estudantes, seja na realização de suas assembléias, seja nas passeatas etc.

O movimento passa assim, por uma crise de representatividade e organicidade que se manifesta na sua intervenção fragmentada e na pouca expressividade entre os estudantes. Existem momentos em que esta crise se põe mais em evidência que outros. Entre os poucos momentos de fluxo intenso de participação dos estudantes nos últimos anos, podemos citar o Impeachment.

Pensando nestas questões, decidimos aprofundar a análise do movimento estudantil atual, que pudesse nos mostrar as ligações existentes, entre a realidade de sua prática política, e a constatação da falta de participação dos estudantes no interior de suas entidades e nas lutas que delas advém. Qual o limite dessa falta de participação? A falta de participação dos estudantes é constatada em que espaços do movimento estudantil? Estaria sendo o movimento estudantil, portador de projetos coletivos e mobilizadores entre os estudantes?

Pensamos que as indagações acima têm uma relação muito forte com a própria prática política do movimento, que em seus espaços institucionalizados reforça alguns vícios estruturantes de um modo de fazer política herdados das décadas anteriores. Para aprofundar esta discussão, nos apoiamos em algumas categorias extraídas a partir

da pesquisa participante e das entrevistas realizadas com os militantes no 46º Congresso da UNE. Deste modo, problematizaremos o movimento a partir das seguintes dimensões: a) o movimento estudantil e os estudantes; b) o movimento estudantil e os partidos políticos; c) o movimento estudantil e os seus ideários; e d) o surgimento de novas linguagens e práticas emergentes em seu interior.

A partir da análise destes tópicos poderemos ter uma visão mais global do movimento e pontuar características que afirmem (ou não!) a existência desta nova sociabilidade militante.

A decisão de analisar o movimento estudantil atual tendo como um dos panos de fundo o Congresso da UNE, foi dada pelo entendimento que temos do mesmo enquanto espaço representativo e aglutinador, onde a diversidade se manifesta e se posiciona, marcando seu campo político. Além disso, entendemos que os Congressos da UNE, não se limitam a um campo de disputa política por parte dos grupos organizados com vistas a imprimir sua marca na direção do movimento; ou a um espaço somente deliberativo onde os estudantes tomam posições políticas para demarcar suas futuras ações, suas estratégias, sua agenda etc. Os congressos contemplam todas estas dimensões, mas também são espaços onde se localiza e se cultiva a tradição, entendida aqui como a consolidação da experiência coletiva que se faz através da repetição e, por consequência, da recordação desse fazer, dessa experiência. Esta consolidação da experiência coletiva “(...) garante o acesso do indivíduo à dimensão de sua ancestralidade, tradição que pulsa em cada instante do ‘agora’. A repetição em um sentido preciso garante a ‘recordação coletiva’, substância mesma da tradição: recordação é a anamnese da experiência coletiva na sua forma social” (Matos, 1989:31). Um espaço de pensar e refazer a prática.

Apesar do cunho muitas vezes reprodutivista e difuso, os congressos conseguem ser, ainda, um espaço de manifestação e enfrentamento de idéias e forças, de expressão de novidades, e às vezes, de ruptura... Ou seja, um *locus* onde se permite a criação ou fortalecimento de novas práticas, de um novo agir coletivo.

1.1.1. O movimento estudantil e os estudantes

Burocratizado, hierarquizado, centralizador, partidarizado, ultrapassado... Estas são

³ Aqui estou usando o substantivo “homem” como universal, não no sentido de incluir homens e mulheres, mas a partir de uma noção de universal que necessita de um “outsider” constitutivo, no caso a mulher. Para esta discussão veja LACLAU, Ernesto. *New Reflections of the Revolution of Our Time* (London: Versos, 1990)

Exemplo claro do uso deste universal excludente é a primeira constituição republicana brasileira, promulgada em 1891 que mesmo assegurando a todos os cidadãos brasileiros o direito de votar, não assegurava nem de fato, nem de direito este direito às mulheres. A questão histórica brasileira foi desenvolvida por mim em artigo sob o título *Foucault e as Constituições Brasileiras: quando a lepra e a peste encontram nossos excluídos*. IN: Revista Educação e Realidade. (Porto Alegre, v.24 n.2 jul/dez 1999)

algumas das representações (inclusive dos militantes) acerca do movimento estudantil que, de certa forma, se cristalizam enquanto justificativas do distanciamento entre os estudantes e suas entidades. Como uma das temáticas mais debatidas e refletidas por estes nos últimos anos, a questão da representatividade do movimento estudantil vem sendo uma preocupação constante.

Cada grupo ou tendência, a partir de suas concepções e olhares, formula seus diagnósticos, suas avaliações... E apesar das diferenças existentes entre estes grupos, o discurso parece comum.

De alguma maneira, isso se refletiu na construção de propostas, críticas e intervenções no 46º Congresso da UNE. Todas as teses se referiram à crise do movimento estudantil enquanto ator catalisador de uma ação coletiva mais efetiva. Os sintomas do enfraquecimento da representatividade da entidade estavam inscritos na fala dos militantes. Havia uma manifestação de descontentamento...

Com uma diversidade de olhares, os militantes entrevistados no 46º Congresso explicavam o distanciamento dos estudantes, ora a partir de aspectos externos (crise dos movimentos sociais, individualismo, etc.), ora a partir de aspectos e fatores internos (burocracia e aparelhamento das entidades, por exemplo). No discurso de cada um deles, evidencia-se o esgotamento de suas práticas políticas, a necessidade de realizar uma reestruturação das formas tradicionais de fazer política, apesar da dificuldade de fazê-la.

Independente das justificativas e diferenças de avaliação assumidas por cada grupo, a percepção do distanciamento entre estudantes/entidades ficou visível. Além disso, esta discussão está intimamente ligada à outra de caráter estrutural do próprio movimento como veremos a seguir, a saber: a **influência dos partidos** no interior do movimento estudantil. Esses dois temas se inter-cruzam e não podemos dissociá-los.

Na fala do militante de uma das tendências de oposição ao grupo majoritário da direção da UNE, pudemos perceber a crítica em relação à entidade, que como relata, “aparelha” o movimento e não formula alternativas para que os estudantes possam intervir de maneira efetiva:

“Bom, é aquilo que eu disse. Hoje o movimento estudantil é distante, há uma descrença muito grande por parte da base estudantil, especialmente quanto às entidades. A UNE está totalmente desacreditada, muitos estudantes têm repulsa da UNE, tanto é que se você chama uma atividade numa universidade, se a UNE está envolvida na organização é quase certeza que não vai ter sucesso tal atividade, porque é a UNE que está promovendo. Então hoje o movimento estudantil em relação aos estudantes assume uma condição complicadíssima. É claro que a gente não pode usar como comparação os anos 60, usar somente isso, porque a conjuntura mudou completamente, tanto as estruturas quanto...”

Só que o movimento estudantil a partir do aparelhamento das entidades que o PC do B especialmente faz, assumiu uma postura de se distanciar dos estudantes, porque não é interessante que os estudantes intervenham na entidade, isso não é interessante. Não é interessante que o estudante vá lá e cobre da UNE uma atuação de uma determinada maneira, não é interessante que os estudantes vão lá e queiram saber o que acontece dentro da entidade, e quem faz o movimento estudantil no Brasil são as entidades, se a entidade está distante...” (militante 1 – Esquerda do PT)

O desgaste das entidades se corporifica no descrédito e na falta de participação dos estudantes nos espaços instituídos pelo movimento estudantil geral, que não traz consigo mecanismos ou estratégias que mobilizem ações coletivas e simbólicas que os envolvam.

A falta de um elo identitário que sirva de mediação entre o ideário do movimento estudantil e as aspirações estudantis (considerando as suas várias especificidades) deveria ser motivo de reflexão dos militantes. Atualmente, poucos são os estudantes que se identificam com o movimento estudantil. Essa questão se torna pertinente, na medida em que a existência de uma comunicação mínima entre os estudantes e suas entidades se faz necessária para que o movimento estudantil seja, de fato, representativo.

Além disso, a estrutura das entidades, com todas as suas estratificações, já não consegue contemplar as novas características e demandas juvenis existentes, limitando a participação dos estudantes, que não se vêem “enquadrados” neste modelo de organização institucionalizado. Ilustrativa é a frase abaixo que aponta para a necessidade da reformulação do movimento estudantil tendo em vista a sua atual fragilidade identitária perante a maioria dos estudantes.

“Atualmente tá um pouco precária; teria que ter uma ligação mais estreita com os estudantes a nível de categoria vamos dizer assim né, são muitos em todo o Brasil, e se tivesse uma maior participação haveria um maior poder de pressão de reivindicar aquilo que é seu direito. Mas atualmente essa participação tá um pouco precária por vários motivos, mas um pouco também porque o movimento estudantil está afastado. Essa relação teria que se estreitar mais. O conjunto de estudantes teria que se ver identificado com o movimento estudantil; não ver como uma coisa fora de si próprio, mas ver como algo que é parte do movimento de todos os estudantes”. (militante 2 – Movimento Juventude Avançando – Movimento Prestista)

Porém, não devemos perder de vista as transformações sociais que ocorreram nos últimos tempos. Se o movimento não aglutina e nem mobiliza tanto os estudantes, como no passado, isso se torna mais problemático numa conjuntura marcada pelo

neoliberalismo. A realidade dos últimos 20 anos de uma sociedade baseada na concorrência – imposta pelas leis de mercado – pelo individualismo, e por uma “inversão de valores” subjacentes a uma ideologia conservadora e estruturante do status quo, são argumentos que fazem parte da retórica estudantil para explicar a falta de participação dos estudantes e o distanciamento destes das entidades. No discurso abaixo, fica visível essa problemática que explicita as dimensões conjunturais e de valores.

“Se eu for dizer pra você no geral existe uma distância muito grande. O estudante hoje, o universitário – que é o que eu posso te falar, não posso te falar do estudante secundarista – mas o universitário hoje está muito preocupado em entrar na universidade e conseguir uma bolsa que é muito difícil e pesa muito no currículo, se formar e conseguir um emprego, ou então entrar no mestrado ou pós-graduação. A maioria dos estudantes hoje, infelizmente, apesar de terem conhecimento do que tá acontecendo, infelizmente, acabam olhando para o próprio umbigo. A crise é grande, o emprego é difícil, uma bolsa na universidade é difícil demais, tá ficando cada dia mais difícil, o corte de verbas na universidade é grande. Só que o estudante não para pra ver que o corte de verbas da universidade tá sendo grande. Ele para pra ver que ele não tem uma bolsa de trabalho, existe um individualismo. Eu acho que existe uma relação de distância, e essa relação de distância é um dos fatores fundamentais para a crise que o ME está vivendo hoje”. (militante 3 – UJS/PC do B)

Existe aqui a idéia de uma inexistência, ou talvez, da pouca visibilidade do protagonismo estudantil, causado por diversos fatores externos ao movimento e comuns a um cenário de desmobilização da maioria dos atores e organizações da sociedade civil. Pontuada como característica dos mais variados setores sociais, este argumento explica em parte a questão da falta de participação, visto que não se pode deixar de responsabilizar o próprio movimento pelas suas ações, que muitas vezes reforçam este distanciamento.

Como afirmamos anteriormente, um outro aspecto está intimamente ligado e é importante para compreender o distanciamento já explicitado: a partidarização do movimento, mais entendida como o “aparelhamento das entidades” pelos partidos políticos. Além disso, podemos pontuar um outro item que, no momento não iremos desenvolver, mas que está também ligado a este distanciamento: a sua própria estrutura organizativa, caracterizada pela centralização, e muitas vezes, hierarquia. Essa discussão precede de um outro questionamento: a institucionalização² no interior do movimento estudantil de uma prática política reprodutora de um *habitus*² que garante na sua essência uma profissionalização da própria política.

² Conceito de Bourdieu que se refere um sistema de disposições adquiridas pelo indivíduo durante seu processo de socialização. Para o autor, as disposições podem ser atitudes, inclinações a perceber sentir, fazer e pensar, comportamentos e valores aprendidos e interiorizados.

Mas qual a real influência das organizações partidárias dentro do movimento estudantil? Como estas se expressam e são percebidas pelos próprios militantes?

1.1.2. O movimento estudantil e os partidos políticos

Todos os nossos entrevistados enfatizam a existência de uma forte relação do movimento estudantil com os partidos – em sua maioria de esquerda e que têm sua presença expressa na configuração de diversas tendências que imprimem seu ideário, suas estratégias, sua visão de mundo, sua proposta global de sociedade. A institucionalização das tendências e o ritmo que elas impõem, é motivo de muitos debates quando se fala em reestruturação do movimento estudantil.

As tendências com suas reais diferenças entre si representam para muitos estudantes (e militantes), o conflito manifesto no cotidiano estudantil, e são considerados como um fator para o alargamento da distância entre estudantes/entidades e para a falta de representatividade do movimento.

Com um discurso que prega a unidade do movimento para reconquistar a representatividade, a tendência majoritária da direção da UNE no 46º Congresso, apostou num movimento baseado na união de forças políticas. Com o slogan: “A UNE é união, não é partido não” a tese **Refazendo** (defendida pela tendência majoritária do PC do B), criou um discurso de um movimento estudantil **unitário** e **apartidário**. Essa idéia ficou explícita nos diversos cartazes e faixas dispostas no congresso – colocadas pela direção majoritária da UNE – bem como na sua própria tese. No discurso de sua representante essa proposição se confirma, como veremos abaixo:

“E uma dificuldade muito maior dentro da própria militância é a questão de a gente ter que conviver com muitas divergências. O objetivo, certo, das correntes que existem no movimento na teoria é o mesmo, mas a prática nem sempre direciona para esse objetivo comum. Então existem pessoas mais radicais, mais estreitas. É difícil você conviver, é difícil você procurar uma unidade que é totalmente necessária. É a unidade que pode ajudar a resolver essa crise que existe no ME hoje. Então assim, você unir essas forças, argumentar com elas, fazer com que elas abram pra certas propostas como a gente abre, acaba sendo um pouco difícil, desgasta, estressa. No caso aqui do CONUNE (Congresso da UNE), a gente participa de grupo de discussão e as pessoas fogem do tema pra falar mal da diretoria da UNE. Você está discutindo a comunicação e o pessoal vem falar do PC do B. Ninguém tá discutindo o PC do B, nem o PT nem o PSTU, a gente está querendo proposta pra ver como é que a comunicação da UNE melhora, como é que a UNE chega mais perto do estudante, se está tendo debilidade vamos ver porque está tendo debilidade, qual a melhor maneira de resolver, quais são as propostas, como é que a gente encaminha essas propostas”. (militante 3 – UJS/PC do B).

O discurso da unidade entre as tendências é um eixo central e pertinente na fala da militante. Ao mesmo tempo, é um discurso que não aparece na fala dos militantes de outros grupos do movimento, o que pode sinalizar possíveis diferenças de perspectiva sobre esta temática. Pensamos que para problematizar a questão da unidade no movimento teríamos que entender as representações que cada tendência faz acerca da mesma, pois, esse discurso também pode esconder uma série de diferenças existentes no modo em que cada grupo faz sua política. O movimento estudantil também se caracteriza pelo fato de ter em si a capacidade de manifestar sua pluralidade. A questão da unidade é pertinente, desde que, resguardado o espaço para a manifestação da diferença.

Pensando na temática do apartidarismo temos que pontuar que o discurso se torna ambíguo e difuso, na medida em que, é mediada por uma tendência que se serve do partido para se manter enquanto grupo político na direção da entidade e que em vários momentos tem defendido a importância do partido enquanto grupo que organiza os estudantes dentro do movimento. Coloca-se como “neutra” ao falar da “unidade” e do “apartidarismo”. Fala da unidade e do apartidarismo de um lugar que não é neutro.

Mas se o discurso da unidade de forças e do apartidarismo é ambíguo, a sua existência mostra, por outro lado, que a influência dos partidos, de certa forma, desgastou as entidades estudantis e acaba por se tornar signo de uma reação à excessiva partidarização existente no movimento; a lógica do apartidarismo, desta forma, acaba tendo uma aceitação muito forte no meio estudantil, principalmente entre os menos institucionalizados.

Neste sentido, podemos observar que a maioria das teses e falas dos entrevistados reproduz o discurso da amenização da influência partidária e de toda uma cultura criada e conservada por ela. Mesmo aquelas tendências mais tradicionais (os diversos grupos no interior do PT, a tendência do PC do B e do PSTU) moderam quando tocam neste ponto. Porém, não sinaliza a “extinção” da influência do partido enquanto orientação para a ação do movimento estudantil. Os entrevistados, apesar de entenderem que existem conflitos que demarcam as fronteiras de espaço do movimento e do partido, não vêem este último como um problema em si. O partido é um espaço político que organiza, orienta e estimula os estudantes. A prática do aparelhamento da entidade estudantil pelos partidos é que fica condenada pela maioria dos militantes, como veremos a seguir:

“Têm muitas, muitas. Você pode ver que tem a Causa Operária, tem o PCB, o PC do B que é a UJS, tem a Juventude Revolução, dentro do PT tem um monte, tem o PDT, tem a direita, nossa, é muita coisa. Tem agrupamentos regionais que são ligados a partido, tem os anarquistas, tem muito gente. (...) Eu não sou contra um movimento estudantil partidário, sabe, que se identifica com um partido. Eu sou filiada ao PT e me identifico com ele e não tenho vergonha de dizer isso no centro acadêmico. Não vejo problema. Eu acredito que você só

consegue ter uma linha organizada dentro de um movimento se você tiver um partido. O problema está quando você aparelha a entidade, você começa a usar a entidade só para o seu partido e esquece o resto. E esquece as outras pessoas que não são do seu partido e que também acha que tem alguma coisa pra contribuir. Não sou contra ter partido, não sou contra a UNE ser partidária, o problema é o aparelhamento. Ela fica completamente atrelada ao partido e aí não fica democrática, não respeita o resto". (militante 4 – Esquerda do PT)

"Vêja, eu sou daquelas pessoas que acho que o movimento estudantil brasileiro está ostensivamente partidarizado, e isso tem feito com que a UNE perdesse sua representatividade, não só a UNE mas as organizações estudantis tem perdido essa representatividade, por conta que elas não tem uma agenda própria do movimento, uma agenda própria da universidade, uma agenda própria dos estudantes; e acabam impondo em função dessa presença do partidarismo a agenda dos partidos políticos. Isso acaba afastando um pouco o estudante que não tem nenhum vínculo partidário. Agora por outro lado, nós não podemos por conta disso, de uma leitura dessa, ter um tipo de reflexão e de discurso apartidário, apolítico, porque não é isso. Porque o estudante quando ele entra numa organização estudantil, no centro acadêmico, ele tende a se associar a algum tipo de bandeira, de algum tipo de proposta, de defesa de alguma coisa; no DCE a mesma coisa... No centro acadêmico ele tem proposta pra quê? Pro centro acadêmico, pra grade curricular, pra questão da pesquisa no curso... Quando você está no DCE, o DCE já tem que ter um projeto maior, pra instituição, pra universidade, pro espaço social ao qual ele está inserido. Na UNE é a mesma coisa. A UNE tem que ter projeto pra universidade brasileira, a UNE tem que ter projeto pra produção de ciência e tecnologia no país, e a medida em que você se associa a um projeto desse – e a UNE defende por exemplo uma universidade pública, gratuita e de qualidade – se você tá num centro acadêmico e defende essa bandeira que é uma bandeira da UNE, você naturalmente é, eu diria, incitado a estar associado a um projeto global de sociedade. E quem tem um projeto global de sociedade não é, e nem deve ser, o centro acadêmico, o DCE, ou a UNE. Muitas vezes em razão de nosso afã de mudar as coisas e tudo, a gente acaba tendo essa pretensão, mas o papel da UNE não é esse. Quem tem que ter projeto global de sociedade é o partido político. (...) Eu acho que o problema não é exatamente a presença da militância partidária dentro do movimento estudantil; é você aparelhar o movimento, é você aparelhar as entidades estudantis pra transformá-la num braço, numa correia de transmissão do pensamento partidário. E é nesse sentido que eu acho que o movimento estudantil brasileiro está ostensivamente partidarizado. A UNE precisa voltar a ter uma agenda própria para a universidade, uma agenda própria para os estudantes". (militante 5 – Unidade na Luta/PT)

O último discurso, feito por um dos dirigentes da própria UNE, explicita a falta de uma formulação política que contemple uma agenda para os problemas da própria

universidade. Afinal, a questão específica do movimento estudantil – a educação – e de maneira especial, a universidade, é o grande eixo que une os militantes. Para o entrevistado, a questão da incorporação de um projeto global é apenas consequência. Desta forma, o movimento incorpora a agenda dos partidos políticos.

A compreensão de fim e meio no partido é, portanto, assimilada no interior das entidades estudantis e qualificam a chamada “instrumentalização das entidades”. A questão da organização partidária no movimento estudantil se torna então, central para compreendermos a dinâmica desse movimento hoje, partindo do entendimento que os partidos têm sua parcela de colaboração na estruturação e organização dos estudantes nas entidades. Os entrevistados admitem que eles orientam, politizam, criam uma autonomia no pensar. Porém, ao mesmo tempo, foi criado no movimento estudantil brasileiro uma cultura partidária de tamanha expressão, que acabou imprimindo sua lógica e dinâmica própria, se sobrepondo e, muitas vezes, abafando as muitas iniciativas criativas e interessantes organizadas pelos estudantes, “paralisando” por assim dizer, o “movimento”. A partidarização cria um estilo de intervenção que dificulta o surgimento de qualquer outra forma de manifestação ou expressão, limitando a própria forma de intervenção estudantil.

Mas num quadro tão heterogêneo e com tantas disputas políticas em jogo, como pensar e analisar a formação ou constituição de um ideário do movimento estudantil?

1.1.3. O movimento estudantil e seus ideários

Como um espaço plural o movimento estudantil expressa um ideário que contempla aspectos e pautas tanto classistas, quanto transclassistas; desde aspectos mais ligados a uma questão geral, até propostas e pautas mais setorializadas. Um misto de concepções e estratégias diferentes. Mas a exemplo do que se manifestou no 46º Congresso da UNE, não podemos fazer a leitura ou interpretação do ideário do movimento estudantil atual sem levar em conta os mecanismos pelos quais este mesmo movimento atua para conquistá-lo, concretizá-lo, tornando-o visível na mediação com outros interlocutores.

De maneira sintética as questões convergem para 3 pontos principais: a) reestruturação da entidade; b) ampliação das temáticas no interior do movimento expressa através de lutas amplas, porém setorializadas; e c) lutas pela educação (mais fortemente a defesa das universidades) e contra o neoliberalismo, que resgatam aspectos mais clássicos e históricos do movimento estudantil.

Esse tripé que sustenta o ideário do movimento é, de certa maneira, uma construção ideal, um modelo. Na dinâmica do cotidiano os diferentes grupos que atuam diretamente no movimento privilegiam uma ou outra dimensão acima colocada. Neste sentido, alguns conflitos podem ser ocasionados neste processo de disputa e

encaminhamento (na prática) das pautas. Contudo, mais conflitante que o conteúdo é a metodologia que cada grupo segue.

Indagados sobre quais as prioridades do movimento estudantil atual, a maioria dos militantes entrevistados pautou a defesa da educação brasileira, e mais especificamente, a defesa das universidades, manifestando a compreensão do momento de crise pela qual a universidade pública passa de legitimidade e representação (ver Santos, 1999), além de financiamento. Aliado a esta, está a luta contra uma política econômica que gera menos qualidade de vida e carência de serviços básicos como educação e saúde.

A perda de sentimento da “coisa pública” e da qualidade das condições de trabalho e ensino justificam a existência desta assertiva no discurso estudantil. O discurso mostra que os militantes “sentem na pele” o sucateamento das universidades e estão conscientes da importância que ela tem para o desenvolvimento e soberania nacional. Revela também, que a pauta de “lutas” dos últimos congressos foi assimilada com propriedade pelos jovens militantes que quando têm oportunidade assim o demonstram. O primeiro discurso abaixo mostra visivelmente esta interpretação.

“Eu penso que a prioridade central do movimento estudantil hoje em razão da política educacional desse governo que é claramente privatista, de sucateamento das universidades, é a defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, e do sistema nacional de ensino superior. Porque que eu digo sistema nacional de ensino superior? Eu sempre digo, costumo dizer que o governo brasileiro, um governo que abre mão de ter um ensino público, uma universidade pública, que produz ciência e tecnologia, que produz conhecimento, é um governo que abre mão de sua soberania nacional. Acho que o que precede de você abrir mão da soberania de um país, a soberania de uma pátria, é você abrir mão de produzir conhecimento. E o governo brasileiro já fez uma opção clara por não produzir conhecimento autônomo, por não produzir conhecimento de ponta. Isso se revela no sucateamento das universidades, isso se revela em não ter uma política para financiar os estudos dos estudantes carentes, dos estudantes que não podem pagar mensalidade, das universidades pagas, então enfim, o governo fez essa opção. Então na minha opinião, a grande causa da UNE hoje é a defesa da universidade pública, do ensino público, gratuito e de qualidade, do sistema nacional de ensino superior que está seriamente ameaçado com o projeto de lei do governo, que não altera no texto o artigo 207 da constituição, mas altera na essência, quebra a indissociabilidade do ensino, da pesquisa, e da extensão, porque cria uma concorrência selvagem entre as instituições de ensino através do contrato de gestão que esse projeto de lei institui. Então, portanto, eu acho que essa é a bandeira de luta maior”. (militante 5 – Unidade na Luta/PT)

Vários entrevistados se reportaram à questão da defesa da universidade pública e poucos incluíram a universidade privada nos seus questionamentos. Independente das

orientações partidárias e da dinâmica própria de cada tendência, esse discurso invariavelmente se repete. O realce dado ao problema da realidade da universidade pública pode ser facilmente compreendido, se visto os excessivos projetos de privatização, encaminhados pelo governo federal, bem como a sua política de financiamento que impossibilita uma maior autonomia das universidades para a construção do conhecimento. É um quadro muito real e presente no cotidiano dos estudantes. Os militantes, assim, reivindicam uma universidade que seja de fato: pública, gratuita, de qualidade e democrática. Porém, fica o questionamento: se a maioria dos estudantes brasileiros está hoje em universidades privadas, não seria o momento do movimento também discutir com afinco a realidade difícil por quais passam os estudantes destas universidades?

Todos os discursos sinalizam para outras questões que também são constituintes do ideário do movimento estudantil atual. A redemocratização das entidades estudantis e seu fortalecimento (sinalizada pela proposição das Diretas na UNE), questões relativas a criação de políticas para juventude, e a luta contra o neoliberalismo (sinalizada pela reivindicação do Fora FHC, Fora FMI) são dimensões outras que – com a defesa da universidade – se somam ao rol de lutas e prioridades do movimento.

Priorizar a independência da UNE aparece aqui como um caminho para a defesa do interesse juvenil que emerge das dificuldades da sociedade do trabalho. Permite uma aproximação maior com a vulnerabilidade e os enfrentamentos sofridos pelo jovem devido à falta de políticas públicas. Uma *política para a juventude* é uma reivindicação que revela a compreensão dos estudantes de que a esfera pública está sendo abandonada em benefício de interesses localizados e afastados da grande maioria dos jovens.

Convencidos da necessidade de criar um espaço dedicado à discussão de políticas públicas para a juventude, os estudantes fizeram com que o 46º Congresso assumisse a temática como meio de aproximação de questões mais gerais e, por verem nela representada a preocupação de boa parte da categoria estudantil. Nas reuniões temáticas realizadas no congresso, onde estudantes e debatedores se posicionavam, a conceituação de política pública foi amplamente comentada, bem como os mecanismos de participação que a viabilizam e explicitam a diferença da juventude estudantil atual com a de décadas passadas. A idéia de uma política de participação como agente de criação de projetos a serem desenvolvidos pelo poder público marca a diferença entre o estágio fortemente reivindicatório do passado e o caráter propositivo do presente:

“Quando a gente fala de políticas para a juventude, a gente não tá falando só da relação de status quo e implementação de políticas para o jovem... Políticas para o jovem o projeto Rondon colocava, a China comunista ainda coloca... e isso a gente é contra, nós temos que ser contra. Agora, por outro lado, tem uma concepção de desenvolvimento sustentável local que a gente acha que tem que implementar... e dentro dessa discussão de desenvolvimento

sustentável, a gente tem os cortes que são os grupos vulneráveis ou vulnerabilizados, que é a criança e adolescente, a mulher, o idoso, os jovens... estes são os parceiros do desenvolvimento sustentável; e para isso a gente tem que ter uma política específica. (...) O jovem de 15 a 29 anos – o adulto jovem – tem as suas especificidades; o jovem tem que ter política de primeiro emprego, tem que ter política de integração, política de participação, e para isso ele tem que ter mecanismos pra acontecer e fazer isso. E os mecanismos que nós achamos ideais são os fóruns de participação, ou seja, os conselhos e as comissões onde as entidades de juventude possam se representar. Essa é a proposta de política de juventude” (Integrante do Grupo de discussão sobre políticas públicas de juventude)

Se nos anos 60 a ascensão social via um diploma universitário era uma expectativa da classe média da qual basicamente o movimento estudantil universitário era proveniente, no início do novo século, o trabalho e a qualificação são as reivindicações realistas contra a exclusão de jovens inseridos num sistema de ensino democratizado nas últimas décadas, mas que não responde à falta de uma mobilidade social cada vez mais dificultada pelas políticas neoliberais:

“A luta pelo primeiro emprego, a luta pela qualificação do jovem brasileiro pra enfrentar um mundo globalizado que não é uma questão da gente aceitar ou deixar de aceitar. A globalização tá aí, tá posta e se a gente não se enquadrar a essa nova realidade extremamente competitiva e virtual nós vamos também ficar como seres humanos passados pra trás. A grande proposta para o terceiro milênio em nosso país é o jovem se qualificar humanisticamente, intelectualmente pra vencer os desafios que estão postos dentro dessa sociedade extremamente competitiva”. (militante 6 – Juventude do PSDB)

A luta por uma organização política de enfrentamento ao governo federal fez-se presente no discurso de vários dos entrevistados, que viram na ação mobilizadora a única maneira de romper com a estrutura social dominante e capitalista, e ampliar os canais de participação dos estudantes na defesa da educação e da universidade pública brasileira.

“Eu acho que a UNE na década de 90 teve um marco que foi o Fora Collor. Acho que depois a UNE não conseguiu articular, como deveria ter articulado o embate com o governo. Inclusive porque não fez oposição ao Itamar, aceitou o novo pacto da burguesia. No governo FHC, no primeiro mandato, o movimento estudantil teve numa posição muito defensiva. Participou de alguns debates na defesa da universidade... Depois veio o problema de não assumir a greve das Federais e hoje nós temos uma grande tentativa de retomar o movimento de massa do Fora FHC, Fora FMI. É a nova linha central da União Nacional dos Estudantes”. (militante 7 - PSTU)

“Bom, deveria se tirar uma pauta de reivindicações unificada a nível nacional, deveria se tirar um calendário de lutas com fatos de rua mensais a nível nacional, deveria se investir principalmente em extensão social a fim de colocar uma consciência realmente anti-capitalista através da prática, tanto nos estudantes como na própria comunidade do qual estão inseridos, e a questão do movimento estudantil como prioridade a resistência contra o neoliberalismo”. (militante 8 - Libertário)

Observa-se, porém, que a proposição da luta pelo Fora FHC e Fora FMI, trazida pela militância estudantil filiada aos partidos de esquerda enfrenta o descontentamento pela maneira como a maioria das tendências políticas encaminhou esta questão. A crítica parte dos grupos anarquistas e libertários que mesmo concordando com o conteúdo manifesto da luta, discordam dos encaminhamentos práticos evidenciando uma tensão existente. Esta crítica, além disso, sinaliza também uma reação contra o estilo tradicional do militante que, estando convencido pela racionalidade do problema, fica na retórica e não encaminha políticas de ações e calendário concreto de como os estudantes em movimento irão interferir na questão. O depoimento é ilustrativo nesse sentido:

“É óbvio que nós somos contra FHC, mas a gente acha que um Fora FHC sem reivindicações específicas dos movimentos populares, são palavras soltas ao vento. Tu dizer Fora FHC o trabalhador realmente não se identifica com aquela palavra solta, aquela frase solta. Se identifica sim com maiores salários, melhores condições de trabalho, um estudante com qualidade no ensino, com todas essas questões, aí daí sim. Então, o quê que acontece, a esquerda em geral ela solta essas palavras Fora FHC e Fora FMI, e o quê que vamos fazer? Vamos tirar o FHC e botar o Marco Maciel lá? É complicado, fica uma coisa muito solta, nem um pouco objetiva”. (militante 8 - Libertário)

A pesquisa junto à militância presente no 46º Congresso demonstra que não há um único ideário presente no movimento. A pluralidade de visões no interior do movimento estudantil leva ao surgimento de tensões no campo político e os diversos grupos existentes neste campo vão negociando politicamente as demandas e estratégias para suas ações.

1.1.4. Novas linguagens e práticas emergentes

Quando apontamos o distanciamento entre estudantes e entidades pautamos nossa interpretação, principalmente, na realidade mais expressiva do movimento estudantil, e talvez a mais conhecida, a da militância tradicional, com suas estratégias limitadas a um modo de fazer política. Porém, por outro lado, devemos relativizar a falta de

participação estudantil e o distanciamento anteriormente observado, se olharmos para as diversas iniciativas que começam a se destacar e tomar corpo.

Mas, o que de fato vem surgindo a partir do inter-cruzamento do movimento estudantil com outros movimentos sociais? Que experiências estão acontecendo no interior do movimento estudantil a partir da nova configuração juvenil e suas demandas? Existem novas e outras linguagens que trazem consigo conteúdos e métodos diferentes dos tradicionais, capazes de impulsionar setores estudantis?

Expressões de um período recente, alguns grupos organizados a partir de uma nova lógica de militância surgem no movimento estudantil, revitalizando-o. São signos destas novas linguagens as Executivas de Curso (que apesar de algum tempo de existência somente se fortaleceram e ganharam maior visibilidade na última década), os coletivos de cultura, grupos de estudantes negros, grupos de extensão universitária realizado pelos estudantes, coletivo de mulheres universitárias etc.

Autônomos, mais democráticos e organizados de uma forma horizontal, esses grupos se fortalecem no interior das universidades como uma nova forma de intervir politicamente, criando ações coletivas que dão respostas às muitas das novas demandas dos estudantes. Estes parecem sinalizar o que Scherer-Warren (1998a: 60) aponta sobre a formação de redes:

“(...) estas redes de movimentos constróem-se sobre o pano de fundo de múltiplas redes sociais primárias e redes submersas. Segundo Fischer e Carvalho (1993), a formação das redes associativistas locais (a politização) é perpassada pelos elos que se formam nas redes submersas (a cotidianidade) que lhe dão base”.

Estas novas experiências **sugerem** o surgimento de uma nova sociabilidade militante no movimento estudantil, contrapondo-se às práticas mais tradicionais da militância dos estudantes, reprodutora de um comportamento político institucionalizado e (re)produzida nos espaços de apoio do movimento estudantil como os partidos, sindicatos etc.

Nesse sentido, fica explícita no depoimento de um dos nossos entrevistados esta nova configuração do movimento estudantil, que se gesta e se fortalece aos poucos:

“(...) você não pode mais falar na universidade hoje de movimento estudantil, existem movimentos estudantis. Eu sou defensor que a gente pulverize a representação estudantil pela base. Eu não estou defendendo aqui que a gente crie uma outra organização nacional, não é isso, mas você tem que pulverizar a representação pela base. Então grupos temáticos na universidade que trabalham a questão da cultura, eles representam uma parcela de estudantes, que trabalham a questão do meio ambiente, a questão de gênero, que trabalham a questão de raça, com coisas que a UNE não dá conta, que o centro acadêmico não dá conta... então eu sou defensor de uma tese que pode parecer até utópica, meio sonhadora, mas eu acho que

a gente deve pulverizar o movimento estudantil pela base. O movimento estudantil hoje é muito mais que as organizações formais, ele é muito mais do que isso. Acho até que as organizações formais já não dão conta de responder as inúmeras interrogações que existem hoje na juventude, na universidade, porque no mundo global neste fim de século, pôs e impõe para nós mais perguntas que respostas. Então nesse sentido é que há na minha opinião uma necessidade da gente pulverizar isso, e tentar conformar uma globalidade de representação a partir dessa diversidade". (militante 5 – Unidade na Luta/PT)

Aspectos como o racial, de gênero, cultura e juventude são incorporados pelos estudantes que desenham além de conteúdos novos, metodologias novas. Sobre a questão metodológica, analisaremos posteriormente com mais detalhe a experiência das Executivas de Curso.

Essa “nova sociabilidade militante” se gesta e se fortalece com o enfraquecimento do modelo tradicional de fazer política, mas principalmente pelas tensões que surgem quando estes dois modelos vêm à tona, ficam latentes.

Grupos no interior do movimento estudantil fazem a crítica ao modelo tradicional que já não consegue contemplar a nova configuração estudantil. No grupo temático de gênero e raça, a reivindicação para que, de fato, o movimento assuma também as causas das minorias e não se isole em assuntos extremamente específicos da universidade.

“Hoje existe no movimento estudantil o estudante chamado político e o academicista que só trabalha a questão da universidade, e andamos esquecendo que o movimento estudantil é bem maior do que isso... ele é da sociedade. Precisamos ter consciência de que precisamos fazer movimento estudantil para a sociedade e não só para a universidade. Hoje as polêmicas são vividas no próprio movimento estudantil. Hoje ele não debate a questão racial, ele se nega a discutir. Quando teve a comemoração do dia da consciência negra, em Belém do Pará, colocamos nossas propostas de cotas para negros... e todas as tendências políticas da universidade caíram em cima da gente. Eles falavam que era um assunto polêmico. E na verdade a gente tem que criar polêmica pra todo mundo saber que os negros são ainda excluídos nas universidades de Belém do Pará, não só lá, mas em todo o Brasil”. (Integrante do Grupo de discussão sobre gênero e raça)

Assim, os estudantes negros também se organizam nos fóruns estudantis de maneira a reivindicar uma maior atenção para a sua realidade de exclusão. No início da década de 90, o coletivo de negros universitários apresentou uma contribuição escrita “sobre a questão étnico-racial, econômica, política e educacional do povo negro brasileiro” (A universidade que o povo negro quer:01). Intitulado: “Universidade: tempos negros virão... A universidade que o povo negro quer”, este documento novamente trazia o questionamento

da diferenciação de oportunidades a partir da questão racial. Mesmo sendo maioria da população, poucos são os negros que conseguem chegar ao nível superior. Assim, os universitários negros denunciam a universidade como um dos lugares sociais onde se reproduzem “os valores da estrutura racista da sociedade brasileira” (idem).

Continuam:

“Há muito se ouve falar da necessidade de incorporação por parte do movimento estudantil de questões outras: ecologia, feminismo, drogas, serviço militar obrigatório etc. No entanto, em momento algum as correntes políticas do movimento estudantil sequer levantam a problemática étnica-racial nas suas bandeiras de luta. Porém, para a efetivação de um projeto que vise uma mudança no sistema educacional do Brasil, é necessário que a UNE e o movimento estudantil absorvam como condição sine qua non um projeto contra-hegemônico e anti-racista para a nossa sociedade” (idem).

Assim, grupos temáticos vão fortalecendo-se e pulverizando-se como alternativas de expressão estudantil, capazes de mobilizar e atrair estudantes. Na resignificação das lutas, na criação da polêmica enquanto possibilidade efetiva de discussão, o espaço para favorecer o surgimento de uma metodologia e conteúdos novos no interior do movimento.

Partindo das características desta “nova sociabilidade militante”, observarmos mais de perto a experiência das Executivas de Curso, mais especificamente a Executiva de Curso de Agronomia – a Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB).

As Executivas de Curso³ (movimento estudantil do próprio curso) surgem em sua maioria na década de 70, a princípio para debater questões e problemas corporativos. Com o passar do tempo, algumas delas se fortalecem e criam vínculos com outros movimentos sociais, formulando novas políticas (mais amplas) para a entidade. Ao aliar temáticas específicas do curso a questões políticas de âmbito mais geral, conseguem aglutinar boa parcela de estudantes. A estratégia de a partir dos problemas mais específicos (currículos, avaliação, qualidade dos cursos, entre outros) debater questões de dimensão macro, conseguem ser uma das chaves de leitura para compreendermos o sucesso das executivas perante os estudantes. Como descreve Mische (1996:28),

“Nos encontros nacionais das executivas, são discutidas questões concretas sobre a organização dos cursos e a reforma universitária, além do papel social do profissional e propostas alternativas para políticas públicas (como a proposta elaborada pela Denem, a executiva de Medicina para avaliação universitária). Muitas das executivas têm inserção em movimentos sociais, como no movimento dos sem terra, no caso da Agronomia (a Feab,

³ As Executivas de Curso são também conhecidas como movimento estudantil de área, isto é, um movimento organizado pelos estudantes a partir de cada área do conhecimento. Nesse sentido, existem Executivas em quase todos os cursos. Assim, dependendo do grau de participação e mobilização dos estudantes, a Executiva terá maior ou menor visibilidade na universidade, bem como no próprio movimento.

a executiva mais antiga do país, se destaca pela organização de estágios de vivência, que levam estudantes para conhecer a realidade dos acampamentos), além do movimento de saúde, no caso de enfermagem e medicina, ou educação popular, no caso da pedagogia”.

É nesse contexto que se insere a FEAB e sua presença leva a refletirmos se existem mesmo novas formas organizativas de militância neste movimento.

Tentando perceber elementos novos dentro do movimento estudantil que possam sugerir a existência de uma “nova sociabilidade militante”, analisamos: a) a metodologia usada pela FEAB para atrair os estudantes e discutir a política da entidade, e; b) o conteúdo manifesto por esta entidade (temas abordados, ideário político, etc.).

A presença da FEAB no 46º Congresso ocorreu através de reuniões setoriais com os estudantes de sua área, mas a investigação de sua atuação indica outros momentos da afirmação deste espaço que vêm afirmando-se como alternativo no interior do movimento estudantil. Além disso, articula canais de comunicação com outras Executivas de Curso, estabelecendo muitas vezes, parcerias. Isso se dá de maneira mais freqüente com as Executivas de Curso da área de Ciências Agrárias, onde existe uma maior semelhança nas especificidades.

Na tentativa de entender, estudar a temática da juventude (seus problemas, perspectivas e, principalmente, a crise de valores coletivistas), a FEAB promoveu um encontro nacional dois meses após o 46º Congresso da UNE para discutir a relação Juventude – Sociedade⁴. O debate central do encontro problematizou o fato do movimento estudantil ser constituído por uma parcela significativa de jovens, situados na atual crise de mobilização estudantil que também é juvenil. Diante disso questionava-se: a) como a juventude pode recriar-se para depois construir um novo modelo de sociedade? b) como pensar as saídas alternativas de aproximação entre o próprio movimento estudantil e os estudantes?

O encontro deixou claro que existe um grande esforço de uma parcela da juventude em não se deixar levar pelos valores vigentes que “a mídia” conseguiu difundir. A difusão pela mídia, e do próprio sistema educacional, de valores como o consumo, competitividade, competência, qualidade, individualismo, pragmatismo etc. - marca do ideário neoliberal, cada vez mais forte no senso comum - facilita e permite que os jovens não consigam se organizar com tanta força e expressão como gostariam. Evidenciou-se que há pouca receptividade dos estudantes para a construção de alternativas de transformação social, indiferença às questões coletivas.

Em um dos relatos podemos observar este ponto de maneira mais clara.

“(...) a juventude hoje, a classe como um todo ela está com a mesma formação, com os mesmos valores, com essa questão enrustida já, porque ela não vem só da educação, ela

⁴ Encontro intitulado: Juventude em busca de novos valores. Agosto/Setembro de 1999 – Pelotas/RS.

vem da sociedade, do mundo, da mídia, da forma como é conduzida a formação da pessoa, sabe? Então isso é complicado de você resgatar esses valores ou mesmo não seria tanto resgatar, porque tem valores que nem deveriam ser resgatados, mas de construir novos valores pra essa juventude, pra esses futuros profissionais, futuros... pessoas que vão estar no mundo lá fora... e com certeza essas pessoas terão que fazer a diferença, porque não adianta nada a gente trabalhar por um longo período e chegar ao final ver estas pessoas se perdendo como acontece... é uma característica do movimento... Viajando aqui, filosofando eu acho que particularmente eu prefiro tratar a juventude como um estado de espírito, e não conceituado pela idade, de 18 a não sei quanto, de 20 a não sei quanto; mas um estado de espírito da pessoa que tá aberto a transformações, que busca por... aquela pessoa que tá com o mundo todo a sua frente e não criou raízes, assim, no sentido de não estar totalmente impregnado, que está aberto a mudanças. E acho que é o principal papel do jovem.” (Dirigente da FEAB)

Ao mesmo tempo, as Executivas de Curso já são portadoras de uma dinâmica que ajuda a atrair o jovem estudante à participação no próprio movimento e nas discussões políticas que este facilita. Organizada nacionalmente, a FEAB (e as outras Executivas dos Cursos de Ciências Agrárias, como Medicina Veterinária e Engenharia Florestal) estabelece mecanismos criativos para restabelecer um contato maior com os estudantes que trazem, de certa maneira, uma dinâmica diferenciada do movimento estudantil geral, que como observamos, é mais massificado e heterogêneo, fragmentado.

Em sua estrutura contempla uma direção nacional, cinco regionais e vários Núcleos de Trabalho Permanente (NTPs) que são núcleos de estudo, formado por coletivos de estudantes, que têm a função de subsidiar o movimento em suas discussões, socializando e criando textos, etc. Existem os NTPs de movimentos sociais, agroecologia, documentação e arquivo, entre outros. Mesmo assim, podemos pontuar que nem sempre estes dão conta da dinamicidade da realidade do movimento.

Com uma periodicidade anual, o movimento estudantil de agronomia, realiza seu principal fórum, o Congresso Nacional dos Estudantes de Agronomia (CONEA), utilizando-se de uma metodologia que permite uma integração maior entre os estudantes. Alternando momentos de debates com momentos mais “lúdicos” os estudantes conseguem estabelecer um vínculo maior entre si, de maneira que se fortalecem à identidade e coesão do grupo.

Realizando **oficinas em pequenos grupos**, durante os dois primeiros dias de encontro, os estudantes debatem acerca das mais variadas temáticas: desde a agroecologia e desenvolvimento rural, à participação do movimento em encontros internacionais ou realidade latino americana. As temáticas mais centrais são discutidas pelos estudantes em mesas redondas já previamente programadas. No momento anterior a estas

mesas, o movimento realiza o que é denominado pelos seus militantes de **mística**⁵. A mística do movimento é um **momento de sensibilização** da plenária, onde de maneira mais “celebrativa” ou “reflexiva” são colocadas questões sociais e políticas que pensam a América Latina, principalmente em seus aspectos agrários. A luta pela terra, a memória de mártires latino americanos que significam a luta por justiça, a construção de uma nova sociedade marcada pela inclusão, são algumas “categorias” ou símbolos usados neste momento.

Outra experiência importante que estimula a participação estudantil e que posteriormente foi incorporada pelo movimento estudantil geral é o estágio de vivência. A atividade do estágio de vivência tem um caráter de sensibilizar politicamente o estudante para a realidade dos pequenos agricultores e dos trabalhadores rurais sem terra. Participar do estágio de vivência é experienciar uma realidade diferente, marcada pela convivência com pessoas simples e, muitas vezes, com costumes e hábitos culturais totalmente diferenciados. Para os estudantes torna-se mais um instrumento de luta contra os valores neoliberais, constantemente debatidos nos encontros e um momento de resgatar ou criar novos valores que se dirigem à questão da coletividade.

Para um dos dirigentes da FEAB, o estágio de vivência é:

“(...) uma coisa essencial, principalmente para o estudante, porque hoje você tem um estudante que tem esses valores, que se perderam... porque o estudante hoje se cria na cidade, nasce no asfalto, mora no apartamento onde ficam acentuados principalmente os valores individualistas e quando ele entra na faculdade ele não consegue fazer essa quebra de valores. Um estágio de vivência consegue colocar o estudante em choque com outra realidade, é uma realidade diferente, que força o cara pensar criticamente. Na nossa visão esse é um dos principais ganhos que a gente tem com o estágio de vivência. Se você é acostumado, no caso da agronomia, a ver grandes tratores, grande colheitadeira, veneno, bababá, e o latifúdio... qual seja a hora em que ele vai para um assentamento, uma área indígena, uma associação de pequeno produtor... porra é uma coisa assim que... aquilo é contrastante com a realidade do cara. O cara se põe a pensar no quê que ele tá aprendendo, se põe a pensar pra quem ele tá aprendendo, nossa... Então se você consegue aglutinar em cima do estágio de vivência, nossa é um ganho enorme. Você faz com que a pessoa veja a realidade, o quê que existe do portão para dentro da universidade e do portão para fora da universidade... Porque isso (comportamento) não vem só da criação da pessoa, a sua origem, mas da universidade também, o direcionamento que ela dá, a linha dos professores, como está sendo conduzido o próprio curso, e a quem a universidade atende principalmente, porque hoje o que se vê é que muitas vezes, as nossas universidades, mesmo no nosso caso

⁵ A realização da mística foi incorporada pelo movimento estudantil da FEAB derivada de sua intensa interlocução com os movimentos sociais do campo, em especial, com o Movimento Rural dos Sem Terra – MST.

sendo uma universidade pública, na maioria das escolas de agronomia, ela não é uma universidade que não atende a maioria da sociedade, que é quem a sustenta, a mantém, e isso é muito complicado porque à medida em que você chama o estudante pra ele ir a outra realidade ele está aberto a tudo; ou ele pode gostar, ou ele nossa ficar traumatizado. Sem dúvida, a pessoa que vai ao assentamento, nunca mais vai ser a mesma. Isso a gente tem uma avaliação, principalmente da avaliação dos estágios de vivência, é que a pessoa muda completamente, seu jeito de pensar, de criticar, de formar idéias sobre pessoas que muitas vezes ela desconsiderava... ela acaba refletindo mais sobre isso” (Dirigente da FEAB).

Assim, de maneira não massificadora e com um trabalho mais organizado, estudantes vão desenhando ações políticas com outros setores, recriando novas possibilidades de intervenção. Vão sendo sujeitos protagonistas de sua própria história, tecendo com outras organizações, redes de intercâmbio e de atuação política ainda que estas ações devam ser problematizadas quando relacionadas com o movimento estudantil geral. Outra questão que pode ser levantada, é a necessidade de um elo entre os dois tipos de movimento, para que não se caia na fragmentação de ações. A relação entre estes diversos espaços de atuação e como os elementos de um podem influenciar no fazer do outro, são indagações que derivam conseqüentemente.

Outra dimensão acentuada enquanto uma nova forma de fazer coletivo no movimento estudantil é a dimensão da cultura. No final da década de 90 aposta-se na cultura no movimento estudantil para atrair as forças juvenis dispersas. Numa época, onde a diversão e o lazer são privilegiados, é importante construir espaços de manifestação cultural capazes de aglutinar e de transformar a crítica social individual em ação coletiva.

Nesse intuito, a UNE – por uma demanda e preocupação das bases estudantis – passou desde 1999, a realizar o que foi chamado de Bienal de Cultura. Esta surgiu da necessidade da construção de um espaço que – como dissemos acima – fosse capaz de atrair as redes juvenis dispersas, conectando-as.

Diferente dos CPCs dos anos 60, a Bienal tem um caráter diferenciado⁶. A cultura aparece não mais com o objetivo puro e simples de “conscientização” do povo, ou seja, como um instrumento pedagógico de formação política. Mais do que “usar” a cultura como meio de transformação das consciências e do próprio meio, a Bienal surge como um espaço de resgate do político que se apresenta disperso nas mais variadas expressões

⁶ A Bienal de Cultura da UNE, é um evento realizado de dois em dois anos que visa mostrar a produção artística realizada nas universidades pelos estudantes nos seus mais diversos âmbitos: cinema, dança, teatro, literatura, poesia, etc. Tem também a preocupação de ser um espaço de discussão sobre temáticas como: Ciência e Tecnologia, Educação e Ensino Superior, etc. As Bienais contam com a participação de outros grupos juvenis (hip hop, capoeira, grupos circenses, etc.), personalidades e artistas de âmbito nacional, bem como representantes da cultura popular da cidade que acolhe a Bienal (poetas populares, grupos folclóricos, etc.). Até o momento foram realizadas três Bienais (Salvador, 1999; Rio de Janeiro, 2001; Recife, 2003), sendo a quarta programada para janeiro de 2005 em São Luís – MA.

e redes estudantis. Na década de 60, os estudantes eram os sujeitos históricos que iriam politizar a sociedade brasileira. Na década de 90, os estudantes dispersos significam a cultura como meio e possibilidade de encontro deles mesmos com seus projetos. Na concretização do encontro, o aparecimento do político e da crítica social. Na manifestação artística os estudantes mostram que “mais do que querer mudar o país, eles querem compreendê-lo”⁷.

Ao fazer isso, propõem também saídas para a própria realidade cultural existente no país. A Bienal serve como um circuito alternativo de expressões de diversos matizes: cinema, música, dança, teatro, literatura, vídeo, entre outros. O mercado cultural é denunciado, e com ele, a crítica da massificação cultural e a falta de investimento por parte do governo num dos pilares da soberania nacional. A carta de Ouro Preto, que lança a 2ª Bienal de Cultura da UNE, expressa um pouco esses sentimentos.

CARTA DE OURO PRETO - NOSSA CULTURA EM MOVIMENTO

1º Circuito de Cultura Universitária da UEE/MG - Lançamento da 2ª Bienal da UNE

Mãos que vão tirar cada tijolo da cela do silêncio e romper os muros da prisão em que se transformou a indústria cultural. Luzes acesas em meio à escuridão deste final de milênio. Água que jorra das minas numa época de torneiras secas. Chaves para abrir as portas da participação. Arte não é remédio falso. Jovem não é otário. Trabalhador não é lixo. Por isso o Circuito está no centro de um cruzamento que vai ligar o artista, o público, o patrocinador, a arte, o indivíduo e o coletivo. Ela vai no fundo, do fundo, do fundo, se for para trazer o diamante de diferença, da independência e da mudança. Afinal produtor cultural não tem que se resignar com papel de cão de guarda do neoliberalismo. Como orvalho não enche o poço, a UNE estará provocando uma chuva de esperança que fará brotar a semente da transformação. Um terremoto cultural que abalará os alicerces da hipocrisia e do comercialismo estúpido e vulgar. A manipulação da informação, a uniformização, a pasteurização, enfim, a reprodução do mesmo não vem do acaso. Elas existem para apagar os países, afogar a soberania e identidade do povo num mar de lama, podridão e ignorância. Lutamos por uma arte e uma cultura onde não predomine o banal mortal, a esquizofrenia, o miolo mole e a intransigência elitista. Queremos que a arte e a cultura tenham abrigo certo ao invés de serem despejadas. Pela criação de um movimento artístico/cultural em defesa da soberania, da identidade nacional e da cultura popular. Queremos política cultural desenvolvida pelo Estado, que ponha fim ao balcão de negócios em que se transformou o Ministério da Cultura. Pela democratização da produção, do acesso e da difusão da cultura. Todos a 2ª Bienal da UNE em fevereiro de 2001 no Rio de Janeiro.

Ouro Preto, 15 de Julho de 2000

⁷ Fala do cantor Chico César que participou da 1ª Bienal realizada em Salvador, em 1999. Caderno da Bienal.

Realça-se aqui, a importância da dimensão simbólica e cultural na compreensão destas novas relações. A dimensão visual e estética é um importante aspecto desta nova sociabilidade. A roupa, a indumentária, os painéis, as performances, etc, continuam sendo, como no passado, elementos importantes para comunicar e decodificar as intenções políticas de cada grupo. A aparição de símbolos e mitos nas expressões de estilo também permanece como elemento de comunicação entre os estudantes. A arte se torna um campo de expressão cada vez mais presente, surgindo como meio de denúncia, protesto, mas também de organização frente às possibilidades de intervenção no futuro. Neste sentido, suas ações políticas assumem um tom performático e teatralizado, um tom espetacular e de espontaneidade.

O que fica da observação da militância nestes espaços estudantis é que a juventude, em suas mais variadas expressões, tenta romper com estruturas dominadoras e torna-se, das mais diferentes formas possíveis, um sujeito coletivo que protagoniza desejos de transformação social. Mas para compreender melhor a dinâmica e a aceitação dos estudantes por estas novas linguagens, devemos levar em conta a discussão da estrutura organizacional do movimento estudantil.

Desta maneira, observamos pelas entrevistas realizadas, a tensão existente entre o modelo tradicional do movimento e suas novas expressões e linguagens, que cotidianamente aparecem no meio estudantil.

Se por um lado, a estrutura e a maneira tradicional de se fazer política continuam muito fortes, por outro, não conseguem aglutinar e mobilizar os estudantes, que inscritos numa outra lógica, não se sentem representados pelos grupos que participam daquele campo político.

Nessa perspectiva, atuam e sinalizam práticas diferentes, seja no coletivo de extensão (como no estágio de vivência que atualmente foi incorporado como uma das práticas do movimento estudantil geral), seja no coletivo de cultura; seja nos ensaios de uma universidade popular, seja na prática da criação de pré-vestibulares populares para estudantes carentes.

Estas práticas diferenciadas talvez se aproximem da análise que Negt & Kluge (1999:52) quando demonstram que a modernidade não conseguiu exercer a política como processo capaz de gerar a coletividade e a emancipação das pessoas e que é preciso emergir novas relações de medida e parâmetros pertinentes ao convívio social, sendo elas:

“vontade própria e autonomia subjetiva que se unem para formar uma coletividade, capacidade de expressão e de discernimento, que mantêm pública a experiência essencial de vida (quer dizer, que evitam a sua eliminação), produção de liberdade (por exemplo, o jogo livre, interrompido espontaneamente, dos graus de intensidade dos sentimentos)”.

2. Desta maneira...

Nossa pesquisa teve como objetivo identificar na estrutura e organização do movimento estudantil, conteúdos e formas que nos indicassem o surgimento de uma **nova sociabilidade militante**.

Desta forma, procuramos investigar através do movimento estudantil institucionalizado, as suas mais diversas expressões, ora no modelo tradicional, ora nas formas inovadoras nas quais ele aparece, partindo da perspectiva de que há uma dinâmica plural no seu interior que evidencia a presença de diversos **movimentos estudantis**.

No estudo pudemos perceber que existem no movimento estudantil práticas e conteúdos novos que apontam para o surgimento desta nova sociabilidade.

É nesse contexto que se originam no interior do movimento, grupos que se organizam para tentar implementar pautas diferenciadas e globais. As temáticas da causa negra, de gênero, da cultura, da paz, do primeiro emprego, entre outros, começarão a ser implementadas e debatidas nos Congressos da UNE.

As experiências variadas de expressões estudantis vão crescendo e amadurecendo em meio a uma variedade de articulações. O movimento estudantil ao tentar se expressar por outras vias que não somente a tradicional, passa por um processo de ampliação de sua identidade.

O movimento gesta experiências múltiplas, e ao fazer isso, passa de uma identidade única a uma dimensão mais plural e heterogênea. Sem perceber, os militantes criam novas relações e, porque não dizer, criam novos movimentos estudantis. A idéia de um movimento único continua enquanto organização, mas as frentes se ampliam enquanto possibilidades de atuação. A fragmentação e dispersão acentuadas, características dos anos 90, se expressam na identidade do movimento estudantil e suas ações se pulverizam.

A emergência destas práticas se expressa através de características que se manifestam em aspectos tanto estruturais quanto simbólicos.

Sobre o primeiro aspecto, podemos afirmar que diferentemente do movimento estudantil tradicional, portador de uma estrutura organizativa rígida e hierárquica, o movimento hoje se caracteriza pela constituição de coletivos que trazem uma novidade em termos de organização postulando uma participação mais democrática, autônoma e horizontalizada.

Com uma forma de participação mais direta, os grupos que defendem essas novas práticas atuam de maneira mais qualificada para proporem e realizarem um processo educativo, que vincula a política **ao exercício da capacidade de discernimento e criam a possibilidade de outras relações de medida**

baseadas na coletividade como princípio para a emancipação dos indivíduos e da sociedade (Negt & Kluge, 1999).

Isso fica evidente, por exemplo, na estrutura das Executivas de Curso, que privilegia em seus fóruns, a discussão em pequenos grupos em detrimento da realização de encontros e seminários massificadores. O contato direto e mais informal dos dirigentes das entidades com os estudantes destaca a concepção assumida que rompe com a dicotomia entre a ética da militância e a subjetividade dos militantes, muito presente no formato de organização tradicional, como destaca Mische (1996). Assim, são criados espaços onde a dimensão da subjetividade é incorporada e enfatizada: o debate em pequenos grupos, as noites culturais, a presença dos dirigentes nacionais/regionais em cada uma das universidades, etc.

Uma experiência importante que se configura nesse novo formato organizativo é o Estágio de Vivência – criado pela FEAB e assumido posteriormente pelo movimento estudantil geral. Esta experiência tem demonstrado que a estrutura organizativa aliada a uma postura política voltada para a realidade social pode colaborar no processo educativo dos estudantes.

Levando estudantes a comunidades rurais, os estágios de vivência têm o mérito de conseguir, a partir de práticas ligadas à extensão, formar e sensibilizar politicamente os estudantes, que assim, estabelecem um contato e uma troca conseqüente com uma realidade social. Neste sentido, o investimento na organização de práticas de extensão é um projeto de ação envolvente para o movimento estudantil. Isto, em primeiro lugar, porque traz maior qualidade à formação dos estudantes, ao aliar teoria e prática, no enfrentamento de problemas concretos. Além disso, a sensibilização para as questões sociais certamente concorre para o desenvolvimento de uma consciência crítica e amadurecimento político.

Foram identificados também, a partir de nossa análise, aspectos simbólicos importantes para a compreensão destas novas relações. A aparição de símbolos e mitos nas expressões de estilo também permanece como elementos de comunicação entre os estudantes. Porém, é preciso ressaltar, que este aspecto é resignificado atualmente no contexto de uma concepção de política enquanto espetáculo, como aponta Ribeiro (1994). Há uma supervalorização do aspecto estético que assume dimensões espetaculares no intuito de atrair e envolver “espectadores”. O espetáculo pode ser premeditado ou espontâneo, contar com maior ou menor infra-estrutura, dirigir-se à consciência crítica ou alienada, mas é sempre performático. As **teatralizações** do protesto, da denúncia e da proposta estão cada vez mais presentes nas suas manifestações políticas, que apesar de serem muitas vezes caracterizadas pela sua espontaneidade e especificidade são muito ricas e significativas em termos simbólicos.

Esta característica não é exclusiva dos grupos que incorporam as novas linguagens

juvenis. O movimento estudantil tradicional também faz uso desse instrumental, porém, sob outra perspectiva: a da **tecnização da política**. No processo de **“profissionalização da política”** (Negt e Kluge, 1999) torna-se cada vez mais necessário o uso de um instrumental tecnológico e visual que sirva **como técnica de convencimento**. É o caso do recurso ao marketing.

Porém, é importante destacar que, apesar de existir uma apropriação do estilo performático de fazer política também pelo movimento estudantil tradicional – seja pelo uso do marketing, seja pelo simples apelo visual – esta apropriação se inscreve numa outra lógica, a do convencimento, se diferenciando da lógica dos grupos menos institucionalizados que trazem consigo uma perspectiva de crítica e protesto nestas manifestações. Nesse sentido, os estudantes (principalmente os que não participam se identificam com o movimento estudantil tradicional), conseguem fazer a crítica a esse recurso enquanto mera técnica de convencimento, mero instrumento de adaptação/cooptação.

Estas dinâmicas performáticas, na verdade, extrapolam quaisquer práticas juvenis, bem como o próprio campo da política, inserindo-se na lógica da sociedade do espetáculo e da comunicação.

A emergência de novas práticas no interior do movimento estudantil sinaliza o desgaste de uma forma tradicional de fazer política que não contempla a diversidade e anseios desta juventude. Além disso, sinaliza a incapacidade de constituir-se em instrumento político de discernimento.

Portadoras de projetos coletivos, estas experiências inovadoras conseguem amenizar o distanciamento entre estudantes e entidades estudantis. Isto é possível, sobretudo, pelo fato de conseguirem se situar como contraponto às práticas tradicionais, estruturantes de um *habitus* político baseado numa concepção centralizadora, hierárquica e burocrática.

Negando a massificação e não a organização, esses sujeitos vão desenhando ações políticas criativas, articuladas com outros setores da sociedade civil organizada, possibilitando uma intervenção em novos moldes. Vão se constituindo como sujeitos protagonistas de sua própria ação, tecendo redes de intercâmbio e de atuação política.

É importante ressaltar que a emergência destas temáticas no interior do movimento estudantil, não se faz sem conflitos. O movimento estudantil mais tradicional incorporou essas temáticas de maneira lenta e depois de muita pressão dos grupos de estudantes que trabalhavam estas questões (gênero, raça, cultura, etc.) na universidade. Além disso, o fez de maneira parcial: a incorporação destas temáticas enquanto bandeiras do movimento estudantil em geral, não significa porém, a realização de ações e práticas significativas e concretas pelo movimento no campo destas reivindicações. Assim, enquanto os grupos menos institucionalizados tentam garantir e organizar suas lutas de maneira mais

efetiva (como o grupo de mulheres universitárias que começam a se reorganizar para ter mais visibilidade dentro do movimento), o movimento estudantil tradicional se coloca favorável às reivindicações, mas não segue adiante, fica na retórica.

O movimento estudantil, portanto não é destituído de antagonismos e conflitos, posto que convivem em seu interior formas inovadoras e tradicionais. Porém, mais que antagonicas são complementares e oferecem a uma boa parcela de jovens estudantes, um importante espaço de socialização política. O surgimento de novas formas de ação, e expressão, não significa que as práticas anteriores tenham sido totalmente superadas. Desta forma, pensamos também, que não podemos cair no erro de dicotomizar novas e antigas práticas e tê-las como sinônimos de ações boas e ruins.

Esta mescla de movimentos no interior do movimento estudantil indica, antes de tudo, a vitalidade do mesmo, um processo necessariamente inacabado que hoje manifesta as tendências presentes.

As novas linguagens ainda estão em formação precisando, portanto, fortalecer seus coletivos e práticas, bem como resistir às pressões das forças hegemônicas, as quais até por suas características podem tentar forçar uma unidade concentradora destas novas experiências, sufocando-as.

A estrutura das entidades, com sua prática **política tradicional**, continua forte, mas já não consegue aglutinar e mobilizar a maioria dos estudantes, que inscritos numa outra lógica, não se sentem representados pelos grupos que participam daquele campo político. Nesse sentido, precisa rever concepções e estratégias, alimentar-se de novas experiências a fim de levar a cabo seus projetos de transformação social.

A sociabilidade militante que agora emerge, é fruto da trajetória do movimento estudantil, de negações e de tentativas de superação, assim como fruto das transformações por que tem passado a sociedade a partir da década de 60. Nesse sentido, é a formulação de uma resposta aos desafios colocados por uma conjuntura que transformou a tentativa de emancipação do sujeito em tirania do indivíduo.

Esta construção é uma obra coletiva, que para ser emancipadora precisa despir-se de preconceitos e resgatar a democracia não só como fim, ou seja, como justiça social, mas também como instrumento para esta trajetória, garantindo o respeito às diferenças.

Com este trabalho buscamos levantar elementos para compreender a realidade em questão, e, como sempre acontece nesses casos, levantamos mais dúvidas do que respostas. Esperamos apenas ter contribuído, de alguma forma com o registro e sistematização de dados concernentes a esta temática.

• Recebido em 08 de julho de 2002.

• Aprovado em 03 de dezembro de 2002.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, J. A. G. (1977a). *Movimento estudantil e consciência social na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- _____. (1977b). Movimento estudantil e classe média no Brasil – estudo comparativo. In: Albuquerque, J. A. G. (Org.). *Classes médias e política no Brasil* Rio de Janeiro. Paz e Terra.
- BOURDIEU, P. (1998). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil.
- CARDOSO, I. (1990). Memória de 68: Terror e interdição do passado. *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*. São Paulo. Volume 2, nº 2.
- _____. (1998). O discurso da Universidade. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*. São Paulo.
- FORACCHI, M. M. (1972). *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo. Pioneira (Ed. da Universidade de São Paulo).
- _____. (1977). *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo. Editora Nacional.
- MARTINS FILHO, J. R. (1987). *Movimento Estudantil e Ditadura Militar*. Campinas. Papirus.
- _____. (1996). *Rebelião estudantil: 1968 - México, França e Brasil*. Campinas. Mercado de Letras.
- _____. (1998). *1968*. São Paulo. Cortez Editora.
- MATOS, O. C. F. (1989). *Os arcanos do inteiramente outro: a Escola de Frankfurt, a melancolia e a revolução*. São Paulo. Brasiliense.
- MELUCCI, A. (1997). Juventude, tempo e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Educação* São Paulo: ANPED.
- MISCHE, A. (1996). Redes de Jovens. *Revista Teoria e Debate*, nº 31. São Paulo.
- NEGT, O. & KLUGE, A. (1999). *O que há de política na política? Relações de medida em política. 15 propostas sobre a capacidade de discernimento*. São Paulo. Fundação Editora da UNESP (FEU). Revista Especial sobre a 1ª Bienal de Cultura da UNE. 1999.
- RIBEIRO, R. J. (1994). A política como espetáculo. In: (Org.) Dagnino, Evelina. *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- SANFELICE, J. L. (1986). *Movimento Estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64 - antecedentes (início da década de 60: a presença da UNE nos acontecimentos políticos. Parte 1)*. Campinas: Reflexão.
- SANTOS, B. de S. (1999). *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. 5ª edição*. São Paulo: Cortez Editora.
- SCHERER-WARREN, I. (1998a). Ações coletivas na sociedade contemporânea e o paradigma das redes. In *Sociedade e Estado: Urbano: novos olhares sociológicos*. Vol. XIII, nº 1-Jan-Jul. Tempos negros virão: a universidade que o povo negro quer. 42º Congresso da UNE. 1992.
- UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. (2000). Carta de Ouro Preto. Disponível na Internet. Acesso em 15 de setembro de 2000.
- www.une.org.br

Reflexões & Ensaaios

A seção R&E destina-se a apresentar ensaios de pesquisadores e pensadores sobre temáticas relevantes para o campo da Psicologia Política.

Análises e debates

Entra mãe e sai mulher? As possibilidades de redefinição do papel feminino com base em experiências públicas na escola

Enter as a mother leave as a woman: The possibilities of a redefinition about the female role based on public experiences at school

Antônio Carlos Vaz★

cacau_vaz@yahoo.com.br

Resumo

Tomando o desenvolvimento do ser social, com base na concepção de Lukács, analisaremos as possibilidades de desenvolvimento das mulheres, donas de casa, que passam a experimentar, na condição de mãe, ações públicas que dão início a um processo de mudanças, tanto no papel feminino como no masculino, podendo provocar alterações significativas nas relações familiares e sociais.

Palavras chaves

Mulheres, Ser Social, Mães de Alunos, Participação Política, Gênero

Abstract

Considering the human-being development in the social system (society), based on Lukac's definition, we are going to analyse the probabilities of women development, housewife, that start to experiment like mothers, public actions (activities) that are the beginning of changing processes, either in female or male behavior, being able to create significant modifications in the family and social relations.

Keys word

Women, Social Being, Mother's Pupil, Politic Participation, Gender

★ Professor do curso de Educação Física das Universidades Cruzeiro do Sul e Cidade de São Paulo, e das Faculdades Brasília de São Paulo. Doutorando em Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

VAZ, A. C. (2003). Entra mãe e sai mulher? As possibilidades de redefinição do papel feminino com base em experiências públicas na escola. *Psicologia Política*, 3(5), 121-140.

Introdução

Neste estudo, pretendemos mostrar e analisar o caminho percorrido por mulheres que, com base na perspectiva tradicional no que diz respeito à divisão sexual do trabalho e, portanto, no pleno desenvolvimento de seu papel de mãe e dona-de-casa, encontraram na escola dos filhos uma possibilidade de atuação pública que lhes possibilitou intercâmbios fundamentais, ao menos, para iniciar o processo de desmistificação das relações hierárquicas de gênero.

Veremos, então, que valendo-se de intercâmbios com professoras e diretora e, mais especificamente, com outras mães, nos quais não ocorre nenhum tipo significativo de contradição, ao contrário dos primeiros¹, elas criaram uma materialidade que facilitou a conscientização do estado de inferioridade nas quais suas relações sociais estavam calcadas, em especial, com seus maridos.

Do ser dona de casa ao ser social

Entendendo o ser social como produto das condições materiais que lhe são dadas e que seu desenvolvimento está diretamente ligado às possibilidades de intercâmbios e de perguntas e respostas que ele próprio, diante da realidade que está posta, possa elaborar, podemos inferir que quanto maior o número de experiências públicas, coletivas, das quais um indivíduo participe de forma ativa, mais intenso e complexo deverá ser seu desenvolvimento pessoal (Lukács, 1997).

O trabalho, categoria central para a compreensão do ser social, parte da percepção da necessidade material ou simbólica do indivíduo e por mediações mais ou menos complexas leva esse indivíduo à ideiação de um objeto que terá por finalidade suprir a respectiva carência (Lukács, 1997).

A necessidade material, como motor do processo de reprodução individual e social, coloca em movimento todo o complexo que cerca o trabalho; todos os processos de mediação acionados objetivam apenas sua satisfação. Essa cadeia de mediações colocada em movimento transforma, ininterruptamente, tanto a natureza e o meio, quanto os indivíduos que nela atuam (Lukács, 1997).

As mulheres, quando exercem, exclusivamente, seu papel de donas-de-casa, ou seja, quando atuam apenas como mãe e esposa, portanto, no campo privado ou na extensão deste, vêem diminuídas suas possibilidades de experiências públicas, de intercâmbios mais amplos, apresentando, em geral, uma cadeia de mediações empobrecidas quando comparadas àquelas que atuam com mais freqüência no campo público. Estão mais sujeitas, portanto, a reflexões pouco sofisticadas acerca dos problemas mais ou menos gerais que nos afetam ou, ainda, que afetam apenas determina-

¹ Muitas vezes apresentam relações tensas e de disputa pelo poder diante do professorado e direção, colocando-se, por vezes, como sujeitos antagônicos em relação a alguns dos problemas da escola. Sobre isso ver: Cláudia Pereira VIANNA: "Divergência mas não antagonismos: mães e professoras das escolas públicas". Cadernos de Pesquisa. Fundação Carlos Chagas, n.86, p.39-47, agosto, 1993.

dos segmentos sociais, como o do gênero feminino, por exemplo, e que são mais ou menos perceptivos no cotidiano.

Com o surgimento da família nuclear, as tarefas domésticas perderam seu componente comunitário e passaram a ser realizadas individualmente pelas mulheres, que vêm limitadas suas ações coletivas (Astelarra, 1987).

Judith Astelarra, ao discutir a questão da mulher dona-de-casa e seu reflexo na visão de mundo, apresenta uma análise fundada em dados de Brabo y Ortiz² que reforça a importância dos intercâmbios públicos para uma visão política mais ampla, menos conservadora. Os dados da pesquisa indicam que, como em outros países, as mulheres são mais conservadoras que os homens; mas deveria destacar que as diferenças não são tão grandes como se tende a pensar. A pergunta que se pode fazer com base nesta pesquisa é: são todas as mulheres mais conservadoras?

Para responder a essa indagação as autoras fizeram uma comparação diferente, dividindo o coletivo feminino em donas-de-casa e mulheres que trabalham fora. A introdução desta nova variável produz resultados diferentes. As donas-de-casa são mais conservadoras que o conjunto dos homens, contudo, a diferença entre os homens e as mulheres que trabalham fora não é significativa. Logo, não são todas as mulheres que são mais conservadoras do que os homens, mas apenas as donas-de-casa. Assim, fica claro que o tipo de trabalho é mais importante do que o sexo para explicar os diferentes graus de conservadorismo político da população.

Para Judith Astelarra, as posições mais conservadoras das mulheres em relação aos homens não podem ser explicadas por características biológicas, mas, sim, sociais, e o trabalho figura como motivo principal. O serviço da dona-de-casa, por ser uma atividade individual que não oferece oportunidades de intercâmbio, faz com que as mulheres fiquem restritas ao seu processo originário de socialização, contribuindo, assim, para o conservadorismo. A autora afirma, ainda, que se houvesse **donos-de-casa**, estes, também seriam mais conservadores.

Entretanto, ao se falar em restrição aos espaços privados, é preciso que se coloque em relevo as diferenças propiciadas pelas condições econômicas. Nas classes mais abastadas economicamente, as mulheres têm acesso à produção cultural, seja por meio dos estudos, da participação em cursos, do acesso à TV a cabo, ao vídeo-cassete, ao cinema, ao teatro etc., o que significa dizer que as mulheres das classes privilegiadas possuem maiores *possibilidades* de compreender os problemas sociais numa dimensão mais ampla.

O tempo do espaço privado, principalmente entre as camadas mais pobres, é caracterizado, geralmente, pela baixa qualidade de informações sobre o real funcionamento da sociedade. Frequentemente, o acesso a informações via TV e rádio está preso aos

²Brabo, P. y Ortiz, C., *Cultura Política de la mujer*, Instituto de la Mujer, 1985.

chamados *programas femininos* e aos *sensacionalistas* que exploram as mazelas da própria população pobre, os quais não criam condições para mediações sofisticadas, ao contrário, incute valores que representam a manutenção do estado de coisas. As possibilidades de intercâmbios são relativamente pequenas e, via de regra, circunscritas à vizinhança mais próxima, que, em geral, possui semelhantes condições de existência.

Quanto mais sofisticada é a compreensão do indivíduo acerca da sociedade, dos objetos, mais complexas serão suas objetivações³ e, portanto, de forma mais rápida e consistente novas habilidades vão sendo descobertas e desenvolvidas. Quanto menos complexas forem as objetivações de um indivíduo, menos ele se exterioriza e, dessa forma, menos interfere no mundo e, conseqüentemente, menos se transforma de maneira ativa, ou seja, estará sempre sujeito às transformações de modo passivo (Lessa, 1996).

Este parece ser o caso das mulheres que retrato neste estudo e, sem dúvida nenhuma, de uma parte significativa das mulheres de todas as classes sociais, que precisam vencer uma série de barreiras para conseguir intercâmbios mais sofisticados que as ajudem a compreender a sociedade em que vivem para que, embasadas neste conhecimento, possam produzir objetivações mais ricas em mediações, favorecendo, assim, uma maior exteriorização e, portanto, **maior capacidade de intervenção no mundo**.

Uma das principais barreiras é a violência que atinge as mulheres. Heleieth Saffioti e Suely Almeida (1995), em levantamento sobre a violência contra a mulher, chamam a atenção para a gravidade deste fenômeno. Dizem as autoras:

“(...) o fenômeno desconhece qualquer fronteira: de classes sociais, de tipos de cultura, de grau de desenvolvimento econômico, podendo ocorrer em qualquer lugar – no espaço público como no privado – a ser praticado em qualquer etapa da vida das mulheres e por parte de estranhos ou parentes/conhecidos, especialmente destes últimos.” (p. 8)

³ Para Lukács, “(...) objetivação é a mediação que articula a teleologia, enquanto uma idéia abstrata e singular, com a gênese de um novo ente, objetivo, ontologicamente distinto da consciência que o concebeu enquanto finalidade, e que exibe uma história própria e distinta (num grau maior ou menor conforme o caso) da história do seu criador. (...) Contudo, ao transformar a natureza, o indivíduo também se transforma. Primeiro porque desenvolve novas habilidades. Em segundo, porque, para vencer a resistência que o ser opõe à sua transformação em objetos construídos pelos homens, é decisivo que venha a conhecer os nexos causais e as determinações mais importantes do setor da natureza que deseja transformar. Toda objetivação resulta em novos conhecimentos e novas habilidades – sendo breve, em novas possibilidades, e por isso, ao transformar a natureza, o indivíduo também se transforma. (...) Nesta exata medida, a produção do objeto não é apenas o processo de objetivação, não é apenas uma transformação da realidade, mas é também a exteriorização de um sujeito. Cada uma das transformações do real se dará a partir do nível de desenvolvimento já alcançado pela individualidade em questão – desenvolvimento da individualidade que é sempre historicamente determinado. Por isso, a exteriorização da individualidade é também uma exteriorização de um dado patamar específico de desenvolvimento social. Portanto, ao se exteriorizar por meio da objetivação da sua prévia ideação, o indivíduo adquire novos conhecimentos (tanto da realidade exterior como da sua própria individualidade), novas habilidades vão sendo descobertas e desenvolvidas; em poucas palavras: ao transformar o real, o sujeito também se transforma” (Lessa, 1996:10-11).

Em geral, a violência contra qualquer seguimento dominado só entra em ação quando o sistema ideológico já não dá mais conta de explicar e conformar as relações hierárquicas que dão sustentação ao processo de dominação. No caso das relações de gênero, considerando-se as distinções de classe e de etnia e suas diferentes maneiras de manifestações, o *sucesso* da resignação das mulheres, entendida como fruto do processo dialético expresso na relação **conformação versus resistência**, começa a ruir à medida que as manifestações de resistência, silenciosas ou não, passam a colocar em xeque as relações estabelecidas, o que pode abrir caminho para a violência, física e/ou econômica, como instrumento de manutenção do poder.

O inimigo da mulher não é propriamente o homem, mas a organização societária calcada em relações de gênero hierarquizada e alimentada cotidianamente não só pelos homens, mas também pelas mulheres (Saffioti & Almeida, 1995).

A mulher e a participação pública

“Os homens construíram uma realidade sem gênero, da qual resultou uma óptica sem gênero. A pretensa objetividade reflete, assim, o ponto de vista dominante, ou seja, masculino” (Saffioti & Almeida, 1995, p.198).

A mulher, segundo as autoras, é colocada de forma naturalizada em uma posição que não é a sua, pois a ótica feminina não faz parte do cenário que compõe o senso comum, logo, a perspectiva dela é sempre enviesada e engolida pelo mundo masculino.

Historicamente, a mulher sempre esteve limitada a um plano secundário no âmbito político e econômico, entretanto, as mulheres, em todos os tempos, têm contribuído para a subsistência de sua família. Nas sociedades pré-capitalistas, as mulheres das classes populares trabalhavam ativamente no campo, nas manufaturas, nas minas, nas lojas, nos mercados, nas oficinas, teciam e fiavam, fermentavam a cerveja e exerciam outras tantas atividades domésticas (Saffioti, 1976).

O papel feminino no trabalho e na composição da renda familiar, por ser menos visível do que o do homem, acaba sendo considerado subsidiário, auxiliar do trabalho masculino. E com a chegada da economia urbana, fabril, as mulheres vão se defrontar com as maiores barreiras, pois lhes são oferecidas apenas as funções subalternas e menos compensadoras, o que corrobora a intensificação do processo de marginalização da mulher no novo sistema produtivo. A mulher viu-se duplamente desvalorizada: primeiro, no plano superestrutural, ideológico, que subvalorizava as capacidades femininas e, segundo, pela marginalização do processo produtivo (Saffioti, 1976).

A ocupação do espaço público e privado por sujeitos diferentes acrescentou à divisão social do trabalho a divisão sexual, transformando o mundo público em masculino e o privado em feminino. As mulheres, ao não compartilharem da vida social,

econômica e cultural com os homens, gestam diferentes interesses e valores. A divisão espacial para homens e mulheres indica a dificuldade que as mulheres enfrentam para assumir o espaço público, de antemão, reservado aos homens (Astelarra, 1987).

As diferenças biológicas são convertidas em diferenças sociais. Com o desenvolvimento da sociedade burguesa, as mulheres assumem todos os espaços ligados à responsabilidade pela criação dos filhos até que estes atinjam a maturidade. A maternidade biológica converteu-se em maternidade social. Criam-se os modelos de feminilidade em que a maternidade é a principal característica, quando não, a única (Astelarra, 1987).

A dominação masculina encontra explicação no sistema patriarcal, irradiado do núcleo familiar, que é a sua base, até os mais longínquos pontos de atuação social. A subordinação feminina não está presente apenas na família, está também em outros campos sociais, nos quais são utilizados mecanismos que regulam as condições da presença ou ausência da mulher no mundo público. Produz-se, assim, uma aceitação ou negação das mulheres em relação às organizações, às instituições e aos cargos políticos (Astelarra, 1987).

Gramsci (1991) chama a atenção para os instrumentos ideológicos (práticos e teóricos) utilizados pela classe dirigente que, mais do que manter e justificar o seu domínio, consegue obter o **consentimento ativo dos governados**. Ou seja, como dizem Saffioti & Almeida (1995) “*Se o poder é macho, branco e rico, o Estado, enquanto instrumento cristalizado deste poder, só pode apresentar as mesmas características*” (p. 201). Mas isso não significa que sempre representará estes segmentos com a mesma força, embora visem isso, também cedem às pressões de outros segmentos da sociedade civil, em geral, os mais organizados.

Compreender as relações de dominação presentes na sociedade contemporânea, sua gênese e seus desdobramentos é fundamental para que tenhamos alguma chance de superar esta ordem social.

A transformação social e cultural só pode começar, inexoravelmente, com base em um novo modo de pensar o mundo; uma concepção que seja capaz de perceber o mundo e suas relações sociais, políticas e econômicas fundando-se em um posicionamento de classe, de gênero e de etnia que negue com veemência quaisquer tentativas de hierarquização e, principalmente, que lute para o estabelecimento de políticas públicas que efetivem de fato a atuação política dos segmentos colocados em situação de inferioridade.

Mesmo com todo o envolvimento da mulher nos movimentos sociais a partir dos anos 1970, a prática político-partidária continuou, em sua maioria esmagadora, restrita aos homens, existindo uma grande rejeição pelo que se pode chamar de política partidária. As mulheres engajam-se em campanhas políticas, mas, raramente, o fazem por dentro do partido político. O mecanismo de participação é diferente, a lógica que as leva a participar também é diferente (Cardoso, 1987).

Qualquer organização social criada com base nas relações sociais assimétricas, hierarquizadas, apresentará estas diferenças em todos os seus campos de atuação.

Judith Astelarra (1987) lembra que as referências a movimentos políticos localizam-se nas instituições majoritariamente masculinas, deixando-se de lado organizações de cidadania, de bairros, de assistência social, cultural, educativas etc., nas quais as mulheres possuem uma participação ativa.

Talvez por isso Sérgio Avancine (1990) tenha observado em sua pesquisa que na disputa eleitoral de 1978, quando dois representantes dos movimentos políticos da região em que desenvolvia seus estudos saíram em dobradinha (uma candidatura a deputado estadual e outra a federal), sugeriu a possibilidade de que Irma Passoni e Aurélio Peres tenham definido suas candidaturas em função da hierarquia tradicional no seio da família modelar periférica (ela candidatou-se à deputada estadual, já ele candidatou-se a deputado federal). Ela cuida da rua próxima e ele, da rua distante.

O estilo feminino de participar

Para Judith Astelarra (1987), é falsa a afirmação de que as mulheres, por conta de sua condição biológica, não possuem o mesmo interesse político dos homens.

Um grande problema, segundo a autora, nos estudos de gênero é o modo como são feitas as comparações. A política é uma esfera masculina, quase não há mulheres nas organizações e instituições políticas e as propostas que estas fazem pouco se referem a problemas domésticos, cotidianos. O problema, novamente, é como se fazem as comparações.

Mas o que acontece com a política que não desperta o interesse das mulheres? É com essa pergunta que Judith Astelarra (1987) tenta reverter a idéia de que as mulheres não gostam de política, mas, sim, de uma determinada maneira de se fazer política, talvez da maneira masculina de se fazer política. Para a autora, é interessante analisar o sistema político valendo-se da perspectiva feminina e perceber se existem características estruturais que fecham a política à participação feminina.

A atuação política das mulheres, em geral, pode ter um significado diferente daquele empregado no mundo masculino. Marina Palhares (1995) mostra como algumas práticas tradicionais de sociabilidade mais típicas das mulheres podem ser utilizadas na iniciação política:

“A estratégia da conversa de porta em porta, das reuniões em casa dos vizinhos, das pequenas confidências, pode ser então entendida como um lugar privilegiado de iniciação política, de aprendizagem, de rompimento da distância imposta, neste modo de produção, entre o Público e o Privado” (Palhares, 1995:154).

A autora atribui relativa importância ao espaço que vai da porta da sala até o portão que dá para a rua; afinal, este pode ser o primeiro passo para que se possa adquirir um maior conhecimento da realidade da vizinhança, do bairro etc.

Aceitando a afirmação de Palhares, podemos inferir que qualquer espaço que rompa o caráter estritamente privado das ações das mulheres/mães poderá ser o primeiro passo de um movimento que poderá colocar as mulheres que atuam, quase que exclusivamente, no campo privado em um outro estágio de consciência social.

Judith Astelarra (1987), como já citado anteriormente, afirma que se os homens fossem **donos-de-casa** eles também seriam conservadores em suas posturas políticas e, também, teriam uma maior dificuldade para se exporem publicamente. Qualquer espaço de atuação coletiva e pública conquistado, ou mesmo **permitido**, às mulheres, poderá ter imensa validade no campo social, político e pessoal.

Alguns sentimentos identificados com o caráter feminino por várias autoras como Judith Astelarra (1987), Marina Palhares (1995), Marília Carvalho (1991) e outras, acabam por diferenciar o envolvimento das mulheres em atividades políticas. Um sentimento captado por Marília Carvalho (1991) pode contribuir para a compreensão sobre as dificuldades que as mulheres sentem ao atuarem publicamente:

“Dentre os sentimentos que marcavam essas mulheres, um foi ganhando cada vez mais importância para mim, na medida em que convivía com elas: o medo. As palavras medo ou seu eufemismo receio, repetiam-se em circunstâncias as mais variadas: (...) A gente já procura se calar mais (...) Não sei se é medo de de repente falar e um colega ir contradizer o que você disse” (Carvalho, 1991:67)

Marília Carvalho (1991) chama a atenção para o uso do silêncio como forma de resistência ao poder, como opção ao não enfrentamento direto.

Já Marina Palhares (1995) corrobora a observação de Carvalho, pois percebeu entre suas entrevistadas que o “(...) não falar é bastante valorizado, principalmente como uma conduta ética para as mulheres” (p. 155).

Ruth Cardoso (1987) também reconhecia, entre as mulheres, novas formas de atuação política que se distinguiam dos partidos, dos sindicatos, enfim, das várias formas tradicionais de atuação política.

Um fator inibidor da participação política das mulheres pode ser a cisão, a divergência. As divisões internas, as disputas por liderança e hegemonia possuem traços que podem ferir o sentimento de unidade, de igualdade preferido pelas mulheres em função, evidentemente, da construção cultural de sua identidade de gênero. A característica de atuar em ambientes adversos, talvez, possa ser considerada, grosso modo - tanto para homens, quanto para mulheres -, como uma característica mais masculina.

Gilligan⁴ (Citado por Saffioti & Almeida, 1995) ao investigar meninos e meninas impressiona-se:

⁴ GILLIGAN, C. *Uma voz diferente*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991.

“O mais impressionante entre essas diferenças são as imagens de violência nas respostas do menino, retratando um mundo de confronto perigoso e conexão explosiva, onde a menina enxerga um mundo de cuidado e proteção, uma vida vivida com outros a quem você pode amar tanto ou até mais do que ama a você mesmo” (p.12).

A dissensão parece representar, dessa forma, mais os modos tradicionais de se fazer política e, portanto, masculinos; uma vez que pode evidenciar claramente o confronto, a divergência, que podem ser, de algum modo, um obstáculo à participação das mulheres/mães, ou seja, daquelas identificadas com a divisão sexual do trabalho e seu papel correspondente.

Marina Palhares (1995) confirma, em sua pesquisa, o interesse das mulheres por uma atuação conciliatória: *“A fuga do conflito e a tradição de soluções de acomodação para as reivindicações é um ponto importante, tanto para discutir o método, quanto para interpretar os resultados”* (p. 41).

Para Judith Astelarra (1987), a preferência das mulheres pela participação anônima e em grupos pequenos e suas motivações altruístas, ainda que em função de sua socialização para assumir a maternidade social, não indica que seja uma ação política inferior.

Em função da própria formação histórica da condição de gênero, a mulher, na maioria dos casos, desempenha um papel político e público distinto do papel desempenhado pelo homem, porém, não menos importante como ressalta a autora.

E quem sabe caiba à mulher, em nome dessa própria socialização que busca assumir a maternidade social, o resgate da solidariedade e da ética nas relações políticas e públicas. Entretanto, isso só será possível se o modelo político tradicional não for adotado pelas mesmas.

A escola como espaço público de participação

A escola, como aparelho social coletivo, encontra-se no domínio do espaço feminino, segundo a divisão tradicional de papéis, e, como tal, tudo o que gira em torno da escola diz respeito às mulheres. A escola parece ser um dos poucos lugares onde as mulheres do mesmo bairro podem ficar sem que tenham que prestar contas ao marido, aos vizinhos, aos familiares próximos. O espaço escolar é legitimado pela sociedade, preferencialmente, como responsabilidade das mulheres. E várias são as possibilidades de atuação na área educacional.

Um dos principais motivos pelos quais os movimentos sociais por educação facilitam a participação política/pública das mulheres é justamente por se tratar de movimentos compostos quase que exclusivamente por mulheres (mães). Isso faz com que se reduza a preocupação do grupo social mais próximo (parentes, vizinhos, conhecidos, pessoas influentes etc.) e do marido, em especial, ao que se refere às facilidades

para uma possível abertura a novos conhecimentos e encantamentos que possam ameaçar a continuidade do papel tradicional de mulher.

Partindo das características femininas, para atuação política, destacadas pelas autoras estudadas, podemos sugerir que os movimentos sociais por educação podem favorecer, em alguns aspectos, um envolvimento mais ativo desse grupo. Uma importante característica desses movimentos, talvez, seja o fato de não haver confrontos físicos, afinal, não há sinal de subversão da ordem vigente que possa representar qualquer ameaça às classes constituídas, o que diminui o risco de represália por parte do Estado.

Quando o movimento se organiza contra o poder público, como nas lutas por construção de escolas numa cidade da extensão de São Paulo, por exemplo, o adversário pode personificar-se na figura do político do poder executivo (governador, prefeito ou secretário de educação), o inimigo não está tão próximo como o patrão ou o proprietário, que possa representar alguma espécie de ameaça direta, que coloque em risco algo que já se possua (emprego, imóvel, terras etc.), além da adesão generalizada à causa, uma vez que dificilmente algum segmento social se colocará contra os movimentos que lutem por escola.

Além da participação política, propriamente dita, a escola oferece muitas possibilidades de intercâmbios às mulheres-mães, seja nos encontros com outras mães no portão da escola, estabelecendo, assim, os primeiros contatos que poderão levá-las a refletir sobre filhos, educação, casamento, trabalho, liberdade etc., ou, ainda, de maneira mais sistemática e formal, pelas reuniões de *pais*, conselho de escola, ou mesmo para contribuir na organização de festas, o que poderá colocá-la em contato com professoras e diretora de escola que poderão contribuir, mesmo que de maneira discreta, no processo emancipatório das mulheres-mães.

Ruth Cardoso (1987) fala do conceito de **maternidade militante** criado, segundo a autora, por Sonia Alvarez⁵. Tal conceito se refere às mulheres que exploram o papel de mãe e se colocam nesta condição para justificar sua atuação política.

A participação da mulher nos movimentos sociais por educação aparece como uma extensão de seu papel tradicional, e o cuidado com a educação dos filhos é um destes papéis. Tais movimentos legitimam, assim, a atuação política feminina, sob a condição de mãe. É nesta condição que a mulher se vê no *dever* de atuar, sempre em nome dos filhos. O que garante certa aquiescência por parte do grupo social mais próximo, do companheiro em especial, ficando, portanto, de alguma maneira, justificada a ausência (no lar) da mulher por um determinado período do dia.

O que se percebe, no estudo de Cláudia Vianna (1992) e Cynthia Sarti (1989), é que o envolvimento das mulheres gravita ao redor dos familiares. A mulher/esposa/mãe age motivada pela defesa do interesse do outro, seja de um filho ou do marido. As questões pessoais, íntimas, dela mesma, ficam relegadas a planos secundários.

Seu papel de coadjuvante, assistente, zelosa, reafirmado por séculos de história, é

⁵ *Autora cubana que vive nos Estados Unidos.*

um ponto de grande dificuldade de superação. Este é um grande empecilho para seu envolvimento imediato em questões externas a sua casa, seja por pressão do marido e dos filhos ou até de familiares de convivência próxima ou por mero peso na consciência em estar abandonando suas **legítimas** atribuições.

Apesar de estarmos falando de atuações políticas mais modestas, não podemos esquecer de grandes contribuições de movimentos femininos. Um bom exemplo ocorreu na segunda metade dos anos 70, quando algumas mulheres fundaram o Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA) e desempenharam ações importantes no cenário político. Utilizaram como estratégia a criação de núcleos regionais em torno de mulheres não visadas pela ditadura e deram grande contribuição ao processo histórico. Assim, representando o papel de mãe e esposa deram legitimidade para seu movimento⁶.

Voltando ao caso das mulheres com pouca participação pública, a constatação de que outras mulheres que vivem problemas semelhantes os solucionaram de maneira menos conservadora, questionando, inclusive, o papel de seus companheiros, pode levar essas mulheres a um processo de crítica ao papel social a elas **destinado**.

Apesar da função de dona-de-casa impor uma série de restrições à participação da mulher em atividades públicas/políticas, facilita sua atuação no bairro justamente por ela não possuir uma jornada de trabalho fixa, com horários rígidos, pois é possível remanejar o horário de suas atividades, adiantando ou postergando a realização de algumas tarefas.

Maria Malta Campos (1991) destacou em sua pesquisa a relevância do papel desempenhado pelos movimentos sociais por educação na introdução das mães de alunos (e donas-de-casa) na vida política:

*“Ao mesmo tempo que lutam por educação para seus filhos, as mulheres realizam sua **alfabetização política**”, ao atuar nos pequenos grupos de moradores. As esferas privada e pública se confundem nessa prática e, aos poucos, lideranças vão se afirmando e se comunicando para além das fronteiras dos bairros” (p. 60).*

A alfabetização política a que se refere Maria Campos corrobora a hipótese de que os movimentos sociais por educação possam cumprir o papel de introdutor de um grupo de mulheres (donas-de-casa) no mundo público e político. O que, de uma certa maneira, poderá possibilitar uma reflexão sobre o papel da mulher na família, sobre o seu lugar na sociedade e, principalmente, na descoberta do mundo público.

Contudo, o envolvimento das mulheres/mães na escola, em especial em sua gestão, pode gerar conflitos envolvendo grupos de funcionários, entre eles o professorado. E nesses casos há sempre a ameaça que poderá recair sobre a criança.

⁶ Ver os artigos: “Anjo da guarda” e “E as mulheres foram à luta”, Revista Caros Amigos, Ano V, n. 53, agosto de 2001, p.20-22.

⁷ Grifo nosso.

Ainda segundo Maria Campos (1985), há grupos de pais que são bem-vindos à escola, na visão da direção, pois possuem a docilidade e o espírito de colaboração necessários a um bom trabalho educacional. Outros são vistos como criadores de casos. Os últimos, certamente, acabam por colocar em risco o próprio processo escolar da criança, que poderá sofrer com atitudes de represália por parte de professores e da direção.

O medo de que as crianças sofram represálias por parte das professoras, professores e direção da escola, muitas vezes, acaba por afastar as mães de alunos dos movimentos que elas julgam necessários:

“Os pais têm medo que os filhos sejam perseguidos na escola. (Rosa – 1988). Aqui não dá abertura para participar dentro da escola. Eles aniquilam. Se você fizer um movimento para tirar uma professora, tirar um diretor, seu filho vai ser pressionado. (...) Os pais não têm força suficiente porque têm medo de acontecer algo com seus filhos. Ela (outra mãe) furou a greve e seu filho, na 7ª série, está sendo perseguido pela professora.” – (mãe de aluno não participante do MPE) – (Vianna, 1992:15).

O medo da represália que poderá recair sobre o filho, também aparece no estudo de Vítor Paro (1995:328): *“Dona Marta diz temer que seus filhos sofram represálias e que conhece pais que não criticam a escola ‘porque têm medo do filho se reprovado’”*

Professoras, professores e direção de escola podem cumprir um papel político importante na emancipação destas mulheres em tela, se construírem relações dialogais e estabeleçam políticas de aproximação para gestão dos problemas que cercam e perpassam a escola.

Redefinição de papéis

A atuação da mulher, restrita ao âmbito familiar, quando ganha a rua e toma contato com o mundo, em geral, implica mudanças que tendem a refletir no âmbito familiar, como a redefinição dos papéis, que implica a perda de privilégios para o homem que passa a ser cobrado por uma contribuição de forma mais sistemática no campo doméstico. Mas é evidente que o homem lutará enquanto puder para manter a relação de poder sobre a mulher, daí a necessidade de políticas sistemáticas com encontros, debates, palestras, trocas, enfim, que possam manter vivo o interesse pelo crescimento pessoal, pela liberdade, pela emancipação.

A redefinição dos espaços da mulher é um fato que raras vezes o homem, seu companheiro, está preparado para discutir; a redefinição do papel feminino passa, obviamente, pela redefinição do papel masculino. A participação no espaço público pode despertar o interesse da mulher em rever seu espaço privado.

Como assinala Marília Sposito (1993): *“(...) ao examinar as relações entre a esfera pública e privada, é preciso apontar o eixo central da análise neste momento: a resignificação da*

prática política permite não só a reapropriação do espaço público, mas, também, uma nova reapropriação do privado” (p. 327).

Para a autora, o ingresso das classes populares nos movimentos sociais, principalmente o das mulheres, provocou uma redefinição dos espaços públicos e privados. Enquanto as mulheres mantêm as mesmas funções dentro de casa, a experiência externa (pública) introduz novos elementos em suas vidas, que forçosamente as levarão a alterar seu espaço privado, mesmo que isso não seja, imediatamente, notado pelos sujeitos envolvidos. Esta redefinição começa pelos próprios afazeres domésticos que precisam ser reordenados, pois o tempo precisa ser redistribuído em função de novas tarefas.

A participação da mulher em atividades públicas e políticas pode fazer com que a atenção dela se volte criticamente para o papel doméstico desempenhado por ela, essencialmente privado, e para a restrita participação pública e política que ela desempenha e começa, dessa forma, a criar necessidades estranhas à tradicional divisão dos papéis sexuais na família. Cláudia Vianna (1992), ao estudar o Movimento Estadual Pró-Educação (MEPE), sinaliza para o desejo de redefinição do papel de mulher/esposa, de seu papel social e de sua participação política. Alguns depoimentos em seu estudo revelam indignação quanto a pouca atividade social a que a mulher é exposta após o casamento ou após o nascimento do primeiro filho:

“Trabalhar fora direto desde os 17 anos e de repente você ficar só cuidando de casa? (...) Eu falei: Ué, mas eu parei de trabalhar? Tem certeza que eu parei ou comecei a trabalhar agora? (Adair, maio, 1990). (...) Cansei de ficar cuidando de casa e filho, e como sempre de solteira eu participava de grupos de jovens. (...) Entrei de cabeça porque eu achava que só aquela vidinha minha em casa, de educar filho ou então de obedecer o pai...” (Rosa, julho, 1990) (Vianna, 1992:79).

Cláudia Vianna (1992) percebeu, ao longo do processo, que havia motivações outras que não apenas a do futuro do filho, mas, na realidade, acobertadas pelo motivo oficial, vinham no bojo motivos como o isolamento a que eram submetidas em função das tarefas domésticas.

A autora pode distinguir o que ela chamou de **ampliação do universo doméstico** como um dos motes submersos no movimento. Este conceito usado pela autora indica uma reordenação e expansão das atividades e papéis da mulher/mãe/dona-de-casa. A mulher passa a criar uma demanda externa, pública e por aí vai redefinindo suas participações no público e no privado. Estas questões acabam por assinalar uma preocupação da dona-de-casa em transformar a expectativa sobre sua atuação e surge a oportunidade de remodelar ou ampliar seu papel de dona-de-casa e, como tal, de se apegar ao movimento que lhe garante legitimação.

Na pesquisa realizada pela autora não havia, por parte das mães do movimento, nenhuma intenção de virar o mundo de pernas para o ar. Havia apenas o desejo, além de cuidar da educação dos filhos, de ampliar seu campo de atuação, mas nunca numa perspectiva de transformar suas relações pessoais. Para elas, parecia ser possível *harmonizar*, dentro da perspectiva patriarcal, a vida de dona-de-casa com novas responsabilidades sociais.

Mesmos as mulheres mais engajadas nas lutas por educação, demonstram uma certa preocupação por não estarem dando conta das tarefas do lar, o que muitas vezes é uma ameaça à continuidade de sua atividade pública.

Todavia, uma transformação mais radical operada pelas mulheres não depende apenas do grau de consciência de classe, etnia ou gênero. Mesmo que ela amplie provisoriamente seu campo de atuação, ela poderá não ser capaz de consolidar esta conquista, pois estão em jogo outros fatores que podem inibir a iniciativa feminina, como a capacidade própria de subsistência⁸, o uso da violência pelo homem⁹ como meio de intimidação, entre outros, que interferem na capacidade concreta de tomada de decisão.

Considerações finais

Para significativas mudanças em nossa sociedade deverá a escola por meio de políticas que, antes de buscar uma gestão efetivamente participativa, possam envolver mães e pais em processos políticos que estejam ligados aos interesses mais diversos da população como um todo. O envolvimento das mães com a efetiva gestão da escola ou, ao menos, das coisas da escola, pode ser um bom começo, mas, evidentemente não é suficiente. Nenhuma medida isolada poderá elevar o nível de consciência da população ou, em nosso caso, das mães/donas-de-casa para os grandes problemas de nossa sociedade.

Entretanto, podemos criar as possibilidades para que grupos ausentes da prática política, no sentido amplo, possam ampliar os laços públicos, os intercâmbios e, dessa maneira, contribuir para o crescimento individual, para a ampliação da visão de mundo, possibilitando, conseqüentemente, mediações mais complexas que levarão, irremediavelmente, a uma leitura mais sofisticada da sociedade e de suas relações concretas com o mundo, levando, assim, os indivíduos a se tornarem sujeitos de sua história, ampliando, as possibilidades de que esses indivíduos possam deixar sua marca no mundo e serem menos expectadores das mudanças.

Outro ponto importante a ser considerado é com relação às recentes alterações no mundo do trabalho¹⁰. Cada vez menos as mulheres têm se mantido em casa; as pobres pela subsistência, como sempre fizeram, e as remediadas, porque buscam sua autonomia e independência.

Para Saffioti e Almeida (1995):

“Há evidências de que as transformações em curso no capitalismo representam uma certa proteção para a mulher no que tange ao desemprego. A substituição do trabalhador polivalente favorece a mulher, na medida em que sua socialização a torna capaz de se ocupar de várias tarefas de natureza diversa.” (p. 80-81)

⁸ Analisando os dados de pesquisa realizada pela FLSCSO em 1993 sobre mulheres Latinoamericanas, Heleieth Saffioti e Suely Almeida (1995, p.80) comentam sobre a disparidade salarial entre homens e mulheres e o que isso representa em caso de separações, quando a mulher, independente de poder aquisitivo, passa a viver em piores condições econômicas e, geralmente com seus filhos.

⁹ Ver Heleieth I. B. Saffioti e Suely Almeida, Violência de gênero: poder e impotência, Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

¹⁰ Ver Ricardo ANTUNES, Os sentidos do trabalho, São Paulo: Boitempo, 1999.

Se este curso citado pelas autoras realmente vem se confirmando, podemos inferir que isso possa dificultar o engajamento das mulheres, principalmente as das classes que vivem do trabalho, em qualquer iniciativa de gestão popular. Por outro lado, estas têm ampliado seu campo de atuação social e, portanto, estabelecendo uma relação mais complexa com o mundo, captando, dessa forma, novos componentes da realidade social. Talvez a escola possa se adequar a essas transformações e traçar estratégias que estimulem a participação popular e sugerir encontros aos finais de semana, por exemplo.

Quem sabe o caminho para as mulheres superarem as amarras domésticas seja transformar em política suas atuações públicas mesmo que, inicialmente, identificadas com a divisão tradicional dos papéis.

E talvez o poder público, por meio de gestões progressistas, possa dar sua contribuição à democracia real, entre outras ações fomentando a participação política efetiva de seus concidadãos.

O Partido dos Trabalhadores, que tem se notabilizado por apresentar propostas políticas que enfrentem a discriminação a determinados segmentos sociais, tem, desde o seu início, presenciado organicamente a luta das mulheres. O feminismo encontrou eco dentro do Partido desde o momento de sua estruturação. Segundo Tatau Godinho (1998), uma das primeiras palavras de ordem das mulheres dentro no PT era: “*Não há socialismo sem feminismo*” (p.15). A autora revela ainda que o Partido, valendo-se da vitória em 36 municípios em 1988, ampliou sua elaboração de política municipal incluindo entre suas preocupações o desafio de políticas públicas relativas às mulheres. O Partido elaborou sua primeira proposta partindo de uma avaliação crítica da experiência dos vários Conselhos da Mulher, criados, principalmente, pelos governos do PMDB.

Ivete Garcia (1998) enumera as políticas desenvolvidas pela então criada **Assessoria dos Direitos da Mulher** na Prefeitura do Município de Santo André, na gestão 1989-1992: as preocupações concentravam-se em políticas urbanas, políticas habitacionais, combate à violência, educação, transporte e participação popular. A autora afirma, ainda, que durante os quatro anos de governo houve uma significativa contribuição na estruturação do movimento de mulheres:

“Foram feitos vários trabalhos nas comunidades, o que resultou no fortalecimento das ações locais e contribuiu para a existência de um amplo fórum de mulheres e o surgimento e consolidação das suas organizações, entre as quais veio a constituir-se a Fé Menina – Movimento de Mulheres de Santo André.”

É preciso que haja uma grande mobilização e sensibilização em relação à causa das mulheres, pois, enquanto houver qualquer espécie de dominação de um grupo social sobre outros, estaremos distantes de uma sociedade fraterna, justa, livre e, de fato, democrática.

• Recebido em 22 de fevereiro de 2002.

• Aprovado em 12 de setembro de 2002.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASTELARRA, J. (1987). La cultura política de las mujeres. In: LECHER, Norbert (org.). *Cultura política y democratización*. (pp. 149-168). Buenos Aires: Clacso.
- AVANCINE, S. L. (1990). *Daqui ninguém nos tira: mães na gestão colegiada da escola pública*. Dissertação de Mestrado em educação. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- CAMPOS, M. M. M. (1991). As lutas sociais e a educação. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, nº 79, p. 56 - 64, nov.
- _____. (1985). Escola e participação popular. In: MADEIRA, Felícia R. & MELLO, G. N. (org.). *Educação na América Latina: os modelos teóricos e a realidade social*. (pp. 81-114). São Paulo: Cortez/Autores Associados.
- CARDOSO, R. C. (1987). Leite. As mulheres e a democracia. *Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, V. 2, p. 287-304.
- CARVALHO, M. P. de. (1991). *Uma identidade plural: estudo de uma escola pública na região metropolitana de São Paulo*. Dissertação de Mestrado em educação. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- GARCIA, I. (1998). Gênero e políticas públicas municipais. In: BORBA, A.; FARIA, N. & GODINHO, T. (Org.). *Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Perseu Abramo, p.173-188.
- GODINHO, T. (1998). O PT e o feminismo. In: BORBA, A.; FARIA, N. & GODINHO, T. (Org.). *Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. (pp.15-32). São Paulo: Perseu Abramo.
- GRAMSCI, A. (1991). *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 8ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- LESSA, S. (1996). A centralidade ontológica do trabalho em Lukács. *Serviço Social & Sociedade*. Ano XVII, n.52, p.7-23, dez.
- LUKÁCS, G. (1997). As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. *Ontologia social, formação profissional e política*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social/PUC-SP/NEAM, n.1, p.8-44, maio.
- PARO, V. H. (1995). *Por Dentro da Escola Pública*. São Paulo: Xamã.
- SAFFIOTI, H. I. B. (1976). *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes.
- _____. & ALMEIDA, S. S. de. (1995). *Violência de gênero: Poder e Impotência*. Rio de Janeiro: Revinter.
- SARTI, C. A. (1989). Reciprocidade e hierarquia: relações de gênero na periferia de São Paulo. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, nº 70, p. 38-46, ago.

- SPOSITO, M. P. (1993). *A ilusão fecunda: a luta por educação nos movimentos populares*. São Paulo: Hucitec/Edusp.
- VIANNA, C. P. (1992). *O sonho que nos move: mães de alunos do Movimento Estadual Pró-Educação na luta pela melhoria do ensino público*. Dissertação de Mestrado em Educação. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

O sujeito social entre o indivíduo e o ator em Alain Touraine

The social subject between the individual and the actor in
Alain Touraine

Paulo Henrique de Queiroz Nogueira★

pauloqn@uol.com.br

Resumo

Alain Touraine busca, em diálogo com o pensamento contemporâneo, traçar uma análise dos novos fenômenos por que passa o mundo após a segunda grande guerra. Criticando as postulações teóricas que hipertrofiaram o sujeito e a racionalidade técnica, Touraine reafirma a necessidade de se pensar a relação entre subjetividade e racionalização, duas das dimensões marcantes da gênese da modernidade, e compreendê-las sob uma nova roupagem visto ser nesse tensionamento que o sujeito se gesta na ação do indivíduo como ator social. Equacionando, desta forma, a instauração de uma sociabilidade na qual se atenuem os particularismos dos comunitaristas e os universalismos das utopias modernas — duas posições aparentemente contrárias entre si, mas que podem vir a afirmar o totalitarismo no campo da política.

Palavras chaves

Modernidade, Alain Touraine, Subjetividade, Ator Social, Totalitarismo

Abstract

Alain Touraine seeks, in a dialogue with contemporary thinking, spin an analysis of the new phenomena through the world passes after the Second World War. Criticizing the theoretical postulations that hypertrophies the subject and technical rationality, Touraine reaffirms the need of regarding the relationship between subjectivity and rationalization, two key dimensions in the genesis of modernity, and understand them under a new dressing seen within that tension that the subject is generated in the action of the individual as a social actor. Equating, in this manner, the installation of a sociability in which are attenuated the particularities of the communitarians and the universalisms of modern utopias — two

★ Mestre e doutorando em Educação na Universidade Federal de Minas Gerais

NOGUEIRA, P.H. de Q. (2003). O sujeito social entre o indivíduo e o ator em Alain Touraine. *Psicologia Política*, 3(5), 141-156.

positions apparently contradictory on to the other, but that can in fact come to affirm totalitarianism in the field of politics.

Keywords

Modernity, Alain Touraine, Subjectivity, Social Actor, Totalitarianism

Introdução

O sujeito se encontra na ordem do dia nas ciências sociais. O anúncio de sua morte e a afirmação de sua existência são tematizados em diferentes obras no decorrer dos últimos anos. Esse anúncio do sujeito no foco das preocupações dos cientistas sociais torna a temática da subjetividade relevante para se pensar a relação entre indivíduo e sistema social.

Alain Touraine é um desses autores que se debruçam sobre essa relação na tentativa de equacionar os dilemas sentidos entre os que defendem a dissolução de saídas para a subjetividade por hipertrofiá-la no interior das tematizações narcísicas do sujeito ou por atrofia-la tornando o sujeito uma vítima das marcas de dominação social. (Franssen, 1997)

Touraine busca um terceiro caminho entre Lipovetski e Bourdieu ao investigar como o sujeito se constitui na modernidade no interior da ação dos movimentos sociais na disputa dos bens simbólicos aportados pela sociedade pós-industrial. É no reconhecimento de outras tematizações do sujeito e na busca de seus impasses que reside os méritos das postulações de Touraine do sujeito gestado pelo indivíduo quando se mobiliza como ator social.

Indivíduo e sociabilidade (Pós) Modernas

Os termos modernidade e seu correlato pós-modernidade são de difícil precisão e de uso bastante extenso conforme o campo de saber que os articule. Isso nos obriga, necessariamente, a estabelecer algum recorte que nos possibilite delimitar, com alguma precisão, os seus vínculos circunscritos na dinâmica relacional interposta entre indivíduo e sociabilidade.

Do ponto de vista político, o imaginário social consagrou a Revolução Francesa como o grande divisor de águas entre a modernidade e o medievo. As palavras liberdade, igualdade e fraternidade ressoam nas modernas sociedades ocidentais como a consagração do conjunto de direitos de proteção aos indivíduos que, contra a corporação de castas medievais, permitiriam a mobilidade social, a livre organização política, a representatividade dos cidadãos a se alternarem no poder, a democratização das igualdades de acesso à riqueza produzida.

Sucederam-se, entretanto, a partir do século XIX, diferentes críticas ao papel desempenhado na modernidade pelo Estado liberal-democrático. Marx e os marxismos, como o conjunto do movimento operário, apontaram limites aos modelos então existentes de democracia e defendiam alterações profundas na gestão do Estado, como sua ulterior extinção, para que a liberdade política fosse aprofundada na igualdade e fraternidade social inexistentes nas nascentes sociedades industriais.

O liberalismo político e o socialismo marxista, entretanto, apesar de possuírem posições distintas quanto às concepções propugnadas de sociedade, vinculam-se a modernidade por afirmarem o uso emancipatório da Razão a se sobrepor às exigências de um Deus *ex-machina* tão a gosto da tradição metafísica em determinar o lugar e o destino do humano.

Touraine (2002) aponta essa questão ao afirmar que a idéia de modernidade prende-se a uma cosmovisão que, por um lado, fundamenta o triunfo da razão sobre as sombras e trevas da ignorância e, por enfatizar o sujeito como novo horizonte explicativo do mundo e do lugar do humano, faz emergir o indivíduo como pedra de toque da sociabilidade; por outro lado, reafirma, perante a liberdade humana e a emergência do indivíduo, a necessidade de se pensar a convivência dos homens em sociedade e quais os ordenamentos sociais passíveis de existirem na regulação da vida social.

A modernidade, fundada pelo cogito cartesiano, já encontra-se, portanto, atravessada pela emergência do indivíduo abandonado a sua própria sorte. Os contratualistas, ao buscarem coadunar liberdade individual à organização social, apenas buscam equacionar essa tensão moderna tematizando dispositivos sociais heterônomos operados por indivíduos autônomos.

Hobbes, Locke e Rousseau estavam atentos a essa dilemática e tentaram, sob diferentes roupagens, resolver a questão que se apresentava ao pensamento de então. O contrato a garantir o aceite de uma norma social buscava configurar relações de consentimento nas quais os homens consensuam uma ordem social a substituir a ordem natural perdida.

O surgimento dos direitos naturais, então, torna-se um apanágio teórico-prático a corrigir e dar positividade ao individualismo do sujeito moderno, pois, sem direito natural a reconhecer o indivíduo como sujeito autônomo e investido de consciência, o homem estava fadado a luta fratricida de todos contra todos.

A razão, nesse sentido, além de promover e adequar a liberdade individual à vida social, vem a amparar o surgimento da ciência moderna e da técnica como promotoras dessa liberdade coadunada à felicidade e à abundância de riquezas materiais.

Esse ideal de conjugar racionalidade política à racionalidade tecnológica como promotoras do bem-estar social ocorre apenas após as duas Grandes Guerras. O século XX assiste a consolidação do modelo democrático liberal e das experiências socialistas nos quais os Estados, sob diferentes roupagens, diversificaram o aprofundamento dos direitos sociais e políticos, como também, assentado na produção em larga escala proposta pelo modelo taylorista-fordista de organização da produção, possibilitaram o aumento exponencial da riqueza material, como de sua distribuição através de uma melhor remuneração propiciada pelo trabalho standardizado e por políticas intervencionistas no mercado. (Hobsbawm, 1995).

Atinge-se o apogeu da civilização ocidental que, em nome da razão e da racionalidade emancipatória, promove o afastamento das barreiras naturais e a construção de uma cultura do ideal de progresso a penetrar as esferas da vida e a naturalizar o uso de uma racionalidade tecnicizada. Habermas (1997) aponta esta tensão entre ciência/técnica e “mundo social da vida”, no qual se cria uma disposição cientificamente racionalizada a inscrever e restringir o mundo da vida às esferas da economia e da administração.

Vive-se, paradoxalmente, após a carnificina de duas Grandes Guerras e de seus campos de extermínio, a idade de ouro do Capital e da garantia dos direitos (Nogueira, 2000). E a democracia liberal moderna, que em seu nascedouro assenta-se no respeito ao direito individual, vê, após a Segunda Guerra Mundial, intensificar exatamente o seu oposto ao configurar uma democracia baseada, não na soberania individual, mas na ação de grandes grupos organizados em partidos políticos, sindicatos e corporações.

Esse paradoxo põe sob crítica as promessas da modernidade, pois, pouco a pouco, percebe-se a intensificação, em nome da realização da liberdade, das formas de controle das organizações sob os indivíduos que não mais se sentem senhores de seus atos — de Big Brother à Matrix desenha-se uma concepção de que somos todos vigiados e nossa subjetividade se vê esquadrinhada.

A modernidade é posta sob suspeita pela intelectualidade que cunha expressões as mais diversas para pensar o mundo contemporâneo. São os termos globalização e pós-modernidade, entretanto, os que mais se generalizam nos livros de divulgação, como em periódicos de grande circulação. Para alguns autores, esses dois termos se equívalem (SILVA, 1992), para outros, apesar de haver relações intrínsecas, há predominâncias diferentes quando se fala de globalização e de pós-modernidade.

Brünner (1998) elabora um esquema, abaixo transcrito, que nos ajuda a compreender as várias facetas e os inter cruzamentos do que se denomina pós-moderno e como esse esquadrinha as interações entre o econômico e o político na reinvenção da democracia e da formação da identidade nacional.

Revolução nas comunicações	C	Pós-modernidade		D	Democracia
		B			
		(4)	(3)		
		(1)	(2)		
		A			
		Capitalismo industrial			

Os eixos vertical (A/B) e horizontal (C/D) relacionam os pólos diferenciados responsáveis pelas recentes transformações ocorridas na contemporaneidade. Esses eixos esquadrinham campos distintos que podem, didaticamente, serem separados em quatro quadrantes: na confluência dos coordenadas A e C, **primeiro quadrante**, situa-se a incorporação das novas tecnologias comunicacionais e de processamento de informações na reorganização do capitalismo industrial; **no segundo quadrante**, interseção das coordenadas A e D, o impacto dessas transformações no mundo político com a flexibilização de direitos sociais e civis capitaneados pelos apelos do neoliberalismo; o próximo **quadrante de número três**, localizado no intercruzamento das coordenadas D e B, situa a emergência de novas concepções de sujeito advindas da fragmentação do homem moderno posto pela crítica pós-moderna; e, **no quarto quadrante** restante, localizado no encontro das interfaces B e C, discriminam-se as múltiplas manifestações culturais que nascem da incorporação pela *mass media* e pelas vanguardas artísticas, das novas tecnologias de gravação, edição, editoração e comunicação de imagens e dados.

Esse panorama serve para demonstrar o quanto são vastas as transformações pelas quais passa o mundo contemporâneo. Deve-se, portanto, mais uma vez, recortar o foco e centrar a discussão na relação dessas alterações e de seus impactos na constituição do indivíduo na contemporaneidade.

Em todos esses quadrantes é possível perceber alterações significativas que influenciam, substancialmente, os modos de vida do homem contemporâneo e nos quais o convívio com as incertezas se faz sentir ante a fragilidade das promessas contidas na modernidade.

- No quadrante um, as alterações produtivas promovem, via incorporação de equipamentos “inteligentes” — flexibilização do processo produtivo, novas demandas educacionais de profissionalização e qualificação da mão-de-obra — o fim da idéia de uma carreira profissional única e, em nome da polivalência e multifuncionalidade, busca-se engajar a subjetividade do trabalhador na execução do trabalho;

- No quadrante dois, as políticas neoliberais promoveram, em nome de ajustes favoráveis ao dinamismo do mercado, a retração de direitos sociais conquistados desde o estabelecimento do Estado de Bem-Estar Social: a precarização da contratação da força de trabalho, a desregulamentação do mercado de trabalho, a privatização de empresas públicas e, em alguns casos, até de serviços essenciais de atendimento à população;

- No quadrante três, emerge uma nova concepção de homem na qual a identidade do sujeito racional cartesiano é contestada. Em seu lugar, advoga-se uma multi-referencialidade para se compreender o sujeito. Pensa-se o homem a partir de seus pertencimentos culturais e de sua multiplicidade identitária;

- No quadrante quatro, as vanguardas estéticas se vêem descentradas de seu papel

contestador, pois a velocidade em que se consomem imagens, como a facilidade de acesso às novas tecnologias, tornam o belo uma encenação, um espetáculo para consumo. Há um esvaziamento da arte, como há um esvaziamento do papel emancipatório da ciência.

Esse quadro teórico-prático traz em seu interior uma descrença sobre o mundo moderno e as promessas revolucionárias e, concomitantemente, traz o retorno do sujeito que se torna novamente tema das teorias preocupadas com essas alterações ao por em cena novas alternativas sociais frente a crise da subjetividade.

Constituição e crise da subjetividade

A questão do que é o homem não é nova na história do pensamento, pois não é nova a condição humana. O tratamento eminentemente moderno conferido a essa questão é que traz para a boca de cena a constituição do humano que se pensa como senhor de si, como sujeito. As soluções anteriores dadas à questão do humano, protomodernas como nos diz Touraine (2002), estão aquém da constituição do sujeito por se encontrarem anteriores a uma compreensão do homem a partir do próprio dilema que este se impôs quando inicia a aventura de pensar a si e ao mundo tendo como anteparo a sua autode-terminação como ser social e histórico.

O sujeito cartesiano define essa ruptura, esse corte. Como diz Taylor (1997), a viragem da modernidade assenta-se no projeto cartesiano de fundar um corte entre a razão substancial e razão procedimental. Essa última, disposta pelo rigor de um discurso sobre o método, instrumentaliza o homem a se afirmar como sujeito de si e consciente do mundo a ser compreendido.

Nesse sentido, racionalidade e subjetividade emergem como instâncias mediadoras da modernidade e tensionam a relação entre individualidade e sociabilidade que demarcará o mundo contemporâneo. Por isso a modernidade inaugura a diferença entre ator e sistema, mas o faz muitas vezes em uma posição essencialista que atribui à subjetividade ou às instituições sociais uma totalidade fechada em si e refratária a historicidade.

Os contratualistas, por um lado, ao preservarem os direitos naturais como esteio de legitimidade da vida social, fazem perpassar em meio a sociabilidade um fio naturalista e essencialista a determinar a conduta humana e a resguardar a racionalidade de suas relações; os cientistas sociais, por outro lado, ao criticarem as robsonadas dos contratualistas e proporem um modelo social no qual a regras sociais são anteriores à existência do indivíduo, provocam uma identificação do sujeito com o sistema social que se torna depositário das crenças e valores dos indivíduos (Dubet, 1996; Touraine, 1996).

No interior da própria modernidade, portanto, nunca foram tranqüilas as posições teóricas tomadas nesse debate. A tensão entre racionalismo e subjetivismo permanece sob várias aspectos por ter que conjugar subjetividade individual e organização social.

Touraine caracteriza a gênese histórica dessa tensão na contraposição entre duas lógicas distintas que atravessam a dinâmica existente entre racionalismo e subjetivismo: o *capitalismo* e o *espírito burguês* – a primeira busca dar ênfase aos aspectos ascéticos que promovem uma vida altruísta e organizada em torno do trabalho, da poupança e do sacrifício expresso pela ética calvinista-luterana e, portanto, de uma vida disposta ao comunitarismo; a segunda expressa-se na consciência que o homem tem de si e de suas preocupações amorosas acerca da vida e de suas realizações pessoais que buscam conferir-lhe felicidade e, portanto, o retraem da vida comunitária e o conduzem a um auto-centramento egóico.

Entre *racionalismo-subjetivismo* e *capitalismo-espírito burguês* se estabelece um interjogo de possibilidades que conduzem a modernidade a um esgotamento de suas possibilidades utópicas visto que, por um lado, o capitalismo se laiciza e perde as concepções mais altruístas e ascéticas de realização ética; por outro lado, o espírito burguês, anteriormente afeito a liberdade de expressão e auto-determinação do romantismo filosófico, vê-se amealhado pelo individualismo que se recompõe em torno às saídas individuais para as questões do sujeito.

São esses os sinais dos tempos que provocaram, segundo Touraine (2002), um arrefecimento da idéia de sujeito que passa a ser preterido por uma visão cientificista que erigi a competência técnica e intensificação do homem unidimensional já denunciado por Marcuse.

O Retorno do sujeito

O termo retorno não é o mais adequado por facultar o entendimento da retomada de uma posição anterior já ultrapassada. Mas não é disso que se trata, pois, o sujeito, de um ponto de vista fenomenológico, nunca deixara de existir, como, de um ponto de vista da história das idéias, ele sempre se encontra no foco das questões filosóficas, das ciências humanas e sociais. Por isso, a idéia de retorno não é de uma volta *in totum* de concepções pré-modernas, mas de uma crítica interna ao próprio conhecimento produzido na modernidade.

O retorno do sujeito não pode desconsiderar toda a crítica já elaborada pela modernidade às concepções subjetivistas e ingênuas da consciência.

Touraine (2002) retoma as teorizações de Marx, Freud e Nietzsche para compreender como se dá esse retorno do sujeito nessa nova ordem. Partindo da crítica marxista à conceituação de uma consciência transparente do hegelianismo, passando pela

rejeição nietzscheana do imperativo categórico kantiano e desembocando na postulação freudiana do inconsciente, Touraine defende não ser mais possível se pensar o sujeito como fora pensado pela tradição filosófica e sociológica.

Touraine aponta, nessa direção de crítica interna ao pensamento moderno, a necessidade de se superar três aspectos que impedem a emergência do sujeito no interior das análises sociais:

- O historicismo;
- A sociologia clássica e
- O pensamento pós-moderno.

O **historicismo** propõe uma concepção de mundo em cujos desdobramentos se identificam a revolução, o progresso e o nacionalismo. Essa tríade promove a manifestação de diferentes concepções de sociedade a serem transformadas conforme a ideologia que a preside. Tanto no ocidente, quanto no leste europeu, as sociedades revolucionárias tentaram apagar um passado de arcaísmo e inaugurar uma nova era de progresso para os que participaram de seus atos de glória e triunfo de tomada do poder.

Em todas essas concepções, o historicismo, sob a ruína do sujeito e da diversidade social, busca afirmar uma totalidade explicativa do mundo no qual o homem se vê amealhado por uma rede de mediações a criarem uma positividade na dinamicidade revolucionária na qual a vida privada se vê disposta pela vida pública – não no sentido que essa imbricação tivera em Grécia ou em Roma, mas na nova sociabilidade da sociedade industrial e seus dísticos políticos que conformam a via pública à identidade nacional e a um projeto transnacional de universalização do capitalismo e do comunismo.

A **sociologia clássica**, ao identificar o ator ao sistema social, promove um reducionismo do sujeito às configurações institucionais que as organizações assumem no interior da sociabilidade industrial. Negam o processo histórico que as diferencia e vêem a sociedade pela ótica da funcionalidade sistêmica. Essa forma de tematizar o indivíduo faz com que a sociologia clássica veja a modernidade como uma adequação da mobilidade à capacidade das organizações se alterarem, o que termina por eliminar a ação do sujeito no interior da sociedade. (Touraine, 1996) É como se os vários sistemas sociais nos quais os indivíduos estão inseridos tornassem-se indiferenciados, posto que a sociologia clássica os amalgamasse em um único e grande sistema a moldar a individualidade.

O **pós-modernismo**, por sua vez, trilhando caminhos distintos do historicismo e da sociologia clássica, dá ênfase ao estilhaçamento do sujeito que se vê eclipsado pela autonomia do indivíduo em relação aos sistemas sociais. O subjetivismo e a descrença nos processos históricos fazem com que os pós-modernos defendam uma certa regressividade social por contrapor à universalidade

do sujeito iluminista um conjunto de determinações particulares a afeitem a subjetividade contemporânea.

Calcados na defesa da particularidade, certos autores se comprometem com um estado de derisão da objetividade no qual não mais se mantêm processos sócio-interativos a mediar a constituição do sujeito e da sociabilidade. Ou a lógica do sistema se interpõe a impedir e capturar a subjetivação, ou esse processo é descolado de sua base social e perdem-se os vínculos com as interações sociais.

Essa dissolução provoca, em última análise, um retrocesso na conformação do mundo social visto que empurra o sujeito para uma fragmentação não só de si como indivíduo, mas de si como coletividade.

Entretanto, a crítica de Touraine a essas variáveis do pensamento contemporâneo não desconhecem as razões históricas que as nutrem e as explicam. Pleiteia serem essas posições um exame das formas como na modernidade cristalizaram-se os discursos em torno da emancipação humana. Sendo necessário, portanto, retomar essas apreciações e delas retirar os seus aspectos positivos, mas sem perder de vista as correções que lhes são cabidas.

Em “O Retorno do Ator”, Touraine aponta aspectos positivos presentes na crítica pós-moderna ao sujeito iluminista e a crise instalada pela rejeição dos discursos que identificavam o sentido da História com o reinado da Razão. Também aponta os limites dessas proposições por servirem, em última análise, ao favorecimento de alguns que delas tiram proveito por serem mais ricos, mais calculistas ou mais poderosos. (Touraine, 1996, 29).

Touraine postula três novas determinações que buscam recuperar o sujeito no interior das análises sociais e como recriar uma teoria social capaz de pensar a relação entre subjetivismo e racionalidade sob novas determinações:

- A historicidade,
- A sociologia da ação,
- O ator social

A **historicidade** é uma das questões mais urgentes que surgem na elaboração desse novo paradigma para as ciências sociais. É necessário sabermos se ainda temos uma História, pois é a dimensão histórica que nos faz evitar a decadência, a estagnação ou a regressão. Contra as proposições de Fukuyama, é mister retornar a uma compreensão de História que se faz sob o imperativo dos conflitos sociais nos quais distintos grupos disputam o controle sobre a vida social e, portanto, sobre as possibilidades que eles possuem de autoproduzir-se e autotransformar-se como sujeitos de suas ações.

O sentido da História se centra no postulado de que “La société se produit” (Touraine, 1973, 26). Portanto, a historicidade nada mais é do que a capacidade da sociedade de não somente possuir uma História, mas de produzir seu próprio campo

social e cultural a dar sentido as práticas dos indivíduos que se constituem como sujeitos de sua ação e modeladores desses mesmos campos em que se encontram inseridos. Campos esses que, por tecerem os sentido históricos percorridos, retomam a ruptura com a naturalização da vida social tão a gosto dos filósofos da História que, como Kant, postulam ser a Razão o fio condutor no processo histórico. Concomitantemente, rompem com o historicismo a tornar a História uma sucessão de fases decalcadas em um determinismo econômico, político ou tecnológico.

Nessas duas interpretações, a filosofia da História e o historicismo, o sentido da História encontra-se fora dela e justaposto ao mundo das idéias racionais ou das determinações materiais. Há em ambas a submissão do sujeito a uma ordem estranha e a-histórica posto que o sentido encontra-se a moldar o sujeito e a torná-lo uma derivação naturalística.

É necessário abandonarmos produtivamente esse falso impasse e retomarmos a posição marxiana de que os homens fazem a História porque dão sentido a ela. Mas devemos romper com posições marxistas que atribuem o sentido da História apenas a luta de classe e de como essa ordena os recursos materiais e simbólicos disponibilizados socialmente.

Nesse sentido, à crítica ao marxismo vem se somar a crítica à sociologia clássica que torna o sujeito uma derivação da lógica do sistema. Em seu lugar, devemos pensar uma sociologia que se assenta na ação do sujeito que dá sentido a História.

A **sociologia da ação** é postulada por Touraine como aquela que, ao se contrapor a **sociologia clássica**, repõe a dimensão do ator e do conflito em sua centralidade compreensiva dos fenômenos sociais. A sociedade não é mais a explicação do ator pelo sistema, mas, ao contrário, é o resultado dos conflitos estabelecidos pelas forças sociais que lutam para garantir o controle dos sistemas através dos quais a coletividade organiza e normatiza as suas relações com o entorno.

A sociologia da ação, portanto, preocupa-se em ver, em todas as situações sociais, os resultados das relações entre os atores que passam a ser definidos pelos sentido atribuídos por eles aos conflitos sociais. São essas orientações culturais que vão explicitar como os atores disputam posições no interior dos sistemas. Assim, nesses conflitos emergem o caráter político da disputa, pois se tratam de relações de poder; e seu dinamismo histórico por aportar modelos culturais que comandam as práticas sociais e as relações sociais. (Touraine, 1996, 47)

O **ator social** é a reconfiguração do sujeito moderno, pois esse confere uma outra resolução ao dilema já apontado por Descartes entre subjetivação e racionalização. É no reconhecimento dessa tensão que se encontra a possibilidade inovadora da modernidade na qual se interpõe o ator social a orientar sua ação constituidora da vida social.

Essa constituição da vida social, entretanto, não é a soma dos interesses ou desejos individuais, mas é uma disputa animada por processos subjetivos e lógicas racionais que visam o controle dos bens simbólicos e materiais constituidores dos modelos culturais. O ator social, ao convocar a subjetividade dos indivíduos e as suas identidades pessoais, desencadeia processos de subjetivação que mediam, através de ações coletivas e mobilização social, a conformação das identidades coletivas e os rumos conferidos a historicidade dos acontecimentos.

Ator social, ação e identidade coletiva

Em seu livro *Sociologie de l'action*, Touraine (1965) retoma a tradição sociológica para melhor definir o que seja uma sociologia que se funda na ação social e como exatamente essa ação se caracteriza.

Em Marx, Touraine retorna ao conceito marxiano de trabalho e a sua teorização da centralidade do ato laborativo como ação intencionada a promover a humanização da natureza e socialização do homem, mas lhe critica o viés teleológico do trabalho marxiano que torna a ação social tributária de uma consciência individual a serviço de intenções sociais já antevistas por quem age – Touraine aponta uma naturalização da vida social por um excesso de objetivismo em Marx (Touraine, 1965, 50s).

Touraine utiliza-se de Weber para criticar a Marx, pois, a partir do o conceito weberiano de ação social, é que se pode pensar a ação intencionada não por um objetivo externo e já conhecido da consciência, mas uma orientação que se funda em intencionalidades subjetivas suscitadas por fins depositários de sentidos atribuídos pelos sujeitos quando convocados a agirem tendo em vista a mobilização de outros sujeitos. Também utiliza-se de Parsons e sua crítica a Weber para ampliar a noção de intencionalidade que não mais se prende a uma noção tipificada pela proposituras weberiana da intencionalidade, mas disposta na e para a vida social em seu conjunto. (Touraine, 1965, 32)

Sendo assim, a ação social, para além do reconhecimento do trabalho como atividade, centra-se na relação entre os sujeito e as lógicas dos sistemas enquanto uma dinâmica estabelecidas pelos processos de socialização nos quais os indivíduos, ao participam da vida social, significam suas práticas e as organizações sociais.

Nesse sentido, deve-se diferenciar, no interior das práticas sociais, como se estabelecem os vínculos que os sujeitos elaboram, por um lado, com os seus projetos pessoais e, por outro lado, com os projetos coletivos no qual se conformam a ação coletiva, o ator social e a ação social.

A sociologia da ação se interessa pelos projetos pessoais como uma dimensão da ação na qual se articulam a escolha dos indivíduos e a sua inserção em processos

coletivos de participação, pois, como nos lembra Touraine, as intenções individuais de uma ação só podem ser compreendidas se as relacionarmos com uma situação social definida. Essa definição, entretanto, precisa ultrapassar, em primeiro lugar, o viés psicológico que se dedica ao estudo da personalidade e, em segundo lugar, o viés funcionalista da sociologia clássica que se dedica ao estudo das interações se utilizando da noção de papel social.

Ou seja, a sociologia da ação parte do princípio de que indivíduo e sociedade não são dimensões distintas, como queriam os contratualistas ou a sociologia sartreana do existencialismo libertário (Dubet, 1996), mas também não se trata de uma identificação por completo que anula as possibilidades dos indivíduos virem a se diferenciar socialmente. Os projetos pessoais são a ancoragem dessa possibilidade de afirmação dos indivíduos como sujeitos ao estabelecerem intenções pessoais a sua ação. Porém, entre os projetos pessoais e a possibilidade desses virem estabelecer ações coletivas, há uma exigência de outros elementos que não a adequação das distintas posições a um único ponto, nem a somatória de posições individuais a estabelecer uma média que comporia a ação coletiva. (Touraine, 1995, 228 - 233)

O projeto pessoal salvaguarda o sujeito de qualquer reducionismo que o comprima apenas às situações concretas experienciadas por ele em sua vida em sociedade. E a ação coletiva, diferenciando-se do projeto pessoal, finca-se, portanto, na emergência do ator social e de ações compartilhadas em torno de identidades coletivas elaboradas pelos sujeitos.

Ou seja, o ator social elabora projetos coletivos. Isto significa que o ator não se orienta apenas pelos seus interesses mais imediatos de satisfazer carecimentos pessoais, nem pelos interesses ou exigências da ordem social, e sim pelos interesses e exigências tecidos na e pela ação coletiva.

São nas ações coletivas que se tecem e entremeiam-se os projetos pessoais e a luta por maior participação social. Sendo assim, os atores sociais, ao mobilizarem recursos subjetivos, ensejam o estabelecimento de novas subjetivações a transformá-lo de indivíduo em sujeito (Touraine, 2002, 222). O sujeito, portanto, encontra-se entre o indivíduo e o ator social e apenas o processo de subjetivação permite antever a dinâmica subjetiva que rompe com a adequação do indivíduo às normas e aos papéis sociais.

Os atores sociais, nesse processo, elaboram identidades coletivas nas quais ocorrem pertencimentos identitários que sedimentam o grupo e lhes conferem coesão social. A construção de uma identidade coletiva exige, além de um movimento de identificação, um movimento de diferenciação, pois a relação de pertencimento do grupo termina por imprimir a um outro generalizado um pertencimento distinto daquele sobre o qual se assenta o processo inicial de identificação. (Dictionnaire de la Sociologie, 1997)

É nessa formação de um NÓS distinto de um ELES que se promovem as articulações entre identidade e diferença a demarcarem o conflito dos grupos sociais pelo controle da História e dos modelos culturais que a configuram. Laclau e Zac (1994) nos chamam a atenção sobre o viés político desse embate entre as distintas identidades e vêem nele a raiz da reconfiguração do político no mundo contemporâneo, pois as disputas políticas se dão na busca de um melhor posicionamento no interior das relações sociais.

Conclusão

A torção no enfoque proposto por Touraine no trato da crise da racionalidade e da subjetividade é um diferencial com relação a outros tratamentos nas ciências sociais que invalidam uma dessas duas dimensões. Touraine aponta um terceiro caminho na busca de escapar a hipertrofia da racionalidade técnica ou da subjetividade, pois essas duas vias chegam, por diferentes caminhos, a desconsiderar a dinamicidade estabelecida na contemporaneidade entre sujeito e sistema. E fazem com que indivíduo e sociabilidade se vejam apartados ou identificados sem ater-se as tensões existentes entre essas duas dimensões da experiência humana.

É este diferencial que permite conjugar, sob nova roupagem, a luta por interesses universais que contemple a todos sem alijar as particularidades existentes em meio ao tecido social.

As perspectivas dualistas se perdem na defesa de uma particularidade não dialogada ou de uma universalidade surda às diferenças. A tematização de um sujeito que se realiza no âmbito de sua ação como ator social distancia a perspectiva touraineana dessas perspectivas dualistas. Resgata intencionalidades distintas e vivências conflitivas entre as particularidades não afeitas à uma generalidade social estranha a seus interesse — particularidades que se apresentam na variabilidade de recortes nos quais se materializam as relações sociais e que podem vir a ser compreendidas em diferentes enquadramentos: geracionais, raciais e étnicos, classe social, gênero, profissional. E, ao mesmo tempo, exige a construção de regras de convivência que supere essas mesmas diferenças para que seja possível alguma legitimidade de reconhecimento e resolução desses mesmos conflitos.

A dinâmica entre universalidade e particularidade é gestada na modernidade e se evidencia no tensionamento entre os atores sociais e na disputa de projetos e percepções diferenciadas acerca da organização social. Ou seja, é na própria concepção de democracia e de construção de um espaço público para a convivência, perspectiva determinante da modernidade, que confluem a tensão entre a universalidade e a particularidade, ou melhor, entre as universalidades e as particularidades.

O reconhecimento das particularidades provoca um redimensionamento da modernidade e de seus fundamentos universalistas. Se anteriormente a política fundamentava-se numa tematização abstrata da individualidade consubstanciada nas teorizações dos contratualistas, se ainda mais recentemente as utopias modernas do liberalismo e do comunismo entificavam um Estado do Bem-Estar Social como realização e esteio universal do político, hodiernamente, entretanto, a política investe-se de outras variáveis que buscam instalar e reconhecer a diferença e tratá-la do ponto de vista da equidade.

É inegável que ocorra, no pós-guerra, uma explosão de identidades a disputarem visibilidade no espaço público. Nas esteira dos movimentos sociais pelos direitos civis, ampliam-se os recortes que compõem a diversidade identitária dos sujeitos sociais que entram em cena como novos personagens da luta social e política.

As questões de gênero, étnica, sexuais e geracionais assumem a proa na disputa pelos bens simbólico e materiais e fazem com que a luta das mulheres, homossexuais, negros, imigrantes e da juventude, nas democracias ocidentais, demarquem os novos movimentos sociais a trazerem questões até então consideradas de menor valor.

Emerge uma concepção diferenciada do político como processo que se faz junto às determinações mais subjetivas da vida e que se realiza na interface entre o mundo privado e o público, no qual se dá a politização de questões da ordem privada que passam a ter *status* simbólico de negociação na luta pela afirmação de si. (Prado e Souza, 2001)

Entretanto, como nos chama a atenção Touraine, não é possível que, ao mesmo tempo, esse tensionamento seja levado às últimas conseqüências, pois todo o comunitarismo pode rapidamente acarretar em novas formas de totalitarismo e tornar impeditivo até mesmo a liberdade formal.

• Recebido em 20 de novembro de 2002.

• Aprovado em 09 de fevereiro de 2003.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRÜNNER, J. J. (1998). *Globalización cultural y posmodernidad*. Santiago do Chile: Fondo de Cultura Económica.
- DICTIONNAIRE DE LA SOCIOLOGIE. (1997). Paris: Larousse.
- DUBET, F. e MARTUCCELLI, D. (1996). *A l'école: sociologie de l'expérience scolaire*. Paris: Editions du Seuil.
- FRANSSSEN, A. (1997). Balises et écueils d'une sociologie du sujet. In.: BAJOIT, G. & BELIN, E. (Org.) *Contributions à une sociologie du sujet*. (pp 17 – 50) Paris: Editions L'Harmattan.
- HABERMAS, J. (1997). *Técnica e ciência como ideologia*. (Artur Mourão, Trad.). Lisboa: Edições Setenta. (Trabalho originalmente publicado em Alemão em 1968)
- HOBSBAWM, E. (1995). *Era dos Extremos: o breve século XX (1914 - 1991)*. (Marcos Santarrita, Trad; Maria Célia Paoli, Revisão Técnica). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho originalmente publicado em 1994).
- LACLAU, E. & ZAC, L. (1994). Minding the gap: the subjects of politics. In.: LACLAU, E. (org.) *The making of political identities*. (pp. 11 – 39) Londres: Verso.
- NOGUEIRA, P. (2000). *A centralidade formativa do trabalho frente às alterações na pedagogia do Capital*. Dissertação de Mestrado em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.
- PRADO, M. & SOUZA, T. (2001). Diferenciações e indiferenciações nas formações identitárias: ambigüidades discursivas nos estudos contemporâneos. *Revista Aletheia*, 13, 97 - 109.
- SILVA, T. T. (1992). *O que produz e o que reproduz em educação: ensaios de sociologia da educação*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- TAYLOR, C. (1997). *As Fontes do Self: a construção da identidade moderna*. (Adail Ubirajara Sobral e Dinah de Abreu Azevedo, Trad.). São Paulo: Edições Loyola. (Trabalho originalmente publicado em Inglês em 1989)
- TOURNAINE, A. (1965). *Sociologie de l'action*. Paris: Éditions du Seuil.
- _____. (1973). *Production de la société*. Paris: Éditions du Seuil.
- _____. (1996). *O Retorno do Actor*. (Armando Pereira da Silva, Trad.). Lisboa: Instituto Piaget. (Trabalho originalmente publicado em 1984)
- _____. (2002). *Crítica da Modernidade*. 7ed. (Elia Ferreira Edel, Trad.). Petrópolis: Vozes. (Trabalho originalmente publicado em 1992)

Graduação & Pesquisa

A presente seção intitulada (Trabalho de Conclusão de Curso CTCC) & Iniciação Científica, dedica-se a apresentar os esforços de pesquisadores em formação no nível da graduação seja ela de Psicologia, Sociologia ou outra que abra espaço para a investigação social em Psicologia Política. Neste espaço, apresentaremos Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC’s – e relatórios de Iniciação Científica – IC. Todos os TCC’s e IC’s devem ser submetidos à Comissão Editorial segundo as normas para a submissão de manuscritos publicadas neste periódico.

Em formação

Reflexões sobre o Conselho Regional de Estudantes de Psicologia (COREP-SP) e o Movimento Estudantil (ME): Uma análise a partir de 1960¹.

Reflexions on Psychology Regional Students Council/SP (COREP-SP) and Students Movement: Analysis from the sixties.

Domenico Uhng Hur★

domeck@psicosp.org

Resumo

Visamos fazer uma reflexão sobre a participação de alunos de Psicologia no ME, tendo como base as ações do COREP-SP, entidade representativa dos estudantes deste curso no Estado; e sobre a experiência relatada, em entrevista, de participantes deste Movimento e de militantes do ME dos anos 60, década em que o ME obtinha forte penetração na sociedade. **Método:** A investigação apoiou-se na Psicanálise Argentina de Bleger e Pichon-Rivière para análise e foi desenvolvida através de: depoimentos; realização de três Grupos Operativos com estudantes participantes do COREP e análise de documentos. **Resultados:** Constatamos que é inegável a importância do ME para a sociedade e para o sujeito que dele participa. Seja como pólo de resistência e expressão da sociedade contra a ditadura, como nos anos 60 ou, como grupo estudantil que atua politicamente sobre sua formação e organiza assim o Movimento. Verificamos através dos Grupos Operativos que a desmobilização, a questão do tempo disponível e a

Abstract

We intend to reflect about participation of psychology students in the student movement having as our case the actions of the COREP-SP, a organization representing the psychology students in the state of São Paulo; and about the experiences, mentioned in interviews, of participants of this movement and of militants of the student movement of the 1960s, decade in which the student movement had a strong penetration in society. **Methods:** The study is based on the analytical approach of Argentinian Psychoanalysis of Bleger and Pichon-Rivière through interviews, the implementation of three operative groups with student participants of COREP and a study of the documentation. **Results:** We found undeniable the importance of the student movement for society and for those who participate in it. Either as a point of resistance and expression of the society against the dictatorship, as in the 1960s, or, as a student group that acts politically on its formation and organizes the movement. We could verify through the operative groups that the demobilization, a question of

¹ Pesquisa de Iniciação Científica financiada pelo CNPq (PIBIC) realizada no período de agosto de 2001 a julho de 2002 no Laboratório de Estudos em Psicanálise e Psicologia Social - LAPSO, sob orientação da professora doutora Maria Inês Assumpção Fernandes.

★ Mestrando no Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Av. Prof. Mello Moraes, 1721, Instituto de Psicologia, Bloco A, LAPSO-PST, Cidade Universitária, São Paulo/SP, CEP 05508-900.

do reconhecimento do espaço possível são aspectos que trazem ansiedade ao estudante. A tensão muitas vezes é aliviada com a possibilidade de exercer uma tarefa e de uma “ideologia” (hipótese teórica sobre a construção dos grupos).

Palavras chaves

Movimento Estudantil, Psicologia, Movimento Social, Psicanálise de Grupos, Grupos Operativos

available time and the recognition of the possible space are aspects that cause anxiety to the student. The tension is many times attenuated with the possibility of exercising a task and an “ideology” (theoretical hypothesis about the formation of groups).

Keywords

Student Movement, Social Movements, Political Psychology, Group Psychoanalysis, Operative Groups

HUR, D. U. (2003). Reflexões sobre o Conselho Regional de Estudantes de Psicologia (COREP-SP) e o Movimento Estudantil (ME): Uma análise a partir de 1960. *Psicologia Política*, 3(5), 159-176.

A Universidade tem como função, além de produzir conhecimento, formar acadêmicos com conhecimentos suficientes para atuar na sociedade, ou seja, formar os estudantes que anualmente ocupam suas cadeiras. Estes não passam seu tempo na Universidade apenas com a dedicação aos deveres acadêmicos; eles se aglutinam, organizam-se e se *movimentam*. Interação politicamente e constroem suas posições e reivindicações, constituindo o chamado Movimento Estudantil – ME².

Atualmente, o ME tem uma atuação fragmentada, havendo uma dispersão nos planos: acadêmico, partidário, cultural (esportivo, etc), comunitário e até empresarial. Essa grande fragmentação na atuação faz com que o movimento se ‘enfraqueça’ e que o ME não tenha um **projeto coletivo**. Assim surgem as questões: O que é o ME? Como atua um grupo estudantil? Suas atividades mudaram no decorrer dos anos?

Levando em consideração essas questões, este artigo visa fazer uma reflexão sobre a participação das pessoas dentro do ME, tendo como base as atividades do Conselho Regional de Estudantes de Psicologia - COREP-SP³-, entidade representativa dos estudantes deste curso no Estado de São Paulo; e da experiência relatada de seus participantes e de militantes do ME dos anos sessenta, década em que o ME estava em grande

atividade e obtinha forte penetração no âmbito social. Coletamos depoimentos destes participantes, analisamos documentos e realizamos sessões de grupo através da técnica do Grupo Operativo de Pichon-Rivière para coletar as representações correntes⁴. O estudo sobre o ME ainda é pequeno e experiências de processo de construção de grupos de estudantes são ainda menores. São lacunas na informação sobre esse fenômeno.

O Movimento Estudantil enquanto Movimento Social

O ME é um Movimento Social (MS) singular que nasce da classe média da sociedade civil. Os MS são movimentos de base organizados pela população e fundam-se numa necessidade de um grupo e num desejo de transformação da realidade. Adquirem focos de atuação diversificados, sejam os movimentos que reivindicam por territórios, como o MST - Movimento Sem Terra-; por Moradia, como o Movimento Sem Teto; movimentos raciais e de gênero, como o Movimento Negro e o Movimento Feminista, respectivamente; movimentos pela promoção de saúde e saúde mental, como a Luta Antimanicomial; movimentos de categoria, como o profissional; entre uma grande variedade de movimentos. Melucci (2001) define um movimento social como uma “(...) ação

² No decorrer do artigo estaremos utilizando a sigla ME para nos referir ao Movimento Estudantil.

³ Estaremos utilizando a sigla COREP-SP para nos referir ao Conselho Regional de Estudantes de Psicologia-SP.

⁴ Realizamos cinco entrevistas, sendo duas com participantes dos anos 60 e as outras três com participantes do COREP. Realizamos três grupos operativos com o COREP e analisamos documentos desta entidade.

coletiva cuja orientação comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica a ruptura dos limites de compatibilidade do sistema ao qual a ação se refere” (p.35).

Geralmente, nos MS, o conflito é desvelado na presença de uma crise, que pode ser motivada por carências no plano material, como a falta de moradia, alimentação, condições de trabalho; tais são as reivindicações que refletem as condições precárias da situação dos pobres, mais carente de recursos. Já no ME, a atuação se dá na esfera da reprodução cultural, no plano da cultura e da expressão, sendo que muitos dos participantes pertencem à suposta classe dominante⁵. Ninguém está no ME por ‘ter fome’, ou por ‘não ter onde morar’, existe uma singularidade no ME, no qual o conflito é de natureza institucional, do conflito da relação do estudante *versus* opressão do Aparelho Educacional. Atualmente, o ME encontra-se desarticulado, mais ligado às questões administrativas e afastado da atuação “expressiva” de seu passado, então porta-voz da sociedade civil em meados de 60 e 70. De certa forma, o movimento perdeu parte de seu sentido após o fim da ditadura, tendo assim, de reformular sua atuação.

E como não é um fenômeno isolado da sociedade e está enraizado nela, os acontecimentos político, jurídico, social e

cultural influem de modo marcante, tal como marcou os outros MS. Porém, o ME atualmente apresenta um “fechamento” em relação à problemática da sociedade e dos demais MS, com raras exceções.

I - Anos sessenta: Anos de sonho e destruição

Para fazer a reflexão sobre o ME, julgamos necessário reconstituir o período em que o movimento adquiriu grande importância social e marcou a História brasileira: os anos sessenta. Período de ‘sonho e desejo’, como coloca um estudante da época:

“(...) vem a posteriori da Revolução Chinesa, da revolução Cubana, importantíssima para a América Latina. Está em plena guerra no Vietnã, então a gente torcia com as poucas notícias, que eram censuradas, a gente torcia para o Vietnã derrotar os Estados Unidos e havia um movimento no mundo inteiro muito grande de lutas (...) a primavera de Praga, o Maio de 68 na França, a juventude também no México. Esses anos de 66, 67, não só no Brasil, como em outros países como França, México, no Leste Europeu, foi uma época muito interessante do ponto de vista mundial” (Bucchioni⁶, depoimento, 2002: 3).

Não só havia o forte contexto político, como também havia ‘revoluções’ culturais e sexuais, como o Cinema Novo de Glauber Rocha, o Tropicalismo e o

⁵ No Brasil, para chegar à Universidade Pública (de onde provém a grande maioria das pessoas que formam o ME) é necessário um grande investimento financeiro em escolas privadas e cursos pré-vestibulares para conseguir uma das vagas nos concorridos vestibulares das Universidades públicas, tendo em vista o estado lastimável da Educação Pública do ensino fundamental e médio do país. Então, os alunos sem recursos saem muito desfavorecidos nesse processo.

⁶ Participante do ME nos anos 60. Foi depoente de nossa pesquisa e autorizou o uso de seu nome real.

advento da pílula anticoncepcional. O desejo de transformação da sociedade, 'liberdade' e Revolução eram expressos em diversos âmbitos da experiência pessoal.

Em 64, o General Castelo Branco e os militares dão o Golpe de Estado e tomam o poder. Época que marca a ditadura militar e o maior período de repressão registrado na História da República do Brasil. O Movimento Operário e Estudantil são desmantelados. A UNE – União Nacional de Estudantes – é extinta, tem a sede destruída e as lideranças estudantis perseguidas, sendo presas ou exiladas. Os Centros Acadêmicos (CA's) são extintos e substituídos pelos Diretórios Acadêmicos (DA's), sujeitados à Instituição Universitária e à ditadura. Tenta-se acabar com a autonomia estudantil.

Iavelberg⁷ relata:

“Em 64, toda a esquerda que existia foi desmantelada, foi presa, foi exilada; o Movimento Operário se fechou e só a partir de determinado momento, o ME começou a se reestruturar; se reestruturou mais rápido que o movimento sindical e como era um movimento de classe média, que tinha mais possibilidades de se manifestar, se juntou com outros movimentos de classe média, que era o pessoal de teatro, o pessoal de música e faziam um tipo de oposição” (depoimento, 2002: 1).

A repressão da ditadura não foi suficiente para acabar com o sonho de transformação. O ME se rearticulou rapidamente e continuou a realizar seus Congressos Políticos e atividades, escondidos do aparelho repressivo do Estado.

Assim, *“(...) nos anos 60 o pólo de ressonância da política brasileira, das contradições de classe, era o movimento estudantil, assim como nos anos 70 o pólo de ressonância se transfere para o movimento operário. O movimento estudantil passou a desempenhar um papel preponderante na política brasileira: um sismógrafo das oscilações produzidas pelo conflito capital e trabalho”* (Betto, 1988: 138).

Em 1966 e 67 a UNE realizou seus Congressos, ocultos em conventos de frades dominicanos. O Congresso de 67 *“(...) acabou tendo barricadas na estrada. O pessoal que ia chegando em Belo Horizonte tinha que descer do ônibus, tudo que era estudante era obrigado a retornar. Alguns chegaram a ir, foi um Congresso semi-representativo, porque a ditadura cerrou, houve o Congresso, mas com muito menos gente”* (Bucchioni, depoimento, 2002: 2).

O ano de 1966 *“(...) marcou a história educacional brasileira. Brasil e Estados Unidos assinaram o acordo MEC-USAID, que imprimiu, ao ensino brasileiro, um caráter mais técnico que humanístico”* (Medina, 1989: 119), semelhante ao modelo de educação americano, que direciona mais a uma formação técnica do que crítica. Mais protestos e insatisfações dos estudantes.

O auge de 68 e a rua Maria Antônia

O histórico ano de 68 foi o auge das agitações políticas no Brasil e do mundo todo; como o maio de 68 na França. A Rua Maria Antônia foi marco de violento

⁷ Idem.

confronto entre a esquerda e a direita da política estudantil brasileira e era onde se localizava a antiga Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e do outro lado, a Universidade Presbiteriana Mackenzie. Antes do conflito, era uma rua conhecida pela grande discussão acadêmica e política que existia, tanto pelos grandes nomes da academia, como pela intensa mobilização política. Havia intelectuais e grupos de esquerda na USP; como a AP (Ação Popular), a JUC (Juventude Universitária Católica), a Polop (Política Operária), entre outros. Já no Mackenzie encontravam-se membros de grupos de extrema direita, como o Comando de Caça aos Comunistas- CCC⁸ -, a Frente Anticomunista- FAC- e o Movimento Anticomunista- MAC -.

Sader descreve a atmosfera deste fatídico ano:

“E aí veio 1968, ano da paixão e morte da Filosofia da rua Maria Antônia. Ano convulsivo em que se sucediam rapidamente acontecimentos que pareciam anunciar a guerra para a qual nos havíamos preparados. O ano escolar começou com a notícia da morte do estudante⁹ pela PM no restaurante estudantil do Calabouço, no Rio. E veio a greve dos metalúrgicos em Contagem. E a explosão da revolta estudantil em Paris¹⁰. E a marcha

dos cem mil no Rio¹¹. E o 1º de maio na praça da Sé, em que a militância estudantil somou-se às oposições sindicais para escorraçar o governador Sodrê do palanque. Assim eclode o movimento na USP e a Filosofia da Maria Antônia será ocupada pelos estudantes. E se constituirão comissões paritárias com os professores e faremos cursos paralelos. Em agosto, quando os metalúrgicos de Osasco entram em greve, as lideranças circulam pela Maria Antônia e dela saem grupos para apoiar o movimento” (1988: 166).

A contradição entre a esquerda e a direita estudantis não foi superada pelos muros que separavam as duas Instituições; freqüentemente havia conflitos e brigas físicas entre os grupos divergentes. E é neste contexto que estoura o conflito entre estudantes da USP e do Mackenzie, em outubro de 68.

“De repente o pessoal do Mackenzie joga ovos nos alunos da Filosofia que cobram pedágio para recolher dinheiro para o Congresso da ex-UNE, e a rua se esvazia. Agressões, discursos inflamados e xingamentos. Às 12h daquele dia 2, a intensidade da batalha aumenta: paus, pedras, bombas Molotov, rojões e vidros cheios de ácido sulfúrico cruzam os poucos metros que separam as duas faculdades” (Medina, 1989: 21).

O conflito adquire proporções tão violentas que saem dezenas de feridos e a morte de um estudante secundarista que lutava ao lado dos estudantes da USP.

⁸ O CCC: Comando de Caça aos Comunistas, agrupamento paramilitar de direita que atuava com cobertura de setores da polícia política. Reportagem da época feita por O Cruzeiro cita entre os seus membros que teriam comandado o ataque à USP: Raul Nogueira Lima (o Raul Careca), João Marques Flaquer, Francisco José Aguirre Menin, **Boris Casoy**, Raffi Kathlian (que aparece em plena ação em fotos feitas por uma fotógrafa da Folha da tarde) e outros (Santos, nota de rodapé, 1988: 164, grifo meu).

⁹ O estudante secundarista Édson Luís de Lima Souto. Seu assassinato gerou muitos protestos e manifestações contra a ditadura e a repressão.

¹⁰ O histórico maio de 68 de Paris.

¹¹ Passeata contra a repressão, comandada por organizações estudantis proibidas, como a UNE.

“No dia 3 de outubro eu não fui até a Maria Antônia. Quando cheguei à esquina da Rua da Consolação vi os sinais do que acontecera e fui então sendo informado dos detalhes do seu martírio final. Do estudante morto; dos colegas que ficaram no prédio; dos soldados da Guarda Civil e da Força Pública defendendo o prédio do Mackenzie e edifícios vizinhos, de cujos tetos um bando do CCC disparava com espingardas e revólveres; da reitora do Mackenzie estimulando os grupos que destruíam a Filosofia; do secretário de Segurança destratando os professores da USP que foram pedir providências; do fogo final e da invasão do prédio” (Sader, 1988: 165-6).

A derrota dos estudantes da USP representou o declínio do sonho de liberdade e Revolução dos grupos estudantis de esquerda. O inimigo não só estava fora; também estava dentro do ME. A Universidade foi cercada e invadida pelos estudantes da ultra-direita, reforçados por um contingente militar armado.

Ainda assim, com a derrota da esquerda no conflito da Maria Antônia e abatimento do sonho revolucionário, foi organizado um Congresso da UNE em Ibiúna, São Paulo, o qual não termina, devido à invasão da polícia militar e do Departamento de Operações Políticas e Sociais - DOPS-. Todo mundo foi detido e as lideranças do ME ficaram encarceradas. O CRUSP - Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo-, centro de mobilização política, também sofre uma invasão e mais estudantes são presos.

Para coroar o extremo da opressão, sai em dezembro o Ato Institucional

nº 5- AI-5-, que institucionalizava e legalizava a repressão. *“Permitiu o fechamento do Congresso, a cassação de mandatos, e para efetuar essa repressão política permitia a suspensão do habeas-corpus em casos de crimes contra a segurança nacional”* (Ribeiro, 1998: 79).

Muitos estudantes, professores e militantes foram cassados, exilados e aposentados devido à intensa repressão.

“O AI-5, não só o ME, tudo, tudo o que havia que dava para respirar um pouco da oposição; o teatro, a imprensa, o AI-5 acabou com o pouco de liberdade que a ditadura deixava ter brecha, o AI-5 acabou tudo, o AI-5 acabou tudo. Tinha censura violenta à imprensa, à rádio, TV, censura total, qualquer coisa você podia ser preso. Você podia ser preso de uma maneira muito mais fácil que eles prendiam antes, não tinha mais burocracia para prender as pessoas e coincidiu, no caso do ME, que as lideranças, além de ter mais repressão, as lideranças ou foram presas, ou foram para a clandestinidade e começaram a participar da luta armada. Aqui em SP, a maioria dos líderes estudantis que participavam, no final da década de 60, década de 70, ou foram presos e depois quando foram soltos foram para o exterior; no caso dos mais conhecidos, tipo o José Dirceu em SP e um rapaz que era conhecido como Travassos, que era presidente da UNE (...) Como o pessoal da luta armada foi todo dizimado praticamente, não tinha quem voltasse e fizesse ME. Então o ME com tudo isso caiu num refluxo” (Iavelberg, depoimento, 2002: 2).

No contexto dessa repressão, o ME se esvazia e se desarticula, então aos estudantes militantes restava: ou a resistência clandestina e ou a luta armada, ou a desmobilização e fim de atividades.

A atuação clandestina e o exílio

Com a grande violência imposta pelo Aparelho repressivo da ditadura, grande contingente estudantil, para continuar com sua luta e militância, partiu para a guerrilha armada, de influência cubana, com o fim de lutar contra a repressão militar. Assim, o número de participantes do ME diminuiu drasticamente e muitos destes aderiram à luta armada. Os grupos guerrilheiros praticavam assaltos a bancos para arrecadar fundos e seqüestros para negociar a libertação de presos políticos. Entretanto a guerrilha não conseguiu ter o êxito de um movimento de massa e acabou se tornando alvo fácil aos aparelhos especializados de repressão da ditadura. O resultado disso foi que no começo dos anos setenta, a guerrilha no Brasil foi dizimada, onde inúmeros guerrilheiros foram assassinados, torturados, presos e os que restaram foram exilados.

Nessa época, os militantes exilavam-se no Chile, pois o governo era de Salvador Allende, um socialista cristão. Pelo relato coletado, estimava-se dezoito mil brasileiros refugiados ali, na “Utopia Socialista”. No entanto, a Utopia não tinha lugar e, em 73, Pinochet dá o Golpe de Estado no Chile, massacra a resistência existente e prende todos os homens estrangeiros: *“Foi um massacre, o pessoal do Pinochet foi massacrando, massacrando e massacrando e a resistência que teve foi localizada; quem resistiu com arma foi massacrado, teve bairro que eles jogaram bomba, mataram todo mundo. E em relação ao estrangeiro, eles tiraram uma linha que*

é o seguinte: a princípio é tudo subversivo” (Bucchioni, depoimento, 2002: 8).

Encarceraram todos, cerca de quarenta mil homens, no Estádio Nacional do Chile. *“A gente ficou uns três meses presos. Fomos liberados em dezembro. Haveria um jogo no Estádio Nacional, Chile contra URSS, então tinham que desocupar. Era véspera de Natal de 73”* (Bucchioni, depoimento, 2002: 9).

Ao saírem do Chile, o exilado brasileiro era enviado para outros países, mas não para o Brasil. Acabava assim parte de uma geração de importância histórica para a política nacional, que ficou como memória e referência.

II - O COREP-SP

A solução encontrada pelo ME na ditadura foi se reunir na forma de Encontros Científicos. Com o fim do período ditatorial, o ME não se rearticulou com um projeto coletivo e a atuação surgiu fragmentada das bases. Assim, surge o chamado “Movimento Estudantil de Área”, que é um recorte do ME e tem como objeto de discussão e ação, a própria formação e as implicações políticas e educacionais nesta. O Movimento de Área se subdivide em cada curso e surgiu nos anos setenta como alternativa de reorganização do ME frente essa prejudicada situação anterior de repressões.

O ME de Psicologia ainda não tem uma grande história e tradição, sempre tendo lacunas de trabalho, tendo épocas de atividade e épocas de estagnação. O COREP, entidade representativa dos estudantes deste curso no Estado de São

Paulo, é parte de um dos fragmentos do ME, que anteriormente tinha um projeto coletivo (a luta contra a ditadura e a favor de uma sociedade livre), mas agora sofre uma multiplicidade de identidades, estruturando-se em diferentes formas organizativas, com diferentes objetivos e práticas (como salientamos anteriormente).

São Paulo é o Estado do país que concentra o maior número de estudantes e de Instituições de Ensino Superior em Psicologia e nos anos 90 ficou sem organização estudantil de área. O COREP-SP existiu nos anos 80, mas desde 90 não havia mais EREP-SP -Encontro Regional de Estudantes de Psicologia – (instância máxima dos estudantes) e a organização no Estado foi se fragmentando até o movimento regional morrer. Em janeiro de 98, o movimento ressurgiu, por incrível que pareça em Porto Alegre/RS, no EREP-Sul. Desse período para cá, o grupo teve êxito em parte da tarefa, conseguindo aumentar o número de estudantes de instituições diferentes participantes, criar uma estrutura democrática de trabalho e deliberação, posicionar-se politicamente sobre diversos assuntos (como Formação, profissionalização, etc), organizar o Encontro para a base estudantil, promover uma continuidade ao Movimento e se relacionar com outras entidades, como o CRP-06- Conselho Regional de Psicologia-; mas ainda enfrenta dificuldades, como a constante mudança de membros, a falta de verbas e a falta de uma atuação mais ampliada na base estudantil.

O histórico de atividades: O processo do grupo

No retorno das atividades do COREP-SP, ficou evidente a falta de referencial que o grupo tinha para operar. Considerando ser a primeira vez que esse grupo se encontrava, trocaram experiências de cada entidade para que se criasse uma base comum; a condição de ser *estudante de Psicologia*.

Como o grupo estava se instituindo, procurou referenciais externos para pautar a ação; buscando a informação de outros. Assim, constituiu-se o desejo de criar uma Executiva, baseada no modelo do movimento nacional, que era na forma de Diretoria Executiva, já que se desconhecia outras formas de organização, naturaliza-se assim algo que já estava instituído.

Nas primeiras reuniões, procuravam-se diretrizes para a atuação do grupo e elegeram-se as diretrizes curriculares como carro chefe a ser discutido, que era o grande tema em polêmica. O grupo não tinha regras para pautar suas ações e o caráter que o movimento tomava era a expressão direta dos interesses do grupo. Estava no momento instituinte do movimento. Era um espaço de abertura e perspectiva de crescimento.

Cinco meses depois do reinício, em Ribeirão Preto, o COREP efetivou sua primeira tarefa: redigiu uma carta repúdio ao MEC em relação às novas Diretrizes Curriculares propostas ao curso de Psicologia. Foi o primeiro documento da entidade escrito em conjunto pelos participantes, o que encheu o grupo de

orgulho. O documento foi pautado numa carta que o CFP e os CRPs escreveram sobre as diretrizes, um documento que defende um curso generalista; fica clara a influência (e filiação?) sentida pelo COREP em relação ao movimento profissional de Psicologia.

Depois de completada essa tarefa, o grupo deixou de discutir seus fins e passou a discutir seus meios; passou a dar mais importância à organização interna e à confecção do Estatuto para a entidade. Foi dada prioridade à organização, propostas de captação de renda, divulgação e relação com outras entidades. Foi um período de consolidação do Conselho, no qual representantes de instituições novas entravam no grupo.

Foram redigidas duas propostas de estatuto, pautadas sobre a proposta da ExNEP, Executiva Nacional de Estudantes de Psicologia. Reuniões longas e cansativas foram feitas em torno desta temática. Foi um período morno, no qual não houve realizações. Estava-se burocratizando o grupo e o conteúdo das discussões era a própria estrutura, o meio para realizar seu fim. Assim o grupo não realizou a tarefa. Em termos pichonianos, podemos dizer que o grupo ficou no momento da pré-tarefa, idealizando resoluções aos seus problemas, porém não conseguindo prosseguir com suas atividades.

Dessa forma, havia momentos de atividade e momentos de burocratização. Os momentos de burocratização surgiam quando não havia uma tarefa clara,

nem projeto. Nesses períodos, o grupo esvaziava, a comunicação era dificultada e a vivência afetiva também era prejudicada. Então, discutir a própria estrutura tem uma função continente, pois assegurava a existência do grupo na iminência da confusão da não tarefa.

O projeto de um Encontro - o EREP-SP

O EREP é a instância máxima do ME psi de São Paulo e conta com três faces: o político, o acadêmico e o cultural. Não se resume a um Congresso político, pois dispõe de outros espaços de vivência. A realização do EREP se deu pela necessidade do grupo em ampliar o número de participantes e tinha uma função estratégica, pois uma problemática constante é o esvaziamento e desmobilização estudantil. Assim, a realização do Encontro viabilizaria uma continuidade. E ao tomarem conhecimento das raízes e origens do movimento, aumentou-se a proximidade política (e afetiva), a identificação entre os estudantes foi tão significativa que decidiram se lançar na organização do EREP. A experiência tinha bases e fundação, o grupo recriou um passado, poderia viver o presente e estabelecer projetos para o futuro.

Com o projeto delimitado, muitas tarefas deveriam ser realizadas e o peso do compromisso e da responsabilidade começou a ser sentido. Como se tratava de um evento de grande porte era necessário um grande número de pessoas organizando. Entretanto, até então o COREP nunca

tinha tido uma tarefa desse porte. Conflitos surgiram, participantes abandonaram o movimento e o Encontro foi adiado. A gravidade da tarefa era lidar com o desenvolvimento do trabalho do grupo:

“E você só investia porque via que o outro cara do seu lado também estava investindo, então um alimenta o outro, então quando você vê que tá integrado, tá funcionando, a coisa flui mais assim. E a gente brigou pra caramba, diga-se de passagem, não é uma coisa bonita, mas isso também foi necessário, a gente aprendeu que não é só de concordância que se vive, há a discordância também e cobrar do outro, a gente teve que se cobrar um do outro em certos momentos, não gostar um do outro em certos momentos. Mas só que acho que a gente superou tudo isso, a gente se odiou em alguns momentos, mas nosso grupo continuou ligado, continuou unido e fez, ninguém tem raiva, sabe, quando a gente viu o negócio realizado, nossa, foi o auge, foi maravilhoso” (Cícero¹², depoimento, 2002: 6).

O grupo ao realizar a tarefa chegou ao grande objetivo, sua transformação e seu desenvolvimento. Dava-se mais uma volta na espiral. As desavenças e problemas provenientes da crise, do momento de desconstrução e de emergência do novo, foram superados; pôde-se estabelecer novos projetos.

O EREP aconteceu em julho de 2000 na cidade de Bauru com o tema “Reconstrução...” Era o marco de uma reconstrução de um Movimento que havia parado. Os temas das mesas-redondas discutiam a formação de Psicologia e a relação entre a Psicologia e sociedade/movimentos

sociais. O EREP foi o marco do reinício do ME psi no Estado de São Paulo, da consolidação do COREP como entidade estudantil instituída e da renovação do movimento.

Mais tarefas e não tarefas

Após o EREP, o COREP se envolveu com a temática do Registro de Especialista em Psicologia e o Exame Nacional de Cursos, “O Provão”. Houve um aumento nos quadros estudantis, entretanto nunca houve um “movimento de massa”. Alguns velhos integrantes que se formavam largaram o Movimento, outros entravam e muitos permaneceram.

Tais discussões entraram na pauta pois estavam em tramitação, sendo o Provão e o Registro de Especialista instituídos para a Psicologia no ano de 2000. A mobilização contrária do COREP, mesmo sendo expressiva e conseguindo adeptos e boicotes ao Provão, não surtiu grandes efeitos.

Em 2001, tentou-se organizar mais um EREP, tarefa não realizada devido aos desentendimentos entre COREP e sede, a falta de apoio da Universidade da cidade e ao Racionamento de Energia, conhecido como ‘Apagão’, foram fatores que inviabilizaram a realização do Encontro em Marília/SP. Com a não realização do EREP, o movimento, frustrado, caía num refluxo...

Burocratiza-se novamente e o COREP volta a discutir a Organização Interna. A não realização do Encontro

¹² Ex-participante do COREP-SP. Foi depoente de nossa pesquisa e estamos utilizando um nome fictício.

significou um esvaziamento do espaço e a cisão dos estudantes de Marília em relação ao COREP, que nunca mais voltaram às reuniões. No segundo semestre de 2001 só ocorreram duas reuniões, sendo que o normal era no mínimo o dobro:

“(...) a gente continuou fazendo reunião. E eram poucas reuniões, as pessoas nem sabiam para que COREP, Ah, porque é importante’, mas importante por que? Ah, não sei, mas é importante ir para o COREP’, mas é uma importância vazia, porque você nem sabia porque falava a palavra importante. Parece que não andava, a gente se prendia a algumas burocracias, que nossa, encheu a paciência (...) a gente passou em vez de usar nossa estrutura burocrática para um fim, passamos a discutir a estrutura burocrática. Isso tomava muito tempo da nossa reunião (...) nesse meio tempo que a gente não tinha objetivo, a gente não discutia quase nada, era uma coisa meio dispersa eu acho, achei que as pessoas não estavam centradas num ponto, era cada um levando um ponto que achava importante, mas não era um ponto comum que todo mundo achava importante, que era essencial discutir. Cada um achava uma coisa e achava que ficava meio disperso. (...) Acho que agora com o objetivo do EREP, mesmo que seja o COREP faz EREP que é meio o estereótipo que eu via alguns anos atrás, acho que é importante, porque você tem uma meta e acaba discutindo as implicações do EREP inseridas num contexto nacional de política, de educação, aí os outros pontos de pauta fazem sentido até, um sentido dentro disso tudo. Acho que precisa de uma meta” (Mark¹³, 2002, depoimento, p. 7/8).

Novamente discutia-se prioritariamente a forma do que o conteúdo. Foi o desejo de

rearticular o movimento que se elegeu como prioridade arrumar a casa: a organização interna retornou com força na pauta. É a época que se volta a discutir o estatuto, a dinâmica interna e assuntos relativos à burocracia. Novamente discutia-se os meios, visto que os fins estavam difíceis de serem encontrados. Como se discutir a organização interna e a burocracia resolvesse os problemas do COREP.

A falta de uma tarefa significativa comum fazia o grupo se perder numa espécie de indiferenciação, numa desorganização intra-grupo. Supomos que a ausência de uma tarefa implica numa dificuldade na formação de um enquadre e, para Bleger (1975), a falta de um enquadre implica numa desorganização ao grupo, pois é a parte constante que possibilita o processo acontecer, é o que dá sustentação à parte dinâmica. Na falta, há uma dificuldade maior no processo grupal.

Em 2002, as últimas atividades do COREP centraram-se na realização de um novo EREP. Novamente o grupo tinha uma tarefa e na última reunião pesquisada, em Bauru, teve até dois dias a mais de duração, em virtude da animação com a nova empreitada. Mas, qual será o rumo dessa História? Será que vai ficar no vai e vem de tarefas e burocracias?

A inexistência de tarefas e defesas às angústias

No trabalho com a técnica dos

¹³ Idem.

Grupos Operativos, que para Pichon-Rivière (1986) é o espaço privilegiado de investigação do sujeito do grupo, emergiu principalmente que a falta de tarefas comuns do grupo leva a uma burocratização aliada à emergência de questões e angústias sobre o movimento.

Uma questão que surgiu foi sobre o reconhecimento do espaço do COREP; se existia ou não, se era reconhecido e se era um espaço com fim político ou fim afetivo, no sentido de uma ‘reunião de amigos’. Outras questões são: a do tempo disponível de participação, que era escasso para maioria e a desmobilização estudantil que levava a um pequeno número de participantes.

Tais questões são acompanhadas de angústias vividas pelo grupo. Angústia explicitada nos Grupos Operativos na contradição entre crescer X morrer. Para aliviar essa tensão existente, tendia-se a se referir a uma filiação (interna ou externa), a uma ideologia intra-grupo e à negação de outras ideologias.

O COREP-SP procurou a filiação externa no CRP e referenciais no movimento nacional de estudantes. Até no âmbito da fantasia, integrantes do COREP tinham essa necessidade de filiação, por exemplo, no desejo expresso de um depoente em ter uma sede em frente à sede do CRP:

“Nossa! Eu idealizei mesmo um prédio assim para alugar, ou mesmo uma casa que tem na frente do CRP; eu fico namorando aquela casa como se fosse sede do COREP-SP, uma coisa bem simbólica

mesmo. Temos um lugar, esse é o espaço dos estudantes de SP e aberto. Não ter apenas um espaço simbólico no sentido subjetivo, mas um espaço concreto onde as pessoas podem se reunir” (Santos¹⁴, depoimento, 2002: 5).

Dentro do COREP também existe a questão da filiação interna. A estrutura de gestão é horizontal, baseia-se na auto-gestão; mas mesmo assim existe a contradição entre antigos *versus* novos, na qual os mais novos no movimento filiam-se na figura dos mais velhos, submetendo-se a eles e se tornando dependentes nas tarefas políticas. Então a esperada não hierarquização não é efetivamente encontrada.

Outra forma de aliviar a tensão sentida é se referir a ideologia do grupo. A ideologia encobre a tensão e a realidade vivida em prol de ideais. Ela reafirma a membrana grupal e o que é comum. Ao afirmar a ideologia intra-grupo, nega-se as ideologias externas. Constata-se assim uma clivagem na transferência, sendo o grupo interno o bom grupo e o grupo externo (UNE, partidos, estudantes não participantes, etc) o mau grupo.

III. Conclusões

Constatamos que é inegável a importância do ME na sociedade e para o sujeito que dele participa. Seja como pólo de resistência e expressão da sociedade civil contra a ditadura, como nos anos sessenta, ou como grupo estudantil que atua politicamente sobre sua própria formação e organiza a movimento, aglutinando membros

¹⁴ Ex-participante do COREP-SP. Foi depoente de nossa pesquisa e autorizou a utilização do nome real.

e realizando tarefas, inserido nas condições sociais-históricas existentes.

O ME é a expressão de parcela significativa da Universidade no que se refere aos problemas da Sociedade; e procura fazer essa passagem entre o conhecimento acadêmico adquirido à resolução de problemas referentes a práticas sociais, muitas delas injustamente vividas. Constatamos que a problemática de cada época pesquisada foi bastante diferente, onde se diferenciou muito a ação do movimento.

No Brasil, sob o regime da ditadura, a opção de mobilização adotada por muitos estudantes foi a luta que gerava o viver na clandestinidade; com o aumento do aparelho repressivo, para escapar da prisão e da morte, restava o exílio. Vidas foram tomadas, muitas dores foram vividas, mas o sonho de uma sociedade livre e do fim da opressão perdura até hoje. A luta dos estudantes dos anos sessenta e, por exemplo, a Luta de Maio de 68 em Paris continua sendo fonte geradora de idéias a estudantes de hoje, os quais acreditam que, através do coletivo é possível construir uma sociedade mais justa e igualitária. São marcas que ficam e que nos transmitem parcelas dessa História recheada de lutas e sonhos, fazendo o *religare* entre realidade vivida e lutas passadas, mostrando o desejo de toda uma sociedade em se livrar da opressão e manter acesa a possibilidade da *transformação* e de *mudança*. Essa luta indicou o desejo de vida contra as forças mortíferas da repressão. Foi a expressão contra o silenciamento, a liberdade contra o aprisionamento.

Atualmente, a mobilização estudantil influi em menor quantidade na política nacional, mas ainda tem importante papel para o corpo universitário; por mais que constatem sua fragmentação, ainda atua em questões sobre **Formação**, questões sociais e mantém o desejo de mudança. Soma-se a isso o fato de que é um espaço privilegiado para formação do espírito crítico do estudante e de uma construção do trabalho coletivo.

Assim, quando o estudante se “apropria” do espaço do coletivo, defronta-se com uma abertura, com a realidade recheada de injustiças e opressões. Ele tende a negar essa realidade externa, invasora, que machuca e violenta os ideais consolidados. Ao negar essa realidade hostil, pretende construir a sua própria, misto de seus sonhos, ideais e do que vivencia: cria assim sua *utopia*. Assim tenta “*ter os pés no chão e tocar a Lua*”. Não se trata mais de uma “realidade imaginada”, cria-se um espaço intermediário entre sonho e realidade, entre desejado e vivido; gera-se um espaço de trânsito, no qual há o crescimento e o des-envolvimento.

Nossa pesquisa mostra o ME como esse espaço de trânsito para os participantes que optam por esse caminho. É o espaço de abertura em tentar tornar o sonho parte da realidade. Ele se torna transicional no que se refere à passagem da auto-referência ao real, realizando as passagens entre fantasia e realidade. O Movimento é o espaço de transformação do sujeito, o intermediário para a construção da situação do mundo do ser e do devir, é o desvelar do ser-em-situação.

O ME, como espaço de transição, é tão intenso, que não se trocam apenas experiências políticas, mas aprendizagens e experiências afetivas, indispensáveis ao desenvolvimento. Por isso o seguinte fator surgiu marcadamente nos depoimentos e nos grupos operativos do COREP: a contradição entre política *versus* afetivo.

Deve-se trabalhar essa afetividade para que o grupo possa passar pelo processo. Contudo, lembramos que não se pode “desviar da tarefa” do grupo por causa do afetivo, caso contrário o grupo perde o sentido de existir; pois um grupo se reúne para fazer algo, se torna singular por esse algo a ser feito e como o faz. Por mais que exista a angústia no estar em um grupo, é importante atentar ao fim e ao projeto estabelecido.

O grupo-COREP ao delimitar os espaços políticos e de diversão dentro do período da reunião procura trabalhar com essa dupla face para que ocorram menos “prejuízos afetivos” e consiga lidar melhor com a tarefa, pois para Pichon-Rivière (1986) realizar a tarefa ocasiona uma transformação tanto afetiva quanto racional.

Concluímos também que a existência de uma tarefa, de um denominador comum ao grupo é fundamental para a existência e ação deste. Pois um projeto e uma tarefa possibilitam ao grupo construir uma base comum para que atinja seu propósito. Defendemos aqui que a falta de uma tarefa clara leva à formação de um enquadre incipiente, assim, para Bleger, o grupo não tem continência às angústias sentidas pelos membros, fazendo com que haja

indiferenciação, despersonalização, fusão (dimensão sincrética). Sem tarefa, sem ter para quê lutar, o grupo se burocratiza. Dessa forma a tarefa se torna sobreviver e manter a existência do grupo. Os meios tornam-se os fins. Bleger (1980) afirma que a tendência à burocratização tem como fim imobilizar no grupo o *sincrético*, o indiscriminado, o qual emerge na ausência de um enquadre comum e aumenta o nível de angústia vivido pelo grupo.

O grupo do ME dos anos 60 tinha um projeto bem claro: a luta contra a ditadura. Nessa luta contra a opressão, o grupo estabelecia diferentes tarefas, tendo predominância a adesão à guerrilha, tal como foi o percurso de muitos.

O COREP-SP tem o projeto de uma Formação crítica na área de Psicologia, mas encontra dificuldades em estabelecer tarefas para alcançar esse objetivo. Por causa dessa dificuldade em estabelecer tarefas, o grupo constantemente cai na burocracia, discutindo e deliberando sobre seus meios e não sobre os seus fins. Salvo os momentos em que sofria uma intrusão externa (diretrizes curriculares, Provão, Registro de Especialistas, etc) ou uma vontade interna (por exemplo: organizar um EREP) que o grupo era obrigado a se posicionar e realizar tarefas.

A ação do COREP se tornava contingente a esses problemas, que o obrigavam a trabalhar coletivamente, tal como os estudantes de 60 se organizavam na luta contra o grande mal externo, opressor, que era a ditadura. Ou semelhante aos

irmãos míticos da legendária horda primeva de Freud (1976) que se organizaram para combater o pai primevo, castrador e impositor de renúncias.

Percebemos então, que o movimento da série à organização de um agrupamento segue o princípio da defesa em relação a um mal exterior que ameaça os membros participantes. Podemos pensar o mesmo para os Movimentos Sociais, que surgem com a opressão, numa tarefa de expressão de suas necessidades e projeto por uma justiça social e melhora de vida. Os MS só existem devido a uma opressão e insatisfação existente e essa é a dialética do movimento, que se expressa com a “existência” de seu inimigo, aquele que o oprime e contra o qual se volta. Seu fim é acabar com esse inimigo, sem o qual não faz sentido existir.

Quanto maior a opressão explícita, como na ditadura, maior fica o Movimento e o pólo de resistência e quanto menor ou mais disfarçada for a opressão como atualmente – o ME não tem um inimigo coletivo declarado –, mais desorganizado fica. É a tensão entre os pólos *opressão* e *movimento*. É claro que se a opressão for muito intensa, esse excesso destrói e elimina a resistência, silenciando toda a expressão contrária; tal como foi depois do AI-5 no Brasil, no qual os aparelhos repressivos do Estado dizimaram toda a resistência, assassinando e torturando os participantes ou como no Chile, com o golpe de Pinochet, no qual massacraram e prenderam todos

que oferecessem algum perigo, acabando assim com os Movimentos.

São casos extremos em que a opressão e a luta pelo poder adquirem intensa violência (regidas pela voracidade e persecutoriedade), que acaba por aniquilar toda a diversidade, todas as ideologias contrárias que ofereçam qualquer tipo de risco.

Uma outra questão que sempre perseguiu o ME é a desmobilização de grande contingente estudantil às suas próprias questões. Nas épocas investigadas, sempre existiu o desejo de ampliar o movimento, de torná-lo mais potente; por exemplo, isso ficou evidente com o COREP, onde se explicitou a contradição entre *crescer* e *morrer* e o desejo de aumento do grupo.

O aparelho repressivo da ditadura, a estereotipia em relação à política, a burocratização dos grupos estudantis e a intervenção totalizadora partidária são aspectos que esvaziaram o ME. É claro que existe o fenômeno da alienação entre os estudantes e a ideologia neoliberal vigente, que fazem com que se distanciem e não se interessem pelos espaços políticos.

Frei Betto faz uma comparação entre as diferentes gerações de estudantes:

“Essa geração¹⁵ é muito diferente da que hoje está aí que, por não poder fazer revolução é levada pelo consumismo e pelos meios de comunicação a revolucionar seus próprios atos individuais: entra no quarto, corta o cabelo de um lado só, pinta de verde e de azul, rasga a calça e acaba consagrando a estabilidade do sistema. É a

¹⁵ O autor está falando da geração dos anos 60 da FFCL da Rua Maria Antônia.

política da descontextualização. *A revolução se transformou numa questão de hábito e de costumes individuais*” (1988: 145).

Mesmo sem a iminência de uma Revolução e com a desmobilização estudantil, deve-se atentar que o ME continua sendo um espaço de grande importância para a politização do sujeito e formação de quadros estudantis. O ME pode contribuir em muito para a Formação do estudante e sua trajetória profissional.

Em relação aos partidos políticos, por mais criticada que seja essa relação, o ME formou muitos quadros e lideranças. José Dirceu, presidente do PT (2002), afirmou:

“(...) Maria Antônia está presente em alguns partidos. Veja, por exemplo, no caso dos quadros do PT. Por mais que queiram caracterizar o PT como um partido de metalúrgicos, de trabalhadores, ele foi um desaguadouro de várias tendências, várias lutas e movimentos sociais que se desenvolveram no Brasil nos anos 60 e 70. Muitos dos membros do partido tiveram sua origem na Universidade e na luta estudantil. Isso significa que o PT foi capaz de servir de desaguadouro para os estudantes da década de 60, o Travassos, o Wladimir Palmeira, eu, etc; para professores como Paul Singer, o Florestan Fernandes, Francisco Weffort, Octávio Ianni, etc; para intelectuais como Mário Pedrosa e tantos outros. Nesse sentido a Maria Antônia está muito presente no PT, que representa a retomada de um ideário da luta estudantil somado à luta dos trabalhadores.

O PT traz na essência aquela autenticidade e rebeldia da Maria Antônia” (Silva, 1988: 220).

O ME é porta voz da Universidade de importantes reivindicações sociais contra o que está instituído e pressuposto injustamente. Fernandes (2001) afirma que *“(...) nesta luta, a Universidade poderá garantir as mais preciosas funções que pode exercer enquanto diagnóstico social e discussão sobre a proposição de políticas públicas. Cabe a ela resistir à submissão a um regime de ajuste e políticas pré-fabricadas”* (p. 26).

Finalmente, o ME vive com o trânsito de estudantes e é expressão direta de seus anseios dentro do horizonte em que está inserido. Dificilmente haverá grupos iguais ao de 60, ou do grupo COREP-SP, pois cada experiência e momento político são diferentes; mas suas heranças, seus sonhos, lutas, ideais, desejos, medos e realizações continuarão presentes e determinantes aos que vierem a ocupar esse espaço dinâmico de expressão e reivindicação; um espaço privilegiado para quem deseja realizar algo para o coletivo e, dialeticamente, transformar-se e transformar a sociedade. Referenciar-se por marcas deixadas, marcando-se e deixando outras marcas a serem referências. Deixar de seguir e reproduzir uma determinada ordem instituída, tornando-se parte constituinte do e constituída pelo conjunto social.

• Recebido em 05 de maio de 2002.

• Aprovado em 19 de outubro de 2002.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BETTO, F. (1988). Uma trincheira de resistência à ditadura. In: SANTOS, M.C.L. (org.). *Maria Antônia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel.
- BLEGER, J. (1975). *Simbiosis y Ambigüidad*. Buenos Aires: Paidós.
- BLEGER, J. (1980). O grupo como instituição e o grupo nas instituições. In: Bleger, J. *Temas de Psicología: entrevistas e grupos*. São Paulo: Martins Fontes.
- FERNANDES, M.I.A. (2001). Abandono das Instituições: Construção de Políticas Públicas e Universidade. *Psicologia USP*, v.12, n.2, p.11-28.
- FREUD, S. (1976). *Psicologia de Grupo e análise de Ego*. In: Edição Standard Brasileira das Obras psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XVIII, p. 87-179. Rio de Janeiro: Imago.
- MEDINA, C. (org.) (1989). *1968-1988: os passos da rebeldia*. São Paulo: CJE/ECA/USP.
- MELUCCI, A. (2001). *A invenção do presente: Movimentos Sociais nas sociedades complexas*. São Paulo: Vozes.
- PICHON-RIVIÈRE, E. (1986). *O Processo Grupal*. São Paulo, Martins Fontes.
- RIBEIRO, M.A. (1998). *ENEP (Encontro Nacional dos Estudantes de Psicologia)- História e Memória de um Movimento*. Dissertação de mestrado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- SADER, E. (1988). Duas invasões. In Santos, M.C.L (org.). *Maria Antônia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel.
- SANTOS, M.C.L. (org.) (1988). *Maria Antônia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel.
- SILVA, J.D.O. (1988) *Maria Antônia: Rebeldia, inconformismo e verdade*. In: SANTOS, M.C.L. (org.). *Maria Antônia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel.

Normas para envio de manuscritos e orientação editorial

1. SUBMISSÃO DE UM MANUSCRITO

Antes de enviar seu manuscrito para a *Revista Psicologia Política* siga os passos abaixo, detalhadamente, para garantir a boa apresentação do trabalho e agilizar o processo editorial. As normas estarão disponíveis sempre nos volumes da Revista, nas últimas páginas, e na internet no endereço www.fafich.ufmg.br/~psicopol, no ícone normas.

Revise, cuidadosamente, a obediência às normas vigentes no momento e a correção de Português. A revisão dos trabalhos é de inteira responsabilidade dos próprios autores. Trabalhos que não possuem títulos em Português e Inglês, resumo, palavras-chave, *abstract e key-words* não serão iniciados em processo editorial pelo Comitê Editorial.

Todas as comunicações com a Revista Psicologia Política, via correio, devem ser encaminhadas para a Núcleo de Psicologia e Movimentos Sociais Programa de Estudos Pós Graduated em Psicologia Social Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP Rua Monte Alegre, 984 Perdizes CEP 05014-001 - São Paulo - São Paulo - Brasil. O destinatário é **REVISTA PSICOLOGIA POLÍTICA**.

Todas as comunicações via correio eletrônico devem ser enviadas para revistapsipol@uol.com.br.

Não esqueça, ao enviar um manuscrito para a *Psicologia Política*, você deverá informar ao Comitê Editorial, o nome de todos os autores do manuscrito em questão, endereço completo com CEP de todos os interessados, endereço eletrônico, fone e fax, e ainda a filiação institucional de cada um dos autores.

A *Revista Psicologia Política* publica artigos originais e inéditos, ensaios originais, resenhas de temas e autores e relatório de pesquisa.

1.A. Submissão de um manuscrito via correio:

Os manuscritos deverão, necessariamente, obedecer às condições divulgadas pela *Psicologia Política*. **Não envie disquetes neste momento.** Envie sempre três (3) cópias do manuscrito para o Comitê Editorial, pois somente assim, nós podemos iniciar o processo editorial.

Digite seu manuscrito, utilizando o programa Word a partir do 6.0 (Windows), não utilize outro programa. Sempre utilize fonte Times New Roman, corpo 12, espaço duplo. Utilize o recurso de parágrafo. Os artigos devem conter em torno de 25 laudas. Não esqueça de apresentar os títulos em Português e Inglês. O trabalho deve ser apresentado na seguinte ordem:

- a) folha de rosto identificada contendo título do trabalho em duas línguas dentre as quatro publicadas por este periódico (português, espanhol, francês e inglês), identificação do(s) autor(es), endereço(s) completo(s), filiação institucional, resumo com 5 palavras-chaves e *abstract* com 5 *key-words*;
- b) folha de rosto não identificada contendo título do trabalho em duas línguas dentre as quatro publicadas por este periódico (português, espanhol, francês e inglês), resumo com 5 palavras-chaves e *abstract* com 5 *key-words*;
- c) corpo do texto contendo o título logo na primeira linha em português ou inglês/francês/espanhol, caso o texto todo seja escrito em língua estrangeira;
- d) primeira página depois do fim do trabalho, deve conter as referências bibliográficas;

Notas de rodapé devem ser utilizadas somente para questões explicativas e nunca bibliográficas, apresentando numeração sequencial, imediatamente, após a frase à qual se referem.

1.B. Submissão de um manuscrito via correio eletrônico:

O manuscrito deverá ser encaminhado como arquivo anexado formato Word a partir do 6.0 (Windows) em mensagem eletrônica para o endereço da *Revista* (revistapsipol@uol.com.br). A mensagem eletrônica deve ter como título “Submissão de Manuscrito”. No corpo da mensagem escreva uma carta ao Comitê Editorial apresentando a submissão de seu manuscrito. Todo o resto deve estar no arquivo anexado nesta mensagem (use o recurso “attachment”).

O manuscrito no arquivo anexado deve seguir a mesma ordem indicada nas alíneas a, b, c, d descritas no item 1.A. Não utilize o recurso “quebra de página”, use as divisões de páginas do próprio programa. Atenção somente a primeira página, intitulada folha de rosto identificada, deve conter o(s) nome(s) do(s) autor (es) e qualquer outro elemento de identificação.

O manuscrito enviado nestas condições e avaliado pelo Comitê Editorial quanto a sua pertinência temática, terá seu processo editorial iniciado.

2. REFERÊNCIAS NO CORPO DO TRABALHO

- Citação de autores no texto: devem ser apresentadas pelo sobrenome do(s) autor(es) seguido(s) do ano da publicação.
Exemplo: (Cantril, 1947)

- No caso de citações de trechos, estes devem estar no corpo do texto desde que não ultrapassem cinco linhas e em itálico. No caso de ultrapassar esse número de linhas, o mesmo deve ser posto separadamente no texto e entre aspas e com itálico.

Ao final das citações devem constar entre parênteses o nome do autor, o ano do trabalho e o número da página sem itálico.

Exemplo: (Prado, 2001:175)

- No caso de citações com dois autores, utilizar “&” quando citados entre parênteses e “e” quando citados no texto. No caso de citações com três ou mais autores, a primeira vez em que aparecem no texto devem ser citados todos os nomes; nas seguintes cita-se apenas o sobrenome do primeiro autor seguido da expressão “et al.”.

Exemplo: (Bobbio et al., 1992)

- No caso de citação de documentos cujo autor é uma entidade coletiva, usar o nome da entidade por extenso, seguido do ano de publicação.

Exemplo: (Associação Brasileira de Psicologia Social, 1996)

- No caso de citação textual, ou seja, na transcrição literal de um texto, esta deve estar entre aspas, seguida do sobrenome do autor, data e página citada.
- Evite citações indiretas, mas quando for absolutamente necessário, indique com a expressão “citado por”.

Exemplo: (Moreira, 1991, citado por Gomes, 2000)

- Os quadros, tabelas, gráficos e ilustrações deverão ser apresentados no corpo do trabalho, com 2,5cm nas margens esquerda e direita. Os títulos de quadros, tabelas, gráficos e ilustrações deverão ser numerados de 1 a n, utilizando letra maiúscula somente para iniciais e obedecendo a margem esquerda do texto principal.

3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

As referências bibliográficas devem ser apresentadas sempre no fim do manuscrito. Solicitamos que o autor inicie as referências bibliográficas em página própria, imediatamente após o fim do corpo do texto em questão.

A disposição deve ser em ordem alfabética do último sobrenome do autor e, no caso de mais de uma obra do mesmo autor, as referências devem ser dispostas em ordem cronológica de publicação.

Não esqueça que somente devem constar nas referências bibliográficas, as bibliografias citadas no corpo do texto.

As referências devem ser alinhadas a partir da terceira letra do nome do autor.

Exemplos:

- **Livro**

JACKSON, J. M. (1988). *Social Psychology, Past and Present. An Integrative Orientation*. London: LEA.

- **Tradução**

STOMPKA, P. (1998). *A Sociologia da Mudança Social* (Pedro Jorgensen Jr., Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Trabalho Originalmente publicado em 1993.)

- **Capítulo de Livro**

HONNETH, A. (2001). Democracia como Cooperação Reflexiva. John Dewey e a Teoria Democrática Hoje. In: SOUZA, J. (Org.), *Democracia Hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. (pp. 63-92). Brasília: Editora Universidade de Brasília.

- **Artigo de Revista Científica**

ESTANQUE, E. (2001). Do autoritarismo despótico aos novos desafios do sindicalismo: reflexões sobre o trabalho industrial na era da globalização. *Revista Psicologia Política*, 1 (2), 11-28.

- **Trabalho de evento publicado em resumos ou anais**

MERCADO, M. (2000). A Invenção da Mestiçagem: Uma interpretação dos estudos sobre as relações raciais no Brasil. In: *Anais do VIII Encontro Regional da ABRAPSO/SP* (p.118). Piracicaba/São Paulo: Universidade Metodista de Piracicaba.

- **Tese ou Dissertação**

ANSARA, S. (2000). *Repressão e Lutas Operárias na Memória Coletiva da Classe Trabalhadora em São Paulo*. Dissertação de Mestrado, Programa de Estudos Pós Graduated em Psicologia Social. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

- **Artigo em Revista Científica virtual (Internet).**

LÖWY, M. (2003). Las formas modernas de la barbarie. *Metapolítica*, 28, artigo 1. Acessado em 6 de abril de 2003, de <http://www.cepcom.com.mx/meta/28/vimpresa/dossier/1doss.htm>

- **Artigo em Jornal**

FRANCO, C. (2003, 6 de Abril de). Os Bórgia e as orgias do desejo profano. *O Estado de S. Paulo*, [São Paulo], p. D5.

- **Artigo em Revista não científica**

OYAMA, T. (2001, 27 de junho de). Dias Alegres: Parque de Diversões Promove Dia Gay e ensina funcionários a tratar visitante homossexual. *Vêja*, 34(25), 71.

• Artigo em Jornal ou Revista não científico (Internet)**Sem autor**

EUA isolam Bagdá, invadem palácios de Saddam e matam civis em bombardeio (2003, 7 de abril de). *O Estado de S. Paulo.*, Acessado em 8 de abril de 2003, de <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u54748.shtml>

Com autor

WESTPHAL, W. (2003, 7 de abril de). Rubinho promete ganhar um GP do Brasil *Folha On-line*, Acessado em 8 de abril de 2003, de <http://www.estadao.com.br/esportes/noticias/2003/abr/07/218.htm>

4. PROCESSO EDITORIAL

Ao receber o manuscrito, o Comitê Editorial fará uma primeira apreciação e, caso seja aprovado, este será submetido à apreciação de dois pareceristas que sejam especialistas na temática ou área em questão. A *Revista Psicologia Política* encoraja o(s) autor(es) a indicar nomes de especialistas.

O Comitê Editorial entende que as solicitações de modificações em um manuscrito são comuns, rotineiras e importantes, pois permitem que o manuscrito passe por um diálogo entre pares de forma a torná-lo cada vez mais um “artigo a ser publicado”. Portanto, é importante que os autores entendam que tais solicitações não devem ser consideradas como críticas pessoais e sim como diálogos entre especialistas sobre uma temática ou área de pesquisa. Neste sentido, os autores receberão os indicativos dos pareceres, sendo obrigatório a apresentação de uma carta na segunda submissão do manuscrito, evidenciando quais mudanças foram feitas e quais não foram e, neste caso, apresentando as justificativas para tal. **A decisão de publicação ou não é sempre dos Editores e do Comitê Editorial com a consultoria dos Conselheiros e Pareceristas ad. hoc.**

Após os pareceres, os autores terão um prazo para modificações do manuscrito que poderá, dentro do prazo determinado na carta aos autores, ser re-enviado para a *Revista*. O manuscrito passará por uma segunda revisão do Comitê e caso aprovado será solicitado ao(s) autor(es) o envio de uma carta submetendo os direitos autorais de seu manuscrito para a *Revista Psicologia Política*.

Cada autor de um manuscrito publicado receberá um número da *Revista Psicologia Política* gratuitamente pelo correio.

Quando da recusa dos textos/manuscritos, o(s) autor(es) serão notificados com as justificativas dos pareceristas e/ou do Comitê Editorial e poderão a partir dos elementos da recusa, modificar seus manuscritos e re-enviá-los sempre que considerarem relevante. A *Revista Psicologia Política* incentiva os autores de textos não recomendados a enviarem seus textos modificados para nova apreciação de nossos Pareceristas.

A *Revista Psicologia Política* adquire e reserva para si os direitos autorais de todos os textos que nela forem publicados, podendo vendê-los ou submetê-los a permuta. A responsabilidade pelo conteúdo de cada texto é do autor do manuscrito

Caro leitor

A Revista Psicologia Política contém em seus n.ºs 1, 2, 3 e 4 os seguintes manuscritos:



Revista n.º 1, vol. 1, 2001

- **A Face Oculta do Racismo: uma análise psicossociológica** - Leôncio Camino, Patrícia da Silva, Aline Machado e Cícero Pereira

- **O Anti-Racismo no Brasil: considerações sobre o estatuto social baseado na consciência racial** -

Maria Palmira da Silva

- **Teoria Crítica da Sociedade e Estudos sobre Preconceito** - José Leon Crochik

- **Ideologias ou Mitos Totalitários? Fragmentos de discursos inigualitários** - Têlma Regina de Paula Souza

- **Violência Institucional, Identificação e Direitos Humanos** - Maria Aparecida Morgado

- **Psicologia, Direitos Humanos e Neo-Liberalismo** - Cecília Coimbra

- **Psicologia Política e Ação Coletiva** - Marco Aurélio Máximo Prado

- **The Crisis of the Brazilian Labor Movement and the Emergence of Alternative Forms of Working-Class Contention in the 1990s** - Salvador Sandoval



Revista n.º 2, vol. 1, 2001

- **Do autoritarismo despótico aos novos desafios do sindicalismo: reflexões sobre o trabalho industrial na era da globalização** - Elísio Estanque

- **Memória coletiva: Um estudo psicopolítico de uma luta operária em São Paulo** - Soraia Ansara

- **A ação sindical sob a perspectiva da Condição Humana: uma prática anti-política** - Antonio José Rollas de Brito

- **Psicologia Social Comunitária Latino-Americana: Algumas Aproximações e Intersecções com a Psicologia Política** - Maria de Fátima Quintal de Freitas

- **Práticas psi e Tortura no Brasil** - Cecília Maria Bouças Coimbra

- **Discurso da dissidência** - Antonio C.R. Tupinambá

- **Creativity in crisis** - Rowan Ireland



Revista n.º 3, vol. 2, 2002

- **Capitalismo, trabalho e tempo de prisão como pena** - Sandra Luzia de Souza Alencar

- **Música Popular, Estilo Estético e Identidade Coletiva** - Kátia Maheirie

- **Algumas notas sobre medidas sócio-educativas aplicadas a adolescentes** - Adilson Dias Bastos

- **The demand and supply of participation: Social psychological correlates of participation in a social movement** - Bert Klandermans

- **La Política de la Psicología: El Caso Argentino** - Angel Rodríguez Kauth

- **Frankfurt em Nova York: controvérsias sobre o estabelecimento do Instituto de Pesquisa Social na Universidade de Columbia** - Iray Carone

- **Psicologia Política: Principais Contribuições Norte-Americanas no século XX (décadas 30-70)** - Romina Iebra Aizpurúa



Revista n.º 4, vol. 2, 2002

- **Estado Del Arte: Psicología Política Y Colectiva Mexicana** - Graciela A. Mota Botello - Universidad Nacional Autónoma del México

- **À Beira Do Caminho: A Jovem Guarda Prepara A Mudança Social** -

Francisca Eleodora Santos Severino - Universidade Católica de Santos

- **Tempo Como Categoria Analítica da Subjetividade** - Ernesto Pacheco Richter - Universidade Guarulhos, Eliane Rivero Jover - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Deise Cardoso Nunes - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

- **Vidas Apagadas: Vítimas de Linchamentos Ocorridos No Brasil (1990-2000)** - Lídio de Souza - Universidade Federal do Espírito Santo, Paulo Rogério Meira Menandro - Universidade Federal do Espírito Santo

- **A Justificação da Desigualdade em Discursos Sobre a Posição Social do Negro** - Pedro de Oliveira Filho - Universidade Estadual da Paraíba

- **Psicanálise e política no pensamento de Cornelius Castoriadis** - Marília Novais da Mata Machado - Universidade Federal de São João del Rei

- **Relações de Gênero em movimento – das relações cotidianas à participação política** - Betânia Diniz Gonçalves - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais



FICHA DE CADASTRO

Nome: _____

_____ Data de nascimento: ____ / ____ / ____

Endereço: _____

Complemento: _____ Bairro: _____

_____ CEP: _____ - _____

Cidade: _____ UF: _____

País: _____ CPF/CNPJ: _____

Telefone: _____ Fax: _____

Profissão: _____

E-mail: _____

Tipo de Assinatura:

☐ Anual Profissional ☐ Anual Estudante ☐ Exemplar Avulso

Forma de Pagamento (favor marcar a opção desejada):

☐ À Vista Profissional (R\$40,00) ☐ A Prazo Profissional (2 x de R\$20,00)
☐ À Vista Estudante (R\$ 30,00) ☐ A Prazo Estudante (2 x de R\$ 15,00)
☐ Avulso à vista (R\$ 25,00) ☐ Doação para Biblioteca



Recebemos a quantia de: _____ referente à assinatura
do (s) volume (s)..... do (s) ano (s) de

São Paulo ____/____/____

Os Editores

VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais

Coimbra - 16, 17 e 18 de Setembro de 2004

«A Questão Social no Novo Milênio»

Vai ter lugar em Coimbra, na FEUC, nos dias **16, 17 e 18 de Setembro de 2004**, a VIII edição do Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, cuja organização está a cargo do Centro de Estudos Sociais (CES) da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC).

Este importante encontro bienal, que reúne cientistas sociais dos Países de Língua Oficial Portuguesa, foi iniciado em 1990, em Coimbra, também por iniciativa do CES. Desde então as diversas edições do Congresso decorreram em várias cidades (S. Paulo, Maputo, Lisboa, Rio de Janeiro, Porto), conquistando uma adesão crescente de especialistas das várias áreas das Ciências Sociais e Humanas (Sociologia, Antropologia, Economia, História, Línguas e Estudos Literários, etc.).

Cientes do papel crucial deste movimento de internacionalização das Ciências Sociais de expressão portuguesa – tanto no intercâmbio entre diferentes instituições, como no estreitamento das relações entre as nossas comunidades académicas –, estamos convictos de que o VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais será um momento de encontro, de solidariedade e de diálogo aberto. Esperamos que reforce ainda mais os laços que nos unem e que estimule a criação de novas redes e formas de cooperação cultural e científica.

A **Comissão Organizadora** tem vindo a trabalhar em articulação com a **Comissão Permanente** do Congresso (eleita em Setembro de 2002, no Rio de Janeiro), no sentido de promover uma ampla participação de cientistas sociais de língua portuguesa, estando em conclusão o modelo organizativo desta próxima edição. Dele constarão, entre outras iniciativas: **Conferências** (animadas por especialistas convidados); **Sessões Plenárias** (com a participação de diversos cientistas sociais que irão debater temas de actualidade das ciências sociais); **Sessões Temáticas** (onde os participantes apresentarão as suas comunicações); e ainda **Painéis, Redes e Grupos de Discussão** (dinamizados por grupos auto-propostos, que deverão incluir participantes de mais de um dos PLOPs).

O Congresso contará ainda com a colaboração de diversas Instituições e Associações das Ciências Sociais dos vários países participantes.

O **programa definitivo será divulgado durante o próximo mês de Setembro** (www.ces.fe.uc.pt/), assim como a data de abertura das inscrições, prevendo-se que as mesmas ficarão abertas até finais do mês de Março de 2004.

Comissão Permanente

Elísio Estanque

CES/FEUC - Coordenador

Anália Torres

ISCTE/ U. Lisboa

Renato Lessa

IUPERJ

Peter Fry

UFRJ

Omar Ribeiro Thomaz

CEBRAP/Unicamp

Teresa Cruz e Silva

U. Eduardo Mondlane - Moçambique

Rosa Cruz e Silva

Arquivo Histórico - Angola

Artemisa Monteiro

Guiné-Bissau

Comissão Organizadora:

Elísio Estanque

CES/FEUC

António Casimiro Ferreira

CES/FEUC

Maria José Canelo

CES/FLUC

Hermes Augusto Costa

CES/FEUC

Sílvia Ferreira

CES/FEUC

Rui Bebiano

CES/FLUC

Mais Informações:
www.ces.fe.uc.pt/